



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

## A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1930-1980)

Thomas Henrique de Toledo Stella

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Econômico**, área de concentração: **Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente**, sob a orientação do **Prof. Dr. Wilson Cano**.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Thomas Henrique de Toledo Stella**, em 11/9/2009 e orientado pelo **Prof. Dr. Wilson Cano**.*

CPG, 11/9/2009.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "THS", is written over a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca  
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Stella, Thomas Henrique de Toledo.  
St39i      A integração econômica da Amazônia (1930-1980) / Thomas  
Henrique de Toledo Stella. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador: Wilson Cano.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Economia.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Amazônia – Integração regional.  
3. Amazônia - História. I. Cano, Wilson, 1937-. II. Universidade Estadual  
de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

09-036-BIE

**Título em Inglês: The economic integration of the Amazon (1930-1980)**

**Keywords: Economic development ; Amazon – Regional integration ; Amazon - History**

**Área de Concentração:** Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

**Titulação:** Mestre em Desenvolvimento Econômico

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Wilson Cano

Prof. Dr. Cláudio Schüller Maciel

Prof. Dr. David Ferreira Carvalho

**Data da defesa:** 11-09-2009

**Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico**

Dissertação de Mestrado

Aluno: **THOMAS HENRIQUE DE TOLEDO STELLA**

**“A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1930-1980)”**

**Defendida em 11 / 09 / 2009**

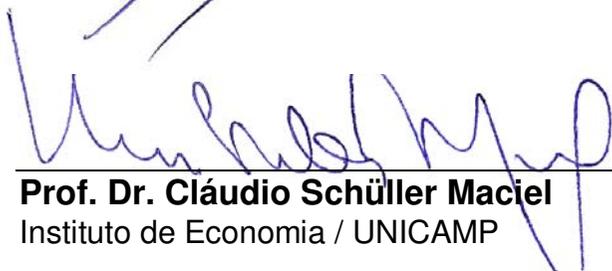
**COMISSÃO JULGADORA**



---

**Prof. Dr. Wilson Cano**

Orientador – Instituto de Economia / UNICAMP



---

**Prof. Dr. Cláudio Schüller Maciel**

Instituto de Economia / UNICAMP



---

**Prof. Dr. David Ferreira Carvalho**

Universidade Federal do Pará - UFPA

**Dedicatória**

*Aos índios e povos da floresta;  
Aos pajés, caboclos e curandeiros;  
Juramidam, Currupiraguá e Maraximbé.*

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar à família, especialmente ao meu pai Edilberto, minha mãe Olga, e à minha irmã Adriana, pelo apoio e estímulo em toda a vida acadêmica; à minha namorada Flávia, que me acompanhou nos momentos finais do mestrado.

Aos amigos e amigas que estiveram juntos nos bons e nos duros momentos da pesquisa; aos antigos de Piracicaba, São Paulo (especialmente da USP e do CRUSP), e de todas as regiões do Brasil que pude conhecer ou estabelecer laços; e aos novos de Campinas e da Unicamp.

Aos professores do primário, ginásio e colegial; da graduação em História na FFLCH/USP e do mestrado no IE/Unicamp, principalmente ao meu orientador, professor Dr. Wilson Cano, pela paciência com minhas dificuldades. À equipe do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE), especialmente aos professores Fernando Macedo, Carlos Brandão e Cláudio Maciel; e também ao prof. Dr. David de Carvalho da UFPA, que esteve na banca examinadora.

Aos colegas do Instituto de Economia, Marcos Barcellos, Erika Ferreira, Michel Marson, Armando Funari, Bruno Sobral, Felipe Caboclo, Cid Olival, Denílson, Edinho e Taco; ao Edilson Pedro do IG/Unicamp pelas dicas que foram fundamentais.

Aos trabalhadores do IE e de toda a Unicamp, principalmente aos da secretaria de Pós-Graduação: Fátima, Marinete, Cida, Alex e Alberto.

Aos professores colegas de trabalho da Facamp e aos meus alunos.

Ao CNPq pela bolsa enquanto cursei os créditos, e à FAPESP, que me auxiliou com a bolsa e as justas críticas e sugestões que muito engrandeceram o trabalho final.

**No início...**

[...]

*Estuda com atenção  
Na escola que se matriculou  
Para provar que é bom aluno  
E esta com o seu Professor*

*Eu prometo a meu Mestre  
Que eu vou pisar no batente  
Que de agora para frente  
É olho por olho e dente por dente*

*Chamei Mamãe Jurema  
Valdete Gregório de Mello  
Vila Céu do Mapiá/AM*

**... e no fim.**

[...]

*Eu apresento os meus trabalhos  
Conforme eu aprendi  
Estamos todos reunidos  
Vós fazais todos felizes*

*A Rainha da Floresta  
Raimundo Irineu Serra  
Rio Branco/AC*

## Sumário

<b>Listas</b> _____	xiii
<b>Anexos</b> _____	xix
<b>Siglas</b> _____	xxi
<b>Resumo</b> _____	xxv
<b>Abstract</b> _____	xxvii
<b>Introdução</b> _____	1
<b>Capítulo I – Formação da base primário-exportadora (1616-1929)</b> _____	9
1.1) Amazônia Colonial (1616-1808): integração mercantil com a metrópole	9
1.1.1) Conquista do espaço econômico (1616-1750) _____	10
1.1.2) “Valorização econômica” mercantilista (1750-1808) _____	21
1.2) Amazônia Brasileira (1808-1929): integração com o mercado internacional	28
1.2.1) Da crise à recuperação (1808-1850) _____	29
1.2.2) Expansão das exportações da borracha (1851-1886) _____	34
1.2.3) Quadro econômico do apogeu (1887-1912) _____	40
1.2.4) Da crise à acomodação (1913-1929) _____	49
1.3) Contradições estruturais da Amazônia primário-exportadora _____	58
<b>Capítulo II – Integração com o mercado interno brasileiro (1930-1970)</b> _____	63
2.1) Dinâmica da integração comercial _____	63
2.1.1) Reorientação da base primário-exportadora _____	65
2.1.2) Introdução das políticas de desenvolvimento regionais _____	74
2.1.3) Novas dimensões na economia nacional _____	82
2.1.4) Os incentivos fiscais _____	85
2.2) Impactos da integração comercial na produção _____	94
2.2.1) Crescimento demográfico e urbanização _____	94
2.2.2) Mudanças na estrutura produtiva _____	99
2.2.3) Extrativismo vegetal, agricultura e pecuária _____	102

2.2.4) Indústria extrativa mineral e de transformação _____	110
2.2.5) Comércio, transportes e infra-estrutura _____	116
2.3) Conclusões sobre o período _____	123
<b>Capítulo III – Intensificação da integração (1970-1980) _____</b>	<b>125</b>
3.1) O avanço da fronteira agropecuária e mineral _____	126
3.1.1) O “milagre” e o I PDAm _____	127
3.1.2) O II PND e o II PDAm _____	131
3.2) Impactos dos eixos de penetração _____	137
3.2.1) Conflitos sociais e a Guerrilha do Araguaia _____	140
3.2.2) Os “povos da floresta” e a emergência da “questão ambiental” ____	144
3.2.3) A nova geopolítica da Amazônia Continental _____	147
3.3) Dimensões da integração intensificada _____	149
3.3.1) A “urbanização” da floresta _____	149
3.3.2) Investimento e produto _____	155
3.3.3) Mudanças do setor primário _____	160
3.3.4) Indústria extrativa mineral _____	169
3.3.5) Indústria regional e Zona Franca de Manaus _____	171
3.3.6) Serviços, infra-estrutura e comércio _____	177
3.4) Conclusões sobre o período _____	180
<b>Conclusões Finais _____</b>	<b>181</b>
<b>Anexos _____</b>	<b>185</b>
<b>Bibliografia _____</b>	<b>199</b>
<b>Legislação Consultada _____</b>	<b>209</b>
<b>Sítios Consultados _____</b>	<b>213</b>

## Listas

### Introdução

<b>Mapa 1</b> – Divisão Política e Regional do Brasil (1969) _____	4
<b>Tabela 1</b> – Área dos Estados e Regiões Brasileiras (Censo de 1980) _____	5

### Capítulo I

<b>Diagrama 1.1</b> – Rede de Aviamento na Amazônia _____	38
<b>Gráfico 1.1</b> – Principais Produtos Exportados da Amazônia (1756-1808) (Em anos selecionados) _____	27
<b>Gráfico 1.2</b> – Exportações da Borracha Brasileira (1850-1930) (em toneladas e £-ouro) _____	29
<b>Gráfico 1.3</b> – População do Grão Pará (1800-1850) _____	33
<b>Gráfico 1.4</b> – População de Manaus e Belém no apogeu da borracha (1900-1912) _____	43
<b>Gráfico 1.5</b> – Preços Médios dos Principais Produtos Brasileiros (1821-1930) _____	44
<b>Gráfico 1.6</b> – Borracha Exportada por Estados (1912) _____	45
<b>Gráfico 1.7</b> – Destino das Exportações da Borracha (1912) _____	45
<b>Gráfico 1.8</b> – Evolução das Exportações Totais da Borracha e do Café (1821-1930) (Em milhões de £-ouro) _____	53
<b>Mapa 1.1</b> – Império Português no Século XVI _____	11
<b>Mapa 1.2</b> – Amazônia Continental (Séc. XX/XXI) _____	13
<b>Mapa 1.3</b> – Amazônia Colonial – América Portuguesa (1750) _____	18
<b>Tabela 1.1</b> – Fronteiras e Limites do Brasil Atual (em km) _____	14
<b>Tabela 1.2</b> – Exportações da Amazônia Colonial (1756-1808) (Em anos selecionados) _____	25
<b>Tabela 1.3</b> – Produção Industrial na Amazônia e nos Principais Estados (1907) (Estabelecimentos, Operários, Capital e Valor da Produção) _____	46

<b>Tabela 1.4</b> – Balança Comercial dos Principais Estados Exportadores (1908-1912) (Média em mil Réis e participação nacional) _____	47
<b>Tabela 1.5</b> – Movimento nos Principais Portos do Brasil (1912) (Dados brutos da saída de barcos a vela e a vapor) _____	48
<b>Tabela 1.6</b> – Exportações dos Principais Produtos Brasileiros (1821-1930) _____	52
<b>Tabela 1.7</b> – População dos Estados e Capitais da Amazônia (1872-1920) _____	54
<b>Tabela 1.8</b> – Emprego por Setores na Amazônia (1920) _____	55
<b>Tabela 1.9</b> - Média Anual das Principais Produções Agrícolas da Amazônia (1926-1930) (Em toneladas) _____	56
<b>Tabela 1.10</b> – Produção Industrial na Amazônia e nos Principais Estados (1926-1930) (Em contos de Réis e participação nacional) _____	57

## **Capítulo II**

<b>Gráfico 2.1</b> – Exportação da Borracha Brasileira (1930-1970) (Quantidade em toneladas) _____	68
<b>Gráfico 2.2</b> – Amazônia – Exportações em Valores: Comércio Exterior e Nacional por Cabotagem (1938-1968) _____	71
<b>Gráfico 2.3</b> – Amazônia – Importações em Valores: Comércio Exterior e Nacional por Cabotagem (1938-1968) _____	72
<b>Gráfico 2.4</b> – Produção Primária na Amazônia (1939) _____	73
<b>Gráfico 2.5</b> – Destino da Produção de Borracha (1930-1947) _____	78
<b>Gráfico 2.6</b> – Participação das Regiões na População Nacional (1970) _____	94
<b>Gráfico 2.7</b> – População da Amazônia por UF (1970) _____	94
<b>Gráfico 2.8</b> – Crescimento do Produto do Norte a Custo de Fatores (1939-1970) _____	99
<b>Gráfico 2.9</b> – Crescimento do Produto das Regiões a Custo de Fatores (1939-1970) _____	100
<b>Gráfico 2.10</b> – Produção de Pescado na Amazônia (1955-1970) _____	110
<b>Mapa 2.1</b> – Regionalização do Espaço Brasileiro (1940-1960) _____	75
<b>Mapa 2.2</b> – Amazônia Legal no Brasil (Divisão política atual) _____	80
<b>Mapa 2.3</b> – Regiões Geoeconômicas do Brasil (por Pedro Pinchas Geiger) _____	80

<b>Tabela 2.1</b> – Destino da Produção de Borracha (1933-1937) _____	69
<b>Tabela 2.2</b> - Crescimento da População da Região Norte (1940-1970) _____	95
<b>Tabela 2.3</b> - População Rural e Urbana da Região Norte (1940-1970) _____	95
<b>Tabela 2.4</b> - Capitais da Região Norte (1940-1970) _____	96
<b>Tabela 2.5</b> - Fluxo de Migração do Norte (Acumulado até 1970) _____	97
<b>Tabela 2.6</b> - Domicílios Equipados na Região Norte (1970) _____	97
<b>Tabela 2.7</b> - Empregos por Setores no Norte (1940-1960) _____	98
<b>Tabela 2.8</b> - Participação das Regiões no Produto Interno Líquido do Brasil (1939-1969) _____	100
<b>Tabela 2.9</b> - Participação do Norte no Produto Nacional (1939-1969) _____	101
<b>Tabela 2.10</b> - Composição do Produto Geral da Região Norte em 1970 _____	101
<b>Tabela 2.11</b> - Produção Primária da Amazônia (1939) _____	102
<b>Tabela 2.12</b> - Principais Produtos do Norte (1939) – (por ordem de valor total) _____	103
<b>Tabela 2.13</b> - Principais Produtos Extrativos da Amazônia (1955)(Em toneladas) _____	103
<b>Tabela 2.14</b> - Participação da Borracha nas UFs do Norte (1949-1959) _____	104
<b>Tabela 2.15</b> - Principais Produtos Agrícolas do Norte (1955) – em Toneladas _____	106
<b>Tabela 2.16</b> - Taxas Médias Anuais de Crescimento da Produção Física dos Principais Produtos Extrativos e Agropecuários da Amazônia (1919-1969) _____	107
<b>Tabela 2.17</b> - Pessoal Empregado na Agricultura (1920-1970) _____	107
<b>Tabela 2.18</b> - Dados Gerais da Agricultura do Norte (1920-1970) _____	108
<b>Tabela 2.19</b> - Participação das UFs na Pecuária do Norte (1920-1970) (quantidade de cabeças) _____	109
<b>Tabela 2.20</b> - Crescimento da Pecuária do Norte (1920-1970) (quantidade de cabeças) _____	109
<b>Tabela 2.21</b> - Crescimento da Indústria de Transformação do Norte (1919-1970) (Médias anuais) _____	113
<b>Tabela 2.22</b> – Indústria da Amazônia (1920-1940-1950) _____	113
<b>Tabela 2.23</b> - Estrutura Industrial do Norte (1919-1970) (em %) _____	114
<b>Tabela 2.24</b> - Participação do Norte em número de Operários e no VTI nacional (1919-1970) (em %) _____	114
<b>Tabela 2.25</b> – Estrutura da Indústria de Transformação do Norte (1949-1959) _____	115
<b>Tabela 2.26</b> – Estrutura do Comércio Inter-Regional da Região Norte (1969) (Valores FOB a preços de 1975) _____	116

<b>Tabela 2.27</b> - Comércio Exterior e Interestadual da Região Norte (1969) (% dos valores) _____	117
<b>Tabela 2.28</b> - Exportações da Região Norte por Cabotagem (1969) (% dos valores) _____	118
<b>Tabela 2.29</b> - Importações da Região Norte por Cabotagem (1969) (% dos valores) _____	118
<b>Tabela 2.30</b> - Participação do Comércio Externo e Inter-Regional na Renda Regional do Norte em Anos Selecionados (1960-1970) _____	119
<b>Tabela 2.31</b> - Evolução Rodoviária no Norte (1937-1970) _____	120

### **Capítulo III**

<b>Diagrama 3.1</b> – Esquema da Estratégia do Desenvolvimento da Amazônia _____	134
<b>Gráfico 3.1</b> – Exportações da Borracha da Amazônia (1827-1980) (em toneladas) ____	163
<b>Gráfico 3.2</b> – Evolução da Concentração Fundiária do Norte (1970-1980) _____	164
<b>Gráfico 3.3</b> – Área das Terras Registradas no Norte (1980) _____	165
<b>Mapa 3.1</b> – POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia) ____	133
<b>Mapa 3.2</b> – Eixos de Penetração na Amazônia _____	138
<b>Mapa 3.3</b> – Antropismo na Amazônia e Cobertura Fitogeográfica (1976) _____	152
<b>Mapa 3.4</b> – Atividades Econômicas no Espaço-Tempo da Amazônia _____	168
<b>Tabela 3.1</b> - Trabalhadores Assassinados em Conflitos Agrários (1970-1980) _____	143
<b>Tabela 3.2</b> – População da Região Norte (1970-1980) _____	150
<b>Tabela 3.3</b> – População Rural e Urbana da Região Norte (1970-1980) _____	150
<b>Tabela 3.4</b> - Densidade Demográfica do Norte (habitante/km <sup>2</sup> ) _____	151
<b>Tabela 3.5</b> - Fluxo de Migração do Norte (Acumulado até 1980) _____	152
<b>Tabela 3.6</b> - Capitais da Região Norte (1970-1980) _____	153
<b>Tabela 3.7</b> - PEA e Pessoal Ocupado na região Norte (1970-1980) _____	154
<b>Tabela 3.8</b> - Emprego por Setores no Norte (1970-1980) _____	154
<b>Tabela 3.9</b> - Índices Sociais do Brasil por Regiões (1970-1980) _____	155

<b>Tabela 3.10</b> - Projetos aprovados pela SUDAM (1970-1980) (Por setores) _____	156
<b>Tabela 3.11</b> - Projetos aprovados pela SUDAM (1970-1980) (Por unidades federativas) _____	157
<b>Tabela 3.12</b> - Opções pelos Fundos de Investimento e/ou Programas Brasil (1962-1980) _____	158
<b>Tabela 3.13</b> - Produto Interno Bruto dos Estados do Norte (1970-1980) _____	159
<b>Tabela 3.14</b> - Área de Estabelecimentos Recenseados no Norte (1980) (Percentual por Hectare) _____	160
<b>Tabela 3.15</b> - Produção de Madeira do Norte (1980) (Em m <sup>3</sup> ) _____	151
<b>Tabela 3.16</b> - Produção Extrativa Vegetal (1980) (Em Toneladas) _____	162
<b>Tabela 3.17</b> - Área dos Estabelecimentos Recenseados (1970-1980) (Em Hectare) _____	164
<b>Tabela 3.18</b> - Área Plantada dos Principais Produtos Agrícolas do Norte (1980) (Em Hectares) _____	165
<b>Tabela 3.19</b> - Quantidade dos Principais Produtos Agrícolas do Norte (1980) (Em Toneladas) _____	166
<b>Tabela 3.20</b> - Mecanização da Agricultura do Norte (1980) _____	166
<b>Tabela 3.21</b> - Produção de Pescados (1979) _____	167
<b>Tabela 3.22</b> - Gado Bovino do Norte (1970-1980) Total – Cabeças _____	168
<b>Tabela 3.23</b> - Principais Produtos da Mineração no Norte (1980) (em Toneladas) _____	169
<b>Tabela 3.24</b> - Produção Industrial do Norte (1975-1980) _____	173
<b>Tabela 3.25</b> - Indústria de Transformação do Norte (1970-1980) Estrutura Regional (VTI) _____	174
<b>Tabela 3.26</b> - Estrutura Industrial do Amazonas e Pará (1980) _____	175
<b>Tabela 3.27</b> - Capacidade Instalada e Produção Bruta de Energia no Norte (1980) Em MW e GWh _____	177
<b>Tabela 3.28</b> - Extensão da Rede Rodoviária do Norte (1980) Km em tráfego _____	178
<b>Tabela 3.29</b> - Carga Movimentada por Tipo de Navegação do Norte (1980) _____	179
<b>Tabela 3.30</b> - Exportações e Importações do Norte (1980) _____	179

**Anexos**

<b>Tabela A1</b> – Exportações Brasileiras de Borracha em Quantidade (1827-1987)	_____	185
<b>Tabela A2</b> – Exportações Brasileiras de Borracha em Mil £ (1827-1939)	_____	186
<b>Tabela A3</b> – Exportações Brasileiras de Borracha em Mil US\$ (1953-1987)	_____	186
<b>Tabela A4</b> – População Segundo o Ramo de Atividade na Amazônia (1960)		
(Dados brutos)	_____	187
<b>Tabela A5</b> – PIB Estadual – Agropecuário – valor adicionado – preços básicos		
R\$ 2.000 (mil) – Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional	_____	189
<b>Tabela A6</b> – PIB Estadual – Indústria – valor adicionado – preços básicos		
R\$ 2.000 (mil) – Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional	_____	189
<b>Tabela A7</b> – PIB Estadual – Serviços – valor adicionado – preços básicos		
R\$ 2.000 (mil) – Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional	_____	189
<b>Tabela A8</b> – PIB Estadual – valor adicionado – preços básicos R\$ 2.000 (mil)		
Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional	_____	191
<b>Tabela A9</b> - Brasil: PIB Regional - agropecuária - valor adicionado preços básicos		
- R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	_____	191
<b>Tabela A10</b> - Brasil: PIB Regional - indústria - valor adicionado - preços básicos		
R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	_____	191
<b>Tabela A11</b> - Brasil: PIB Regional – serviços - valor adicionado – preços básicos –		
R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	_____	193
<b>Tabela A12</b> - Brasil: PIB Regional –valor adicionado - preços básicos		
R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	_____	193
<b>Tabela A13</b> – Exportações e Importações do Norte ao Exterior e ao Mercado		
Nacional (1938-1968) em toneladas	_____	195
<b>Tabela A14</b> – Exportações e Importações do Norte ao Exterior e ao Mercado		
Nacional (1938-1968) em valores	_____	197

## Siglas

**ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária

**ALBRÁS** – Alumínio Brasileiro S/A

**ALUNORTE** – Alumínio do Norte do Brasil S/A

**AMSA** – Amazônia Mineração S/A

**BASA** – Banco de Crédito da Amazônia S/A

**BCA** – Banco de Crédito da Amazônia

**BCB** – Banco de Crédito da Borracha

**BCD** – Bens de Consumo Duráveis

**BCND** – Bens de Consumo Não Duráveis

**BI** – Bens de Insumo

**BK** – Bens de Capital

**BNB** – Banco do Nordeste Brasileiro

**BNH** – Banco Nacional de Habitação

**BR-010** – Rodovia Belém-Brasília

**BR-029** – Rodovia Brasília-Porto Velho-Rio Branco

**BR-156** – Rodovia Laranjal do Jarí-Oiapoque

**BR-163** – Rodovia Cuiabá-Santarém

**BR-174** – Rodovia Manaus-Boa Vista

**BR-210** – Rodovia Perimetral Norte

**BR-230** – Rodovia Transamazônica

**BR-316** – Rodovia Belém-Peritoró

**BR-319** – Rodovia Manaus-Guajará Mirim

**BR-401** – Rodovia Boa Vista-Guiana

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

**CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina

**CIT** – Comitê Intergovernamental Técnico para a Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônicas

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CODEAMA** – Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas

**COMARA** – Comissão de Aeroportos da Região Amazônica

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

**CSN** – Companhia Siderúrgica Nacional

**CV** – Cavalo (unidade de medida)

**CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce

**DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda

**DNI** – Departamento Nacional de Imigração

**ELETOBRAS** – Centrais Elétricas do Brasil S/A

**ELETRONORTE** – Centrais Elétricas do Norte S/A

**EMBRATEL** – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A

**EUA** – Estados Unidos da América

**FAPESP** – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FIDAM** – Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia

**FINAM** – Fundo de Investimento da Amazônia

**FINOR** – Fundos de Investimentos do Norte

**FISET** – Fundos de Investimentos Setoriais

**FORGAS** – Forças Guerrilheiras do Araguaia

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

**GATT** – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (sigla em inglês)

**GERA** – Grupo Executivo de Reforma Agrária

**GTINAM** – Grupo de Trabalho para Integração da Amazônia

**GWh** – Gigawatt/Hora (unidade de medida)

**HA** – Hectare (unidade de medida)

**IBDF** – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

**IBRA** – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

**IAN** – Instituto Agrônômico do Norte

**ICOMI** – Sociedade Indústria e Comércio de Minérios LTDA

**ICM** – Imposto sobre Circulação de Mercadoria

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IIHA** – Instituto Internacional da Hiléia Amazônica

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**INDA** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
**INPA** – Instituto de Pesquisas da Amazônia  
**IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**MW** – Megawatt (unidade de medida)  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**OTCA** – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
**PAEG** – Plano de Ação Econômica do Governo  
**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil  
**PDA** – Plano de Desenvolvimento da Amazônia  
**PED** – Plano Estratégico de Desenvolvimento  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PIN** – Plano de Integração Nacional  
**PITA** – Plano Integrado de Transportes da Amazônia  
**PGC** – Projeto Grande Carajás  
**PMB** – Plano de Metas e Bases para Ação do Governo  
**I PDAM** – Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia  
**II PDAM** – Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia  
**I PND** – I Plano Nacional de Desenvolvimento  
**II PND** – II Plano Nacional de Desenvolvimento  
**POLAMAZÔNIA** – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia  
**POLOCENTRO** – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
**POLONOROESTE** - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil  
**PROTERRA** – Programa de Redistribuição de Terra  
**PVN** – Plano Viário Nacional  
**RADAM** – Projeto Radar da Amazônia  
**RRC** – Rubber Reserve Corporation (sigla em inglês)  
**SAVA** – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico  
**SEMTA** – Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia  
**SENAI** – Serviço Nacional da Indústria

- SIPAM** – Sistema de Proteção da Amazônia
- SIVAM** – Sistema de Vigilância da Amazônia
- SUDHEVEA** – Superintendência da Borracha
- SUFRAMA** – Superintendência da Zona Franca de Manaus
- SUPRA** – Superintendência para a Reforma Agrária
- SNAPP** – Serviço de Navegação do Amazonas e de Administração do Porto do Pará
- SPI** – Serviço de Proteção ao Índio
- SPVEA** – Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia
- SUDAM** – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
- SUDENE** – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
- T** – Tonelada (unidade de medida)
- TCA** – Tratado de Cooperação Amazônica
- TELEBRÁS** – Telecomunicações Brasileiras S/A
- UF** – Unidade Federativa
- UFAC** – Universidade Federal do Acre
- UFAM** – Universidade Federal do Amazonas
- UFPA** – Universidade Federal do Pará
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação
- UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas
- USP** – Universidade de São Paulo
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviética
- VTI** – Valor de Transformação Industrial
- ZFM** – Zona Franca de Manaus

## Resumo

A integração da Amazônia na economia nacional teve início apenas quando a região reorientou sua base primário-exportadora do mercado externo para o mercado interno nacional na década de 1930. No entanto, sua economia fundamentalmente extrativa e agrícola tem origens muito mais antigas, que remetem ao início da colonização portuguesa a partir de 1616. Apesar da experiência extrativa, a região só integrou-se comercialmente com a metrópole com as políticas mercantilistas de “valorização econômica”, adotadas a partir de 1750.

A abertura dos portos em 1808 estimulou a região a integrar-se na periferia do mercado internacional. Com o crescimento da demanda pela borracha amazônica depois de 1850, especialmente com o uso industrial do processo de vulcanização nos centros capitalistas, o produto ascendeu nas exportações, chegando ao apogeu entre 1910-1912. O que se seguiu foi a decadência que expôs as contradições desse do modelo primário-exportador. Durante o período *Colonial, Império e Primeira República*, a Amazônia permaneceu praticamente isolada de articulações comerciais com outras regiões do Brasil, voltada quase exclusivamente ao exterior.

A crise de “1929” abalou o modelo primário-exportador no país, que mudou seu padrão de acumulação para um novo, industrializante e integrador do mercado interno. Com as transformações econômicas a partir de 1930, o mercado nacional passou a absorver produtos tradicionais da Amazônia como a borracha e a castanha, e tornou-se o destino de novos como as fibras duras de juta, malva e guaxima. O Estado aumentou sua presença na região, alocou recursos na Constituição de 1946, e apresentou um Plano de Valorização Econômica em 1953. Na segunda metade da década de 1950, começaram a implantar as políticas de desenvolvimento regional, responsáveis pela construção de rodovias, conectando a Amazônia Oriental e Ocidental à Brasília.

Enquanto a industrialização prosseguia no centro, a região passava a ser vista como fronteira econômica em expansão. Cresciam os interesses do capital nacional e estrangeiro pelas matérias-primas e terras amazônicas. A preocupação da Ditadura Militar (1964-1985) em integrá-la levou à reformulação da estratégia de planejamento. A “Operação Amazônia” em 1966 constituiu um grande pacote de incentivos fiscais,

articulado em um sistema de planejamento regional, com aporte de investimentos públicos nos setores agropecuários e minerais. A implantação efetiva da Zona Franca de Manaus, a partir de 1967, introduziu uma produção industrial, fazendo com que a Amazônia começasse a deixar de ser quase que exclusivamente produtora primária.

Na década de 1970, a economia brasileira cresceu significativamente, e a região passou por transformações estruturais, resultantes de fortes investimentos públicos e privados. Os principais condicionantes foram a maturação dos investimentos industriais na ZFM, implantação dos planos econômicos voltados à infra-estrutura, abertura de estradas, colonização, e pólos agropecuários e minerais. No final do período 1970-1980, a Amazônia já se encontrava mais integrada comercial, física e produtiva ao país, e também voltava a exportar em grande escala, especialmente minérios.

A integração econômica da Amazônia entre 1930 e 1980 teve como resultado a transformação da estrutura produtiva da região, a implantação de um capitalismo selvagem e predatório, com precárias relações de produção convivendo com novas. Esse processo, conduzido em grande parte pelo Estado, demonstrou equívocos que devem servir como exemplo para uma forma sustentável de desenvolvimento da região.

## **Abstract**

The integration of the Brazilian Amazon in the national economy began only when the primary-export base of the region has reoriented from the foreign market for the national domestic market in the 1930s. However, its economy primarily extractive and agricultural has origins much earlier, referring to the beginning of Portuguese colonization from 1616. Despite the experience of extractive economy, the region only became integrated commercially with metropolis with mercantilist policies of “economic valorization”, adopted since 1750.

The opening of the ports in 1808 encouraged the region to integrate into the periphery of the international market. With the increasing demand for Amazonian rubber after 1850, especially with industrial use of vulcanization process in the capitalists centers, the product exports rose, reaching its peak between 1910-1912. What followed was the decline that exposed the contradictions of this primary-export model. During the periods of *Cologne*, *Empire* and *First Republic*, Amazon remained virtually isolated from trades with other regions of Brazil, focused almost exclusively abroad.

The crisis of “1929” shook the primary-export model in the country, which changed its pattern of accumulation to a new one of industrialization and market integration. With the economic transformations in the country since 1930, the domestic market began to absorb traditional Amazonian products such as rubber and nuts, and became the new target of others as the hard fibers of jute, malva and guaxima. The State increased its presence in the region, has allocated resources in the Constitution of 1946, and presented an Economic Valorization Plan in 1953. In the second half of 1950s, began to implement policies of regional development, responsible for the construction of major highways connecting eastern and western Amazon to Brasilia.

As the industrialization was proceeding in the center, the region was seen as an economic frontier expanding. The interest of domestic and foreign capital for raw materials and Amazon lands grew. The concern of Military dictatorship (1964-1985) led to rethinking the strategy planning. The “Operation Amazon” in 1966 was a major fiscal stimulus package, drawing on a system of regional planning, with the contribution of public investment in agricultural, in livestock and in mineral sectors. The effective

implementation of Manaus Free Zone (ZFM) since 1967 has introduced an industrial production and the Amazon economy begin to leave to be exclusively primary.

In the 1970s, the Brazilian economy increased significantly, and the Amazon region has undergone structural changes of large-scale, resulting from strong public and private investment. The main reasons of this process were the maturation of industrial investments in ZFM, implementation of economy plans to the infra-structure, opening of roads, settlements, and agriculturals, minerals and livestock clusters. At the end of the period 1970-1980, the Amazon was already more integrated commercial, physical and productive with the country, and was back to export in large scale, especially minerals.

The economic integration of the Amazon between 1930 and 1980 had as resulted the transformation of the productive structure of the region, and the implantation of a wild and predatory capitalism, with precarious relations of production coexisting with new. This process, with a large extent for the State, demonstrated mistakes that must be as example for a sustainable form of development for the region.

## Introdução

Entre 1930 e 1980, a economia brasileira viveu o maior período de crescimento de sua história, como conseqüência da industrialização, que impulsionou o processo de integração **comercial, produtiva e física** entre as diversas regiões. Esta pesquisa se dedica à investigação das principais transformações estruturais na Amazônia brasileira, resultantes da sua integração na economia nacional nessas cinco décadas.

De uma produção primária, quase que exclusivamente voltada ao exterior, a integração da Amazônia na economia nacional resultou em uma estrutura produtiva mais diversificada, com novos canais de articulação com o restante do país, porém, a um alto custo social e ambiental. Assim, a pergunta central que sintetiza o objetivo da pesquisa é: *como a integração da Amazônia na economia brasileira entre 1930 e 1980 transformou a estrutura produtiva da região?*

O recorte temporal é entre 1930 e 1980, período de acelerada expansão da produção nacional que quando encerrado, passou a contar com novos condicionantes, especialmente externos, numa longa fase de estagnação, crises e recessão. Para a Amazônia, esse período representou uma “saída para dentro” como alternativa ao esgotamento do modelo primário-exportador. No entanto, como esse padrão de acumulação formou-se numa época anterior à do recorte e preservou-se além, foi necessário um capítulo abordando o contexto anterior, de 1616 a 1929.

Em razão do longo período abordado em toda a pesquisa (1616-1980), foi inevitável a utilização de critérios diversificados de periodização, procurando unir, na medida do possível, os cortes econômicos, políticos e aqueles que podem ser observados pelas estatísticas, visando assim compreender a história econômica da Amazônia à luz da brasileira. Para isso, a periodização histórica clássica do país procurou ser mantida quando foi possível coincidi-la com os cortes regionais.

O trabalho divide-se, portanto, em três capítulos com recortes cronológicos:

**1) Formação da base primário-exportadora (1616-1929).** Analisa a formação econômica da Amazônia, que por mais de três séculos permaneceu predominantemente extrativista e agropecuária, direcionada ao exterior. O capítulo

ajuda a entender as estruturas arcaicas desse modelo, que mesmo com a integração ainda preservou-se. O capítulo é subdividido em três partes:

A primeira refere-se à Amazônia Colonial, e é sub-periodizado em dois: 1616-1750 e 1750-1808. O capítulo inicia-se em 1616, quando teve início o povoamento português na região. O reconhecimento da posse portuguesa sobre o território amazônico em 1750 abriu caminho para a introdução das políticas de valorização econômica mercantilista que integraram o Estado do Grão-Pará e Maranhão com a metrópole. O capítulo encerra-se em 1808, ano em que foram abertos os portos brasileiros e foi concluído o *Período Colonial*.

Na segunda, o recorte 1808-1929 cobre a fase de integração da Amazônia na economia internacional. Sua sub-periodização foi definida a partir das estatísticas das exportações da borracha: 1808-1850, 1850-1886, 1887-1912 e 1913-1929. Entre 1808 e 1850, houve uma queda nas exportações gerais e um contexto de crise, recuperada com o surgimento da borracha na pauta de produtos da região. Entre 1851 e 1886 a exportação do produto alcançou e manteve-se na casa dos milhares de toneladas. A partir de 1887 passou à casa das dezenas de milhares, chegando ao apogeu em 1912. Entre 1913 e 1929, a região enfrentou uma nova crise e acomodação, e finalmente, outra crise encerrou o período: a mundial de “1929”.

A terceira apresenta o debate de autores clássicos como Celso Furtado, Caio Prado Jr., Roberto Santos e Wilson Cano sobre as contradições estruturais do modelo primário exportador na Amazônia.

**2) *Integração com o mercado interno brasileiro (1930-1970)*.** Reconstrói as principais mudanças na região através de documentos, legislações e estatísticas da época, além da revisão bibliográfica das produções acadêmicas que cobriram a fase.

O recorte é condicionado pelas mudanças no Brasil após 1930, quando se alterou o padrão de acumulação para um novo industrializante, que impulsionou a reorientação da base primário-exportadora da Amazônia para o mercado nacional.

A delimitação mais adequada seria até 1966/1967, quando foi lançada a “Operação Amazônia”, implantada de fato a Zona Franca de Manaus, se encerrou o período de estagnação e teve início o “milagre”. No entanto, em razão das publicações

decenais do censo de então, consideramos mais adequado estabelecer a periodização até 1970 para ter um quadro mais preciso do processo.

O capítulo é dividido em três partes: a primeira apresenta a dinâmica da integração comercial (subdividido em: a) Reorientação da base primário-exportadora, b) Introdução das políticas de desenvolvimento regional, c) Novas dimensões na economia nacional, d) Os incentivos fiscais); a segunda analisa os impactos da integração comercial na produção (subdividido em: a) Crescimento demográfico e urbanização, b) Mudanças na estrutura produtiva, c) Extrativismo vegetal, agricultura e pecuária, d) Indústria extrativa mineral e de transformação, e) Comércio, transportes e infraestrutura); e a terceira apresenta uma conclusão sobre o período.

**3) Intensificação da integração (1970-1980).** Aborda as transformações estruturais que ocorreram na economia regional, em que foram implantadas grandes obras e expandiram-se as forças produtivas na Amazônia.

O recorte 1970-1980 é também condicionado pelo critério da publicação dos censos, que nessa década foi quinquenal. Na década de 1970, a economia brasileira apresentou grande crescimento na primeira metade em razão do “milagre”, e mesmo com a desaceleração na segunda, a manutenção dos investimentos fez com que ela fosse a de maior expansão da economia nacional no século XX.

Finalmente, o ano de 1980 é último de crescimento do país nessa fase. Na Amazônia, porém, a maturação dos investimentos ainda preservou alguns anos de crescimento, e por isso a previsão do recorte inicial era até 1985, quando também se concluíram os últimos grandes projetos para a região. No entanto, devido à mudança dos critérios metodológicos em razão da substituição dos censos industriais pelas PIAs (Pesquisas Industriais Anuais), ficaria impossível traçar esse perfil completo até 1985. Para não estender-se até 1990, foi preferível restringir o recorte até 1980.

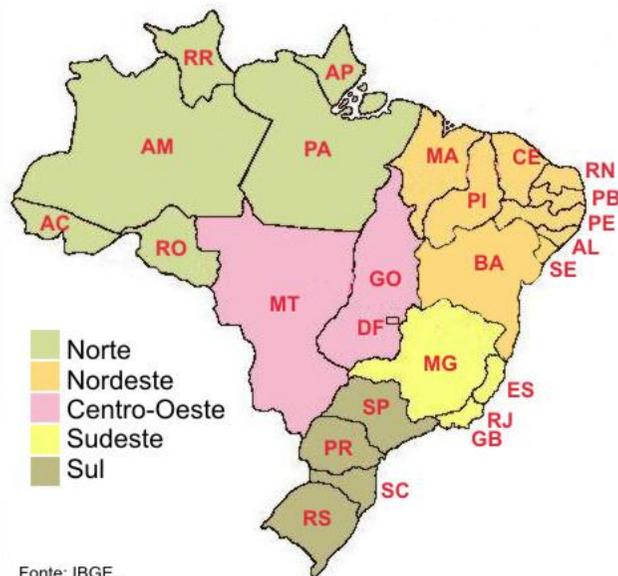
O capítulo é subdividido em quatro partes: a primeira explica o avanço da fronteira agropecuária e mineral através dos planos federais do I e II PND e PDAM; na segunda são analisados os impactos dos eixos de penetração como os conflitos sociais, a emergência da “questão ambiental” e a nova geopolítica da Amazônia; na terceira são apresentadas as dimensões da integração intensificada através de estatísticas como

população, produto, investimento e por setores da economia; finalmente, a quarta apresenta as conclusões.

Quanto ao recorte geográfico, para o capítulo 1 foi utilizado a referência do Estado do **Grão-Pará**, separado do Maranhão desde 1772, e que se tornou província do Império do Brasil em 1823. Em 1850 foi dividida em outras duas províncias: **Pará** e **Amazonas**, que depois de 1889 tornaram-se Estados e ainda foi acrescido à região o Território Federal do **Acre** em 1903.

Para os capítulos 2 e 3, utilizamos o recorte da **Amazônia Clássica**, que é o mesmo que a **Região Norte** das regionalizações de 1945 e 1969 (Mapa 1), formado pelos Estados do Acre (AC), Amazonas (AM) e Pará (PA), e os Territórios Federais do Amapá (AP), Roraima (RR) e Rondônia (RO). O que mudou nessas duas periodizações e fez-nos optar pela segunda, foi a configuração do Nordeste (incluindo BA e SE), que passou a ser igual à atual, facilitando assim a comparação estatística com o Norte.

Mapa 1  
Divisão Política e Regional do Brasil (1969)



Nesta pesquisa foram suprimidos do objeto de estudo os Estados da Amazônia Legal que não fazem parte da Amazônia Clássica pelas seguintes razões: o MA por se localizar no Nordeste e possuir apenas uma porção na Amazônia Legal; e o MT e GO

por pertencer à região Centro-Oeste. Quanto ao TO, este foi desmembrado de Goiás somente em 1988, estando, portanto, fora do Norte no recorte temporal.

**Tabela 1**  
**Área dos Estados e Regiões Brasileiras**  
Censo de 1980

UF/Região	Área em Km2	% em relação ao Norte	% Nacional
<b>AC</b>	152.589	4,3	1,8
<b>AM</b>	1.558.987	43,9	18,4
<b>AP</b>	139.068	3,9	1,6
<b>PA</b>	1.227.530	34,6	14,5
<b>RO</b>	243.044	6,8	2,9
<b>RR</b>	230.104	6,5	2,7
<b>Norte*</b>	3.551.322	100,0	42,0
<b>Nordeste</b>	1.539.747	43,4	18,2
<b>Centro-Oeste**</b>	1.879.356	52,9	22,2
<b>Sudeste</b>	918.808	25,9	10,9
<b>Sul</b>	562.071	15,8	6,7
<b>Brasil</b>	8.451.304	238,0	100,0

Fonte: IPEADATA, Base de Dados Regional, Área Geográfica publicada nos Censos. Disponível em <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009. \* De acordo com a divisão de 1969. \*\* TO está em GO no Centro-Oeste.

Apesar das mudanças nos critérios de medição da área das unidades federativas do país, que apresentaram dados com pequenas alterações nos diversos censos, a região Norte sempre foi a maior de todas as outras do país, como se pode observar nos dados de 1980 (Tabela 1). No entanto, como será demonstrado na pesquisa, é também a região menos povoada e com menor densidade demográfica do país.

A hipótese que norteou a busca foi a de que o processo de integração criou estímulos à economia da região, substituindo o mercado para produtos que perderam atratividade no exterior, e gerando demanda para novos. No entanto, a estrutura produtiva da região só alcançaria maior transformação com a introdução do planejamento econômico em 1953, dos incentivos fiscais a partir de 1963, e especialmente após a “Operação Amazônia” em 1966.

Consideramos que a região passou por um processo de intensificação da integração no período 1970-1980, em um contexto nacional que Cano (2008, p. 49)

definiu como de desconcentração produtiva *virtuosa* para o país, e que na Amazônia, os motores desse processo foram anômalos, como a instalação do distrito industrial e comercial da ZFM, e os grandes projetos agropecuários e minerais.

Supomos que mesmo com o forte crescimento demográfico, a ocupação rural e urbana foi desordenada, ocorreram desmatamentos pela abertura de estradas principais e vicinais, pastagens e construção de grandes obras de infra-estrutura, que se transformaram em desastres ambientais, e desencadearam conflitos sociais vinculados ao problema agrário como a Guerrilha do Araguaia. Apesar disso, acreditamos que a meta dos militares de integração foi bem sucedida e resultou na ampliação do controle do território nacional e seus recursos.

O que justificou a pesquisa foi a necessidade de entender a integração e o desenvolvimento da Amazônia como um processo contínuo e inacabado, estratégico para o avanço das forças produtivas nacionais. O período de 1930 a 1980 abarca a origem de problemas contemporâneos da região como o desmatamento pela expansão da fronteira agropecuária, extração madeireira e mineral, e a forte ameaça de retorno ao modelo primário-exportador, baseado nos grandes latifúndios do agronegócio.

Desse modo, entende-se que apenas a utilização racional e sustentável de seus recursos, preservando a biodiversidade e a soberania nacional é o caminho adequado para o desenvolvimento da Amazônia. Não se pode também deixar de mencionar que atualmente vivem 15 milhões de brasileiros no Norte, a maior parte em áreas urbanas, sem a infra-estrutura e a qualidade de vida compatível com outras regiões do país. Portanto, ao se referir ao meio-ambiente amazônico é importante lembrar também de suas populações, e da necessidade de sua inclusão social.

A metodologia empregada compreendeu em uma intensa análise e revisão bibliográfica da história econômica da Amazônia, dos documentos de época, planos governamentais, e levantamento, tabelamento e análise dos dados estatísticos.

Para o item 1.1 do capítulo 1, referente ao período da Amazônia Colonial, foram consultadas as obras clássicas de historiadores econômicos, pois por se tratar de um tema periférico ao assunto central, foi dispensável a pesquisa de fontes primárias.

No item 1.2 também foram consultadas as estatísticas oficiais dos Censos Demográficos de 1872 a 1920 através das bases digitalizadas do IPEADATA e do IBGE, o Censo Industrial de 1907, e os Anuários Estatísticos do Brasil de 1908-1912 e 1936, além da série histórica publicada no de 1939/1940. Os dados mais importantes foram os relativos à população, produção extrativa, agropecuária e industrial, comércio exterior e o movimento dos principais produtos, especialmente da borracha, para a qual foi possível reconstruir sua série histórica de 1827 a 1980, em £-ouro e tonelada.

No capítulo 2, item 2.1, além das obras clássicas revisadas, foi feito um estudo dos planos federais para a região e toda a base jurídica e legal dos incentivos fiscais e da estrutura de planejamento. Nesse caso, foram priorizados os aspectos duradouros e que mais impacto tiveram nas mudanças econômicas.

Quanto às estatísticas, no item 2.2, houve uma dificuldade em encontrar dados das décadas de 1920 e de 1930, pois só houve publicação de censos em 1940. O mesmo problema ocorreu em relação aos Anuários Estatísticos que só a partir de 1938 passaram a ter publicações anuais, e mesmo assim com um sério problema de descontinuidade de informações entre as séries. As bases digitais também foram úteis nesse capítulo, contudo, não suficientes para reconstruir o quadro completo. Mas apesar disso, foi possível apresentar os dados do crescimento demográfico, da urbanização e alguns poucos índices sociais, além das mudanças na estrutura produtiva, o crescimento do produto geral e setorial do primário (extrativismo vegetal, agricultura e pecuária), secundário (indústria extrativa mineral e de transformação) e terciário (nesse caso, o comércio, transportes e infra-estrutura).

Já no capítulo 3, apesar da vasta quantidade de obras sobre o período, foi feito um estudo mais detalhado de documentos primários no item 3.1, em que foram detalhados os planos federais pesquisados, explicitando a visão dos governos militares, seus objetivos e a prioridade às intervenções na região. Em virtude da limitação da pesquisa, não foi possível analisar os planos estaduais, e na medida do possível utilizamos alguns documentos oficiais do BASA, da SUDAM e da SUFRAMA.

No item 3.2 foram analisados com base em pesquisa bibliográfica, os impactos dos eixos de penetração nas esferas sociais, ambientais e geopolíticas.

Como a base estatística do período 1970-1980 é bem mais farta, no item 3.3 foi possível detalhar melhor alguns dos aspectos que no capítulo anterior foram superficiais. O processo de urbanização da Amazônia, a ampliação da participação do produto da região no todo nacional nos diversos setores, e os dados sobre o investimento puderam ser mais bem trabalhados. A diminuição do peso do setor primário nessa nova fase foi demonstrada com a ascensão do secundário através do aumento da indústria extrativa mineral e de transformação, especialmente da Zona Franca de Manaus e dos projetos mineradores. O único dado que ficou prejudicado foi o do comércio interior, que com a ascensão das rodovias e encolhimento da cabotagem ficaram difíceis de ser mensurados. Já os dados do comércio exterior aparecem muito bem detalhados, assim como da infra-estrutura e dos serviços.

Em geral foi analisada nos três capítulos a dinâmica do crescimento populacional dos Estados, Territórios Federais, capitais e principais cidades, assim como as parcelas rurais, o crescimento urbano, a distribuição do emprego por setores, além de alguns dados sociais. Nos capítulos 2 e 3, foram analisados os resultados do planejamento regional e dos incentivos fiscais, que puderam ser descritos parcialmente, medindo os investimentos e o crescimento do produto por setores e sua participação no nacional.

No primário foram detalhadas as transformações do extrativismo, agricultura e pecuária e no secundário, o avanço da indústria extrativa mineral e de transformação. Como no terciário o principal componente da integração era o comércio com outros Estados e com o mercado exterior, analisamos o movimento dos principais produtos.

Enfim, o caminho percorrido demonstrou que a integração da Amazônia na economia brasileira esteve inserida em um processo maior de integração do país como um todo. À medida que o Brasil foi se industrializando e se urbanizando, o capitalismo chegava à região, que se transformou profundamente, confirmando a hipótese inicial.

## Capítulo I

### Formação da base primário-exportadora (1616-1929)

A Amazônia só iniciou o processo de integração na economia nacional a partir de 1930, com a reorientação de sua base primário-exportadora para o mercado interno do país. As raízes dessa economia produtora de bens primários, extrativos e agrícolas, voltados ao exterior remontam à **Amazônia Colonial (1616-1808)**, quando os portugueses conquistaram o espaço econômico e iniciaram a *integração comercial* com a metrópole, fundamentada na exploração mercantil.

Com o fim do *pacto colonial* e a abertura dos portos às outras nações, a **Amazônia Brasileira (1808-1929)** se *integrou* na *periferia do capitalismo internacional*, fornecendo principalmente borracha aos países centrais que se industrializavam. Durante o apogeu das exportações do produto, a região não desenvolveu uma força capaz de gerar dinamismo próprio e se industrializar, devido às **contradições estruturais do modelo**. A recuperação só foi possível a partir de 1930, quando a integração do mercado nacional absorveu parte dos produtos amazônicos e o Estado federal passou a *planejar* sua *valorização econômica* capitalista.

#### **1.1) Amazônia Colonial (1616-1808): integração mercantil com a metrópole**

A colonização portuguesa do Brasil e da Amazônia<sup>1</sup> foi apenas um episódio num processo maior e mundial de acumulação primitiva<sup>2</sup> para a formação do capitalismo mercantil. Entre os séculos XV e XVIII foram implantadas em toda a América diversas colônias de exploração e de povoamento, que posteriormente se integraram para formar os Estados nacionais modernos.

---

<sup>1</sup> As referências à Amazônia em todo o item 1.1 são da **Amazônia Colonial** portuguesa, que originou a **Amazônia Brasileira** após a Independência. Sua dimensão territorial e sua organização administrativa tiveram várias mudanças entre 1616 e 1808, e as mais importantes serão explicadas ao longo do capítulo.

<sup>2</sup> “A acumulação do capital [...] pressupõe a mais-valia, a mais-valia, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’, precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim o seu ponto de partida”. (MARX, 1985, p. 261).

As colônias de exploração surgiram para complementar a riqueza das metrópoles. A coroa lusitana adotava para as suas, uma política protecionista, tarifária e fomentadora da produção de bens que podiam concorrer no mercado dos outros países, visando obter uma balança comercial favorável em uma conjuntura de disputa com outras potências. Para reduzir os custos, utilizava-se prioritariamente da força de trabalho escrava. As colônias eram proibidas de comercializar com outros países, pois a metrópole impunha-lhes o **exclusivismo de trocas**<sup>3</sup>.

A inserção da Amazônia nesse *antigo sistema colonial* ocorreu em duas etapas. A primeira foi a da **conquista do espaço econômico (1616-1750)**, quando se tentou instalar a agropecuária, mas predominou a atividade extrativa do cacau e das “*drogas do sertão*”, que levaram à penetração no interior do Vale Amazônico. Na segunda fase, iniciada no *período pombalino*, ocorreu uma política de “**valorização econômica mercantilista (1750-1808)**”, com destaque para a criação de uma Companhia que monopolizou o comércio, incentivou a colonização e a produção agropecuária, e mesmo depois de sua extinção, legou resultados duradouros, concluindo o processo de integração mercantil com a metrópole.

### **1.1.1) Conquista do espaço econômico (1616-1750)**

A **Amazônia** é uma região de floresta tropical úmida, formada por diversos biomas e ecossistemas no continente sul-americano, que atravessa a faixa do equador, numa área de aproximadamente 5,5 milhões de km<sup>2</sup>. A bacia do Rio Amazonas é a maior em volume de água do planeta, que somada à do Tocantins-Araguaia possuem juntas uma vasta área de 7 milhões de km<sup>2</sup>. Na *hiléia amazônica* habita a maior biodiversidade do planeta de plantas, peixes, anfíbios, insetos, animais, e toda a variedade de espécies de vida. Dada à antiga geomorfologia, possui enormes reservas de minerais e é habitada por diversos povos indígenas desde tempos remotos.

A atual Amazônia Brasileira é uma herança da Amazônia Colonial conquistada por Portugal. Essa colonização teve início em 1616, com a instalação da fortificação ao redor de onde se formou Belém. Sua localização estratégica no estuário do Rio

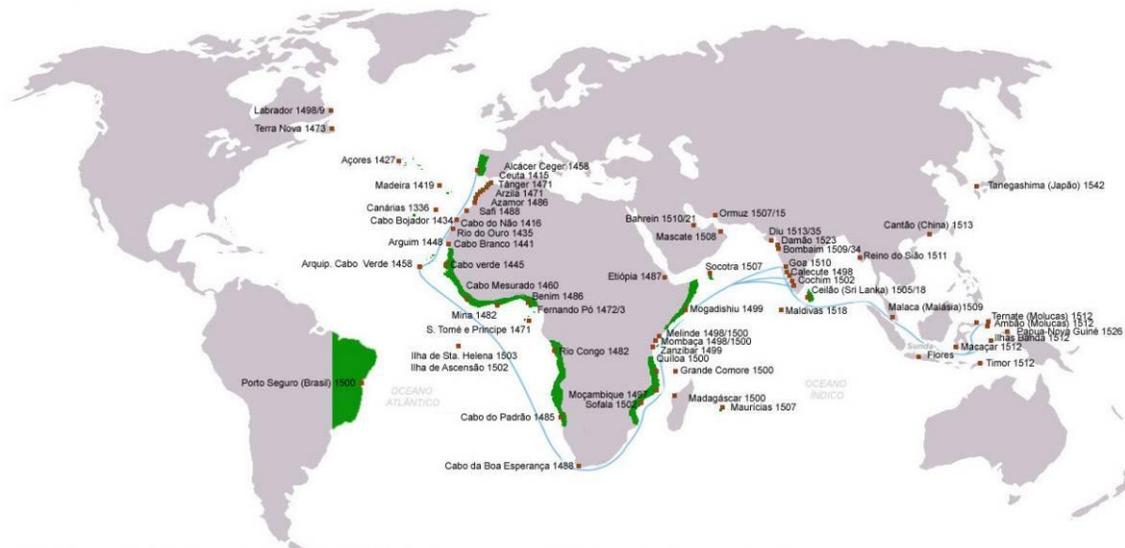
---

<sup>3</sup> Prado Jr. (2005), Simonsen (1962), Furtado (1977), Ribeiro (2005) e Novais (2005).

Amazonas garantiu o controle militar para assegurar a ocupação do interior. Em 1750, os portugueses obtiveram o reconhecimento da posse desse imenso território, em virtude do esparsa povoamento e da atividade extrativista. A conquista da Amazônia foi sem dúvida uma das mais épicas conquistas lusitanas.

Numa conjuntura internacional de forte disputa comercial entre as potências ultramarinas pela América, Portugal e Espanha saíram na frente em fins do século XV<sup>4</sup>. Pelo motivo de não conhecerem precisamente o Novo Mundo, dividiram-no de forma linear e artificial no *Tratado de Tordesilhas* de 1494. Mesmo com o acordo, os reinos passaram a disputar os novos territórios dentre os quais o da Amazônia, que era ainda insignificante perante o grandioso Império Português (Mapa 1.1).

Mapa 1.1  
Império Português no Século XVI



Fonte: WIKIPÉDIA, Império Português. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio\\_Portugu%C3%AAs](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Portugu%C3%AAs)>. Acesso em 11/5/2009.

Por milênios, a região de floresta tropical úmida localizada na porção equatorial do continente americano foi ocupada pelos povos indígenas e civilizações pré-colombianas. Algumas tribos como as do Marajó e Tapajós viviam em grandes aldeias habitadas por milhares de índios, e um relativo nível de organização<sup>5</sup>. Suas sociedades

<sup>4</sup> Os maiores navegadores de então eram os portugueses que haviam realizado grandes conquistas, e progressivamente formavam um grande império mercantil. No entanto, foram oficialmente os espanhóis que chegaram pela primeira vez ao continente americano na expedição de Cristóvão Colombo em 12 de outubro de 1492.

<sup>5</sup> Nas proximidades de Santarém existem vestígios arqueológicos de sociedades mais avançada que se desenvolveram na Amazônia, com estrutura sócio-econômica mais complexa que as dos índios que os portugueses encontraram.

não chegaram a desenvolver núcleos urbanos, nem possuíam divisões de classes. Dominavam algumas técnicas de lavouras, mas tinham por base econômica a caça e a pesca. Esse quadro só começou a ser mudado à medida que os europeus passaram a disputar suas terras e sua força de trabalho.

Os primeiros conquistadores que visitaram a Amazônia foram os espanhóis na expedição liderada por Vicente Yanez Pinzon em 1500, mesmo ano em que os portugueses chegaram ao “Brasil”<sup>6</sup>. A partir de 1534, os espanhóis subordinaram o Império Inca e penetraram progressivamente na região amazônica, conforme desciam a cordilheira dos Andes. No ano de 1541, a missão chefiada por Francisco Orellana e Gonçalo Pizarro conseguiu percorrer integralmente o curso do Rio Amazonas<sup>7</sup>. Gaspar de Carvajal, o frei que acompanhava a viagem, registrou que a expedição foi atacada por uma tribo de mulheres guerreiras, logo identificadas como as lendárias **amazonas** dos mitos gregos. As combatentes foram inspiração para a denominação do Rio e, posteriormente, para toda a região florestal.

Novas caravanas seguiram esse curso, guiadas pela procura da lendária cidade do ouro, Eldorado, sem obterem resultados concretos<sup>8</sup>. Preocupados prioritariamente em explorar o ouro no México e a prata na Bolívia, a Amazônia não despertou maiores interesses aos espanhóis nesse momento. Os primeiros a montar feitorias comerciais no litoral da Amazônia foram os ingleses e os holandeses, onde também organizaram as bases para as operações corsárias contra a navegação luso-espanhola.

O estabelecimento dos portugueses na região teve início quando os reinos de Portugal e Espanha estiveram unificados sob a mesma coroa através da *União Ibérica* (1580-1640). Na condição de potência marítima, Portugal enviou uma missão liderada por Francisco Caldeira Castello Branco, que expulsou a Inglaterra e a Holanda da estratégia localização, em 12 de janeiro de 1616. Vitoriosos, instalaram o Forte do

---

<sup>6</sup> O Brasil não foi descoberto nem achado. Portugal ancorou na praia que atualmente pertence ao município de Porto Seguro, Bahia, no dia 22 de abril de 1500. O encontro dos portugueses da expedição de Pedro Álvares Cabral com os índios nativos ficou eternizado na carta de Pero Vaz Caminha ao Rei. Esse acontecimento representa no imaginário brasileiro o *mito fundador* da pátria, que só iniciou de fato a construção do Estado e da nacionalidade depois da Independência em 1822.

<sup>7</sup> Essa foi uma das maiores expedições realizadas na época, envolvendo mais de 50 mil castelhanos na preparação, contando com: “200 espanhóis, peões e cavaleiros, 4.000 índios, 1.000 canoas, 4.000 porcos e um grande rebanho de lhamas” (Simonsen, 1962, p. 305).

<sup>8</sup> Outra expedição entre 1539 e 1541, foi a de Pedro de Ursua, que foi assassinado por Lope d’Aguirre. Estes acontecimentos foram retratados no filme *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972), de Wener Herzog.

Presépio<sup>9</sup>, ao redor de onde se formou a atual cidade de Belém<sup>10</sup>, marcando o início da colonização e da conquista portuguesa do imenso vale.

Devido à sua enorme dimensão, o Rio Amazonas podia ser considerado um prolongamento do oceano, pois o volume de água era suficiente para as maiores embarcações da época. Como Portugal e Espanha estavam unificados, o *Tratado de Tordesilhas* não tinha efeito, o que deixou os lusitanos livres para romperem os limites anteriores e explorarem o interior através do grande rio. Belém se tornou a porta de entrada e saída da Amazônia. Com a consolidação lusitana no litoral, o acesso ao interior ficou bloqueado, limitando a presença dos outros reinos às bordas distantes.



Em linhas gerais, a Espanha colonizou a franja ocidental da Amazônia, que atualmente corresponde em grande parte ao território da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, com suas devidas correções históricas e geográficas. A caribenha foi colonizada pela Inglaterra, Holanda e França, e corresponde, em grosso modo, à porção amazônica da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, respectivamente. Esses países compõem a atual **Amazônia Continental** junto com o Brasil, que possui cerca de 60% da área do domínio amazônico (Mapa 1.2), em 78% de sua fronteira (Tabela 1.1), grande parte dela bravamente conquistada pelos portugueses.

<sup>9</sup> A missão com aproximadamente 200 homens saiu do Maranhão no dia 25 de dezembro de 1615, por isso o nome identificado com a comemoração natalina. Organizada a capitania, foram deslocados colonos brancos em diversas levadas com centenas de casais, especialmente do Maranhão. Ver Reis (1966 e 1969).

<sup>10</sup> A povoação, inicialmente denominada de Feliz Lusitânia, foi sucessivamente nomeada de Santa Maria do Grão Pará, de Santa Maria de Belém do Grão Pará, e, atualmente, Belém.

**Tabela 1.1**  
**Fronteiras e Limites do Brasil atual (em km)**

País	Marcos	Linha Seca	Água*	Totais	%
Guiana Francesa	10	303	427	730	4,3
Suriname	60	593	-	593	3,5
Guiana	134	908	698	1.606	9,5
Venezuela	2.682	2.199	-	2.199	13,0
Colômbia	128	835	8.009	1.644	9,7
Peru	86	992	2.003	2.995	17,7
Bolívia	438	751	2.672	3.423	20,3
<b>Países Amazônicos</b>	<b>3.538</b>	<b>6.581</b>	<b>13.809</b>	<b>13.190</b>	<b>78,1</b>
Paraguai	910	437	929	1.366	8,1
Argentina	310	25	1.236	1.261	7,5
Uruguai	1.174	320	749	1.069	6,3
<b>Total</b>	<b>5.932</b>	<b>7.363</b>	<b>9.523</b>	<b>16.886</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (DF-PCDL-SCDL). Disponível em <<http://www.info.Incc.br/tab.html>>. Acesso em 11/5/2009. \* Rios, lagos e canais.

Para administrar o território em processo de conquista, foi criado em 1621, o **Estado do Maranhão** com capital em São Luis, que abrangia as capitanias do Pará, do Maranhão e do Ceará; e o **Estado do Brasil**, com capital em Salvador, que agrupava as outras capitanias. A divisão permaneceu com o fim da *União Ibérica* em 1640. Portugal se tornou independente, mas perdeu possessões na Ásia e na África, o que o levou a priorizar as colônias americanas.

Com a conquista da costa amazônica assegurada, foi possível iniciar a exploração econômica. Nos primeiros anos, foi introduzida a agricultura de cana-de-açúcar, com a mão-de-obra da escravidão indígena, como nos demais núcleos do litoral brasileiro. A tentativa de repetir o modelo das outras partes esbarrou-se primeiramente em obstáculos geográficos, pois as condições naturais eram desfavoráveis:

“Na mata espessa e semi-aquática que borda o grande rio; em terreno baixo e submetido a um regime fluvial cuja irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, assume proporções catastróficas, alagando nas cheias áreas imensas, deslocando grandes tratos de solo que são arrancados às margens e arrastados pela correnteza”.

(PRADO JR., 2000, p. 69).

A agricultura, que requer um domínio sobre a natureza apenas se ensaiou nesse primeiro momento. Contudo, os portugueses logo descobriram que a floresta guardava especiarias, e que podia ser muito mais vantajoso a atividade extrativa, pois existia uma imensa procura na Europa setentrional por produtos exóticos como pimenta, cravo, canela, noz-moscada, gengibre, óleos aromáticos, cânfora, sândalo e outros. Com a constatação da existência de boa quantidade do cacau silvestre e de grande variedade de plantas medicinais, conhecidas como “*drogas do sertão*”, esses artigos passaram a ser objeto de comércio para Portugal, que procurava concorrer com as Índias para recuperar os mercados perdidos.

A infiltração pelo Vale do Amazonas se iniciou na segunda metade do século XVII. Ao redor dos pontos de coletas de produtos extrativos, ergueram-se fortificações militares e feitorias comerciais, estrategicamente estabelecidas. Na união do Rio Amazonas com o Rio Tapajós, instalou-se o povoado que originou Santarém (1661)<sup>11</sup>, e no lugar em que o Rio Amazonas se forma no encontro dos Rios Negro e Solimões, nasceu o vilarejo de Manaus (1669)<sup>12</sup>. Esses e outros pequenos povoados se localizavam nas margens imediatas dos cursos d’água, pois a floresta densa barrava o avanço. Os frágeis elos comerciais que possuíam com a Europa eram quase insignificantes, prevalecendo a subsistência.

Se de um lado a inospitalidade da enorme vegetação dificultava a colonização, de outro, a escassez de mão-de-obra impedia o crescimento da economia. Com reduzidos recursos para investir em escravaria africana, os poucos colonizadores impuseram o trabalho escravo aos nativos, solução que foi se demonstrando inviável. Segundo Ribeiro (2005, p. 311), a maior dificuldade estava em deixá-los soltos para juntar especiarias na mata, o que lhes facilitava a fuga. A solução que encontraram foi escravizar tribos inteiras, mantendo as mulheres e crianças como reféns, enquanto os homens trabalhavam. Os índios reagiram e as *tropas de resgate* se mostravam caras e ocupavam mais colonos na guerra do que no trabalho, além de matar muitos índios, diminuindo o próprio contingente a ser aliciado.

---

<sup>11</sup> Conhecida inicialmente como Aldeia do Tapajós, Santarém foi elevada à categoria de vila, em 14 de março de 1758 e à cidade, em 24 de outubro de 1848.

<sup>12</sup> O antigo Forte de São José da Barra do Rio Negro foi elevado à categoria de vila em 1632, e em 1648 tornou-se Cidade da Barra. O nome Manaus foi adotado apenas no século XIX.

Além dos nativos, os colonos enfrentavam os missionários católicos que combatiam a escravidão indígena, apesar de aceitarem a negra. Motivados pela conversão dos índios, os jesuítas, carmelitas e outras ordens religiosas, foram nesta etapa de colonização da Amazônia muito mais importante que os colonos, constituindo a vanguarda do desbravamento de grande parte do imenso território. Ao mesmo tempo em que catequizavam, exploravam a força de trabalho dos índios sem precisar recorrer ao trabalho compulsório. Suas missões funcionavam como uma empresa comercial de exploração do extrativismo das especiarias:

“Conservando os índios em suas próprias estruturas comunitárias, tratavam eles de conseguir a cooperação voluntária dos mesmos. Dado o reduzido valor dos objetos que recebiam os índios, tornava-se rentável organizar a exploração florestal em forma extensiva, ligando pequenas comunidades disseminadas na imensa zona. Essa penetração em superfície apresentava a vantagem de que podia estender-se indefinidamente. Não se dependia de nenhum sistema coercitivo.”

(FURTADO, 1977, p. 67).

Para os índios, mercadorias como baús, pentes, espelinhos e outros utensílios eram uma grande novidade. Porém, a disciplina imposta e o convívio entre índios de diferentes matizes impuseram a homogeneização lingüística do *nheengatu*<sup>13</sup>, e o enquadramento compulsório do indígena no corpo de crenças cristão e nos modos de vida dos cativadores. Como os religiosos não pagavam impostos nem publicavam estatísticas, é difícil dimensionar sua produtividade.

A organização da atividade extrativa tornou a região paraense um pequeno centro exportador de produtos florestais extraídos da bacia do Rio Amazonas como cacau, baunilha, canela, cravo, castanha, salsaparrilha, resinas aromáticas. De todos os produtos, o cacau ganhava importância conforme crescia a procura por chocolate na Europa. Como os ingleses e espanhóis incentivavam suas colônias na Amazônia (atual Guiana e Venezuela, respectivamente) a se especializarem na exportação do produto, os portugueses encorajaram-se a fazer o mesmo.

---

<sup>13</sup> *Língua Geral*, baseada no Tupi, e utilizada para catequese e conversão.

Até o ano de 1639, os principais produtos de exportação eram o açúcar, produzido em sete engenhos, o cravo e o tabaco, destacando-se o cacau a partir de 1677, quando a ordem régia mandou iniciar sua cultura. Colonos foram deslocados do Açores e autorizados a ter as próprias plantações, e S. Majestade prometia “mercês e honrarias” a quem se dedicasse ao cultivo. Para fomentar a atividade, concedeu **incentivos fiscais**, com isenções por seis anos aos plantadores a partir de 1680. Em 1681, os benefícios foram estendidos ao cacau silvestre<sup>14</sup>.

Para enfrentar a escassez de mão-de-obra, a coroa criou em 1682 uma empresa mercantil monopolista, a *Companhia de Comércio do Maranhão*, para centralizar a atividade exportadora e fornecer escravos africanos para a Amazônia. Comerciantes e senhores de engenho sentiram-se prejudicados com o monopólio da companhia e os privilégios dos jesuítas, que conseguiram a proibição da escravidão indígena. Em 1684, Beckman liderou uma revolta, levando Portugal a extinguir a Companhia, sem que conseguisse introduzir o escravo negro.

As missões jesuíticas e a colonização dos portugueses seguiam penetrando pelo Norte via Rio Amazonas e afluentes, fazendo alianças com algumas tribos e enfrentando a hostilidade de outras. Vindos do Sul, as moções dos bandeirantes paulistas desbravavam os sertões alcançando a Amazônia. Buscavam, inicialmente, escravizar índios, e após as descobertas do ouro nos atuais Estados de Minas Gerais e Goiás, chegaram onde hoje são os Estados amazônicos de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins<sup>15</sup>. Esses aventureiros consolidaram caminhos e fronteiras<sup>16</sup>, disseminando pequenos arraiais que constituíram núcleos de povoamento nas paragens percorridas pelas entradas. Os pequenos vilarejos tornaram-se posteriormente vilas, até se desdobrarem nas cidades atuais.

Com as expansões territoriais portuguesas no interior, o *Tratado de Tordesilhas* estava obsoleto. Por temer perder suas possessões para outras potências, os

---

<sup>14</sup> Barata (1915, p. 11) e Pinho Filho (1979, p. 19).

<sup>15</sup> A expedição de Raposo Tavares, entre 1648 e 1651, chegou ao Rio Amazonas percorrendo a área que atualmente corresponde a Rondônia. Em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, alcançou o Rio Araguaia, onde registrou a lendária mina aurífera dos Martírios, assim batizada, pois sua imagem na tempestade lembrava cenas do martírio de Cristo. A imensa quantidade de ouro descrita ressuscitava o mito do Eldorado e estimulou diversas expedições à região, que não foram bem sucedidas devido à imprecisão do roteiro. Sua localização corresponde ao sul do atual Pará e do Tocantins, possivelmente na reserva de Serra Pelada.

<sup>16</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre as bandeiras, duas obras clássicas de Sérgio Buarque de Hollanda constituem uma rica fonte: *Moções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1957).

portugueses aceitaram aliar-se estrategicamente à Inglaterra, cedendo em concessões comerciais<sup>17</sup>. Entre os séculos XVII e a primeira metade do XVIII, foi possível garantir a posse territorial da maior parte da região amazônica, abrindo o caminho para que esses problemas fossem solucionados pela negociação e consolidação da ocupação<sup>18</sup>. O mais importante acordo foi o **Tratado de Madrid** (1750), que solucionou antigos litígios de fronteira com a Espanha<sup>19</sup>. Com o entendimento, Portugal incorporou uma imensa área que corresponde à maior parte do que hoje é a Amazônia Brasileira.



Nessa primeira metade do século XVIII, os jesuítas e os colonos consolidaram as atividades econômicas extrativistas e uma pequena agropecuária. Em 1737, o Estado do Maranhão passou a ser designado como **Estado do Grão Pará e Maranhão**, e a capital foi transferida de São Luis à Belém. No porto desta cidade ancorava entre um a dois navios por ano, e os caríssimos fretes eram de mais de 100% sobre o valor FOB

<sup>17</sup> A contrapartida exigida pela Inglaterra foi a assinatura Tratado de Methuen em 1703, no qual os portugueses se comprometeram a consumir unicamente os tecidos ingleses, em troca da exclusividade pelos vinhos de Portugal. Ver Novais (2005, p. 19 e 27).

<sup>18</sup> Os primeiros acordos foram os Tratados de Utrecht (1713-1714), que limitaram as fronteiras com a Guiana Francesa. Para garantir as posses, foram erguidas fortificações ao redor das quais se formou Macapá (1738). O forte assegurou o controle da outra extremidade do estuário do Rio Amazonas, separado pela Ilha do Marajó.

<sup>19</sup> O diplomata luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, nascido em Santos, utilizou-se do princípio de direito privado romano *uti possideti, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito).

das mercadorias embarcadas<sup>20</sup>. Simonsen (1962, p. 342 e 380) estima que o valor das exportações das aldeias não ultrapassava £ 10 mil anuais. Em termos comparativos, no ano de 1749, enquanto as exportações do Pará e Maranhão somadas correspondiam a apenas £ 30 mil, as de Pernambuco alcançavam £ 300 mil, e as do Rio de Janeiro, por onde embarcava o ouro e o diamante mineiro, £ 1.750 mil. Esses dados excluem o importante peso do contrabando na economia, mas demonstravam o papel periférico da Amazônia nas exportações coloniais, ainda sob exclusivismo comercial.

A precariedade da economia da região podia ser notada até mesmo pela ausência do componente monetário. Em 1740, mesmo em declínio na região, o açúcar era a principal moeda corrente, taxada em 3 mil réis a arroba. Vivia-se o regime de troca direta, com os escambos, pagamentos e até mesmo salário dos governadores feito em produtos da terra. Devido a experiências fracassadas anteriormente<sup>21</sup>, a moeda só começou a circular a partir de 1748<sup>22</sup>. Sem o componente monetário, é praticamente impossível mensurar a proporção dessas atividades na economia regional. No entanto, os autores consultados são unânimes ao afirmar que nesta etapa da colonização, o extrativismo prevaleceu sobre a agropecuária, e que os colonos das aldeias do interior eram muito menos dependentes do comércio exterior do que os do litoral.

A política de Portugal para o Vale Amazônico começou a dar sinais de mudança quando Alexandre de Gusmão foi conselheiro de Dom João V (1730-1750), planejando um povoamento maior na região. Devido aos incentivos fiscais e aos estímulos da coroa, o cacau agrícola (*manso*) e extrativo (*brabo*), tornou-se o principal produto da Amazônia Colonial. Segundo Barata (1915, p. 11), em 1730 já havia no Pará cerca de meio milhão de pés cultivados, e em 1749, mais de setecentos mil, exportados em 64 mil @ (cerca de 940 toneladas) para Lisboa. Em valor, o cacau representava aproximadamente 90% das exportações regionais<sup>23</sup>.

O Pará foi a primeira capitania que plantou o café, que veio diretamente da Etiópia em 1727. Em 1749 já eram cultivados mais de 17 mil pés, com 5 mil @

---

<sup>20</sup> Santos (1980, p. 16).

<sup>21</sup> “Em 1684, a Companhia de Comércio do Maranhão foi obrigada a introduzir no Estado, anualmente, 1.000 cruzados de prata e cobre (pouco mais de £ 100). Pois, para se evitar que o metal desaparecesse transformado em adornos, foi limitado a dois, pela carta régia de 12 de setembro de 1684, o número de ourives no Estado, um em São Luís e outro em Belém. [...] o cacau e o cravo serviriam como meio circulante.” (SIMONSEN, 1962, p. 343).

<sup>22</sup> Reis (1966, p. 122).

<sup>23</sup> Santos (1980, p. 17).

exportadas (aproximadamente 73 toneladas). No ano de 1761, a exportação da cana-de-açúcar foi declarada imprópria pela concorrência com a Bahia e Pernambuco, e S. Majestade mandou que a produção se limitasse ao comércio interno. A pecuária era restrita ao abastecimento local, e em 1726, a Câmara Municipal estabeleceu o primeiro açougue em Belém<sup>24</sup>. Quanto às manufaturas, desenvolveram-se com muito vagar<sup>25</sup>.

São pouco precisas as estatísticas consultadas sobre as populações entre 1616 a 1750. Em 1685, Belém possuía aproximadamente 500 habitantes, e poucos escravos; em 1750, um censo registrava mil chefes de família<sup>26</sup>. Como o dinamismo colonial concentrava-se nas *plantations*<sup>27</sup> nordestinas e nas áreas da mineração, a fração amazônica era insignificante<sup>28</sup>.

Os índios não eram contabilizados em virtude da dispersão e ausência de contato, só podendo ser estimados. Relatos do padre Antônio Vieira<sup>29</sup> de 1661, ao retornar aos rios que visitou na Amazônia em 1652, registra que foram dizimados mais de 2 milhões, dados que, segundo Darcy Ribeiro (2005, p. 318) não são exagerados. Em toda colonização, os índios sofreram a maior hecatombe demográfica da história, dizimados por epidemias, guerras, massacres, suicídios, trabalho compulsório, mestiçagem, assimilação, e outros motivos<sup>30</sup>. A Igreja Católica teve grande responsabilidade por esse morticínio, muitos deles executados por seus missionários (inclusive os jesuítas) contra os índios que resistiram à conversão forçada a uma crença que pouco tinha ver com sua história, contexto e meio-ambiente<sup>31</sup>.

<sup>24</sup> Barata (1915, p. 13, 20, 24 e 40).

<sup>25</sup> “Produzira-se logo o açúcar, a aguardente e o fumo. A aguardente, viciando o índio, foi proibida. Embora, em 1751 funcionavam quarenta e duas engenhocas. O anil, o breu, as madeiras foram sendo beneficiadas por meios rústicos. Fabricava-se também manteiga e farinha. Esta em quantidades imensas. Porque constituía o fundamento da alimentação do bugre e, com o decorrer do tempo, do próprio colono”. (REIS, 1942, p. 35).

<sup>26</sup> Simonsen (1962, p. 309) e Reis (1942, p. 32).

<sup>27</sup> Caracteriza-se um sistema de *plantation*, uma produção agrícola de monocultura em latifúndios, com mão-de-obra escrava, voltada para o mercado externo. Na colonização do Brasil, prevaleceu a produção canavieira, especialmente no Nordeste onde o solo de massapé e o clima tropical lhe eram favorável.

<sup>28</sup> Simonsen (1962, p. 121) estima que o total da população da colônia elevou-se de aproximadamente 100 mil habitantes em 1600 para 200 mil em 1700 (cerca de 30% de brancos livres e 70% de escravos negros).

<sup>29</sup> O Padre Antônio Vieira (1608-1697) foi uma das vozes dentre os jesuítas que defendia os “direitos” aos povos indígenas, aos judeus, cristão-novos e também a abolição da escravidão. Era radicalmente contrário à escravização dos índios e aos massacres contra as tribos.

<sup>30</sup> Ribeiro (2005, pp. 142-144) calcula em 5 milhões a população de índios em todo o atual território brasileiro por volta de 1500, e que já em 1700, restavam apenas 2 milhões.

<sup>31</sup> Havia também um dano cultural, pois os índios convertidos eram obrigados a se vestirem e a adotarem uma moral de vergonha ao próprio corpo, além de lhes ser imposta uma disciplina de trabalho e ritual, que os fazia repetir sistematicamente incompreensíveis ladainhas e orações em latim, de acordo com a liturgia oficial do Vaticano. Essa

Entre 1616 e 1750, Portugal interiorizou a conquista do espaço econômico amazônico, ocupando o território habitado por uma grande população indígena. As atividades extrativas e agropecuárias introduzidas tornaram-se a base econômica da Amazônia, que assim permaneceu predominante por séculos.

### **1.1.2) “Valorização econômica” mercantilista (1750-1808)**

A partir de 1750, a Amazônia ganhou atenções especiais da coroa portuguesa, recebendo planos mercantilistas de “**valorização econômica**”, que a integraram comercialmente ao *Antigo Sistema Colonial*<sup>32</sup>.

No século XVIII, efervescia na Europa e na América o pensamento iluminista<sup>33</sup>. Em 1750, Dom José I assumiu o trono português e nomeou como Secretário de Estado o Marques de Pombal<sup>34</sup>. O Reino passou por reformas inspiradas nos ideais da ilustração, e foi formulado um projeto estratégico de ocupação e colonização da Amazônia, pois essa era a nova fronteira de expansão agrícola e extrativa portuguesa. Francisco Xavier Mendonça Furtado<sup>35</sup>, irmão de Pombal, recebeu a missão de integrar comercialmente a Amazônia com Portugal, e para isto fundou mais de 60 vilas no Grão-Pará. Montou também um sistema de defesa do extremo norte, com a fortaleza de São José sendo abastecida pelas Vilas de Macapá, Vistoza da Madre de Deus e de Mazagão, esta última colonizada pelos habitantes da cidadela que existiu na África<sup>36</sup>.

Em termos administrativos, foi desmembrada da capitania do Pará, em 1755, a capitania de São José do Rio Negro, que correspondia à maior parte do que atualmente

fúria catequizante ainda é presente na Amazônia, principalmente pelas novas religiões evangélicas, que progressivamente vão destruindo o patrimônio imaterial de práticas ancestrais de culto à natureza e às divindades da floresta, que passam a ser “demonizadas”, e a tradicional pajelança considerada “feitiçaria negra”.

<sup>32</sup> Sobre o *Antigo Sistema Colonial*, ver Novais (2005, p. 57).

<sup>33</sup> O século XVIII ficou conhecido como o *século das luzes*, quando floresceu o pensamento *iluminista* ou *ilustração* (*ilustración, enlightenment, lumière*). Sua convicção era na razão científica como meio para alcançar o progresso humano e o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos para transformar as velhas estruturas feudais do Antigo Regime. Nas lojas maçônicas, herdeiras das antigas guildas dos pedreiros livres medievais, devido à sua tradição iniciática e democrática, efervesciam esses ideais (MICTMR).

<sup>34</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, ou Conde Oeiras.

<sup>35</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre a gestão de Mendonça Furtado, especialmente sobre o choque pombalino-jesuítico, Mendonça (1963) sistematizou em três tomos as correspondências do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará sobre seus planos e ações.

<sup>36</sup> Mazagão foi a última cidadela portuguesa no Marrocos. Sua perda fez com que os interesses portugueses pela Amazônia aumentassem à medida que minguavam na África.

são os Estado do Amazonas e de Roraima juntos. Com a criação do **Estado do Grão-Pará e Rio Negro** em 1772, a Amazônia foi separada regionalmente do Estado do Maranhão. Também foi selado no ano de 1777, o último importante acordo de fronteiras com a Espanha, o **Tratado de Santo Idelfonso**, com prejuízos aos portugueses no extremo Sul do Brasil, mas seguindo em linhas gerais os limites anteriores amazônicos.

Para reforçar o papel do Estado, Pombal expulsou os jesuítas e a *língua geral* dos padres foi proibida<sup>37</sup>. Com essas medidas, a educação passou a ser transmitida por professores laicos. Mas a marca principal do Marquês na Amazônia foi a instalação da *Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão* em 1755 que, diferente da fracassada experiência anterior de 1682, a nova conseguiu montar uma organização produtiva importante em escala regional e integrou-a com a metrópole.

A Companhia funcionava como uma empresa monopolista com isenções de impostos, e marcou uma fase de prosperidade para a região. De acordo com Reis (1966, p. 129), a política econômica do período pombalino pode ser caracterizada como um “**plano de valorização da Amazônia**”<sup>38</sup>, pois planejava a exploração racional da produção, concedia incentivos fiscais, possuía metas para a fixação de colonos com a distribuição de sesmarias<sup>39</sup>, além de fornecer mão-de-obra africana e instrumentos agrícolas. Seus impactos foram profundos e se desdobraram até o fim da colonização:

“De 1751 em diante, começou um novo período na história da Amazônia. Procedeu-se a sua valorização intensiva. [...] fez-se, nessa época, um imenso esforço para a lavoura de espécies nativas e alienígenas. É interessante mencionar que além da iniciativa dos colonos, verificou-se uma curiosa ação do Estado para que nos pequenos centros urbanos que se foram criando houvesse abastecimento indispensável aos sitiantes.”

(REIS, 1966, pp. 222-225).

Quando se encerrou o período pombalino, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi extinta. Contudo, seu legado permaneceu, pois se formou um

<sup>37</sup> Em regiões de presença jesuítica como a Amazônia e São Paulo, o *nhengatu* era mais usado no cotidiano que o do português. Por isso a preocupação de Pombal de unificar o português como a língua colonial.

<sup>38</sup> O historiador e então governador do Amazonas, Artur Cezar Ferreira Reis, escreveu essa obra no contexto da “Operação Amazônia” em 1966 (ver capítulo 2). Vale, no entanto, destacar que essa política colonial difere-se da que começou a ser aplicadas na Amazônia em 1953 pelo seu caráter puramente mercantilista.

<sup>39</sup> Modo de distribuição de terras de acordo sistema jurídico português.

precário mercado interno amazônico, e se consolidaram atividades agrícolas e pecuárias, além do funcionamento de pequenas manufaturas<sup>40</sup>. Assim, até o final do século XVIII, a meta de integrar comercialmente os povoados da Amazônia com a metrópole havia sido concluída.

No geral, as colônias da imensa *América Portuguesa* permaneciam uma constelação de “ilhas” econômicas regionais com frágeis conexões entre si. Esses sistemas, que se ligavam apenas com a metrópole, tiveram um curto ensaio de integração com as descobertas do ouro no centro do território<sup>41</sup>. Ao longo desse processo, a Amazônia e o Maranhão mantiveram-se isolados, e quando a atividade aurífera entrou em decadência, essa conexão se desarticulou. De acordo com Cano (1977, p. 108), as especificidades da mineração não a tornaram capaz de desenvolver um “complexo econômico” durante seu apogeu, que impulsionasse um processo de industrialização capaz de integrar as regiões.

A Amazônia permaneceu nesse período um grande vazio demográfico onde se somavam dezenas de núcleos, resultantes de aldeamentos mantidos pelos religiosos e pequenos estabelecimentos criados pelos colonos como feitorias de comércio e pesca, e bases militares. O povoamento foi, portanto, descontínuo e ondulatório, com escassa população concentrada em pequenas vilas espalhadas em pontos dispersos nos afluentes dos principais rios.

Em 1757, havia na Amazônia, segundo Reis (1943, p. 15), 46 aldeias (não indígenas), 30 mil *fogos*<sup>42</sup> e uns cem mil habitantes. Em outro trabalho, Reis (1972, p. 192) cita que um censo feito em 1799 atestava 61 mil habitantes no Pará, 15 mil no Rio Negro e 7 mil no Marajó, totalizando 83 mil no Grão-Pará<sup>43</sup>. Diferente do restante da *América portuguesa*, o escravo negro teve sua presença reduzida na Amazônia. De

---

<sup>40</sup> Ver Santos (1980).

<sup>41</sup> Com o crescimento da atividade mineira, especialmente ao redor de Vila Rica (atual Ouro Preto), elas passaram a ser abastecidas pela pecuária do Nordeste e principalmente do Sul. Distante dos portos, as tropas de mulas que trafegavam nas estradas eram o principal meio de transportes, comercializado nas feiras que aconteciam no interior paulista. O porto do Rio de Janeiro ligava as minas com o mercado europeu, por onde saía o ouro e o diamante e vinham as importações.

<sup>42</sup> *Fogos* é a denominação usada pelos recenseadores da Europa medieval para calcular as populações dos feudos baseada na contagem das fumaças que saíam das chaminés das casas principalmente em dias frios, o que demonstrava quais estavam realmente ocupadas por famílias.

<sup>43</sup> Em virtude das limitações deste trabalho não foi possível consultar a sessão de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, onde existem as documentações sobre a população do período.

acordo com o IBGE (1990, p. 61), entre 1756-1788, foram comprados 29 mil escravos africanos para o Grão-Pará e Maranhão. A Companhia de Comércio introduziu cerca de 13 mil escravos. Quanto à população indígena, entre 1700 a 1800, se teria *gasto* em toda a colônia – conforme expressão bizarra de um cronista da época – mais 1 milhão de índios, principalmente no Maranhão e no Pará, reduzindo-se o montante de índios isolados para apenas 1 milhão<sup>44</sup>.

Cruzando diferentes fontes<sup>45</sup>, e desconsiderando a população indígena não integrada, a região amazônica participava com aproximadamente 2,5% da população colonial entre fins do século XVIII e início do século XIX. Pelos dados de Humboldt, cientista natural alemão que visitou a região em 1800 e a nomeou de **Hiléia Amazônica**, ainda havia 260 mil índios no Rio Negro, Rio Branco e Amazonas. Este cientista atribuiu ao Brasil 3,6 milhões de habitantes, sendo 920 mil brancos, 1,9 milhões de negros e o restante de população indígena e mestiça<sup>46</sup>.

Nesses séculos de ocupação, surgiu e se multiplicou uma vasta população de gentes destribalizadas e desculturadas que formaram, segundo Ribeiro (2005, p. 316), a população neobrasileira da Amazônia. Como política da era pombalina, o Estado incentivou a mestiçagem em virtude da escassez de população, ensaiando uma política de planejamento demográfico. O distanciamento da região contribuiu para a formação de uma importante matriz cultural do povo brasileiro, o **caboclo** da Amazônia, como resultado da miscigenação dos reinóis portugueses com as índias, que possuía um modo de vida essencialmente nativo enquanto adaptação ecológico-cultural, mas que contrastava com os brancos no plano social.

Nos anos de funcionamento da Companhia, o cacau representou, em média, 61% das exportações da Amazônia; o café, cerca de 10% e o cravo, 11%<sup>47</sup>, e, segundo Santos (1980, p. 21), não há provas de que de que a lavoura haja superado a pura atividade extrativa do cacau. A média das exportações de Belém para Portugal nos quinqüênios entre 1756 e 1777 foi 26 mil £-ouro.

---

<sup>44</sup> Ribeiro (2005, p. 144).

<sup>45</sup> Reis (1972A), Ribeiro (2005), Santos (1980) e Simonsen (1962).

<sup>46</sup> Simonsen (1962, p. 271).

<sup>47</sup> A fonte consultada por Santos (1980, p. 18) para esses dados foi o minucioso estudo de Manuel Nunes Dias, *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, tese apresentada na Universidade de São Paulo em 1960, e editada pela Universidade Federal do Pará em 1970.

A agricultura foi a atividade mais incentivada, oferecendo um complemento à coleta primária. Expandiram-se as produções do cacau, algodão, tabaco, cana-de-açúcar, café e arroz. De acordo com Barata (1915, p. 13), o arroz silvestre vermelho foi substituído a partir de 1772 pelo arroz branco da Carolina, e no ano seguinte passou a ser embarcado para Lisboa; em 1773 já eram exportadas 935 @ (aproximadamente 14 toneladas), e em 1780 atingiu 107 mil @ (cerca de 1.575 toneladas).

**Tabela 1.2**  
**Exportações da Amazônia Colonial (1756-1808)**  
(Em anos selecionados)

Anos	Mil £-ouro	Principais produtos (em toneladas*)			
		Cacau	Arroz	Café	Algodão
1756	25	437	-	53	-
1760	39	689	-	124	-
1765	26	464	-	92	-
1770	32	753	-	45	-
1775	47	1.071	286	66	31
1780	85	887	1.575	46	72
1789	22	1.412	1.548	44	70
1794	197	1.171	1.520	41	115
1800	145	1.868	1.334	72	234
1808	19	242	121	-	7

Fonte: Dados dos produtos exportados de 1756 a 1770, 1775 e 1785 de Santos (1980, p. 37) e o restante de Barata (1915, pp. 3-7). Exportações em £-ouro, dados de 1756 a 1778 de Santos (1980, p. 37) e de 1780 a 1808, de Simonsen (1962, pp. 346-347). \* Os números originais estão em arrobas portuguesas (14,688 kg), e foram convertidos para toneladas.

A pecuária de maior extensão se concentrava no Marajó e era principalmente voltada ao abastecimento interno. Segundo Reis (1966, p.123), algumas fazendas deixadas pelos jesuítas possuíam 134 mil cabeças de gado vacum e 14 mil de gado cavalariço, que, de acordo com Barata (1915, p. 42), totalizavam mais de 400 mil na região em 1756, que passaram à mão dos “contemplados” com a expulsão dos padres. Em 1803, havia 226 fazendas com mais de 500 mil cabeças.

Pequenas atividades manufatureiras se desenvolveram para o mercado regional, como o fabrico de açúcar, da cachaça, do chocolate de cacau, pequenos derivados de borracha, tecidos de algodão e de fibras silvestres. Havia olaria para telhas, potes e artefatos singelos, teares para algodão e preparo de fardamentas da soldadesca<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> Reis (1966, p. 123).

Também existiam estabelecimentos para o fabrico de velas, cordas e colares de piaçaba, sabão, secamento de peixes, beneficiamento do anil, farinhas e açúcar. A Companhia de Comércio possuía estaleiros em Belém, que construía embarcações que navegavam tanto para Goiás e Mato Grosso como para Porto e Lisboa<sup>49</sup>.

No último quartel do século XVIII, o mundo já se encontrava mais integrado pelos fluxos comerciais ultramarinos, e a economia se transformava profundamente com os efeitos da Revolução Industrial na Inglaterra. A América passava pela crise do *Antigo Sistema Colonial* que deu início às Independências. A dos EUA favoreceu o florescimento de uma agricultura algodoeira no Maranhão, e em menor escala no Pará; a da Venezuela também auxiliou na valorização da cotação do cacau, que passou a ter alta a partir de 1790. Do último quartel do século XVIII ao início do XIX, as exportações de toda a colônia portuguesa triplicaram para £ 3 milhões<sup>50</sup>.

As exportações do Pará dobraram no quinquênio 1776-1780, comparado com o anterior, passando para 60 mil £-ouro ou 215 contos de réis<sup>51</sup>, e assim seguiram em ascensão. Mesmo em alta, seu volume era muito baixo se comparado com as exportações do Maranhão, cerca de cinco vezes maiores<sup>52</sup>.

A situação econômica começou a se agravar com as guerras napoleônicas, especialmente a partir 1806, quando foi decretado o bloqueio naval à Inglaterra. Como este país era o principal parceiro comercial de Portugal, isso se rebateu na colônia como uma violenta queda nas exportações de todos os produtos (Gráfico 1.1). Essa crise foi apenas o prenúncio de uma longa e difícil fase que a economia da Amazônia passaria a enfrentar até a ascensão da borracha.

---

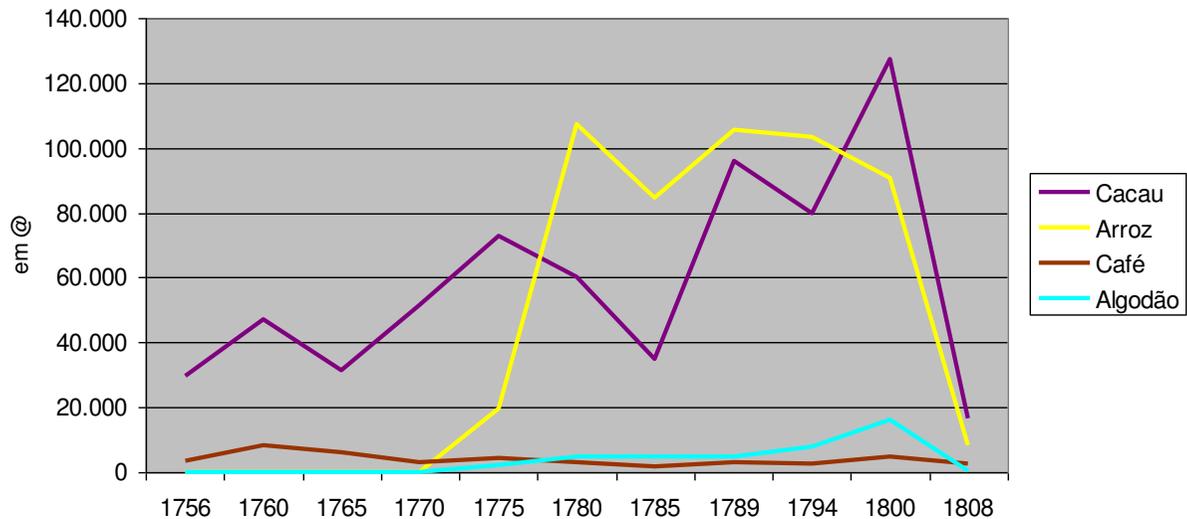
<sup>49</sup> Pinho Filho (1979, p. 22).

<sup>50</sup> Simonsen (1962, p. 364).

<sup>51</sup> Um conto de Réis é o mesmo que 1 milhão de Réis.

<sup>52</sup> Santos (1980, pp. 21 e 24).

**Gráfico 1.1**  
**Principais Produtos Exportados da Amazônia (1756-1808)**



Fonte: BARATA, Manuel. A antiga produção e exportação do Pará. Belém: Torres & Cia, 1915, pp. 3-7. SIMONSEN, Roberto. História Econômica do Brasil (1500-1820). 4ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1962, pp. 346-347. SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: Ed. TAQ, 1980.p. 37.

Ente 1750 e 1808, portanto, a Amazônia integrou-se comercialmente com a metrópole. Segundo Souza (1994, p. 96), meio século de programas econômicos voltados para a agroindústria e a manufatura, tinha criado uma poderosa classe de proprietários e comerciantes, que constituíam uma burguesia mercantil amadurecida quanto a seus próprios interesses. Belém já possuía uma apreciável estrutura urbana, e estavam longe os anos de conquistas e penetração, com a economia de subsistência ou exclusivamente extrativa. O Pará havia se ligado a Portugal por laços familiares, comércio e facilidade de navegação, pois uma viagem de Belém a Lisboa durava cerca de 20 dias, contra quase 2 meses até São Luís e 3 meses até o Rio de Janeiro, o que fazia com que os ricos e políticos freqüentassem mais Portugal que o Brasil.

Contudo, o exclusivismo comercial continuava a bloquear qualquer possibilidade de desenvolvimento para a economia colonial. Esse quadro só pôde ser alterado pelas conseqüências transformadoras dos ventos libertários da Revolução Francesa e das Independências na América.

## 1.2) Amazônia Brasileira (1808-1929): integração com o mercado internacional

Vinda de uma fase de crescimento das exportações no fim do século XVIII, a economia da Amazônia<sup>53</sup> enfrentou uma difícil crise de transição na primeira metade do século XIX, quando deixou de ser colônia para se tornar a **Província do Grão-Pará** do Império do Brasil. A região integrou-se politicamente ao novo país em formação, e passou a seguir seus destinos econômicos de fornecedor de bens primários e importador de produtos de qualquer natureza, especialmente manufaturados. Assim, permaneceu intacta a base primário-exportadora, e a borracha extrativa florestal progressivamente passou a ser o principal produto da Amazônia.

Em virtude do crescimento da demanda pelo produto nos países centrais, a Amazônia passou **da crise à recuperação** (1808-1850). Com a introdução do processo de vulcanização nos centros industriais, a demanda externa pelo produto cresceu ao mesmo tempo em que houve uma adequação das condições internas para a oferta. Com a venda da borracha ultrapassando a casa dos milhares de toneladas anuais, teve início uma fase de **expansão das exportações da borracha** (1851-1886).

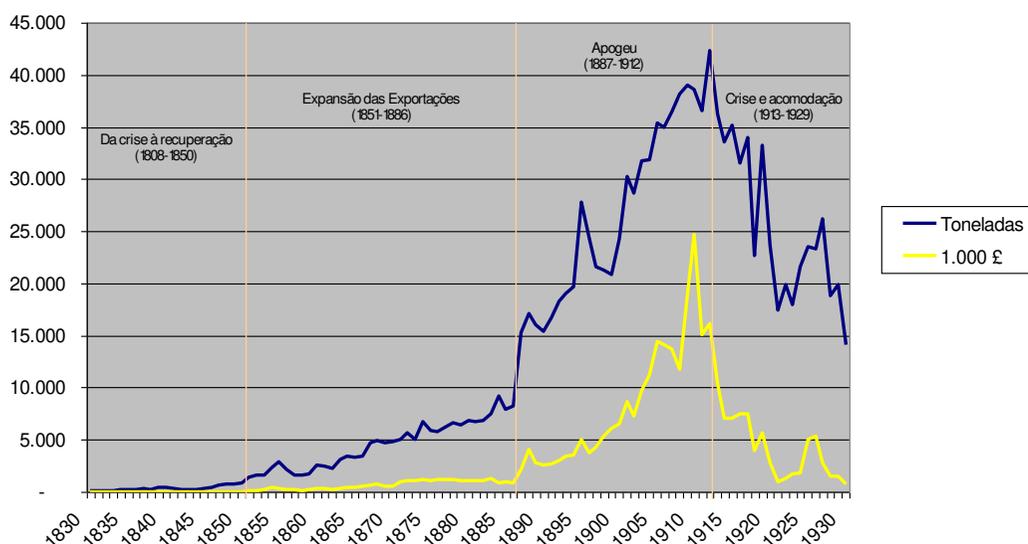
A ascensão cada vez maior da importância do látex como matéria-prima da *Segunda Revolução industrial* gerou uma fase de euforia, com as crescentes toneladas de exportações de borracha ultrapassando a casa das dezenas de milhares anuais, o que configurou o **quadro econômico do apogeu** (1887-1912). No entanto, com a concorrência internacional, as exportações do produto foram abaladas, passando a Amazônia **da crise à acomodação** (1913-1929), quando a trajetória das exportações de borracha inverteu da curva ascendente à descendente, resultando em outra profunda depressão, só revertida com os estímulos da industrialização e da integração do mercado nacional após a “crise de 1929”.

Este sub-capítulo 1.2 foi dividido de acordo com as fases de expansão, apogeu e retração das exportações de borracha (Gráfico 1.2):

---

<sup>53</sup> Em todo o item 1.2, a referência à Amazônia é à **Amazônia Brasileira**, em suas distintas fases: de 1808 a 1822, ainda como Estado do Grão-Pará e Rio Negro, subordinados ao Estado do Brasil; de 1823 a 1850, como Província do Grão-Pará do Império do Brasil; de 1850 a 1889, como o conjunto das Províncias do Pará e Amazonas; e de 1889 a 1930, como Estados do Pará e Amazonas, acrescentando o Território Federal do Acre a partir 1903.

**Gráfico 1.2**  
**Exportações da Borracha Brasileira (1830-1930)**



Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada e Libra esterlina. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Estatísticas Históricas do Brasil IN IBGE. "O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (1909)" IN Estatísticas históricas do Brasil. 2ª Edição do 3º volume da Série de Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990, p. 347. Os dados correspondem ao total nacional exportado sem o recorte regional.

### 1.2.1) Da crise à recuperação (1808-1850)

O período 1808-1850 marca a transição de um momento de crise com a queda nas exportações, seguido de novos fatores que ajudaram a piorar a difícil fase da economia, como as Guerras Napoleônicas, a Guerra de Independência e a Revolta da Cabanagem. O quadro econômico só não foi mais catastrófico porque começou a ascender na pauta de exportações da região a borracha.

Os franceses invadiram Portugal em 1807 por não acatarem o bloqueio continental de Napoleão Bonaparte contra a Inglaterra. A Família Real portuguesa, junto dos gabinetes ministeriais e de toda a Corte se refugiaram no Rio de Janeiro<sup>54</sup>, para onde foi transferida a sede da monarquia em 1808. O Estado do Brasil tornou-se a partir de então a metrópole do Império português. A transferência da capital selou o fim do *pacto colonial*, e os portos de toda América portuguesa foram abertos às *nações amigas*, extinguindo-se o *exclusivismo comercial*. Porém, as guerras napoleônicas, de

<sup>54</sup> Em 1763, período da prosperidade do ouro, a capital do Estado do Brasil passou de Salvador ao Rio de Janeiro.

Independência e da Cabanagem, somadas à perda de mercados para os produtos locais, configuraram um longo período depressivo para região.

A economia amazônica, que vinha de um momento expansivo no século anterior em virtude do aumento das exportações, entrou na fase recessiva. A abertura dos portos havia atraído vários negociantes ingleses para Belém, que passou a operar com a Europa e mais tarde ampliou a área de comércio para os EUA e as Antilhas. Contudo, com a queda do preço do cacau na capital paraense, seu valor total exportado declinou para menos da metade, passando de 182 mil £-ouro em 1805 para £ 96 mil em 1810, seguida de lenta recuperação até chegar a 127 mil £-ouro em 1820. Nesse período, suas exportações perfaziam 58% do total da Amazônia<sup>55</sup>.

Outros fatores também contribuíram para deteriorar o quadro econômico.

Devido a Portugal estar ocupado pelas tropas francesas, Dom João VI empreendeu campanhas militares em retaliação à França e à Espanha, anexando a Guiana Francesa à Amazônia e a Cisplatina ao Extremo Sul. Os custos do envio de tropas para a invasão da colônia da França em 1808, que teve a ocupação prolongada até 1817, possivelmente ajudou a piorar a situação econômica paraense.

No contexto do desfecho das guerras napoleônicas em 1815, o Estado do Brasil foi promovido a Reino Unido de Portugal e Algarves. Na contramão da onda reacionária do Congresso de Viena, ocorreu em 1820 em Portugal uma revolução “liberal”, que exigiu a volta da Corte, da Família Real e da sede do Império. Como resposta à ameaça recolonizadora, o Brasil se tornou independente em 7 de setembro de 1822, triunfando o projeto nacionalista. A guerra que sucedeu à declaração de Independência teve um de seus episódios na Amazônia, o que também afetou negativamente a economia da região. Depois de muita resistência, em 15 de Agosto de 1823, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro aderiu ao Império do Brasil como Província do Grão-Pará, garantindo ao novo país a soberania do imenso território americano herdado de Portugal.

Com a Constituição Imperial outorgada em 1824, as províncias se integraram política e legalmente no novo **Estado nacional** em formação. Progressivamente se estabeleceu o sistema fiscal, cambial e monetário do Império aos quais as províncias foram se adequando. A escravidão foi preservada e a economia se encontrava na teia

---

<sup>55</sup> Santos (1980, pp. 28-30).

da dependência do modelo primário-exportador, para abastecer os centros capitalistas que emergiram na nova divisão internacional do trabalho. A Revolução Industrial neste primeiro momento acontecia principalmente na Inglaterra. Como toda a América Latina “independente”, o Brasil inseriu-se na periferia desse capitalismo internacional como fornecedor de matérias-primas, alimentos, bens primários, e comprador de produtos de todo tipo, especialmente industrializados.

Após a Independência, o Brasil viveu um período de crise econômica e na Amazônia sentia-se o reflexo. O panorama mundial não se mostrava mais favorável aos produtos tropicais pela reconquista dos mercados perdidos pelos EUA e Antilhas, que atendiam satisfatoriamente à demanda. Para piorar, sob a pressão pelo reconhecimento da Independência, o Brasil aceitou manter tarifas preferenciais de 15% *ad valorem* aos produtos ingleses<sup>56</sup>, e as estendeu a outros países estrangeiros até 1843, o que escancarou os portos aos produtos importados e impediu o surgimento da indústria.

A delicada conjuntura política e econômica levou a pressões pela abdicação de Dom Pedro I em 1831, em favor do filho Dom Pedro II. Como o sucessor tinha apenas cinco anos de idade, começou o *Período Regencial* (1831-1840), marcado por diversas revoltas regionais como a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1838) na Bahia, a Balaiada no Maranhão (1838-1841), e a longa Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul. No Grão-Pará, os caboclos se levantaram na **Cabanagem** (1834-1840), o que também contribuiu para piorar a economia.

A Cabanagem foi de caráter puramente popular, no qual se manifestou a revolta acumulada contra a opressão e a discriminação. Os revolucionários, contudo, não tiveram suficiente organização para propor um projeto alternativo de ordenamento social e econômico depois da vitória. Os cabanos acabaram derrotados e foram duramente reprimidos. Segundo Reis (1942, p. 67), calcula-se em 30 mil o número de pessoas mortas, principalmente de escravos.

A pacificação do país só foi alcançada depois de muitos conflitos, e após o golpe que declarou a maioria de Dom Pedro II, então com 14 anos de idade, o que restituiu o centro de poder e a confiança na monarquia. O *Segundo Reinado* (1840-1889) foi

---

<sup>56</sup> Em troca da proteção contra os franceses, D. João VI havia estabelecido essas tarifas preferenciais à Inglaterra. Para conceder o reconhecimento da Independência, a Inglaterra exigiu sua manutenção pelo Brasil.

mercado pela recuperação econômica, ainda que sob o modelo primário-exportador. As tarifas preferenciais perderam vigência em 1843, e já em 1844 foi lançada a Tarifa Alves Branco, protegendo a indústria e fortalecendo a região mais dinâmica nas proximidades do Rio de Janeiro. Desde a década de 1820, o café do centro-sul havia ultrapassado o açúcar nordestino, tornando-se o mais importante produto da pauta brasileira, tendência que manteve até o século XX.

Na primeira década de emancipação nacional, as exportações amazônicas caíram para £ 61 mil em 1830, e em 1840, recuperaram-se para £ 140 mil<sup>57</sup>. Das £ 4,3 milhões exportadas pelo Brasil em 1821, a Amazônia participava com 2,9% desse total, e em 1840, dos £ 5,3 milhões exportados nacionais, a região teve pequena queda para 2,6%. Com a exportação de um novo produto, a Amazônia pôde iniciar uma nova fase.

A marca dessa recuperação foi a ascensão do látex extraído da seringueira *hevea brasiliensis*, utilizado para fazer a borracha. Desde a primeira metade do século XVIII, os portugueses aprenderam o uso da goma elástica com os índios. Apesar das evidências de sua utilização no *período colonial*, não há registros de sua exportação. Priestley descobriu em 1770 que a borracha apagava traços de lápis, e em 1823, Charles Mackintosh a dissolveu em essência de hulha, o que tornou possível a produção de vestimentas impermeáveis<sup>58</sup>. Isso foi levando ao aumento do seu interesse por comerciantes norte-americanos e ingleses, gerando a demanda.

A partir de 1820, a Amazônia passou a exportar para os EUA calçados de borracha confeccionados em Belém, mas maior parte era em bruto. O primeiro registro é de 31 t em 1827, representando em valor apenas 1,8% do total exportado pela região<sup>59</sup>. Entre 1827 e 1832, a média do valor da sua exportação era de £ 5,5 mil por ano<sup>60</sup>. De 1833 a 1840, ela continuou ascendente, mas não ultrapassou £ 19 mil. A quantidade de borracha exportada nos anos de 1830, 1835 e 1840 evoluiu respectivamente para 156t, 175t e 418t<sup>61</sup>. Entre 1841 e 1842, caiu para praticamente metade, e a partir de então iniciou uma trajetória de recuperação, passando de 590t em

---

<sup>57</sup> Santos (1980, p. 30).

<sup>58</sup> Prado Jr. (2005, p. 239).

<sup>59</sup> Em bruto, o valor da borracha representou 9:000\$000 (nove contos de réis) num universo total de 488:000\$000.

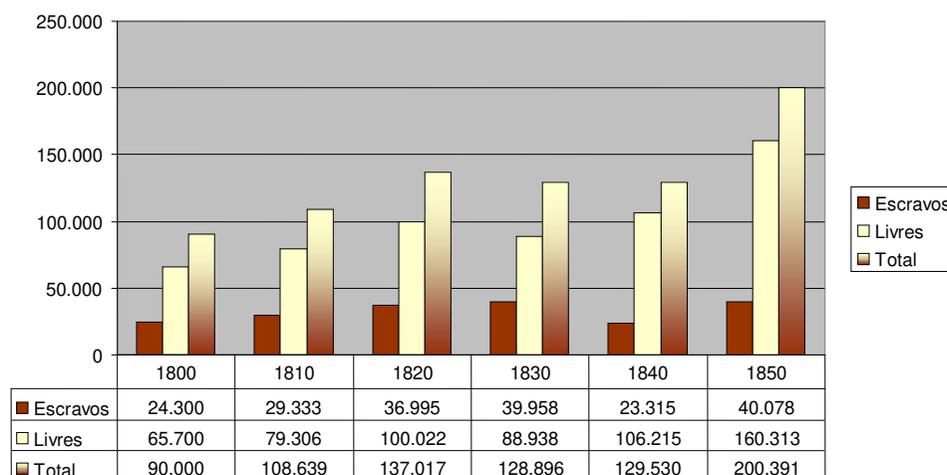
<sup>60</sup> Os dados apresentados referem-se ao total nacional exportado sem o recorte estadual.

<sup>61</sup> IPEADATA. Base de Dados Macroeconômicos, tema Comércio Exterior, série Exportações - borracha em Libra esterlina. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009.

1847 para 879t em 1850. A extração da borracha que inicialmente se restringia a Belém e às ilhas próximas, passaram a interiorizar-se até chegarem ao Xingu e ao Tapajós.

Em geral, a população da Amazônia, que em 1800 era estimada em 90 mil, cresceu para 200 mil em 1850. Nesse período, o crescimento só não foi maior porque entre 1820 e 1840, a população declinou de 137 mil habitantes para 130 mil, principalmente devido à Cabanagem, que reduziu para quase metade a população escrava da região (Gráfico 1.3). Além da guerra civil, esses números se explicam pela alta mortalidade devido às precárias condições de saúde que trouxeram epidemias. Apesar das dificuldades, os sinais da recuperação entre 1840 e 1850, demonstraram que a região voltou a se tornar atrativa para imigrantes.

**Gráfico 1.3**  
**População do Grão-Pará (1800-1850)**



Fonte: Para o levantamento desses dados foram consultadas as publicações da antiga Direcção Geral de Estatísticas, órgão que foi substituído pelo IBGE, e a reedição da série histórica das Estatísticas do Brasil de 1550 a 1988 em IBGE. "O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (1909)" IN Estatísticas históricas do Brasil. 2ª Edição do 3º volume da Série de Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990, p. 31. Outra fonte foi SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: Ed. TAQ, 1980, p. 317, que sistematizou os dados dispersos e completou as lacunas com estimativas.

A expansão da ocupação no interior da região levou o Império a desenhar uma nova divisão político-administrativa para a Amazônia. Pela Lei 582 de 5 de Setembro de 1850, a Província do Grão Pará foi desmembrada em duas unidades: **Província do Pará**, capital Belém; e **Província do Amazonas**, capital Manaus<sup>62</sup>.

<sup>62</sup> A antiga Cidade da Barra mudou o nome para Manaus em 1856.

Estavam dadas as condições para que o crescimento da borracha trouxesse uma nova onda de prosperidade à região.

### ***1.2.2) Expansão das exportações da borracha (1851-1886)***

Ao passar do ano 1850 para 1851, a quantidade de borracha exportada cresceu 63%, e seu valores mais que triplicaram, passando de 40 mil para 125 mil £-ouro, já indicando uma tendência de desequilíbrio na oferta. No lado da demanda, havia sido deflagrado um estímulo durável e vigoroso pela utilização industrial das inovações tecnológicas ligadas ao produto, especialmente da vulcanização, o que sustentou o crescimento das exportações amazônicas por décadas.

A descoberta desse processo por Goodyear nos EUA e Hancock na Inglaterra em 1842, consistia na combinação da borracha com enxofre, o que dava flexibilidade às variações de temperatura. Seus usos industriais passaram a ser empregados na produção de instrumentos cirúrgicos e de laboratórios, botas e tecidos impermeáveis, além da crescente utilização no revestimento de aros de rodas de bicicletas e veículos. Em 1851, as toneladas de borracha da Amazônia passaram suas cifras para a casa dos milhares e iniciaram uma tendência de crescimento em longo prazo.

Para atender à demanda, havia duas dificuldades estruturais, que se apresentavam prontamente: 1) as enormes distâncias que separavam os seringais interiorizados na mata dos centros urbanos exportadores, que só foi solucionada com a introdução da navegação a vapor; 2) a histórica escassez de força de trabalho, resolvida com a imigração e a introdução de novas relações de produções que não a escravidão, mas que garantissem altos lucros.

Antes, contudo, foi necessário enfrentar a ameaça imperialista dos Estados Unidos, que em 1850 prepararam um plano de invasão da Amazônia. Pretendiam colonizar áreas com negros do Sul de seu país para se dedicar à borracha e a plantar algodão, buscando uma saída para a crise da escravidão e da balança comercial desequilibrada. Para isto, dependiam da abertura do Amazonas à livre navegação e ao comércio internacional, iniciativa apoiada por França, Inglaterra e pelas repúblicas

amazônicas ribeirinhas: Peru, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia. A estratégia brasileira consistiu em ações no plano externo e interno.

O Brasil fortaleceu a região com a criação de uma companhia de navegação de capital nacional, com exclusividade de comércio e da colonização para impedir a ocupação estrangeira. Para trazer para seu lado as repúblicas da Amazônia Continental, o Brasil passou a concedê-las o direito à livre navegação, mediante convenção que excluísse os países não amazônicos. Apesar de haverem setores liberais que defendiam a abertura da navegação a “todos os povos”, a decisão estratégica tomada foi a de protelá-la até que desaparecesse o risco da dominação estrangeira. No campo diplomático, o Brasil confrontou a campanha norte-americana, e se armou estudando a fundo o direito internacional dos rios<sup>63</sup>.

As ações brasileiras para barrar o avanço dos EUA foram bem sucedidas. Pesaram os interesses comerciais, que fizeram prevalecer no governo norte-americano uma posição relativamente moderada, mesmo com a divisão sobre o assunto no gabinete presidencial. Com a vitória do norte na Guerra Civil estadunidense (1861-1865), os motivos que levavam às ambições desse país na Amazônia foram solucionados pela abolição da escravidão. A situação interna deteriorada pelos conflitos militares fez com que o país deslocasse do centro de suas atenções a região brasileira, voltando-se aos seus problemas internos.

Quando já não havia mais a ameaça, o Rio Amazonas foi aberto à livre navegação supostamente em nome “da ciência, do progresso e da civilização”. Em 7 de Dezembro de 1866, o Conselho de Estado baixou um decreto de abertura incondicional a todas as nações, excluindo navios de guerra. O órgão averiguou que isto evitaria riscos no Norte, enquanto o país drenava recursos para a Guerra do Paraguai (1864-1870)<sup>64</sup>. As relações com as repúblicas ribeirinhas melhoraram, e estabeleceu-se tratados de fronteiras na Amazônia com a Colômbia em 1851, a Venezuela em 1858, e com a Bolívia em 1867 foi assinado o Tratado de Ayacucho<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> Cervo; Bueno (2002, pp. 103-104).

<sup>64</sup> Com o desfecho da guerra, o Brasil anexou ao seu território uma porção que atualmente corresponde à faixa de fronteira do centro-oeste, incluindo uma porção do atual Mato Grosso.

<sup>65</sup> Carvalho (1998, p. 104).

O direito para a criação da empresa monopolística tinha sido dado ao Barão de Mauá, que em 1853 criou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, e introduziu o barco a vapor. A viagem Belém-Manaus-Belém, que durava cerca de cinco meses, reduziu para 22 dias. Foi possível avançar a colonização do espaço amazônico, chegando a novas regiões para explorar seringais mais distantes como os das margens dos Rios Purus e Madeira, atuais Estados do Acre e Rondônia. Contudo, o monopólio foi quebrado e surgiram mais duas empresas de navegação, a Companhia Fluvial Paraense e a Companhia Fluvial do Alto Amazonas. Em 1874, as três foram incorporadas pela norte-americana Amazon Steam Navigation. Essa “liberalização” teve como consequência o fim da concorrência e a simples transferência para o monopólio estrangeiro, resultando em queda da eficiência, elevação de tarifas e até mesmo na diminuição da higiene de bordo<sup>66</sup>.

Inicialmente, os deslocamentos de trabalhadores de outras atividades para a extração da borracha, tornaram-se um grande problema para os outros segmentos da economia. De aproximadamente 5 mil trabalhadores envolvidos na atividade em 1850, em 1870 esse número já era de 31 mil<sup>67</sup>. Preocupados ao mesmo tempo com o “abandono da agricultura” e com a expansão da extração de borracha para atender à crescente demanda internacional, os governos provinciais deram início às políticas de imigração. Para fins agrícolas, houveram colonizações dirigidas pelos governos do Pará e Amazonas e por particulares, além da imigração espontânea<sup>68</sup>.

A colonização dirigida com imigrantes estrangeiros não foi bem sucedida como na cafeicultura paulista. Mauá havia tentado em 1854 com portugueses e chineses, sem sucesso. Entre 1866 e 1867, com os norte-americanos também não foi obtido êxito. Na primeira tentativa da construção da ferrovia Madeira-Mamoré com início em 1872, e que seria acompanhada da instalação de colonos, o resultado foi um grande fracasso em virtude do alto desgaste com doenças como malária, ataque de índios, isolamento e outros fatores adversos. Houveram tentativas de colonização com franceses (1875), açorianos (1886), luso-espanhóis (1896-1900), com o mesmo desfecho das anteriores. De todas as experiências, a da Zona Bragantina no Pará foi a mais conhecida, que

---

<sup>66</sup> Ver Santos (1980).

<sup>67</sup> Santos (1980, p. 75).

<sup>68</sup> Ver Santos (1980).

segundo Santos (1980, p. 117), tirantes poucos resultados em que se realça o medíocre abastecimento da capital paraense, ela constituiu um erro agrônômico e ecológico.

A contribuição maior dos imigrantes estrangeiros à Amazônia foi a colonização espontânea. Alemães, americanos, franceses e ingleses auxiliaram para o aparelhamento da região quanto à infra-estrutura de portos, energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, no setor da comercialização e do crédito. Os judeu-espanhóis e norte-africanos ampliaram práticas de escritório e de contabilidade comercial; os sírio-libaneses, o comércio de regatão, e os portugueses, o comércio varejista e também de atacado<sup>69</sup>.

A presença estrangeira contribuiu para a introdução de uma pequena produção manufatureira. Em 1862, o Pará possuía 166 engenhos de açúcar e aguardente e 92 pequenos estabelecimentos fabris, que empregavam em média 10 trabalhadores (alguns poucos passavam de 100, predominando a produção familiar). Havia 25 olarias, 24 fábricas de sabão, 18 de cal, 10 serrarias, e as outras eram de óleos, louças de barro, vinho de caju, chocolate, beneficiamento de arroz, café, artefatos de borracha e curtume. A fábrica Freitas Dias empregava 400 operários e possuía produção diversificada, da construção civil, a pregos e móveis<sup>70</sup>.

Manaus transitou rapidamente da condição de aldeia para cidade, pois se tornou o centro da ligação entre o litoral (Belém) e o interior, em virtude de sua estratégica localização entre os Rios Negros e Solimões. Com o crescimento da economia primário-exportadora, a Província do Amazonas passou de 20 mil habitantes em 1840 para 55 mil em 1870, e 148 mil em 1890; a do Pará, de 110 mil em 1840, aumentou para 268 mil em 1870, e 328 mil em 1890.

A população de imigrantes livres não podia ser introduzida em relações escravistas de produção. Com a Lei Eusébio de Queiroz, aprovada em 1850, o país proibiu o tráfico de escravos, que mesmo com a pressão inglesa e as revoltas sociais ainda persistia. Na Amazônia, o contingente registrado diminuiu, passando de 40 mil em 1850, para 28 mil em 1872. Finalmente, no dia 13 de maio de 1888, a escravidão foi abolida no país, mas como na região os poucos escravos concentravam-se na

---

<sup>69</sup> Santos (1980, p. 97).

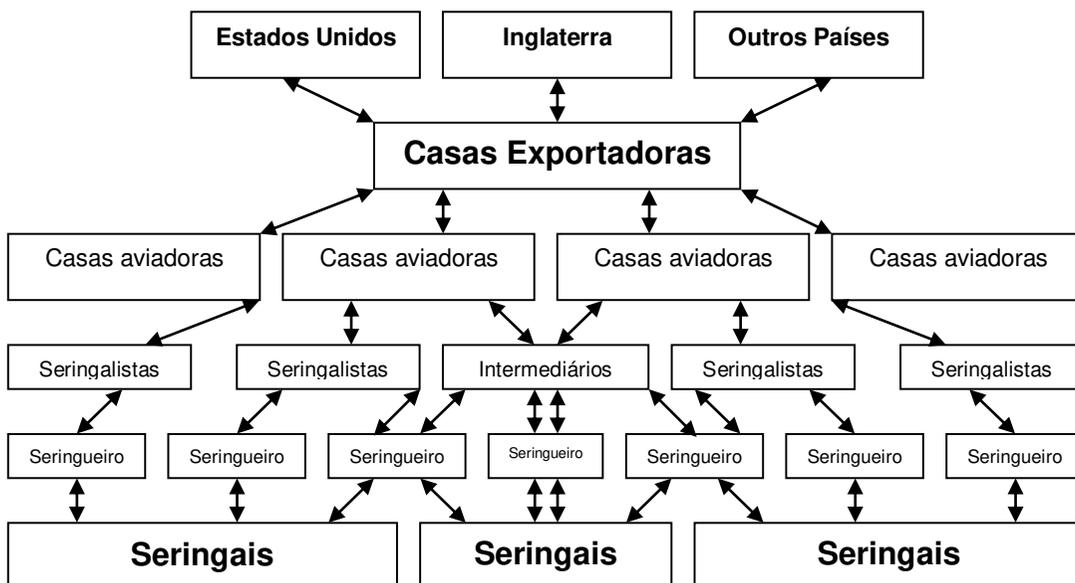
<sup>70</sup> Mourão (1989, p. 32).

agricultura e em atividades próximas aos centros urbanos, seus impactos foram pequenos nas áreas extrativas de borracha.

As relações de produção que se desenvolveram com os imigrantes brasileiros, eram baseadas no sistema de **aviamento**, que apesar de empregar a força de trabalho “livre”, em grau de exploração não se diferenciava da escravidão, além de usar métodos de punições e castigos violentos. Até mesmo indígenas foram compulsoriamente empregados na atividade, e novamente tribos inteiras foram dizimadas por não aceitaram o trabalho forçado.

O *aviamento* organizou a atividade extrativa da borracha, e sua estrutura arcaica se preservou por muito tempo. Consistia numa emaranhada rede coordenada por dois fluxos: crédito e produção, que ligava dois pontos extremos: o pequeno extrator de borracha com o mercado exterior, que controlava o crédito em razão da demanda das economias industriais. As casas exportadoras de Belém e Manaus eram a ligação entre a Amazônia e o mercado exterior. Controladas pelo capital inglês e norte-americano, repassavam o crédito às casas aviadoras que os distribuía a intermediários como comerciantes ou donos de seringais. Nesse ponto, praticamente desaparecia a moeda, com a borracha servindo como meio troca, no chamado comércio do regatão.

**Diagrama 1.1**  
**Rede de Aviamento na Amazônia**



O preço da borracha era determinado pelo comprador, que fornecia ao produtor todo seu meio de subsistência (alimentos, roupas, calçados, etc.) e produção (ferramentas, armas, cordas, etc.). Os juros e lucros de toda a cadeia recaíam sobre o trabalhador, que com os baixos preços oferecidos, tornavam-se escravos pelas dívidas<sup>71</sup> dos donos de seringais ou casas comerciantes:

“[...] o seringal se implanta como uma empresa desvinculada da terra. Seu elemento é o rio, no qual o homem não se fixa como povoador, mas apenas se instala como explorador até o esgotamento dos seringais. [...] Em cada seringal, um grupo de caboclos amazônicos exerce as funções de mestres que desasnam os recém chegados, os “brabos”. Ensinam a identificar a seringueira, a sangrá-la diariamente sem afetar-lhe a vida, a colher o látex e a defumá-lo cuidadosamente para formar as bolas da borracha”. (RIBEIRO, 2005, p. 325).

Assim como o sistema dos jesuítas no período colonial, o *aviamento* foi capaz de estruturar uma escala produtiva que viabilizou a atividade extrativa envolvendo baixo componente monetário na produção e garantindo altos lucros na exportação. Enquanto os primeiros exploravam a força de trabalho dos índios para a coleta na mata em troca do escambo primitivo, o segundo assegurava o trabalho do seringueiro aos intermediários pelo fornecimento dos bens e os empréstimos pagos em borracha. Outra diferença era que o índio vivia coletivamente, de acordo com sua organização social, enquanto o caboclo, teoricamente ocidentalizado, não possuía acesso aos bens de sua sociedade como a educação, saúde ou materiais de consumo do mundo capitalista. Sua função no sistema era ser o último elo de uma cadeia mercantil, tão brutal e desumana quanto a escravidão.

A extrema exploração dos seringueiros significava vultosos lucros às casas exportadoras. Os grupos estrangeiros passaram a ter presença marcante nos principais setores da economia amazônica, monopolizando a comercialização da borracha e controlando seu capital pelos estabelecimentos bancários. Essas firmas estrangeiras, com sede em Liverpool, Hamburgo e Nova Iorque, tomavam o cuidado para impedir a

---

<sup>71</sup> O imigrante já chegava endividado, pois todos os custos de sua viagem eram pagos ao patrão, que depois cobrava com juros em trabalho compulsório.

expansão da livre iniciativa brasileira. Até o final do século XIX, o capital inglês predominou nas atividades exportadoras, controlando também o transporte fluvial e marítimo, a comunicação e os serviços públicos<sup>72</sup>.

Em 1848, a borracha representava apenas 10,7% do valor das exportações, ficando atrás do fumo, que havia assumido a dianteira deixando o cacau em segundo lugar, e o couro em terceiro<sup>73</sup>. No ano de 1872, a participação da borracha já havia atingido 71,9% das exportações regionais, e se tornado disparado o principal produto amazônico seguido do cacau com 13,8%; o fumo representava 5%, os couros 2,9% e a castanha apenas 2,7%<sup>74</sup>.

A partir de 1873, percebendo a dificuldade do Brasil em atender a demanda internacional, os ingleses cometeram um crime de biopirataria, levando mudas de *hevea* para Londres. Multiplicadas, as seringueiras foram transportadas para as colônias do Ceilão e Cingapura, onde as plantaram em bases racionais para concorrer com a borracha amazônica extrativa. Da década de 1870 para a de 1880, as exportações totais acumuladas de borracha do país passaram de £ 11 milhões para £ 17,6 milhões. Nas décadas seguintes, esses valores mais do que dobraram, com a economia primário-exportadora alcançando o apogeu na Amazônia e em todo o Brasil.

### **1.2.3) Quadro econômico do apogeu (1887-1912)**

Em 1887, a quantidade de borracha exportada subiu 53% comparada ao ano anterior, e atingiu a casa das dezenas de milhares de toneladas. Seus valores exportados eram mais de 2 milhões de £-ouro, e a demanda seguiu expandindo-se fortemente até alcançar o apogeu entre 1910 e 1912.

O capitalismo mundial havia entrado em sua fase monopolista, intensificando a concentração industrial e a centralização do capital, que se servia dos progressos técnicos e científicos da *Segunda Revolução Industrial*. O surgimento de novas potências como Alemanha e Japão, e o crescimento dos Estados Unidos quebravam o monopólio inglês na exportação de capital, ampliando os laços com os países da

---

<sup>72</sup> Ver Santos (1980).

<sup>73</sup> ALBUQUERQUE, Cavalcante. *A Amazônia em 1893*, Imprensa Nacional. *Apud* Santos (1980, p. 53);

<sup>74</sup> Ver Santos (1980).

periferia. As potências industriais lançavam-se na aventura imperialista da colonização e ocupação de países, chegando a partilhar continentes como a Ásia e a África, em busca de matérias-primas e de mercados para suas produções.

Os preços internacionais para os produtos brasileiros melhoraram e houve um crescimento da demanda por café, açúcar, cacau e borracha. A transição para a República em 1889 fortaleceu a economia primário-exportadora em todas as regiões. Com a Constituição de 1891, as províncias amazônicas tornaram-se os Estados do Pará e Amazonas, e passaram a gozar de maior autonomia e descentralização. A mudança do sistema de governo não levou, portanto, a alterações na estrutura da economia que vinha se formando na Amazônia.

Com a invenção do pneumático, num momento de aumento significativo da indústria de bicicletas e automobilística, da expansão da rede elétrica e dos hospitais, a borracha tornou-se uma das principais matérias-primas da *Segunda Revolução Industrial*. Ao mesmo tempo em que cresciam as toneladas exportadas na Amazônia, os preços seguiram em alta, demonstrando que cada vez mais a oferta encontrava dificuldades para acompanhar a gigante expansão da procura.

No lado da oferta, a ascensão da produção deveu-se exclusivamente ao influxo de mão-de-obra, pois os métodos de produção não se modificaram. Se comparadas as populações do Pará e do Amazonas juntas, segundo os censos de 1872 e 1910, observa-se um crescimento de 333 mil habitantes para 1,2 milhões. A região Nordeste foi a principal fornecedora desses trabalhadores, no que Furtado (1977, p. 131) chamou de a *grande transumância amazônica*, para a qual estimou que até 1910 emigraram meio milhão de pessoas<sup>75</sup>. Desde meados do século XVII, a economia açucareira nordestina encontrava-se em crise, com surtos de crescimento e longas estagnações, combinadas com secas. O impulso da demanda externa tornou a Amazônia um foco de atração para esses nordestinos.

Buscando novos seringais, parte desses imigrantes penetrou no território da Bolívia onde hoje se localiza o Estado do Acre<sup>76</sup>, cujos limites com o Brasil e o Peru

---

<sup>75</sup> Os números de Furtado foram contestados por diversos pesquisadores como Samuel Benchimol e Amilcar Tupiassu. Dada a limitação deste trabalho preferimos não detalhar essa discussão.

<sup>76</sup> A presença dos imigrantes nordestinos na Amazônia, em contato direto com os índios nativos, levou ao nascimento de três religiões puramente amazônicas (Santo Daime, Barquinha e a União do Vegetal), que em fins do

ainda não haviam sido claramente definidos. Ao enfrentar os interesses bolivianos, Luis Gálvez proclamou a República do Acre em 14 de Julho de 1899, com apoio do Estado do Amazonas. Como resposta, a Bolívia arrendou a região a uma empresa chamada *Bolivian Syndicate*, formada por firmas estadunidenses e inglesas, que exploraria as riquezas da região, com poderes de Estado e até direito de polícia. Indignados, os brasileiros liderados por Plácido de Castro<sup>77</sup> enfrentaram e derrotaram o governo boliviano, com o objetivo de se anexar ao Brasil. O caso tornou-se um grande problema, e quando o diplomata José Maria Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, assumiu o Ministério das Relações Exteriores, tomou a frente das negociações.

Para afastar a influência norte-americana e européia, o Brasil pagou uma indenização ao *Syndicate*, correspondente aos seus investimentos. Com a Bolívia, após negociação, assinou em 1903 o Tratado de Petrópolis, no qual permutou 3,2 mil km<sup>2</sup> brasileiros por 191 mil km<sup>2</sup> do Acre, pagos por 2 milhões de £-ouro. O Tratado previa ainda a construção da ferrovia ligando os rios Madeira e Mamoré, com livre trânsito aos bolivianos, garantindo o acesso ao mar para exportar seus produtos.

Rio Branco também concluiu as negociações de fronteira com o Peru, a Colômbia e o Equador (quando este ainda tinha fronteira com o Brasil). Foram também acordados os limites do Amapá com a França em 1900, com a Guiana Holandesa em 1905 e, Joaquim Nabuco negociou com a Inglaterra os limites da Guiana Inglesa (atual Suriname) em 1903. Entre o *Segundo Reinado* e a *Primeira República*, o Brasil concluiu todos os acordos, aquisições e delimitações das fronteiras na Amazônia, que assim permanece até os dias atuais<sup>78</sup>.

A ferrovia Madeira-Mamoré começou a ser construída em 1907, e foi concluída em 1912. Como já havia acontecido na primeira tentativa, milhares de trabalhadores morreram pelas mesmas causas. A ferrovia ligava Porto Velho a Guajará-Mirim no atual Estado de Rondônia. Na época de sua construção, a “Comissão Rondon” trouxe a

---

século XX se expandiram pelo Brasil e pelo mundo. Essas religiões, que combinam elementos indígenas com o cristianismo-espírita e o sincretismo afro-brasileiro, se utilizam do uso ritual de uma bebida chamada *Ayahwasca* (*cipó das almas* em língua Quíchua dos Incas), que há milênios vem sendo usada para fins sagrados e de curas.

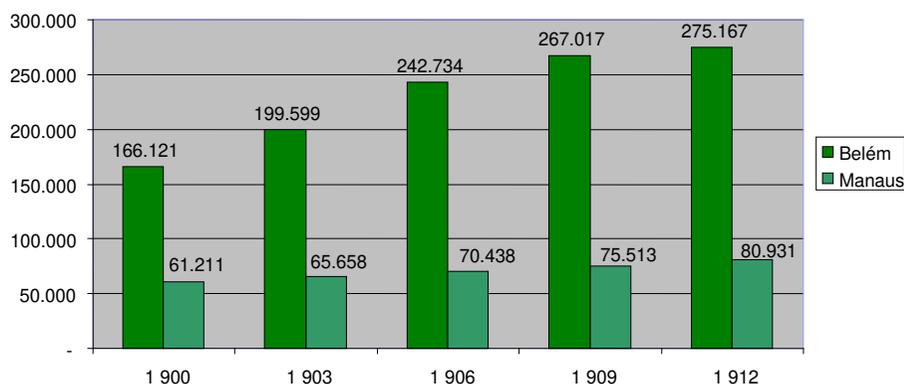
<sup>77</sup> Para maiores informações sobre os conflitos e o processo de incorporação do Acre, ver Costa (1974) e os volumes 1 e 2 de Tocantins (1979). Sobre Plácido de Castro, ver Cabral (1986).

<sup>78</sup> Em 1904, o jornalista Euclides da Cunha, que já havia denunciado o massacre de Canudos na Bahia, foi convidado para chefiar a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, com o objetivo de demarcar a fronteira entre os dois países. Publicou em sua volta o livro “À Margem da História” em 1909, denunciando a exploração do seringueiro na floresta.

primeira linha telegráfica à Amazônia, vinda de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, conectada com o resto do país. Em 1910, o Marechal Rondon, também organizou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>79</sup>, com o objetivo de integrá-los à sociedade como brasileiros, sem perderem sua cultura<sup>80</sup>.

O auge exportador da borracha marcou profundamente os centros urbanos. Manaus passou de 61 mil habitantes em 1900 para 81 mil em 1912, crescendo 24% em 12 anos. No mesmo período, Belém evoluiu de 166 mil residentes para 275 mil, crescendo 40%. A urbanização dessas cidades foi caracterizada pela construção dos monumentais Teatros da Paz de Belém em 1878, e o Teatro do Amazonas de Manaus em 1896, ambos capazes de receber óperas e grandes espetáculos. O telégrafo era administrado pela empresa Amazon Telegraph<sup>81</sup> e ligava a região com o resto do país. Acreditava-se no triunfo da sociedade burguesa, e vivia-se o clima da *belle époque* francesa em plena floresta tropical.

**Gráfico 1.4**  
**População de Manaus e Belém no Apogeu da Borracha (1900-1912)**



Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

A borracha, que era exibida nas Exposições Universais de Paris, garantia toda essa riqueza. Em termos absolutos, a exportação continuava crescendo, e sua participação relativa na economia nacional também ampliava. Em 1890, o produto

<sup>79</sup> Com a criação do SPI, o Estado passou a reconhecer e a atuar por uma legislação sobre o direito à terra indígena, protegendo diversos grupos de massacres.

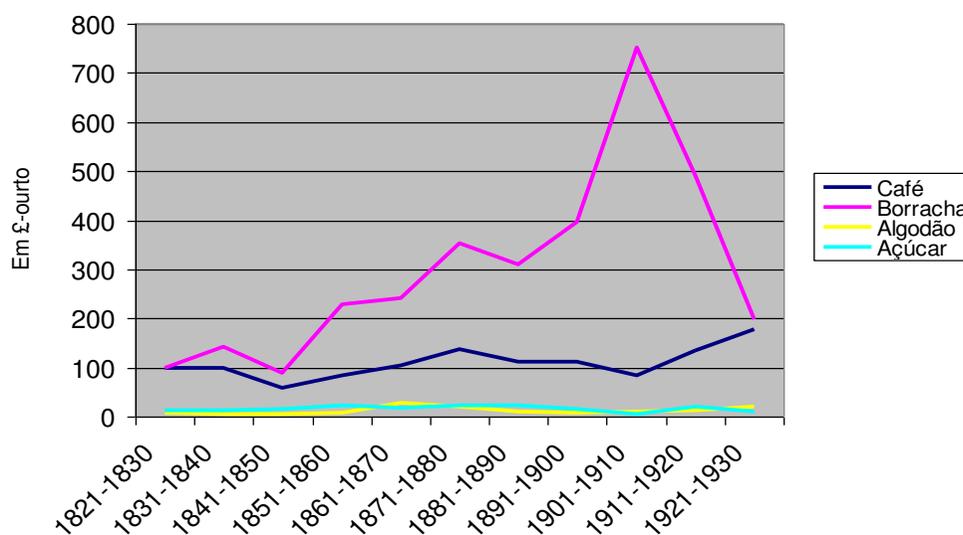
<sup>80</sup> A viagem de Cândido Rondon para o Rio da Dúvida em 1913-1914 teve a companhia do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt. Esse rio foi posteriormente rebatizado de Rio Roosevelt.

<sup>81</sup> IBGE (1986B, pp. 232, 241 e 244).

representava 10% na exportação brasileira, passando para 20% em 1900 e 40% em 1910<sup>82</sup>. Porém, para o comprador, a oferta continuava inadequada, o que podia ser percebido pela grande elevação dos preços médios, proporcionalmente maior ao crescimento da quantidade exportada.

Entre 1851 e 1886, os preços médios foram de 139 £/toneladas, e de 1887 a 1912, foram de 283 £/toneladas, com o auge em 1910, quando chegou a 639 £/toneladas, em 39 mil t exportadas que totalizavam 25 milhões de £-ouro. A partir de então, os preços médios iniciaram uma rota de declínio, e o total exportado caiu em 1911 para 15 milhões de £-ouro. No ano de 1912, a quantidade teve o auge de 42 mil t, mas o preço médio já havia desabado para 380 £/tonelada. Depois disso, a quantidade exportada também seguiu caindo. O Gráfico 1.5 mostra claramente esse desequilíbrio procura-oferta, que gerou os preços distorcidos.

**Gráfico 1.5**  
**Preços Médios dos Principais Produtos Brasileiros**  
**(1821-1930)**



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1939-1940). Dados de CANO. Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas: ed. Unicamp, 1998A, p. 291.

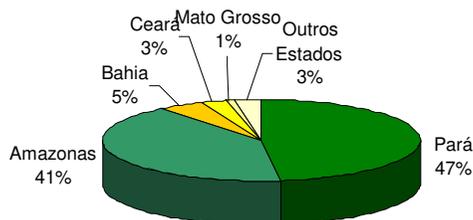
A causa dessa queda abrupta foi o início da colheita em larga escala das produções inglesas no Oriente, que por ser uma produção racional tinha custos muito inferiores ao extrativismo expedicionário. Quando sua produção começou a ser

<sup>82</sup> Cano (1998A, p. 101).

colocada no mercado, os preços internacionais reduziram-se drasticamente, atingindo diretamente a produção amazônica.

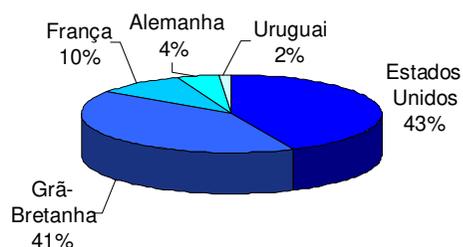
A região amazônica já havia perdido o monopólio da produção para outros Estados, mas ainda respondia por 88% da borracha nacional exportada em 1912. No mesmo ano, o Amazonas exportou 17 mil t e o Pará 20 mil t<sup>83</sup>. Os EUA e a Inglaterra eram os principais compradores, e juntos importavam 85% da borracha<sup>84</sup>. Em 1897, a borracha nacional atendia a 100% da demanda mundial, e em 1911, sua participação já havia caído para 50%<sup>85</sup>, com os seringais do Oriente tomando cada vez mais o lugar da Amazônia brasileira, até deslocá-la a uma posição periférica.

**Gráfico 1.6**  
**Borracha Exportada por Estados**  
**(1912)**



Fonte: Anuario Estadístico do Brazil 1908-1912, p. 117.

**Gráfico 1.7**  
**Destino das Exportações da Borracha**  
**(1912)**



Fonte: Anuario Estadístico do Brazil 1908-1912, p. 120.

Quanto aos outros produtos extrativos, a Bahia já havia se tornado a maior produtora de cacau, exportando 28 mil t em 1912, e o Amazonas e o Pará, comercializaram apenas 793t e 3 mil t, respectivamente. Observa-se que em 1910, as castanhas exportadas do Pará e Amazonas juntos totalizavam apenas 138t, e mais que dobraram em 1912, passando para 343t<sup>86</sup>; isso aconteceu porque com os primeiros sinais da crise da borracha, parte dos seringueiros redirecionou sua atividade econômica para a sua extração.

<sup>83</sup> O Território do Acre não aparece nessas Estatísticas do Anuário de 1908-1912. Sua produção possivelmente está contida no Amazonas.

<sup>84</sup> Anuario Estadístico do Brazil (1908-1912, pp. 117 e 120).

<sup>85</sup> Loureiro (1994, p. 14).

<sup>86</sup> Anuario Estadístico do Brazil (1908-1912, p. 117).

Ao analisar o censo industrial de 1907, observa-se que mesmo sendo uma das principais regiões exportadoras do país, a produção fabril da Amazônia era pouco expressiva, o que demonstra que não houveram grandes inversões no setor.

O Amazonas possuía 92 estabelecimentos industriais e 1.168 operários, com maior valor de produção, respectivamente para os setores de fundição de obras sobre metais, malas e bolsas, artigos de folha de Flandres, biscoitos e doces, produtos químicos, serrarias e carpintarias. Já o Pará registrava 54 indústrias e 2.539 operários, destacando serrarias e carpintarias, cervejas, produtos de cerâmica, fundição e obras sobre metais, e chocolates. Essa produção industrial era orientada ao mercado regional e uma pequena parte para exportação.

**Tabela 1.3**  
**Produção Industrial na Amazônia e nos Principais Estados (1907)**

Estados	Estabelecimentos	Operários	Capital		Produção	
			Mil Réis	%	Mil Réis	%
<b>Amazonas</b>	92	1.168	5.484:000\$	0,8	13.962:000\$	1,9
<b>Pará</b>	54	2.539	11.483:000\$	1,7	18.203:000\$	2,4
<b>São Paulo</b>	326	24.186	118.087:091\$	17,7	118.087:091\$	15,9
<b>Distrito Federal</b>	670	35.243	169.989:045\$	25,5	223.928:542\$	30,2
<b>Brasil</b>	3.258	151.841	665.576:663\$	100,0	741.536:108\$	100,0

Fonte: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, 1909, p. 265.

O total da força motriz empregada na geração de energia era de apenas 259 cavalos no Amazonas e 1.748 cv no Pará. O Amazonas e o Pará importaram 73 mil t e 141 mil t respectivamente de carvão em pedra para energia, e 1,4 mil t e 2,3 mil t de madeiras para beneficiamento. Nas séries estatísticas de 1908-1912 não há menção à indústria têxtil no Pará, mas existem registros da importação de 133t de algodão, 633t de fibras de juta e cânhamo em 1912, demonstrando que existia uma produção local operando em pequena escala.

Nota-se que o predomínio do capital mercantil impediu que se originasse uma indústria capaz de ampliar a escala de acumulação de capital. No PA e AM, as fábricas concentravam-se nas capitais, com poucos estabelecimentos no interior. Em abrangência nacional, o antigo Distrito Federal (Guanabara) concentrava a maior quantidade de estabelecimentos, seguido de MG. Em capital e produção, o DF também figurava em primeiro, correspondendo a dez e sete vezes o PA e AM juntos, seguido

por São Paulo, com menos estabelecimentos e maior produtividade, e o equivalente a sete vezes do capital e três vezes da produção amazônica.

Os principais artigos manufaturados importados pela região eram o algodão, ferro e aço, lã, madeiras, peles e couros; os bens alimentícios eram azeite de oliva, bacalhau, batatas, farinha de trigo, manteiga, vinho comum e charque.

**Tabela 1.4**  
**Balança Comercial dos Principais Estados Exportadores (1908-1912)**  
(Média em mil Réis e participação nacional)

Estados	Exportações (X)	%	Importações (M)	%	Saldo Comercial (X-M)	Relação X/M
<b>Amazonas</b>	135.450:777\$	14	27.739:833\$	4	107.710:944\$	4,88
<b>Pará</b>	119.400:490\$	12	48.635:003\$	7	70.765:487\$	2,46
<b>Bahia</b>	64.269:032\$	7	38.515:161\$	5	25.753:871\$	1,67
<b>Rio de Janeiro</b>	121.599:317\$	13	275.546:537\$	38	-153.947:220\$	0,44
<b>São Paulo</b>	400.387:012\$	42	161.953:036\$	22	238.433:976\$	2,47
<b>AM, PA, BA, RJ e SP</b>	841.106:628\$	88	552.389:570\$	76	288.717:058\$	1,52
<b>Total do Brasil</b>	957.091:249\$	100	723.819:342\$	100	233.271:907\$	1,32

Fonte: Anuario Estatístico do Brazil - 1908-1912, vol. 2, Rio de Janeiro: 1917, pp. 100-102.

De 1908 a 1909, as exportações do Amazonas e Pará cresceram 56%, e no ano seguinte subiram 24%. A alta foi tão elevada quanto a queda em 1911, de -40% do que foi exportado no ano anterior. Em 1912, o crescimento de 10% foi um curto alívio sucedido por novas quedas.

Nos últimos cinco anos do apogeu da exportação da borracha, o Pará e o Amazonas tiveram grande superávit comercial médio, perfazendo juntos 26% do total das exportações brasileiras, e 11% das importações. Somados os volumes exportados desses dois Estados com a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, totalizava-se 88% das exportações nacionais e 76% das importações.

A inovação da navegação a vapor impulsionou o comércio de cabotagem, marcando os primeiros passos da integração comercial do Brasil. Em Belém, a grande cabotagem era feita por duas companhias, o Lloyd Brasileiro e a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão; a pequena cabotagem era realizada principalmente pela Amazon Steam Navigation, que a ligava ao porto de Manaus, e atendia toda a região amazônica. Em 1911, a Amazon foi liquidada e cedeu lugar à Port of Pará, que organizou a Companhia de Navegação do Amazonas.

**Tabela 1.5**  
**Movimento nos Principais Portos do Brasil (1912)**  
 (Saída de barcos a vela e a vapor)

Portos	Navios				Tonelagem			
	Nacional		Estrangeiro		Nacional		Estrangeiro	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Belém</b>	627	65	335	35	540.549	39	841.540	61
<b>Manaus</b>	1.240	89	151	11	394.867	52	368.469	48
<b>São Salvador</b>	676	51	639	49	671.286	25	2.010.644	75
<b>Rio de Janeiro</b>	1.389	41	2.022	59	990.377	14	6.198.182	86
<b>Santos</b>	628	36	1.120	64	507.057	12	3.694.533	88
<b>Portos Listados</b>	4.560	52	4.267	48	3.104.136	19	13.113.368	81
<b>Total do Brasil</b>	19.956	76	6.235	24	9.960.240	38	16.460.101	62

Fonte: Anuario Estatístico do Brazil (1908-1912), vol. 2, RJ: 1917, pp. 20-21.

Belém e Manaus eram os portos centrais da região amazônica e por isso a porcentagem de navios nacionais que saiam do porto eram maiores que as estrangeiras. Em 1912, saíram de Belém, 627 barcos nacionais e 335 estrangeiros, o primeiro totalizando 541 mil toneladas (39%) e o segundo 842 mil (61%):

“O principal entreposto de toda a navegação da bacia do Amazonas é, sem contestação, a cidade do Belém do Pará. D’ahi é expedida a maior parte dos productos de importação destinados a essa imensa região, e ahi são recebidos para exportar os que della precedem. A numerosa flotilha de vapores fluviais percorre o rio-mar até além do limite com a republica do Perú, e os grandes tributarios Tocantins, Xingu, Tapajóz, Madeira, Negro, Coary, Juruá, Javary e outros”. (O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, 1909, IBGE, 1986B, p. 100).

Manaus era o coração da integração com o interior da Amazônia, e por isso em 1912, saíram de seu porto 1.246 navios nacionais (vela e vapor), totalizando 395 mil toneladas de navios, e 151 navios estrangeiros em 368 mil toneladas, ou 52% nacional e 48% estrangeira em 1912:

“Embora o porto de Belém do Pará seja, de longa data, considerado o emporio de toda a bacia do Amazonas, como que o vestibulo desse immenso teatro de industria e commercio, o porto

de Manáos, devido á sua esplendida posição na margem de um grande rio, em comunicação directa com o estrangeiro e com os principais centros da Republica, não deixa de ser já uma praça commercial de grande importancia, para onde converge grande parte dos productos extrativos transportados por esta vasta rêde fluvial, cuja extensão navegavel é calculada em mais de quarenta mil kilometros". (O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, 1909, IBGE, 1986B, p. 97).

Como o Anuário Estatístico de 1908-1912 não apresentou dados do comércio interestadual do Brasil, ficou difícil medir o grau de integração da Amazônia com a economia nacional. Pode-se afirmar, contudo, que nesse momento o comércio de cabotagem a vapor quebrou o isolamento da região, estabelecendo um pequeno intercâmbio comercial com outros Estados, principalmente com a capital federal.

#### ***1.2.4) Da crise à acomodação (1913-1929)***

Com os antigos e caros métodos de produção, a borracha não pôde resistir à concorrência com o produto oriental. A queda dos preços internacionais e de seu volume exportado trouxe conseqüências irreversíveis para a região, com efeito de um colapso econômico que desarticulou todo o sistema.

Seringais fecharam, casas aviadoras pediram falências, prejuízos se multiplicaram até mesmo para o Banco do Brasil, e muitos seringalistas perderam suas propriedades para pagar as dívidas. Parte da rede de comércio interno da Amazônia também se desarticulou. O desemprego cessou a onda de imigrações, com uma parcela se deslocando para cidades ou voltando aos Estados de origem. Os que preferiram ou precisaram permanecer, regrediram à subsistência baseada na vida florestal, pesca, caça e pequena agricultura num solo pouco fértil. Em 1915, a renda interna ficou reduzida a um terço do que era em 1910<sup>87</sup>.

Nas capitais, muitas firmas norte-americanas e inglesas importadoras e exportadoras se retiraram, abrindo espaço às nacionais. No interior, as forças produtivas e as relações de produção iniciaram uma fase de ajustamento. A extração da

---

<sup>87</sup> Santos (1980, p. 257).

borracha continuou, mas houve o deslocamento de parte dos trabalhadores para outras atividades extrativas e para a agricultura. O sistema de aviamento entrou em crise, diminuindo sua abrangência e afrouxando a rigidez dos tempos em que praticamente escravizava os trabalhadores. Mesmo balançado, o aviamento se renovou e permaneceu vivo por muito tempo na economia regional.

A crença ideológica na “vocação rural” e primário-exportadora do país, presente nos governos da *Primeira República*, resumiu os auxílios federais a um infrutífero plano de valoriza o da borracha. Preocupado com a queda nos preços, Hermes da Fonseca lançou em 1912 o “Plano de Defesa da Borracha”, que concedia bonifica es em dinheiro para quem plantasse seringueiras, centros de beneficiamento e obras de infraestrutura. Para executá-lo foi criada a Superintendência de Defesa da Borracha, mas o resultado não foi bem sucedido, pois se repetiu o erro de vincular o desenvolvimento regional a um único produto. Em 1914 o plano foi então abolido com o Congresso negando verbas suplementares<sup>88</sup>.

Entre 1913 e 1917, a média da quantidade exportada de borracha foi de 34 mil t, que continuou caindo, mas manteve os preços médios próximos de 230  /tonelada<sup>89</sup>. Com o fim da *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918), os EUA ascenderam como nova grande potência e a Inglaterra e os países europeus perderam força. Os mercados internacionais voltaram a se expandir e a borracha ampliou sua importância industrial. Ao mesmo tempo em que cresciam as produ es no Oriente, as exporta es brasileiras caiam. Entre 1918 e 1921, a média exportada já havia descido para 24 mil t, e neste último ano, os preços médios se encontravam no baixo patamar de 55  /toneladas<sup>90</sup>.

A queda nos preços foi resultado da superprodu o no Oriente, que estourou numa crise internacional do produto em 1922. Seus efeitos expuseram a rivalidade entre os industriais norte-americanos que desejavam manter os preços baixos, e os produtores ingleses que pretendiam manter o controle sobre o mercado. O resultado foi o *Plano Stevenson* que restringiu as planta es e produ es, e criou cotas para as

---

<sup>88</sup> Ver Mahar (1978).

<sup>89</sup> Como na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a borracha ainda não tinha tanta importância como m teria-prima, o conflito não serviu como fonte de estímulo como foi a Segunda Guerra Mundial (1941-1945).

<sup>90</sup> IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exporta es de Borracha Tonelada e Libra esterlina. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009; Estatísticas Históricas do Brasil, IBGE (1990, p. 347).

colônias inglesas visando diminuir a oferta e elevar os preços<sup>91</sup>. Os estoques mundiais foram enxugados, e pôde-se notar a subida dos preços médios da borracha brasileira exportados até 1926, quando alcançou novamente a média de 230 £/toneladas, voltando em seguida a cair.

Como respostas ao controle inglês sobre a produção e os preços da borracha, surgiram novas tentativas de investimento estadunidense na Amazônia. O empresário Henry Ford recebeu uma porção de terras no Estado do Pará, onde ergueu uma pequena cidade chamada Fordlândia, para introduzir a plantação racional de borracha nos moldes orientais. Contudo, a concorrência internacional, a infertilidade da terra, a falta de experiência na agricultura tropical e no combate aos fungos inviabilizaram os investimentos, que se deslocaram para Belterra numa nova tentativa.

A exportação da borracha jamais voltou a alcançar o peso mundial dos tempos áureos. O Brasil, que chegou a responder pela totalidade do comércio internacional da borracha, em 1917 ainda conseguia ocupar uma fatia de 14,8%, e declinando ano a ano, passou a apenas 5,3% em 1925<sup>92</sup>, mantendo a trajetória de queda. A partir de 1930, o total exportado em valores regressou abaixo da casa dos milhões, ao total de 764 mil £-ouro, números próximos aos de 1870<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> Loureiro (1994, p. 9).

<sup>92</sup> Loureiro (1994, p. 14).

<sup>93</sup> IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada e Libra esterlina. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009; Estatísticas Históricas do Brasil, IBGE (1990, p. 347).

**Tabela 1.6**  
**Exportação dos Principais Produtos Brasileiros**  
**(1821-1930)**

Décadas	Exportações Totais/ Milhões de £-ouro				Preços Médios em £-ouro			
	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Café	Açúcar	Algodão	Borracha
1821-1830	7,2	11,8	8,1	0,0	100	100	100	100
1831-1840	21,5	11,8	5,3	0,2	98	68	70	141
1841-1850	22,7	14,6	4,1	0,2	58	59	56	88
1851-1860	49,7	21,6	6,4	2,3	84	73	68	228
1861-1870	68,0	18,3	27,3	4,6	104	67	143	242
1871-1880	113,0	23,5	19,1	11,0	138	57	76	352
1881-1890	135,7	21,9	9,2	17,6	112	44	61	309
1891-1900	187,9	14,4	7,8	43,7	112	53	74	395
1901-1910	244,1	5,6	10,0	134,4	83	35	78	753
1911-1920	364,8	20,4	13,7	83,0	134	133	137	489
1921-1930	561,0	11,4	19,4	20,6	178	58	129	197

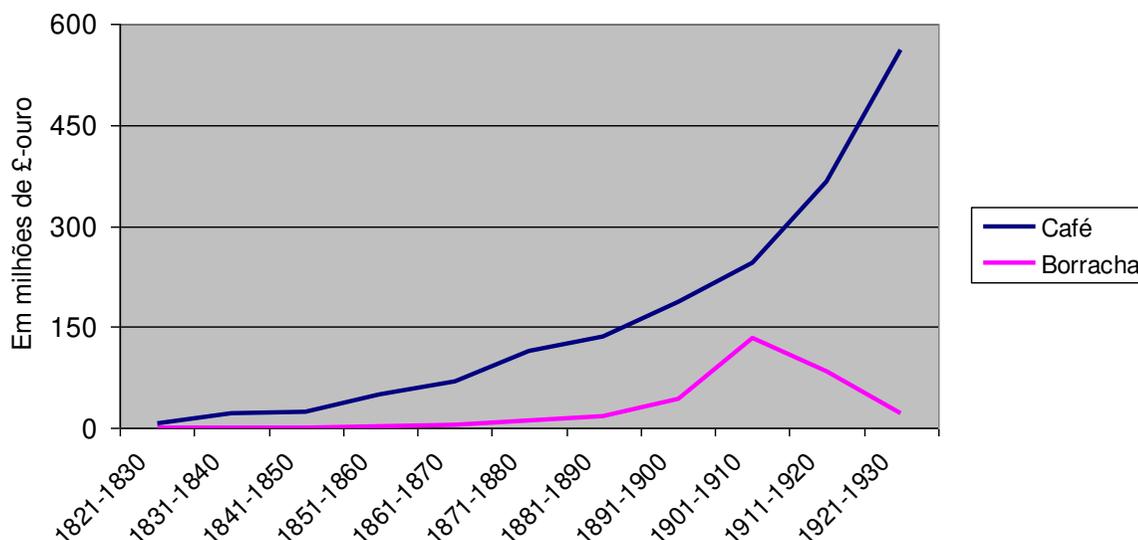
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1939-1940, *Apud* CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas: ed. Unicamp, 1998A., p. 291.

O “ciclo” exportador da borracha teve seu nascimento, crescimento e apogeu, mas quando entrou na sua reversão, ficaram expostas as contradições do modelo primário-exportador que a ilusão da fase expansiva ocultou. Apareceram as fragilidades de um sistema altamente especializado e dependente da venda de um único produto, comercializado em um mercado estrangeiro.

Numa perspectiva de longo prazo, a borracha seguiu uma trajetória diferente dos outros produtos nacionais. Até 1850 era insignificante nas exportações brasileiras, e na década de 1890, tornou-se o segundo produto mais importante, ultrapassando o açúcar e ficando atrás apenas do café<sup>94</sup>. Valorizou-se 7,5 vezes entre 1821 e 1910, e mesmo na fase de declínio ainda valia o dobro da primeira década após a Independência.

<sup>94</sup> Na primeira década do Brasil independente (1820), o principal produto era o açúcar, ultrapassado pelo café na década seguinte (1830). Este produto foi o único que seguiu uma trajetória ascendente ininterrupta nas décadas entre 1821 e 1930, com uma elevação média de 9,1% por década nos 110 anos. O açúcar assistiu a queda de seus preços médios desde 1831, com uma única década de crescimento significativo, 1910, seguido de queda até 1930. Já o algodão teve dois longos períodos de desvalorização, de 1831 a 1860, e entre 1871 e 1910.

**Gráfico 1.8**  
**Evolução das Exportações Totais da Borracha e do Café**  
**(1821-1930)**



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1939-1940). Dados de CANO. Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas: ed. Unicamp, 1998A, p. 291.

A Amazônia da borracha caracterizou-se por uma ocupação com poucas cidades e uma malha urbana rarefeita. Em 1872, eram 7 os municípios no Amazonas e 32 no Pará. Em 1920, o Pará passou respectivamente para 56, e o Amazonas no mesmo ano para 28. O Território do Acre, de 1910 a 1920, manteve os mesmos 5 municípios<sup>95</sup>.

A população de Manaus representava metade da população do Estado do Amazonas em 1872, e seguindo uma tendência de queda, reduziu essa participação para 1/5 em 1920. Belém tinha cerca de 1/5 da população em 1872, e até o apogeu manteve por três décadas cerca 1/3 dos habitantes do Estado do Pará; em 1920, a média era de 1/4 do total. O movimento nas capitais foi, portanto, de desconcentração da população para o interior, dada a natureza esparsa da atividade gomífera.

<sup>95</sup> IPEADATA. Base de dados Regionais, tema Geográfico, série Total de Municípios. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009.

**Tabela 1.7**  
**População dos Estados e Capitais da Amazônia (1872-1920)**

Estados e Capitais	1872	1890	1900	1910	1920
<b>Amazonas</b>	57.610	147.915	249.756	358.695	363.166
<b>Manaus</b>	29.334	38.720	61.211	77.277	75.704
<b>Manaus/Amazonas</b>	50,9%	26,2%	24,5%	23,0%	21,7%
<b>Pará</b>	275.237	328.455	445.356	783.845	983.507
<b>Belém</b>	61.997	114.059	166.121	270.728	236.402
<b>Belém/Pará</b>	22,5%	34,7%	37,3%	34,5%	24,0%
<b>Acre</b>	—	—	—	74.484	92.379
<b>Rio Branco</b>	—	—	—	—	19.930
<b>Rio Branco/Acre</b>	—	—	—	—	22,0%
<b>Região Norte</b>	332.847	476.370	695.112	1.142.540	1.346.673
<b>% Norte no Brasil</b>	3,3%	3,3%	4,0%	4,9%	4,4%
<b>TOTAL DO BRASIL</b>	10.112.061	14.333.915	17.318.556	23.414.177	30.635.605

Fonte: Anuario Estatístico do Brazil (1908-1912) e Anuário Estatístico do Brasil (1936).

Entre 1872 e 1920 a população amazônica mais que triplicou em termos absolutos (Tabela 1.7), de 334 mil habitantes a 1,3 milhões passando, respectivamente, de 3,3% a 4,4% da população brasileira. A região foi receptora de imigrantes até o apogeu da borracha; o auge da participação amazônica na população total do país foi em 1910, quando representava 4,9%. Vale ressaltar que a população analfabeta do Amazonas era de 87% em 1872, e do Pará de 78% no mesmo ano, reduzindo progressivamente até chegar a 73% e 71% em 1920, respectivamente. Esses números apesar de assustadores eram similares aos percentuais do Brasil<sup>96</sup>.

Em 1920, a densidade demográfica da Amazônia era de 0,37 habitante por km<sup>2</sup>, já na época a menor do país, como ainda continua. As áreas no censo de 1920 totalizavam 3.653.331 km<sup>2</sup> da *Amazônia Clássica*, ou 46% do território nacional, ocupado por apenas 5% de sua população.

A distribuição do emprego na Amazônia em 1920, ainda concentrava na exploração do solo e subsolo (extrativismo e agropecuária) 31 mil trabalhadores no Acre, 98 mil no Amazonas e 241 mil no Pará, ou 73,8% de toda a força de trabalho regional. A indústria dos dois Estados somada com o Território ficava em segundo,

<sup>96</sup> IPEADATA. Base de dados Macroeconômico, tema População, série População Residente; base de dados Regional, tema Geográfico, série Área Geográfica Publicada nos Censos; base de dados Social, tema Educação, série, Taxa de Analfabetos - porcentagem. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 19/5/2009.

empregando 46 mil trabalhadores ou 9,2%, seguido do comércio com 31 mil<sup>97</sup>. Na região, o setor terciário agrupado empregava 17%.

**Tabela 1.8**  
**Emprego por Setores na Amazônia (1920)**

Estados	Exploração do Solo e Subsolo		Indústrias		Transportes		Comércio		Força Pública	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Acre	31.466	80,4	2.056	5,3	826	2,1	2.430	6,2	471	1,2
Amazonas	98.182	75,6	9.876	7,6	4.301	3,3	8.668	6,7	1.187	0,9
Pará	240.540	72,4	33.969	10,2	11.842	3,6	19.773	6,0	3.246	1,0
Norte	370.188	73,8	45.901	9,2	16.969	3,4	30.871	6,2	4.904	1,0
Brasil	6.451.530	70,2	1.189.357	12,9	253.587	2,8	497.548	5,4	88.363	1,0
NO/BR	5,7	-	3,9	-	6,7	-	6,2	-	5,5	-
Estados	Administração		Profissões Liberais		Rendas Próprias		Serviço doméstico		Total*	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Acre	493	1,3	403	1,0	79	0,2	930	2,4	39.154	100
Amazonas	2.044	1,6	1.491	1,1	392	0,3	3.708	2,9	129.849	100
Pará	5.189	1,6	5.910	1,8	1.263	0,4	10.572	3,2	332.304	100
Norte	7.726	1,5	7.804	1,6	1.734	0,3	15.210	3,0	501.307	100
Brasil	137.879	1,5	168.111	1,8	40.790	0,4	363.879	4,0	9.191.044	100
NO/BR	5,6	-	4,6	-	4,3	-	4,2	-	5,5	-

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940, p. 12. \*População maior de 18 anos.

A renda por setores apresentou uma tendência de queda no primário, que passou de 50,8% em 1890 para 48,8% em 1900, 44,9% em 1910, quando declinou acentuadamente, chegando a 35,8% em 1920. Os outros setores ganharam com a perda, com o secundário passando de 0,5% em 1890 para 1,7% em 1900, 4% em 1910 e 7,1% em 1920. Já o terciário seguiu crescendo no mesmo período de 48,7%, para 49,5%, 51,1%, chegando a 57,1% no ano de 1920<sup>98</sup>.

Com a crise da borracha, outras atividades extrativas voltaram a ser exploradas na região. A castanha já sinalizava como alternativa emergencial para os seringueiros que residiam próximos de castanhais. Outros produtos eram as sementes oleaginosas e a madeira, que cresceu vigorosamente entre 1926 e 1929, mas que devido à ausência de capital, técnica, e equipamento para beneficiamento, a atividade mostrava-se cara e

<sup>97</sup> Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940, p. 12.

<sup>98</sup> Santos (1980, p. 178). Ver Apêndice Metodológico do autor.

incapaz de competir com os mercados externo e nacional<sup>99</sup>. Despontava também o uso industrial de fibras vegetais como uaicima, conhecida como malva<sup>100</sup>.

O setor agrícola foi marcado pelo crescimento. Em 1913, a região ainda consumia 35% do feijão importado pelo país; 35% do milho, 28% do arroz e 17% da batata<sup>101</sup>. Com o declínio da capacidade de importar, a Amazônia ampliou sua produção, e entre 1926 e 1930, já se podia notar que os principais produtos eram os voltados à alimentação, como a farinha de mandioca, o arroz, o milho e o feijão, além dos derivados da cana-de-açúcar.

**Tabela 1.9**  
**Média Anual das Principais Produções**  
**Agrícolas da Amazônia (1926-1930)**  
(em toneladas\*)

Produtos	Amazonas	Pará	Total
<b>Farinha de mandioca</b>	12.995	34.481	47.477
<b>Arroz</b>	521	12.827	13.349
<b>Milho</b>	3.929	5.523	9.452
<b>Feijão</b>	3.912	547	4.460
<b>Algodão (caroço)</b>	-	4.164	4.164
<b>Algodão (rama)</b>	-	1.785	1.785
<b>Cacau</b>	588	1.059	1.647
<b>Açúcar</b>	844	551	1.396
<b>Fumo</b>	327	854	1.182

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1936, pp. 103 e 106. \* Os dados originais possuíam medidas como sacos de 60 Kg e Kg, Todos convertidos a toneladas.

A pecuária era voltada na maior parte ao abastecimento interno. No Pará e Amazonas juntos, a maior população de gados era a de bovinos, que passou de 783 mil em 1912 para 854 mil em 1920; em seguida vinha a suína, que passou de 144 mil para 244 mil nos mesmos anos. Com o crescimento dos ovinos e caprinos, suas populações em 1920 passaram respectivamente para 44 mil e 20 mil. Observa-se também uma diminuição significativa dos asininos e muares, usados para carga, com forte

<sup>99</sup> Vale lembrar que nesse contexto, a região dinâmica de São Paulo e Rio de Janeiro ainda era coberta pela Mata Atlântica, e a abertura das terras garantia grande parte do fornecimento de madeira para as cidades.

<sup>100</sup> Loureiro (1994, p. 62).

<sup>101</sup> Cano (1998A, p. 70).

crescimento dos eqüinos, que praticamente dobraram em oito anos<sup>102</sup>; estes animais eram o principal meio de transportes na época.

Em 1907, Pará e Amazonas juntos tinham uma produção industrial equivalente a 4,3% do total nacional; em 1919 havia caído para 1,3%, e em 1925 possuía apenas 0,9%. Apesar da leve tendência de recuperação nos últimos cinco anos da década de 1920, encerrou o ano de 1929 com apenas 1% de participação, em cifras insignificantes se comparadas com São Paulo e Distrito Federal, que também eram pequenas. De 1925 a 1927, a produção fabril do Amazonas em mil réis decresceu 7%, enquanto a do Pará cresceu 16% e a do Brasil 8%. No biênio seguinte (1927-1929), o crescimento foi de 18% para o Amazonas e 12% no Pará, e do Brasil na média de 7%<sup>103</sup>.

**Tabela 1.10**  
**Produção Industrial na Amazônia e nos Principais Estados (1925-1929)**  
(Em contos de Réis e participação nacional)

Estados	1925		1927		1929	
	Rs. 1:000\$000	%	Rs. 1:000\$000	%	Rs. 1:000\$000	%
Amazonas	7.043	0,2	6.547	0,2	7.736	0,2
Pará	28.486	0,8	32.947	0,8	37.050	0,8
Distrito Federal	790.260	20,9	942.145	23,0	954.934	21,7
São Paulo	1.382.722	36,6	1.467.455	35,8	1.537.347	35,0
<b>Brasil</b>	<b>3.775.833</b>	<b>100,0</b>	<b>4.095.472</b>	<b>100,0</b>	<b>4.393.777</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1936, p. 127.

Na década de 1920, o Brasil viveu grandes transformações. Com a urbanização emergiam novas classes sociais, e surgiam organizações políticas que contestavam o comando do país pelas velhas oligarquias. Nas forças armadas despontavam os tenentistas, e artistas e intelectuais lançavam o movimento modernista<sup>104</sup>.

Apesar de haverem sinais indicando o esgotamento da *Primeira República* (1889-1930), as regiões cafeeiras mantiveram crescimento econômico e dinamismo com aumento de exportações. No entanto, com a superprodução das safras, seguida da

<sup>102</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1936, pp. 111 e 114).

<sup>103</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1936, p. 127).

<sup>104</sup> Vale mencionar em 1922, a fundação do Partido Comunista do Brasil, a Semana de Arte Moderna e o movimento dos 18 do Forte em Copacabana. A Revolução Tenentista de 1924, seguida da Coluna Prestes, completavam o quadro que expunha as fragilidades da *Primeira República*.

eclosão de uma crise mundial do capitalismo após 1929, o modelo primário-exportador ficou abalado. A Revolução de 1930 colocou novas forças no poder central, que levaram a uma etapa da história do país e da economia da Amazônia que passou a se integrar no mercado nacional.

### 1.3) Contradições estruturais da Amazônia primário-exportadora

O longo período de 1616 a 1929 apresenta elementos para analisar as contradições do modelo primário-exportador, especialmente após a crise da borracha em 1912, muito bem explorada por diversos historiadores econômicos.

A crise que ocupou o período 1808-1850 já seria suficiente para delinear as as contradições do modelo, pois a dependência de mercados externos para uma pauta restrita em que predominava o cacau evitava qualquer possibilidade de desenvolvimento. No entanto, a ascensão da borracha no período da expansão (1851-1886) e principalmente no apogeu (1887-1912) criou uma falsa ilusão e expectativas de que esse modelo poderia ser eternamente bem sucedido.

As análises clássicas de Celso Furtado (*Formação Econômica do Brasil*) e Caio Prado Jr. (*História Econômica do Brasil*) sobre a borracha amazônica colaboram para os estudos, porém encontram limitações. Prado Jr. (2004, p. 240) tem uma avaliação pessimista, e afirma que a riqueza e a prosperidade se dissiparam em despesas suntuárias numa fortuna rápida e facilmente adquirida. Exagera ao considerar que não serviu para “*nada de sólido e perdurável*”, e ignora os impactos positivos na economia local ao considerar “*o drama da borracha muito mais um tema de novela romanesca do que de história econômica*”. Furtado (1977, pp. 134-135) não tirou maiores conclusões sobre o processo, e concentrou sua avaliação no movimento migratório das populações nordestinas para a Amazônia, que considerou ser um enorme desgaste humano por terem se reduzido à miséria, numa condição mais precária do que a de sua origem<sup>105</sup>.

Em sua *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, Santos (1980, p. 309) confere uma visão mais otimista. Nas estimativas explicadas detalhadamente no seu apêndice metodológico, houve um crescimento da renda interna entre 1850 e 1900, a

---

<sup>105</sup> Santos (1980) criticou o enfoque de Furtado na imigração nordestina, considerando um viés regionalista.

uma taxa média anual de 5,4%. A renda *per capita* cresceu em média 2,8%, passando de US\$ 83 (1850) para US\$ 332 (1910). Considera que houve efeitos importantes para determinados segmentos da economia, particularmente em Belém e Manaus, onde se investiu em iluminação a gás, energia elétrica, transportes urbanos, abastecimento de água, rede de esgoto, serviço telegráficos e telefônicos, portos, etc. Nessas cidades, desenvolveu-se até o ensino superior, com destaque para a Escola Livre de Manaus<sup>106</sup>.

Em termos regionais, Santos (1980, p. 307) destaca que a enorme distância social que separava Belém e Manaus dos povoados típicos do interior da Amazônia, atestava a concentração de riqueza que o crescimento da economia gomífera representou. Apesar do avanço na ocupação territorial no estilo ribeirinho disperso com núcleos isolados de baixa articulação, a especialização da região em atividades extrativas, tornou o sistema mal estruturado e sem condições de crescimento auto-sustentado para desenvolver um mercado interno regional. O baixo poder aquisitivo inibia o crescimento da demanda interna e a tecnologia era primitiva e predatória, com os avanços restritos à infra-estrutura. Faltava ao empresariado, ao poder público local e federal, uma mentalidade que não se limitasse ao *laissez-faire*, agindo sob a pressão imediata dos interesses instalados.

Na magnitude da contribuição fiscal para a União, Santos (1980, p. 292) atenta para a importância da Amazônia na economia nacional, que acredita ter ajudado a financiar o crescimento brasileiro do último quartel do século XIX à primeira década do século XX, não apenas em termos fiscais, mas também cambiais, por meio da transferência concreta de dinheiro livre para o erário federal. No seu entendimento, o processo de industrialização do Brasil dependeu largamente dos saldos líquidos de divisas que a Amazônia gerou e transferiu ao sul do país, pois a indústria dependia da importação de máquinas e equipamentos, assim como de combustíveis e matérias básicas. Porém, Cano (1998A, p. 136), ao analisar as *Raízes da Concentração Industrial no Brasil*, demonstrou que, ao contrário, o café paulista gerava sua própria capacidade para importar, e resolvia o problema da subsistência da mão-de-obra, as exigências do consumo de seus capitalistas, as necessidades de insumos e bens de capital para a expansão da economia.

---

<sup>106</sup> Fundada em 1909, se tornou em 1912 a Universidade de Manaus, fragmentando-se em 1926.

A exportação da borracha amazônica não pode ser considerada como um “surto” como foi o algodão maranhense, devido à sua longa duração e seus altos desdobramentos. O crescimento da economia mundial na década de 1920 foi pouco sentido na região, que já amargurava a decadência e não projetava novas possibilidades de dinamismo. Como demonstrado, mesmo no seu ápice, a atividade produtora e exportadora da borracha e suas ramificações não foi capaz de impulsionar um processo de acumulação primitiva que desencadeasse uma reprodução ampliada do capital, como fez a cafeicultura paulista, que formou um conjunto integrado operando em **bases e relações capitalistas de produção**, a qual Cano (1998A, p. 29) denominou de “**complexo econômico**”.

Apesar de as duas economias serem incomparáveis pelos seus perfis e dimensões, é possível traçar alguns paralelos. Em São Paulo, as relações capitalistas de produção com trabalho assalariado se estendiam pelo “complexo”. O café havia impulsionado uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de beneficiamento, de sacarias e dos compartimentos básicos manufatureiros. Contava com um sistema ferroviário, portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações. O comércio de exportação e importação, o sistema bancário e o gasto público formavam a base. O movimento migratório, a disponibilidade de terras, os saldos da balança comercial, as políticas econômicas e a valorização do café, fechavam o quadro favorável à reprodução ampliada do capital. O relacionamento dessas variáveis tinha por efeito a redução dos custos de produção, a ampliação da produtividade e dos excedentes<sup>107</sup>.

De acordo com Cano (1998A, pp. 100-104), as razões pela qual a Amazônia não conseguiu transformar a fonte primária de “energia” econômica da borracha, gerando um “complexo econômico” tão dinâmico quanto o cafeeiro, guardadas as proporções, residem primeiramente no predomínio de **bases e relações pré-capitalistas de produção**, presentes no sistema do aviamento. O trabalho assalariado, uma das condições fundamentais para o surgimento do capitalismo, inexistia nesse sistema em

---

<sup>107</sup> Em 1907, São Paulo concentrava 15,9% da produção industrial do país. Em 1919 passou para 31,5% e, aproveitando o bom momento da economia mundial para as exportações na década de 1920, acumulou capital e o inverteu na indústria, quando em 1920 já possuía 37,5% do total brasileiro. Assim se reuniram as condições para que depois de 1930, tivesse início nesse Estado, a industrialização brasileira.

que o trabalhador vivia atado por dívidas e preços impostos pelo comprador tanto para bens de consumo como de produção.

Por possuir uma esparsa rede fluvial e pela ocupação dos aviados se localizarem predominantemente nas regiões ribeirinhas, não se requereram maiores aplicações para a implantação de um sistema de transportes ferroviário e rodoviário, de efeitos multiplicadores na economia, se restringindo apenas à construção de portos e oficinas de reparos. Também não se processaram as condições mínimas para o desenvolvimento de uma agricultura mercantil de alimentos, pois a demanda era atendida por importações em volumes apreciáveis. Seu nascimento foi bloqueado pelo modo de organização da atividade extrativa, pois inexistia uma empresa agrícola onde a atividade se desenvolvesse sob o comando do capital produtivo, e não havia disponibilidade de terras abertas pela atividade exportadora em que a produção de alimentos pudesse ser efetivada. Faltava também força de trabalho que excedesse ao requerido pela extração da borracha.

Ainda de acordo com Cano (1998A, p. 103), a ***predominância do capital mercantil*** fazia com que mesmo no período áureo da borracha, seus excedentes não fossem convertidos em capital produtivo. Não houve inversões significativas na indústria, em que pela sua dimensão e estrutura, os resultados foram pouco promissores. Os lucros acumulados concentraram-se em uma pequena elite, que os converteu em construções suntuárias e em importações de luxo, ao invés de invertê-los no setor produtivo. Devido à grande participação do capital estrangeiro no comércio importador e exportador, a região remeteu muito de seu rendimento ao exterior. Em síntese, a base produtiva não se diversificou o suficiente para proporcionar a efetiva acumulação de capitais nela gerados.

Desde o *Período Colonial*, portanto, a economia da Amazônia se organizou de acordo com o modelo *primário-exportador*, característico em toda a América Latina no período, que se fundamenta na exportação de produtos primários, sem uma produção interna dinâmica. Isso a tornava duplamente vulnerável. Primeiro, porque os preços de seus produtos eram determinados externamente e oscilavam no mercado internacional; qualquer sinal de crise rebatia em toda a cadeia produtiva. Como o setor primário agrega pouco valor, e essa economia não possuía indústria, ocorre o segundo efeito

adverso: diminuição da capacidade importar, ou a deterioração dos termos de troca. Sem poder importar, os setores externos mais dinâmicos diminuem o rendimento e parte das atividades regride à subsistência básica. Essa dualidade completa o lado vulnerável do **subdesenvolvimento**, que deve ser entendido como uma formação histórica específica, e não como imperativo ao desenvolvimento<sup>108</sup>.

No caso da Amazônia, a ilusão do apogeu da borracha ocultou que os bons preços se deviam a fatores conjunturais e não estruturais. Os métodos primitivos de produção encareciam o custo final, impediam-na de concorrer com as *plantations* orientais quando entraram em operação. Com a crise, antes que a economia da Amazônia se reorganizasse, precisou continuar exportado a borracha e outros produtos para manter uma capacidade mínima de importação, pois a integração comercial com o mercado nacional era limitada e ainda não despontava como alternativa segura. Como a região possuía um alto grau de especialização, essas contradições estruturais permaneceram e se estenderam para muito além dos primeiros anos da crise<sup>109</sup>.

Apesar dessas limitações, a base primário-exportadora construída desde os tempos coloniais foi fundamental para que na nova etapa da economia brasileira a partir de 1930, a Amazônia pudesse se inserir no processo de **integração do mercado interno nacional**, dinamizado pela industrialização.

---

<sup>108</sup> Ver Furtado (2000).

<sup>109</sup> A borracha nesta etapa da história é um bom exemplo das dimensões contraditórias do sistema capitalista. Enquanto a indústria automobilística das economias centrais representava sua face moderna, uma das matérias-primas para o seu fabrico, a borracha amazônica, era extraída nas arcaicas relações de produções de uma região do planeta com baixíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

## Capítulo II

### Integração com o mercado interno brasileiro (1930-1970)

A partir de 1930, o Brasil passou por grandes transformações que ampliaram a integração **comercial, produtiva e física** entre as regiões, como efeito da **industrialização** e da **modernização do Estado**. Essas mudanças condicionaram a integração da Amazônia<sup>110</sup> no mercado brasileiro, e a primeira fase desse processo foi a **comercial**, que ocorreu entre 1930 e fins da década de 1960.

As estatísticas que cobrem o período até 1970 possibilitaram traçar um perfil do **comércio interestadual e exterior**, e medir as transformações nos diversos setores da economia da região, além de seu peso nacional. Inicialmente o meio principal da integração, o **comércio de cabotagem** foi declinando à medida que se abriam as **rodovias**, especialmente a Belém-Brasília, que integrou a Amazônia ao centro dinâmico do país. Nos últimos anos do período, assistiu-se a um crescimento da **presença do Estado**, que abriu caminho para **intensificar a integração** na década seguinte.

#### **2.1) Dinâmica da integração comercial**

A reação brasileira à “crise de 1929” resultou na mudança do padrão de acumulação do país em favor da industrialização por substituição de importações<sup>111</sup>, o que ampliou o comércio interestadual nas regiões, crescentemente ultrapassando o exterior na determinação da renda interna. A força motriz do processo foi a indústria nacional, no contexto concentrada em São Paulo, que passou a comandar uma divisão

---

<sup>110</sup> As referências à Amazônia a partir deste capítulo são à Região Norte da divisão do IBGE de 1945 e 1969, ou Amazônia Clássica, formada pelos estados do Pará (PA), Amazonas (AM) e Acre (AC), e pelos territórios federais de Roraima (RR), Rondônia (RO) e Amapá (AP), instituídos em 1943. Ver Mapa 1.

<sup>111</sup> Segundo Rangel (1985, p. 53), a industrialização brasileira desenvolveu-se como esforços de substituição de importações a que o Brasil foi periodicamente impelido através dos Ciclos Longos que emergiam das economias centrais do capitalismo. Tais ciclos alternam as fases expansivas, quando o Brasil é atraído para uma participação mais íntima na divisão internacional do trabalho, com as fases recessivas, quando o país é compelido à substituição de importações. Nestas fases, os países centrais limitam a demanda por exportados, agravando os termos de troca. O estrangulamento da capacidade de importar vem como reação orgânica.

regional do trabalho e da produção. O sistema produtivo nacional que se formava envolvia periferias em diferentes estágios produtivos, e era por isso desequilibrado.

Os produtos tradicionais da Amazônia como a borracha e a castanha tiveram a queda no exterior compensada pela substituição parcial de mercados de outros Estados, especialmente de SP. Além desses produtos, emergiram as fibras duras (guaxima, malva e juta) e a pimenta-do-reino, **diversificando a produção primária**. Anos mais tarde, passaram a integrar essa pauta, bem como a do comércio exterior, alguns produtos minerais como o manganês e a cassiterita.

Somados aos efeitos da dinâmica industrializante, as **políticas federais de desenvolvimento regional** tiveram importância singular na Amazônia. Vargas ampliou a presença do Estado na região, especialmente durante a II Guerra Mundial com a “batalha da borracha”. Findo esse período, ficou instituído na Constituição Federal de 1946, uma alocação orçamentária de 3% da Receita Tributária da União, Estados e Municípios amazônicos, para um Plano de Valorização Econômica, criado em 1953.

As novas mudanças no padrão de acumulação no pólo, que passou da “industrialização restringida” (1930-1955) à “industrialização pesada” (1955-1970), exigiram maior integração nacional, fornecimento de matérias-primas, e ampliação da capacidade de importar insumos e bens de capital. A Amazônia começou a ser percebida como **fronteira de recursos**, ganhando novo sentido na economia brasileira. Foram construídas rodovias que romperam o isolamento com outras regiões, conectando-a à Brasília, a nova capital federal, e ao dinâmico Centro-Sul.

Como complementos à valorização econômica, foram introduzidos em 1963, os incentivos fiscais. As mudanças após o Golpe Militar de 1964 intensificaram as ações federais na região, que em 1966 reformulou a estratégia com a “Operação Amazônia”. A implantação efetiva da Zona Franca de Manaus a partir de 1967 abriu o caminho para uma forte produção industrial, que junto aos grandes projetos agropecuários e minerais, intensificaram a integração na economia nacional na década de 1970.

### **2.1.1) Reorientação da base primário-exportadora**

Na década de 1930 teve início o processo de integração comercial da Amazônia na economia nacional, quando o dinamismo de outros Estados do país, especialmente de Paulo, fez com que eles passassem a absorver os produtos amazônicos.

Antes de 1930, o Brasil era um arquipélago de ilhas econômicas, e a articulação comercial e física entre as regiões, bastante pequena. As poucas rodovias e ferrovias se restringiam aos próprios Estados, limitando o comércio interno. Os meios de comunicação eram o jornal, o telégrafo, o correio, o raro telefone e a radiodifusão, que vivia os primeiros anos nas maiores cidades, mas já com grande abrangência.

A Amazônia permanecia um imenso vazio demográfico, ocupado por pequenos povoados que se ligavam pela navegação e convergiam a dois centros: **Manaus**, o coração urbano no interior da floresta, e **Belém**, o elo principal na cadeia mercantil, e porta de entrada e saída da região entre o interior amazônico e a costa litorânea. As cidades se ligavam aos vilarejos pelos rios, formando uma esparsa rede de produção extrativa e de circulação de mercadorias. A conexão com o restante do país era por vias fluviais dentro da bacia amazônica (pequena cabotagem), e marítima costeira (grande cabotagem), que assegurava uma importante parcela das exportações da região.

Com o declínio das exportações da borracha em 1912, o modelo primário-exportador demonstrava-se exausto, e expunha as contradições de uma economia tanto tempo dependente de um único produto para o mercado externo, extraído em relações pré-capitalistas de produção, pelo sistema de aviamento. A borracha ainda continuava o principal produto, e mesmo com o aumento do peso da castanha extrativa, a capacidade de importar diminuiu. Em contrapartida, a agropecuária para o abastecimento local cresceu, destacando-se a mandioca, arroz, milho e feijão.

Após a eclosão da “crise de 1929”, que se alastrou rapidamente por todo o sistema capitalista internacional, o Brasil conseguiu ser um dos casos mais bem sucedidos em que o resultado foi a industrialização<sup>112</sup>. Completando o quadro mudancista, a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, reorganizou o pacto de

---

<sup>112</sup> Cada país reagiu à sua maneira, mas os que optaram pelo *laissez-faire* aprofundaram a depressão, enquanto os que se usaram políticas anticíclicas mantiveram os níveis de emprego e de renda, recuperando-se mais rápido.

poder no país e mudou a atitude do Estado. Para enfrentar a crise adotou uma política hoje chamada de “anticíclica”, e em seguida, iniciou uma rota para a industrialização. O Brasil passou a substituir importações e a indústria foi se tornando o principal determinante do nível de atividade. Entre 1929 e 1933, se alterou o antigo padrão de acumulação primário-exportador para um novo, deslocando o “centro dinâmico”<sup>113</sup> em favor da industrialização e direcionando-o para o mercado interno nacional<sup>114</sup>.

Para completar as mudanças, após o golpe do Estado Novo em 1937, Vargas fortaleceu o Estado, que passou a desempenhar funções mais complexas na economia. Foram criados órgãos de planejamento setorial, poderosas empresas estatais, nacionalizados os recursos minerais e vários temas eminentemente regionais (como o café, o cacau, o açúcar e outros) passaram para a esfera federal, elevando-se na agenda pública. Também teve início uma política agrária e de colonização, só em parte implantada, e o Banco do Brasil passou a conceder crédito agrícola e industrial a médio e longo prazo. A integração do país havia se tornado uma meta estratégica que este e os próximos governos seguiriam enquanto perdurou a fase de crescimento.

Como uma grande parcela do território ainda continuava desconhecida e despovoada, especialmente na Amazônia, o governo empreendeu a “Marcha para o Oeste” em 1939, para “preencher os vazios” do país<sup>115</sup>. Vargas também submeteu os interesses das elites regionais aos objetivos estratégicos do Estado, que se dividiam quanto ao apoio ou não ao processo de integração nacional. Em toda a história do federalismo brasileiro, apenas durante a vigência do Estado Novo o congresso nacional esteve fechado, com a clara predominância do poder central sobre os regionais. No final da década, o país já seguia uma rota de desenvolvimento traçada.

Devido à escassez de dados registrados entre a publicação do Anuário Estatístico 1908-1912 e a do de 1936, e dos censos de 1920 para os de 1940, as transformações na economia amazônica na década de 1930 só podem ser medidas parcialmente, podendo-se reconstruir algumas de suas linhas gerais.

---

<sup>113</sup> Ver Furtado (1977).

<sup>114</sup> Mesmo com as exportações passando ao segundo plano na determinação da renda, elas ainda tinham um importante papel na capacidade de importar os bens de produção necessários para o funcionamento e expansão da economia. Ver Tavares (1975).

<sup>115</sup> Para o Roncador-Xingu foi enviada uma expedição liderada pelos irmãos Leonardo, Cláudio e Orlando Villas Boas, que desbravaram o sul da Amazônia e contataram diversas tribos indígenas. O objetivo era integrar os povos nativos como formadores da nação, assim como fez o Marechal Rondon.

Os efeitos imediatos da crise mundial foram sentidos na drástica queda da borracha. Entre 1929 e 1932, a quantidade e os preços médios caíram 30% e o valor total exportado despencou 53%. Neste último ano, houve a menor quantidade exportada em cinco décadas, de apenas 6 mil t. Em 1935, o preço médio de 24 £-ouro/tonelada foi o menor de toda a série histórica iniciada em 1827<sup>116</sup>.

Como parte da infra-estrutura da borracha havia sido redirecionada para a castanha-do-pará, ela tornou-se provisoriamente o principal produto extrativo da região, e foi menos afetado pela crise. Entre 1928 e 1932, a produção média da castanha do AC, AM e PA somados foi de 29 mil t; em 1933 cresceu para 39 mil t, e subiu para 51 mil t em 1935, superando até mesmo a quantidade de borracha exportada no apogeu. Entre 1933 e 1935, o valor total da produção da castanha também superou o da borracha, apesar da sua inferioridade nos preços médios.

A borracha começou a se recuperar em 1933. Houve uma pequena alta dos preços internacionais pelo incremento da indústria automobilística dos EUA, a volta da URSS<sup>117</sup> ao mercado e a assinatura de um acordo entre os plantadores das colônias inglesas, holandesas e francesas para a valorização<sup>118</sup>. Essa elevação foi sentida em 1934 pelo produto nacional, mas mesmo assim, em 1939, os preços médios eram de 34 £/tonelada, ou apenas 5,3% das £ 639 £/tonelada do apogeu.

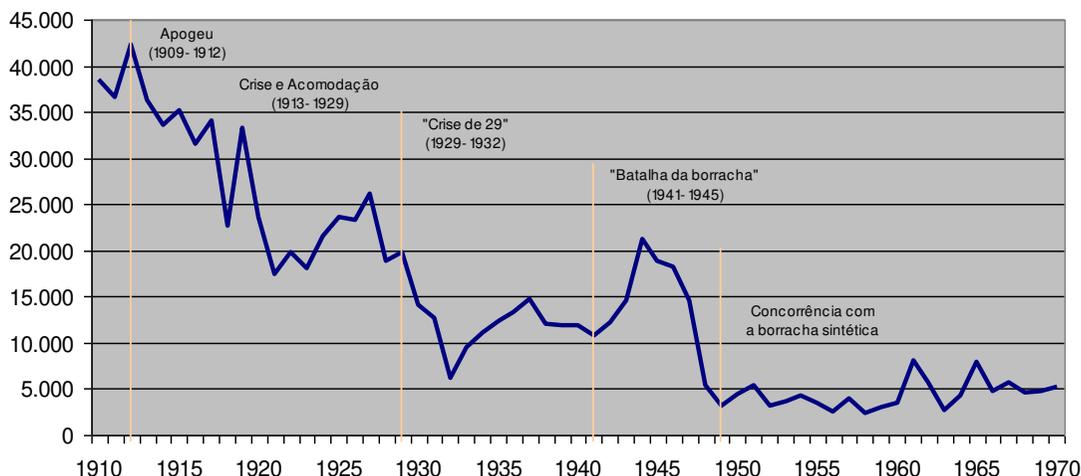
---

<sup>116</sup> IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Comércio Exterior, Exportações de Borracha. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

<sup>117</sup> Em outubro de 1917, ocorreu a Revolução Russa liderada por Wladimir Ilich Lênin, que junto com países vizinhos formou a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e instituiu a Nova Política Econômica (NEP). Após sua morte, Joseph Stálin assumiu o comando e iniciou o processo de planificação e estatização da economia.

<sup>118</sup> Loureiro (1994, p. 49).

**Gráfico 2.1**  
**Exportações da Borracha Brasileira (1910-1970)**  
 Quantidade (em toneladas)



Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Estatísticas Históricas do Brasil, IBGE. "O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (1909)" IN Estatísticas históricas do Brasil. 2ª Edição do 3º volume da Série de Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990., p. 347). Total

Com o “deslocamento do centro dinâmico” e um cenário externo de crise, a indústria do Centro-Sul começava a despontar lentamente como alternativa para o produto. Em 1934, o mercado interno consumiu 8% da produção total do AC, AM e PA juntos, passando para cerca 25% em 1936<sup>119</sup>. Uma parte do consumo da borracha no país era destinada à revenda interna<sup>120</sup>, e a outra se direcionava à indústria nacional, como as fábricas de vulcanização em SP<sup>121</sup>, e de artefatos no RS e antigo DF (GB)<sup>122</sup>.

<sup>119</sup> Total da produção, subtraído das exportações. Anuário Estatístico do Brasil (1938, pp. 170-171).

<sup>120</sup> O principal vendedor de borracha para o mercado interno era o AC, que respondia pela metade do total. O PA era o maior comprador com 45% do todo nacional, seguido do AM com 22%. Isso se deve ao fato de que pela geografia da região, além de produtores, esses estados eram entreposto para o exterior e restante do Brasil.

<sup>121</sup> Segundo Loureiro (1994, p. 49), o AM vendia borracha para mais de quarenta fábricas em Belém, RS, RJ, e principalmente SP. Entre 1933 e 1934, SP comprou 1444t ao todo, crescendo nos anos seguintes.

<sup>122</sup> Distrito Federal (DF) era a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. O Estado do Rio de Janeiro (RJ) tinha como capital Niterói. Com a transferência da capital nacional para Brasília, o Distrito Federal (DF) tornou-se Estado da Guanabara (GB), sendo o Rio de Janeiro a capital. Na década de 1970, GB e RJ se unificaram para formar o novo Estado do RJ, capital Rio de Janeiro.

**Tabela 2.1**  
**Destino da Produção de Borracha**  
**(1933-1937)**

Anos	Exportações		Mercado Nacional		Produção Total	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
1933	9.453	89	1.152	11	10.605	100
1934	11.150	92	954	8	12.104	100
1935	12.370	76	3.918	24	16.288	100
1936	13.247	75	4.334	25	17.581	100
1937	14.792	80	3.670	20	18.462	100
<b>Média</b>	<b>12.202</b>	<b>81</b>	<b>2.806</b>	<b>19</b>	<b>15.008</b>	<b>100</b>

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada; Tema Produção, Série Produção de Borracha. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Anuário Estatístico de 1938, p. 170; Mercado Nacional: Produção Total - Exportações.

Integrados no sistema de aviação, a população rural mostrava-se sensível às oscilações do mercado da castanha e da borracha, revezando-as com as pequenas atividades agrícolas e de garimpagem. Nesse contexto, chegaram os imigrantes japoneses em Tomé-Açu no PA e em Maués no AM, onde receberam terras devolutas para a colonização. Começaram plantando gêneros de subsistência, e introduziram as primeiras experiências com a juta, uma fibra utilizada para o preparo de sacarias, que ganhou importância nas décadas seguintes para as indústrias paulistas. Apesar dos esforços familiares, as dificuldades prevaleciam com a perda de safras pela inadequação das culturas ao solo e ao clima.

À medida que novas frentes foram abertas na década de 1930, o setor agrícola crescia diversificando-se na economia regional. O principal produto tornou-se a mandioca: entre 1928 e 1932, a média produzida foi de 232 mil toneladas, agregando o AC, AM e PA. Nesse quinquênio, as três unidades federativas produziram juntas mais de 3,4 milhões de unidades de abacaxi, 1,4 milhões de cachos de banana e 1,6 milhões de litros de álcool e de aguardente<sup>123</sup>.

O resultado da diversificação da produção agrícola foi uma maior integração da região amazônica, seja para circular internamente seus produtos de consumo local, ou para redistribuição nacional e externa. Em 1937, o mercado externo respondia por 58% do valor das vendas, e o brasileiro já ocupava uma crescente parcela de 42%. A borracha representava 30% da pauta regional para o exterior em contos de réis, a

<sup>123</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1938, pp. 183-184).

castanha com casca 22%, a castanha sem casca 15%<sup>124</sup>, as peles e couros 8%, e todos os outros produtos, 25%. Quanto às vendas ao mercado interno, a pauta regional era mais diversificada. A borracha correspondia a 23%, o arroz e a castanha com casca 7% cada, e o restante compunha-se de uma variedade muito maior de produtos alimentícios e matérias-primas em menor quantidade<sup>125</sup>.

Com a Amazônia parcialmente integrada na economia nacional, o passo seguinte foi a reorientação de sua base primário-exportadora para o mercado interno do país, que começou a prevalecer sobre o externo. Esse processo foi resultado da transformação das forças econômicas no centro industrializante, que para ampliar a escala de reprodução do capital, necessitava que o mercado interno estivesse integrado e cativo aos produtos nacionais. À medida que se desenvolveu esse centro, capaz de comandar a integração, também se formaram as periferias na divisão nacional da produção e do trabalho. Os fluxos, antes voltados quase que exclusivamente para o exterior, passaram a girar em grande parte para o interior do país.

Visando facilitar o comércio interno e estimular a integração, foram eliminadas as barreiras à livre movimentação econômica no país, com as tarifas interestaduais extintas gradualmente de 1938 a 1943. O governo incentivou a complementaridade produtiva entre as regiões, e o comércio inter-regional, que era de cerca de 1/4 do comércio médio dos Estados, passou a pouco mais de 50% no imediato pós Segunda Guerra Mundial<sup>126</sup>. Estabeleciam-se as pontes entre as ilhas regionais para formar o continente econômico brasileiro.

Envolvida no novo processo macroeconômico do país, a tradicional base primário-exportadora da Amazônia, que desde o período colonial se direcionava ao estrangeiro, finalmente reorientou-se para o mercado interno brasileiro. No ano de 1938, as exportações do agregado amazônico correspondiam a 50,3%, e para o mercado nacional 49,7%. Em 1939, o comércio com o mercado interno passou a prevalecer com 50,4% do valor das vendas da região destinando-se a outros Estados

---

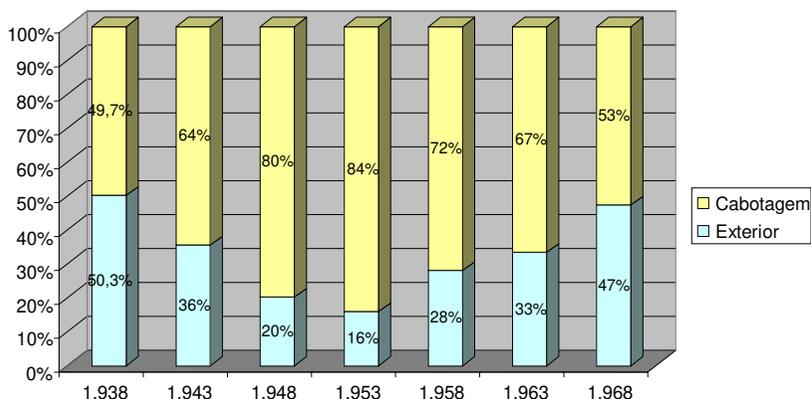
<sup>124</sup> Nesse contexto, a Amazônia respondia por mais de 99% do total da produção de castanha e borracha do país.

<sup>125</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1938, pp. 308-312 e 319-322).

<sup>126</sup> Cano (1998B, p. 149).

(cabotagem), e 49,6% a outros países<sup>127</sup>. A partir de então, a integração comercial seguiu aprofundando-se (Gráfico 2.2):

**Gráfico 2.2**  
**Amazônia - Exportações em Valores:**  
**Comércio Exterior e Nacional por Cabotagem**  
**(1938-1968)**



Fonte: Série constituída de dados em todos os Anuários Estatísticos do Brasil de 1936 a 1970.

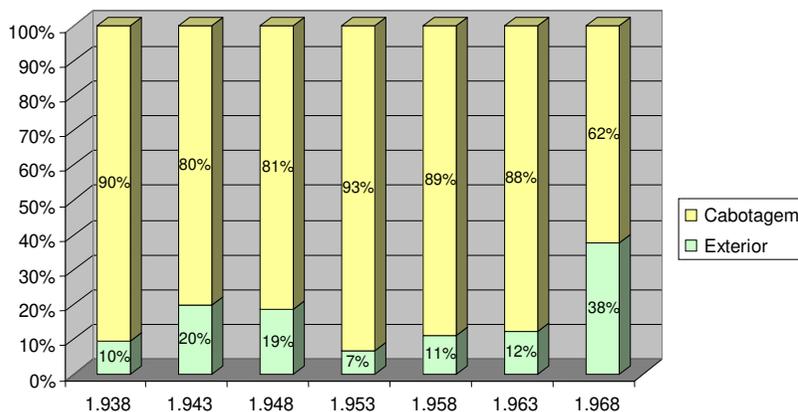
A ligação com o mercado brasileiro se dava nesse momento principalmente pelo comércio costeiro de cabotagem. Em 1938, o comércio por vias internas representava apenas 10% do total, mas com a abertura das novas estradas e aeroportos, em 1968 elas já respondiam por 30% das vendas ao mercado interno, e 45% das compras<sup>128</sup>. No contexto, a região já possuía uma produção mais diversificada<sup>129</sup>.

<sup>127</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1939/1940, pp. 404-457).

<sup>128</sup> Somados o comércio por vias internas com o de cabotagem para este último ano, as exportações interestaduais equivaliam a 62% do total, e as para o exterior 38%.

<sup>129</sup> Os dados detalhados serão apresentados no item 2.2, com seus impactos sobre a estrutura produtiva.

**Gráfico 2.3**  
**Amazônia - Importações em Valores:**  
**Comércio Exterior e Nacional por Cabotagem**  
**(1938-1968)**

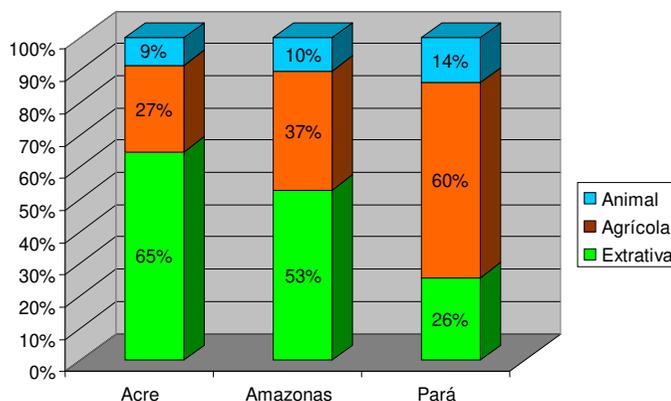


Fonte: Série constituída de dados em todos os Anuários Estatísticos do Brasil de 1936 a 1970.

Em 1938, as importações do mercado brasileiro correspondiam a 90%, e as do exterior apenas 10%, somados o comércio externo e de cabotagem. Nessa primeira etapa da integração, portanto, mais do que fornecedora de produtos, a Amazônia era compradora dos bens nacionais, contribuindo com o processo de acumulação no centro ao consumir seus produtos industriais e agrícolas<sup>130</sup>. A produção primária continuava determinante na região, predominando o extrativismo no AC e AM, e a agricultura no PA (Gráfico 2.4), de maior peso econômico.

<sup>130</sup> Das três unidades federativas da Amazônia brasileira, a que mais se encontrava integrada ao mercado nacional em 1939 era o PA, tanto nas vendas quanto nas compras. Por motivos geográficos, o AC não comercializava diretamente com o exterior. As exportações do AM superavam as vendas interestaduais, mas o Estado comprava quase oito vezes mais de outros Estados do que do exterior.

**Gráfico 2.4**  
**Produção Primária na Amazônia (1939)**



Fonte: Censo Agrícola de 1940 e Anuário Estatístico do Brasil, 1949, p. 92.

Para os Estados periféricos, a integração podia ser uma oportunidade para retomar o crescimento, tendo como efeito positivo o *estímulo*, mas também os negativos de *inibição* ou *bloqueio*, e até mesmo de *destruição* da indústria regional:

“Os de *bloqueio*, no sentido de que a periferia não pode repetir o processo histórico do desenvolvimento de SP [...]. Os de *destruição*, que se manifestam através da concorrência que empreendimentos mais eficientes implantados pelo capital do pólo possam fazer aos similares periféricos [...]. Os de *estímulo*, que se manifestam através da ampliação do grau de complementaridade (agrícola ou industrial) inter-regional”.

(CANO, 1998B, p. 287).

Na Amazônia, o predomínio do capital mercantil, a estrutura fundiária atrasada e o persistente aviamento, criavam resistência a um processo de desenvolvimento capitalista. Por isso, os efeitos da integração limitaram-se inicialmente à complementaridade por recursos naturais específicos e produtos agrícolas.

A sua integração ainda repetia, portanto, o modelo primário-exportador, com a diferença de que o centro comprador de matéria-prima e fornecedor de produtos manufaturados passou a ser o Centro-Sul e não um país estrangeiro. A vantagem dessa integração era de encontrar a complementaridade para sua produção com efeitos estimulantes, muitos dos quais resultantes das políticas desenvolvimento regionais.

### **2.1.2) Introdução das políticas de desenvolvimento regionais**

À medida que se avançava o processo de industrialização e de integração do mercado interno nacional, os desequilíbrios regionais afloravam. Para enfrentar essas desigualdades, os governos de até meados da década de 1950, introduziram as primeiras políticas de desenvolvimento regionais.

Em 1940, numa visita cuidadosamente preparada, Vargas pronunciou o famoso discurso do Rio Amazonas, que se tornou uma das mais importantes peças publicitárias do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP):

“Todo Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando a formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro”.

(VARGAS, Getúlio IN SUDAM, 1968, pp. 10-11).

Seu governo iniciou um processo de aumento da presença do Estado na região. Como a navegação fluvial exigia modernização e substituição de barcos, as companhias inglesas *The Amazon River Steam Navegation Company Limited* e *Port Of Pará* foram estatizadas para formar o Serviço de Navegação do Amazonas e de Administração do Porto do Pará (SNAPP)<sup>131</sup>.

Cresciam os interesses nacionais e estrangeiros por recursos como o manganês, descoberto em 1934, com as jazidas de alto teor às margens do rio Amapari identificadas em 1941. Para aumentar o controle estatal nas regiões onde se localizavam essas e outras reservas minerais, especialmente em áreas fronteiriças com vazios demográficos, foram criados novos Territórios Federais<sup>132</sup> em 1943. De parte do

---

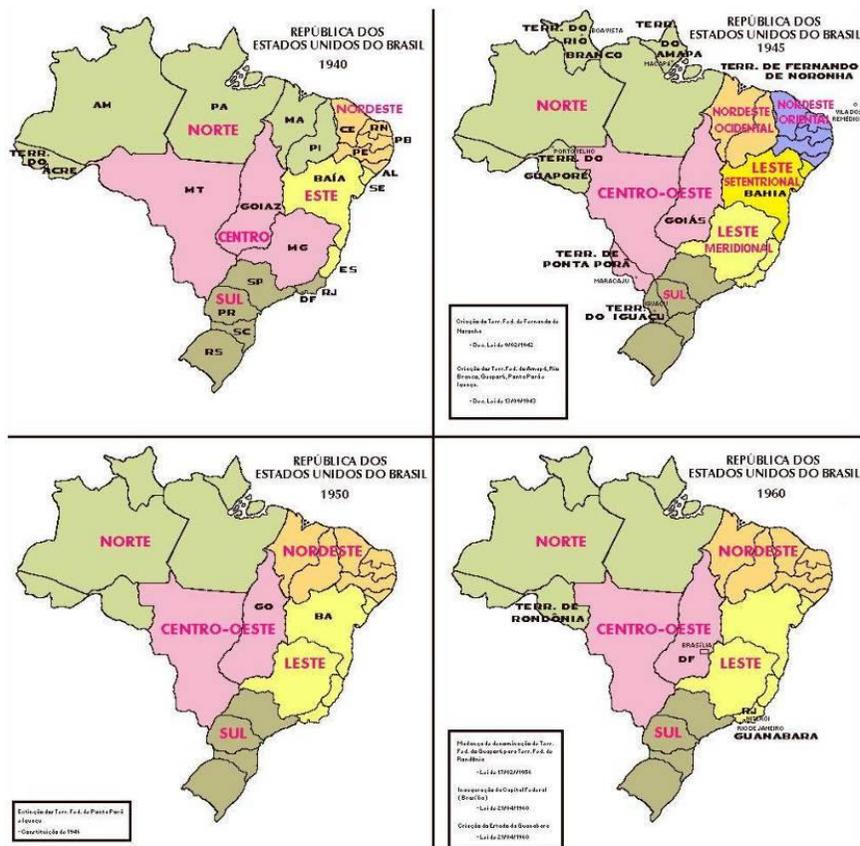
<sup>131</sup> O SNAPP era uma entidade federal autônoma, subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, e foi criada pelos Decretos nº 2.142, 2.147 e 2.154 de Abril de 1940. O sistema tinha Belém como ponto de convergência dos barcos que percorriam todo o interior da região, e as linhas serviam a cinco portos principais, cerca de cinquenta médios e a mais de cem menores nas circunscrições.

<sup>132</sup> Decreto-Lei 6.550 de 1944. Em 1981, RO tornou-se Estado, e com a Constituição de 1988, o AP e RR.

AM e MT, foi desmembrado o território do Guaporé, que depois passou a se chamar **Rondônia**. O **Amapá** formou-se de parte do PA, e o Rio Branco, atual **Roraima**, de parte do AM. Eles haviam sido instituídos para que o governo atuasse com poderes para planejar, povoar e garantir a exploração econômica.

Em 1941 foi estabelecida uma regionalização em que o **Norte** era formado pelos Estados do Amazonas (AM), Pará (PA) e o então Território Federal do Acre (AC), ou 42% da área do país. Com a criação dos novos Territórios Federais do Rio Branco (Roraima-RR), Guaporé (Rondônia-RR) e Amapá (AP) em 1943, a regionalização foi atualizada em 1945 para incluí-los. Em 1969 foi novamente mudada a regionalização do Brasil, com o Norte permanecendo como na anterior, alterando-se apenas em 1988 com a inclusão do Tocantins, que não está incluso no recorte desta pesquisa.

Mapa 2.1  
Regionalização do Espaço Brasileiro (1940-1960)



Na II Guerra Mundial, quando o Brasil declarou guerra ao *Eixo* (Alemanha, Itália e Japão), assinou com os EUA os “Acordos de Washington” em março de 1942. Assim, recebeu o financiamento para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além da aquisição de novos materiais bélicos. Em troca, o Brasil enviou tropas, autorizou os EUA a manterem provisoriamente bases no Nordeste, forneceu minerais estratégicos, e ampliou o de borracha. Apesar dessas ações, não houve exploração mineral na Amazônia durante a *Segunda Guerra Mundial* (1941-1945), mas as atenções sobre a região ganharam um novo interesse.

Os EUA precisavam da borracha porque seus inimigos japoneses haviam se apoderado de 97% das zonas produtoras no Oriente, colocando em risco o próprio esforço de guerra pela importância do produto<sup>133</sup>. Os norte-americanos desejavam incrementar a produção para ampliar a oferta imediatamente e a qualquer custo, pois sua indústria bélica e automobilística encontrava-se afetada. Os brasileiros temiam os efeitos da crise anterior, e propunham um plano de desenvolvimento de longo prazo, mas a vontade estadunidense venceu, e teve início a “batalha da borracha” em 1942.

A norte-americana *Ruber Reserve Corporation* (RRC) associou-se ao capital privado nacional, para fundar o Banco de Crédito da Borracha (BCB) e financiar o empreendimento emergencial. O problema imediato da escassez de mão-de-obra foi resolvido com a transferência de 55 mil nordestinos flagelados pela seca. O Departamento Nacional de Imigração (DNI) coordenou com o BCB o recrutamento e encaminhamento dos trabalhadores para os seringais através do Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA)<sup>134</sup>.

A RRC e a SAVA substituíam os aviadores no comércio importador e o BCB exercia a função exportadora, antes executada pelos agentes comerciais. Por pressões de funcionários do governo norte-americano, foi criado um contrato de trabalho estabelecendo as relações entre o produtor-seringalista e seringueiro-extrator, assegurando-o no mínimo 60% do lucro a seringueiro. Contudo, uma comissão de deputados concluiu que os contratos não eram respeitados. Estima-se que mais de

---

<sup>133</sup> Martinello (1988, p. 77).

<sup>134</sup> Decreto-Lei 4.451, de 9 de Julho de 1942, Decreto-Lei nº 4.750 28 de setembro de 1942 e Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942.

quinze mil *soldados da borracha*, ou 27%, perderam suas vidas na exploração florestal, abandonados neste esquecido episódio da II Guerra Mundial. Com o fim da “batalha”, 2.160 ex-“*soldados*” passaram por Belém, recambiados ao Nordeste<sup>135</sup>.

O saldo econômico foi efêmero, alcançando um pequeno ápice em 1944, quando foram exportadas 21 mil t, ou metade do apogeu em 1912. Manaus, que foi o epicentro da “batalha”, encontrava-se deteriorada, segundo registros<sup>136</sup>. Depois do surto, seguiu-se o declínio das exportações. Além do encerramento da guerra que gerava parte da demanda, a ascensão do produto sintético nos países centrais levou a exportação da borracha natural à decadência no médio prazo.

Com a carência dos acordos, muitos seringais faliram e foram hipotecados ao BCB, que foi estatizado. As Associações Comerciais do Amazonas e do Pará, que representavam o capital mercantil e as casas aviadoras, reagiram à crise, e houve o enfrentamento a uma política de substituição do extrativismo retrógrado pela adoção da *heveicultura* racional e sistemática. A experiência com o capital estrangeiro também fracassou em Belterra. Com a perda da atratividade internacional, a Ford desinteressou-se em continuar investindo e a manter o caro empreendimento. Dessa forma retirou-se e a cidade acabou por esvaziar-se como havia acontecido em Fordlândia.

A borracha, que outrora havia sido o principal produto exportado, continuava perdendo a importância. Devido às incertezas internacionais, ela cada vez mais se deslocava ao mercado nacional. De 1944 a 1945, o consumo brasileiro do produto praticamente dobrou. A partir de 1945, a quantidade exportada seguiu caindo e jamais se recuperou. Entre 1946 e 1947, o mercado interno comprou mais borracha que o exterior, marcando a nova fase no destino de sua produção (Gráfico 2.5):

---

<sup>135</sup> Martinello (1988, pp. 252-257, 344 e 328).

<sup>136</sup> Martinello (1988, p. 343).

**Gráfico 2.5**  
**Destino da Produção de Borracha (1930-1947)**



Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada; Tema Produção, Série Produção de Borracha. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009.

O fim da Segunda Guerra Mundial levou a um novo momento de crescimento da economia mundial<sup>137</sup>. Getúlio foi derrubado e foram convocadas novas eleições, estabelecendo no Brasil um frágil processo democrático. A Constituição, aprovada em 1946, retomou a autonomia dos Estados e Municípios, sem perder a tendência à centralização. Como resultado das históricas pressões por uma maior atenção à Amazônia, foram alocados recursos no Artigo 199 da nova Constituição, a uma quantia não inferior a 3% da renda tributária da União, Estados e Municípios por pelo menos vinte anos consecutivos, para a execução de um Plano de Valorização Econômica<sup>138</sup>. A destinação desses recursos aconteceria de acordo com uma **estratégia de valorização econômica**, que seria formulada e implantada.

A União já tinha um forte aparato estatal na Amazônia pelas administrações territoriais, o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), o SNAPP, o Instituto Nacional de

<sup>137</sup> O quadro econômico que sucedeu à II Guerra Mundial (1941-1945) foi marcado pela assinatura do tratado de Bretton Woods, que instituiu o dólar como moeda de reserva internacional entre os países capitalistas. Foram criados o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, além da ONU (Organização das Nações Unidas).

<sup>138</sup> BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

Pesquisas da Amazônia (INPA)<sup>139</sup>, o BCB e outras entidades menores. O BCB possuía grande abrangência na economia regional e procurava preservar a cadeia produtiva da borracha, mesmo artificialmente. Para isso, financiava, comprava a preços estáveis, lavava, transportava e armazenava a borracha. Tinha uma estrutura com agências em vários Estados e territórios do país<sup>140</sup>. Toda essa estrutura mostrava-se pesada e obsoleta, constituindo um grande desperdício de recursos pelo déficit crescente da borracha. Em 1950, o BCB foi renomeado para Banco de Crédito da Amazônia (BCA), passando a efetuar todas as operações bancárias relacionadas com as atividades industriais, comerciais e produtoras, mantendo as concernentes à venda e à industrialização da borracha no território nacional<sup>141</sup>.

Havia o desejo coletivo de que Plano de Valorização da Amazônia, até então não formulado, fosse mais abrangente e não se restringisse à defesa de alguns produtos. Formou-se uma Comissão Parlamentar, que junto com o Executivo Federal, governos estaduais e territoriais, discutiram as diretrizes. A jurisdição político-geográfica teve um longo debate e surgiram dois conceitos: **Amazônia Clássica** (Mapa 1) e **Amazônia Legal** (Mapa 2.2), esta que surgiu como conceito político e não como imperativo geográfico, para ser a área de atuação dos órgãos criados para executar o Plano:

**a) Amazônia Clássica:** composta pelos Estados do Amazonas (AM) e Pará (PA), e os Territórios Federais do Acre (AC), Amapá (AP), Guaporé (Rondônia-RO) e Rio Branco (Roraima-RR). Essas unidades federativas eram a região **Norte** na divisão do IBGE de 1945 e de 1969, e correspondiam a 42% do território brasileiro.

**b) Amazônia Legal:** formada pelos Estados e Territórios Federais da Amazônia Clássica, incluída parte do Maranhão (oeste do meridiano 44º)<sup>142</sup>, Goiás (norte do

---

<sup>139</sup> Em 1947, foi criado o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) pela UNESCO, como um centro de pesquisa na região. O IIHA foi duramente atacado por ser considerado ameaça à soberania nacional, pois cientistas estrangeiros teriam acesso privilegiado a informações sobre recursos naturais. Pela polarização política, o projeto inviabilizou-se. Com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951, nasceu em 1952 o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A principal diferença entre o IIHA e o INPA era de controle estratégico pelo Estado Federal, que ampliava sua presença na região.

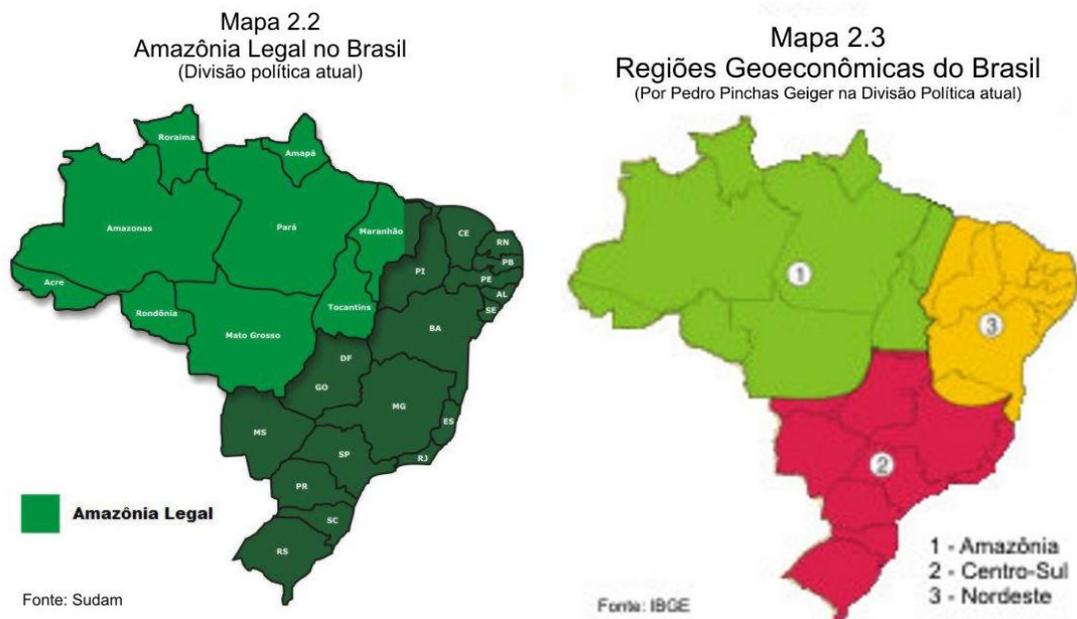
<sup>140</sup> Martinello (1988, pp. 308-309).

<sup>141</sup> Artigo 1º da Lei nº 1.184, de 30 de Agosto de 1950.

<sup>142</sup> Parte do Maranhão pertencia à abrangência da SPVEA, e a partir de 1959, a totalidade do Estado passou à abrangência da SUDENE, ficando, portanto, uma de suas regiões sob duas áreas de incentivo. Isso se manteve com a transformação da SPVEA em SUDAM.

paralelo 13º de latitude sul)<sup>143</sup> e Mato Grosso (norte do paralelo 16º de latitude sul)<sup>144</sup>, abrangendo uma superfície de 5.217.423 km<sup>2</sup>, ou 61% do território brasileiro.

Apesar de Amazônia Legal ser uma delimitação política, suas linhas gerais foram incorporadas pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger na sua proposta de regionalização 1967, na qual a **Amazônia** corresponde a uma das três regiões geoeconômicas, junto com o Centro-Sul e o Nordeste (Mapa 2.3). Nesta divisão, mais importante do que os limites políticos são as características sócio-econômicas.



Quando Vargas voltou à presidência em 1951 pelo voto direto, houve maior espaço para o planejamento regional. O debate sobre o desenvolvimento nacional ganhava o país com políticos, militares, estudantes e sindicalistas se mobilizando em defesa da exploração estatal do petróleo, o que resultou na criação da Petrobrás. O Brasil vivia um momento de grande crescimento da economia, com o Estado se fortalecendo, o mercado interno se integrando e ganhando musculatura. Outros bancos federais públicos foram criados como o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento

<sup>143</sup> Desmembrado do Estado de Goiás em 1988, é o atual Estado do Tocantins.

<sup>144</sup> Pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, o Estado do Mato Grosso foi dividido, com o desmembramento da parte não pertencente à Amazônia Legal, que passou a se chamar Mato Grosso do Sul.

Econômico) e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil S/A). O desenvolvimentismo se institucionalizava, com o crédito se direcionando às metas de planejamento.

Finalmente, a Lei 1.806 de 06/01/1953 iniciou a política de desenvolvimento para a região. No Artigo 22º, foi criada a Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia, a **SPVEA**, com sede em Belém, mas subordinada diretamente à Presidência da República. Suas metas seriam executadas por Planos Qüinqüenais<sup>145</sup>, enquadrados em um Plano Geral, detalhado no Artigo 7º. Pode-se notar que além do objetivo de **desenvolvimento econômico**, havia **preocupações sociais e ambientais**:

**a) Desenvolvimento Econômico**<sup>146</sup>: a prioridade do Plano era à produção agrícola, sem negligenciar os setores pecuários e extrativos. A exploração do setor mineral estava contemplada, e deveria ser acompanhada da industrialização das matérias-primas para o abastecimento. Isso exigia maior infra-estrutura, suprida com transportes, comunicações e energia para os principais centros. O que sustentaria o plano seria a expansão do crédito bancário, incentivando o capital privado a iniciativas na região, mesmo em parceria ou associação com órgãos públicos.

**b) Preocupações sociais**: para o setor extrativo, a meta era manter os preços mínimos compatíveis com o custo de vida da região. O Plano visava uma política demográfica para a regeneração física e social pela alimentação, assistência à saúde, ao saneamento e à educação. O objetivo era constituir núcleos rurais permanentes, estruturados para receber correntes de imigração.

**c) Preocupações ambientais**: para a agricultura visava-se analisar as condições ecológicas, a diferenciação e a fertilidade dos solos, além do zoneamento das áreas de ocupação. A política energética citava preocupações em preservar as fontes, utilizando racionalmente os recursos naturais.

A estratégia procurava modernizar a economia regional sem provocar rupturas na estrutura social arcaica, dominada pelo capital mercantil. Recordava as ações de

---

<sup>145</sup> A SPVEA organizou um Plano de Emergência entre 1953 e 1954, para preparar o primeiro Plano Qüinqüenal ao exercício 1955/1959.

<sup>146</sup> O pensamento nacional-desenvolvimentista por trás dessa nova postura do Estado foi bastante influenciado pelas idéias da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), criada pela ONU em 1948 para propor alternativas à economia da região visando livrá-la da dependência do modelo primário-exportador.

Pombal ainda no *Período Colonial* para a expansão da agricultura e ocupação da região no contexto do mercantilismo, mas residia a maior diferença de que em 1953, foram dados os primeiros passos para promover um **desenvolvimento capitalista** na região.

A SPVEA organizou um Plano de Emergência entre 1953 e 1954, para preparar o primeiro Plano Quinquenal ao exercício 1955/1959. Nesse primeiro momento, teve poucos impactos na economia, que seguiu sua dinâmica própria, e seus primeiros resultados só puderam ser notados no governo que se seguiu.

Entre 1930 e 1955, portanto, o Brasil passou pela etapa da “industrialização restringida”, substituindo importações, principalmente de bens de consumo não duráveis. Nessa dinâmica, a Amazônia havia se integrado apenas como fornecedora de produtos extrativos e agrícolas, e consumindo produtos de toda a ordem. No entanto, já começava a diversificar a produção se comparada ao período da borracha, abrindo assim o caminho para uma nova participação na economia do país.

### ***2.1.3) Novas dimensões na economia nacional***

As mudanças no padrão de acumulação no pólo, que entre 1955 e 1970 passou pela “industrialização pesada”, exigiram uma maior integração, fornecimento de matérias-primas, e ampliação da capacidade de importar insumos e bens de capital. A Amazônia começou a ser percebida como fronteira de recursos, e ganhou maiores dimensões e sentido na economia brasileira, tanto para incrementar a produção, como para ajudar no esforço exportador.

Os interesses do centro passavam a condicionar os das periferias mais agressivamente, alterando suas bases de acumulação, com uma maior complementaridade entre as regiões. Quando a “industrialização pesada” se instaurou no pólo, ficaram centralizadas as decisões de ‘onde’, ‘quando’ e ‘em que setor’ o capital nacional deveria investir. O novo padrão de acumulação reforçou a concentração industrial em São Paulo e na região em seu entorno<sup>147</sup>.

Segundo Carvalho (2005A, p. 58), cada vez mais se redesenhava no espaço econômico nacional uma nova divisão inter-regional do trabalho através de um

---

<sup>147</sup> Ver Cano (1998B).

processo de homogeneização das relações sociais de produção, sob o comando do capital industrial. Isso ocorreu pela destruição ou subordinação de estruturas produtivas fundadas em relações não-capitalistas, transformando a base produtiva das periferias.

Nessa época, a “questão regional” emergiu como problema nacional. As disparidades se intensificaram como resultado do crescimento diferenciado entre as regiões. As informações sobre os índices sociais, as secas nordestinas que promoveram ampla migração para o pólo dinâmico, assim como as discussões sobre o subdesenvolvimento formuladas pela CEPAL, contribuíram para que crescessem as políticas de desenvolvimento regional através do planejamento.

Em termos macroeconômicos, para o país continuar se industrializando, era necessário desenvolver os setores de bens de produção, de consumo durável e de capital, e intensificar a integração comercial e produtiva. Em 1956, teve início a presidência de Juscelino Kubitschek, marcada pelo Plano de Metas<sup>148</sup>, com investimentos nos setores de infra-estrutura, e estímulos à expansão da indústria. Paralelamente, foi construída a nova capital no centro do país, que articulou pontos distantes no amplo sistema rodoviário que começou a ser instalado.

Como a região amazônica situava-se distante do centro econômico, haviam obstáculos à sua integração no território brasileiro. A geografia facilitava a orientação ao comércio exterior<sup>149</sup>, pois as vias marítimas e fluviais eram o único eixo de penetração desde os tempos coloniais, e o comércio interno só era realizado por cabotagem e transporte aéreo, até então pouco desenvolvido. A inauguração do Aeroporto Internacional de Belém em 1959 ampliou a potencialidade, mas ainda faltava a integração terrestre, só possível depois da fundação de Brasília.

A região Norte finalmente integrou-se na malha viária nacional com a construção de grandes rodovias inter-regionais. A **Belém-Brasília** (BR-010) foi concluída em 1960

---

<sup>148</sup> O Plano tinha cinco metas prioritárias: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Apesar de não se ocupar da má distribuição da renda ou da transformação estrutural da agricultura, procurava investir nos setores de estrangulamento da economia. Ver Lessa (1998).

<sup>149</sup> “A posição equatorial, resultando em fantástica massa florestal, aliada à impossibilidade de navegação no alto curso encachoeirado dos tributários da margem direita, por sua vez, não favoreceu as ligações terrestres. A Amazônia apresenta, portanto, uma posição extrínseca em relação ao bloco constituído pelo Planalto Brasileiro, aproximando-se dos domínios do Caribe e dos Andes. Em contrapartida, a fabulosa massa de água do Amazonas, com sua disposição transversal, permite a penetração do mundo marítimo até o âmago do heartland sul-americano, assegurando a sua vinculação com o Atlântico”. (BECKER, 1982, p. 58).

com 1.954 km de extensão, ligando a capital federal com a **Amazônia Oriental**<sup>150</sup>; a **Brasília-Porto Velho-Rio Branco (BR-029)** foi aberta seguindo a linha telegráfica, e inaugurada em 1961, com 3.306 km, para conectar a **Amazônia Ocidental**. Essas estradas de terra demoraram décadas até serem pavimentadas.

Outra medida que marcou a atuação federal na Amazônia durante o período, foi a aprovação da Lei 3.173 de 6/6/1957, que instituiu a Zona Franca de Manaus (ZFM) para armazenamento, beneficiamento e comércio de mercadorias estrangeiras na Amazônia com os países limítrofes<sup>151</sup>. A maior integração com o mercado interno nacional deu-se com a consolidação desse instrumento, que inicialmente, tinha outra preocupação. Ela era estrategicamente posicionada para ampliar o comércio nacional e com os países vizinhos, e sua localização geográfica era considerada ideal para anular a repercussão dos portos livres estrangeiros e colocar o Brasil como centro de interesses comerciais dos países amazônicos:

“Na realidade a criação da ‘zona franca’ de Manaus procurou corrigir uma situação impossível de sustentar: a Amazônia brasileira está, atualmente, rodeada de portos livres ou de legislações especiais protetoras, destacando-se a posição dos portos de Paramaribo (Guiana Holandesa), Iquitos (Peru) e Letícia (Colômbia), cujas áreas se desenvolvem às expensas do Brasil do que dos seus próprios recursos”.

(CAPES, 1959, p. 109).

Além da colaboração na construção das rodovias, a SPVEA realizou levantamentos sobre as potencialidades e aerofotogramétrico da região, sistemas elétricos em Belém e Manaus, e a construção e renovação de faculdades<sup>152</sup>. Ainda no governo JK, foi criada a UFPA (Universidade Federal do Pará)<sup>153</sup>, e posteriormente, em Manaus, foi refundada a Universidade do Amazonas<sup>154</sup>, com a reintegração de instituições de ensino que atuavam isoladas no Estado. No Acre, que foi elevado à

---

<sup>150</sup> A Amazônia Oriental é composta pelo PA e AP (atualmente também o TO), e a Amazônia Ocidental pelo AC, AM, RO e RR.

<sup>151</sup> Decreto nº 47.757 de 3/2/1960.

<sup>152</sup> Miranda Neto (1979, p. 148).

<sup>153</sup> Decreto-lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957.

<sup>154</sup> Lei Federal 4.069-A de 12 de junho de 1962. Com a Lei Federal 10.468, de junho de 2002, passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas.

categoria de Estado em 1962<sup>155</sup>, o ensino superior público foi instalado em 1964, e os Territórios Federais ganharam universidades nas décadas seguintes.

De acordo com Mahar (1978, p. 18), quando se encerrou o I Plano Quinquenal da SPVEA em 1959, os resultados foram insucessos devido às metas excessivamente abrangentes e a grande burocratização. A SPVEA não tinha condições de planejar a alocação dos recursos, pois mais de 75% das verbas eram aplicadas por convênios, e 25% do orçamento total era vinculado a fins específicos. O resultado foi uma fragmentação, aprofundados com os cortes de recursos feitos pelo Congresso Nacional.

Mas apesar desse predominante insucesso, a experiência do planejamento vinha para ficar, pelo menos enquanto ainda durasse o Estado desenvolvimentista, desmontado pelas reformas neoliberais na década de 1990.

#### **2.1.4) Os incentivos fiscais**

Apesar de alguns esforços públicos, a estratégia de valorizar a Amazônia para o capitalismo vinha colhendo poucos resultados. Por isso, o governo federal decidiu reformular a intervenção na região, adotando como linha-mestra para o desenvolvimento os *incentivos fiscais*, que visavam atrair o capital privado, reduzir as incertezas ao investidor e garantir o seu lucro.

O início da década de 1960 foi marcado por uma crise econômica que sucedeu ao Plano de Metas. Nesse contexto, ficou instituído pela Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, um sistema de incentivos fiscais para o Nordeste, estendido para a Amazônia pela Lei 4.216 de 6 de maio de 1963. Essa foi a espinha dorsal do sistema, aprimorado entre 1966 e 1967 na “Operação Amazônia”, já no primeiro governo da ditadura<sup>156</sup>, presidido por Castello Branco.

Em sua gestão foram realizadas as reformas financeiras e tributárias do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), buscando solucionar o problema do financiamento público e privado para retomar o crescimento. Uma nova Lei de

---

<sup>155</sup> Lei nº 4.070 de 15 de Junho de 1962. O Estado podia finalmente eleger senadores, uma quantidade maior de deputados federais, e escolher diretamente o governo e os deputados estaduais.

<sup>156</sup> O governo João Goulart teve dificuldades para implantar o Plano Trienal de Celso Furtado e as reformas de base. A ascensão dos movimentos sociais e a radicalização política levaram à reação conservadora da direita, que promoveu o Golpe Militar em 1º de Abril de 1964.

Remessas de lucros foi aprovada sem fixar limites à porcentagem de capital que poderia ser enviada ao exterior<sup>157</sup>. O mercado de capitais foi estruturado e o novo sistema procurava estabelecer estímulos para o ingresso do capital estrangeiro, facilitando as condições para o endividamento, numa conjuntura de créditos internacionais baratos. Essa arquitetura estimulou a recuperação da economia, e foi o ponto de partida para a nova fase da exploração da Amazônia.

Os interesses econômicos na região objetivavam ampliar o fornecimento de matérias-primas para o centro industrial, e aumentar as exportações primárias para enfrentar os déficits, provocados pela ampliação das aquisições externas ao setor de bens de produção e de capital, e industrializar a região através da Zona Franca de Manaus. Como o governo era composto pelo alto escalão das Forças Armadas, não se pode negligenciar a preocupação geopolítica de ocupar o território.

Em 11 de Dezembro de 1966, foi lançada a “Operação Amazônia”, na qual a região era descrita “como um dos maiores desertos do mundo”, o que exigia o povoamento e o aproveitamento racional para uma harmoniosa integração inter-regional. A preocupação estratégica era de *valorização econômica*, objetivando atrair capitais nacionais e estrangeiros, sem maiores preocupações com os impactos sociais e ambientais. Para isso foram criadas novas instituições, legislações e dispositivos para redesenhar o sistema de planejamento e financiamento na região.

O autoritarismo delineou a nova estratégia. As ações baseavam-se na ideologia de “segurança nacional” e das “fronteiras ideológicas” da *Guerra Fria*, e a palavra de ordem era “integrar para não entregar”, o que significou abrir caminhos para a exploração dos recursos naturais, articulando o tripé da economia brasileira, formada pelo capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro, representado pelos grandes monopólios multinacionais.

A primeira medida concreta já havia sido tomada com a transformação do BCA em Banco da Amazônia S/A (**BASA**)<sup>158</sup>. Suas atribuições passaram ser a de executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social, e efetuar operações bancárias em todas as

---

<sup>157</sup> Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

<sup>158</sup> Lei nº 5.122 de 28/9/1966.

modalidades. O BASA passou a executar com exclusividade os serviços bancários da SPVEA e a aplicar como seu agente financeiro, os recursos em favor da iniciativa privada. Diversamente do BCA, o BASA passou a funcionar como banco de desenvolvimento regional, semelhante ao BNB.

Foi definido um novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia<sup>159</sup>, que num primeiro momento se resumia ao setor primário em três aspectos centrais:

a) **Colonização:** visava definir espaços econômicos suscetíveis de fixação de pólos de crescimento, capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas. Os recursos seriam concentrados em função do potencial e das populações existentes, para estabelecer grupos populacionais estáveis, tendentes à auto-sustentação. Seria adotada uma política imigratória, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos, especialmente nas fronteiras.

b) **Atividades econômicas:** procurava ordenar a exploração das diversas espécies e essências nobres da região, inclusive através da silvicultura e do aumento da produtividade da economia extrativista quando ela não pudesse ser substituída por atividades mais rentáveis. A agricultura, a pecuária e a piscicultura receberiam incentivos como base de sustentação das populações regionais, e se ampliariam a formação e treinamento de mão-de-obra especializada.

c) **Financiamento:** além dos recursos federais, do setor privado e de fontes externas, seria adotada uma intensiva política de estímulos fiscais e creditícios para assegurar a elevação da taxa de reinversão na região e ao mesmo tempo atrair investimentos. A ação Federal seria continuamente revista e adaptada, mas reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

O objetivo era que o espaço amazônico ampliasse sua integração com o mercado interno e externo, em uma lógica que articulava papéis distintos às três regiões geoeconômicas brasileiras: o Centro-Sul deveria solidificar a industrialização e

---

<sup>159</sup> Lei nº 5.173 de 27/10/1966.

a agricultura modernizada, o Nordeste se industrializar e a Amazônia ser ocupada com novas atividades, absorvendo o “excedente demográfico” nordestino.

As preocupações sociais existentes no Plano de 1953, com “a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino”<sup>160</sup>, foram substituídas em 1966 pela “formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessária às exigências do desenvolvimento da região”<sup>161</sup>, demonstrando que as preocupações sociais tinham se deslocado para as exigências do capital.

A mudança institucional mais importante foi a extinção da SPVEA e sua substituição pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (**SUDAM**)<sup>162</sup>. O superintendente interventor durante a transição, classificou a antiga instituição como fracassada e incapaz de cumprir suas obrigações como órgão de desenvolvimento. Seus relatórios afirmavam que a SUDAM vinha para nascer sem medo dos fantasmas da SPVEA<sup>163</sup>, que teve sua estrutura transformada, aproximando-a da que foi adotada na SUDENE. A área de atuação da SUDAM era a mesma da SPVEA, a Amazônia Legal<sup>164</sup>. A entidade recebeu a atribuição de elaborar os detalhes do novo plano de valorização econômica, e de promover a execução diretamente ou mediante convênio com órgãos públicos e privados.

Além das dotações orçamentárias, a SUDAM recebia créditos adicionais como o resultado das empresas de que participava, das contribuições de entidades públicas ou privadas, além das rendas patrimoniais e de serviços prestados. Também utilizava o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), constituído das dotações plurianuais, do produto das “Obrigações da Amazônia” emitidas pelo BASA, das receitas das operações, e das verbas dos Fundos de Fomento à Produção. A superintendência era autorizada a contrair empréstimos no país e no exterior, utilizando seu patrimônio como garantia.

Os incentivos fiscais concediam às pessoas jurídicas até 1982, isenção do imposto de renda e adicionais aos investimentos na Amazônia Legal. Para novos

---

<sup>160</sup> Artigo 7º da Lei 1.806 de 06/01/1953.

<sup>161</sup> Artigo 4º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

<sup>162</sup> Lei nº 5.173, de 27/10/1966, com pequenas modificações na Lei nº 5.374 de 07/12/1967.

<sup>163</sup> Ver Cavalcanti (1967).

<sup>164</sup> Na prática, o conceito de Amazônia Legal foi reinventado para fins de planejamento.

empreendimentos até 1971, seria concedido 100% de isenção, e para os que se encontravam instalados, 50%; se ampliasse seu índice de industrialização, igualá-los-ia aos novos. A legislação instituiu um sistema de dedução tributária a pessoas jurídicas registradas no país, de até 75% do valor das obrigações do BASA, e de até 50% do imposto para a inversão em projetos da SUDAM, declarados de interesse da Amazônia. Os impostos de importação de máquinas e de equipamentos considerados prioritários também foram isentos, e as atividades incentivadas foram as industriais, agrícolas, pecuárias ou de serviços básicos.

Para completar o pacote de mecanismos de incentivos, a **ZFM** teve suas finalidades alteradas<sup>165</sup>, instituindo que:

“A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos”.

(Artigo 1º, Decreto-Lei 288 de 28/2/1967).

Desde 1957, a ZFM se resumiu a um porto livre, mas a partir de 1967 tornou-se uma área de livre comércio de importações e exportações com vantagens fiscais especiais. O Executivo encarregou-se de demarcar à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua de dez mil quilômetros quadrados, incluindo Manaus e arredores, para instalar a Zona Franca.

A entrada de mercadorias estrangeiras ao consumo interno, industrialização, beneficiamento, agropecuária, pesca, operação de indústrias, serviços de qualquer natureza e estocagem para reexportação, ficou isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados<sup>166</sup>. As mercadorias de origem nacional destinadas à ZFM equivaleriam a uma exportação brasileira para o estrangeiro, mas a exportação para o estrangeiro ficaria isenta do imposto de exportação. Quanto àquelas produzidas, beneficiadas ou industrializadas na ZFM, quando saíssem para o território nacional

---

<sup>165</sup> O Decreto-Lei 288 de 28/2/1967 mudava profundamente as finalidades do Decreto nº 47.757 de 3/2/1960.

<sup>166</sup> As exceções eram às armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

estariam sujeitas ao ICM e Imposto de Importação sobre matérias-primas ou de partes de componentes importados existentes no produto.

Para a administração dos serviços da ZFM foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (**SUFRAMA**), que deveria elaborar e promover o Plano Plurianual da ZFM, prestando assistência a entidades públicas ou privadas, em conjunto com a SUDAM, e os governos Federal, do Amazonas e dos municípios. A Amazônia Ocidental da faixa de fronteira recebeu incentivos adicionais até 1972, do imposto de renda e dos lucros às pessoas físicas e jurídicas titulares de ações de empresas da região<sup>167</sup>. Os benefícios se estenderam a mercadorias oriundas, beneficiadas ou fabricadas na ZFM, para utilização e consumo na sub-região<sup>168</sup>.

Ainda no governo Castello Branco, foi promulgado o Estatuto da Terra<sup>169</sup>, e a SUPRA (Superintendência para a Reforma Agrária) foi substituída pelos Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA). Esses órgãos tiveram curta duração, entre 1964 e 1970, e foram marcados por intensa corrupção, denúncias de grilagens e de vendas de terras a estrangeiros, o que culminou em uma CPI<sup>170</sup>. Apesar do escândalo, o governo regularizou a aquisição de imóvel rural a estrangeiros residentes no Brasil ou a pessoas jurídicas autorizadas a funcionar no país.

Em seu conjunto, a “Operação Amazônia” significou uma profunda revisão da ação federal na região, concentrando nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, e reservando para a iniciativa privada, as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis. Os projetos obedeciam ao critério de ocupação territorial, aproveitamento de matérias-primas e mão-de-obra regionais.

Apesar de a Constituição de 1967 novamente centralizar na União (como havia feito em 1937) a maior parte da receita fiscal do país, apertando os orçamentos

---

<sup>167</sup> A abrangência desses incentivos era para o Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, de acordo com o Decreto-Lei nº 291 de 28 de fevereiro de 1967.

<sup>168</sup> Decreto Lei nº 356 de 15 de agosto de 1968.

<sup>169</sup> Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964.

<sup>170</sup> A CPI elaborou o Relatório Veloso, que comprovou o envolvimento de vários testas-de-ferro brasileiros, especialmente de funcionários do IBRA e dos cartórios, na grilagem de 200 mil km<sup>2</sup>, 75% dos quais na Amazônia, equivalendo à área de vários Estados brasileiros juntos, e incluindo regiões estratégicas ricas em minerais, e áreas de fronteira. Ver Oliveira (1988).

estaduais, a região amazônica acabou beneficiando-se da somatória do pacote de incentivos fiscais e do crescimento da economia.

O sistema SUDAM-BASA diferia-se, por exemplo, da experiência do período pombalino de centralização da economia por uma empresa mercantil monopolista, pelo fato de o objetivo de o novo empreendimento ter sido o de implantar o capitalismo, criando as condições para multiplicar o capital na Amazônia. Também era diferente do sistema de 1953, no qual a SPVEA e o BCA tinham pouco poder de decisão e de financiamento, e funcionavam menos articulados. Dessa forma, o Estado federal condicionava os investimentos estratégicos, sobrepondo os interesses imediatos do mercado e dos governos e elites estaduais. Ainda com forte influência da CEPAL<sup>171</sup>, havia o objetivo de implantar um modelo de substituição regional de importações, e principalmente de transformar o extrativismo primitivo em agricultura organizada.

A “Operação Amazônia” começou a entrar em funcionamento a partir de 1967, em novo momento da economia nacional. Após as reformas do PAEG e os rescaldos da crise do começo da década, o país entrava nos anos do “milagre” brasileiro, com os maiores índices de crescimento de sua história, em uma nova etapa de sua industrialização. A SUDAM procurou adequar o seu primeiro Plano Quinquenal (1967 a 1971) ao Plano Trienal do Governo Federal, e para isto formulou o Plano de Ação Imediata para o triênio 1968/1970, priorizando nos setores públicos a infra-estrutura para a viabilidade dos novos empreendimentos.

Segundo documentos oficiais da SUDAM de 1968, a presença pública dava-se nos setores elétrico, rodoviário, portos e aeroportos, telecomunicações e saneamento, para constituir a infra-estrutura necessária aos planos da “Operação Amazônia”. A expansão da rede elétrica era considerada necessária à implantação de novas indústrias e à capitalização das atividades econômicas, e por isso o Conselho Deliberativo da SUDAM atribuiu prioridade máxima ao setor.

A atividade madeireira recebeu investimentos para o mapeamento das espécies e o planejamento para a implantação de complexos, que resultaram numa exploração predatória, estimulada pelo governo. A devastação da floresta foi vista como símbolo do

---

<sup>171</sup> Pode parecer um paradoxo que um governo conservador adotasse tais políticas para a região. No entanto, vale lembrar que o corpo técnico da SUDAM-BASA foi em grande parte formado pelos cursos da CEPAL, que visavam preparar quadros para atuar no planejamento estatal.

progresso, e ao mesmo tempo em que abriam novas pastagens para grandes projetos agropecuários, instalavam-se empreendimentos para grupos pecuaristas, com o slogan “o boi precede o homem”<sup>172</sup>. Apesar das garantias de que a ocupação seria selecionada, via-se uma dubiedade no discurso oficial sobre as áreas nativas. O que se assistiu de fato foi a abertura para o desmatamento e a ocupação desordenada, ausente de qualquer preocupação ambiental.

Com relação à borracha, no AC e em RR, a atividade ainda possuía grande peso em suas economias, e dada sua importância foi criado o Projeto de Heveicultura da Amazônia (PROHEVEA), coordenado pelo convênio SUDAM, BASA e Ministério da Agricultura, que visava plantar 10 milhões de mudas selecionadas, e a implantação de 211 seringais de demonstração. Inicialmente o programa apresentava 24 seringais, distribuídos em 13 municípios do Pará, seis do AM, dois do AC, dois de MT e um em RO. O governo continuaria mantendo esses e outros seringais até a idade de produção, quando seriam loteados e vendidos a preços de custo e a longo prazo. A SUDAM instituiu também um Grupo de Trabalho para estudar como viabilizar a diversificação das atividades extrativistas da Amazônia, com todos os incentivos fiscais previstos na Lei.

Na produção da juta, diagnosticava-se um equilíbrio entre a oferta amazônica e a demanda nacional, na média de 75 mil toneladas/ano. Contudo, a SUDAM já apresentava preocupações com o surgimento de similares sintéticos no Japão, e da juta natural na Tailândia, Índia e Paquistão. Para isto, foi instituído pelo Governo Federal o Grupo da Juta sob orientação do Ministério do Interior, nacionalizando sua importância. Para a castanha-do-pará, a SUDAM estabeleceu um convênio com um Centro de Alimentos em Campinas, para o seu melhor aproveitamento industrial como farinha e óleo. A Superintendência também procurou aumentar a produção de oleaginosas, no qual se destaca o Projeto Dendê, visando estabelecer essa cultura na região para a exportação, se à margem da estrada Belém-Mosqueiro, no município de Benevides.

A preocupação com a ocupação, e o deslocamento de imigrantes internos foi encaminhada pela criação do Grupo de Trabalho para Integração da Amazônia (GTINAM) do Ministério do Interior, que estabeleceu projetos pilotos antes de realizar

---

<sup>172</sup> “Aproveitando-se dos campos naturais da região e, igualmente, procedendo-se ao desmatamento seletivo, a agropecuária tem condições de estabelecer-se em bases sólidas na Amazônia [...]. (SUDAM, 1968, p. 44-45)

ocupações de grande envergadura. A faixa indicada era entre Porto Velho e Tabatinga, na zona de fronteira da Amazônia Ocidental, onde se estabeleceram 34 unidades de desenvolvimento chamadas de agrovilas, distantes aproximadamente 25 km entre si. Essas ações poucos resultados renderam, prevalecendo a ocupação desordenada, que fez emergir vários conflitos vinculados aos problemas agrários.

O governo também se preocupava com “a ameaça interna” de insurgências revolucionárias, num contexto em que se irrompiam focos guerrilheiros nas regiões amazônicas dos países vizinhos<sup>173</sup>. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5, a ideologia da “Segurança Nacional” institucionalizou-se com a radicalização da repressão. Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) preparou um movimento insurgente na Amazônia às margens dos rios Tocantins e Araguaia, mas os conflitos, só iniciaram na década de 1970<sup>174</sup>.

Quanto à política indigenista do governo, em 1967, a SPI foi substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>175</sup>. Conforme se instalavam os empreendimentos, os nativos eram expulsos das terras, e penetravam males como o alcoolismo e outras doenças, que os impelia à mendicância na beira das estradas.

Nacionalmente, Castello Branco havia sido substituído por Costa e Silva, que deslocou o grupo apelidado de “Sorbonne” pela “linha dura” militar. A nova equipe econômica de Delfim Netto e Reis Velloso diferia-se da orientação ortodoxa da anterior. Após as reformas do PAEG e os rescaldos da crise, o país entrava nos anos do “milagre”, com os maiores índices de crescimento da história. Por problemas de saúde Costa e Silva deixou a presidência e foi substituído pelo general Garrastazu Médici.

Esses acontecimentos que marcaram o final da década de 1960 foram a antecâmara das grandes transformações resultantes da expansão capitalista na Amazônia na década de 1970. Entre 1965 e 1970, os subsídios dos incentivos fiscais da SUDAM e da SUDENE já representavam em média 40% do investimento nas regiões, com esses subsídios representando 5,7% do PIB médio entre 1963 e 1970<sup>176</sup>.

---

<sup>173</sup> Na década de 1960, iniciaram diversos focos guerrilheiros na Amazônia latino-americana, com destaque para os combates de Che Guevara na Bolívia, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia, dentre outros.

<sup>174</sup> Ao contrário do *foquismo*, a estratégia adotada pelo PCdoB era maoísta, de *guerra popular prolongada* no campo.

<sup>175</sup> Lei nº 5.371, de 5/12/1967.

<sup>176</sup> Cano (2008, p. 14)

## 2.2) Impactos da integração comercial na produção

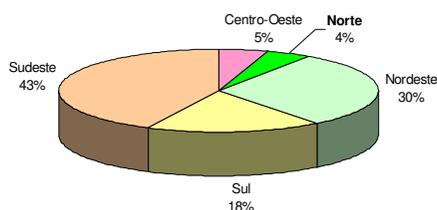
Conforme abordado, a integração da Amazônia na economia brasileira entre 1930 e 1970 esteve condicionada ao processo de industrialização que ocorreu no Centro-Sul, estimulando a produção de matérias-primas e alimentos no Norte. A introdução das políticas de desenvolvimento regional, seguida dos incentivos fiscais objetivou corrigir os desequilíbrios resultantes da integração.

Os rebatimentos da dinâmica crescente da economia nacional podem ser medidos por setores do Norte, analisando as estatísticas dos Censos Demográficos, Agropecuários e Industriais, e também dos Anuários Estatísticos, das Contas Regionais e das bases digitalizadas do IBGE e IPEA que cobrem o período.

### 2.2.1) Crescimento demográfico e urbanização

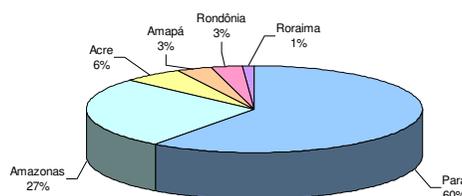
Entre 1940 e 1970, a população<sup>177</sup> do Norte aumentou 253% enquanto a do país cresceu 226%. Em números absolutos, a Amazônia passou de 1,5 milhões para 3,6 milhões, com as imigrações superando as emigrações. Com isso, sua participação relativa no nacional ampliou de 3,5% em 1940 para 3,9% em 1970.

Gráfico 2.6  
Participação das Regiões na População Nacional (1970)



Fonte: IPEADATA. Base de Dados Regionais. População. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

Gráfico 2.7  
População da Amazônia por UF (1970)



Fonte: IPEADATA. Base de Dados Regionais. População. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

Neste último ano, o PA e AM respondiam juntos por 87% da população regional, e o AC, AP, RO e RR somados, por apenas 13%. Enquanto a densidade demográfica

<sup>177</sup> Na década de 1930 não houve publicação do Censo.

do Brasil passou de 4,9 habitantes/km<sup>2</sup> para 11,2 h/km<sup>2</sup> entre 1940 e 1970, a do Norte continuava a menor do Brasil<sup>178</sup>, crescendo de 0,4 h/km<sup>2</sup> para 1 h/km<sup>2</sup>.

**Tabela – 2.2**  
**Crescimento da População da Região Norte (1940-1970)**

UF	1940		1950		1960		1970	
	População	% Região						
Acre	79.768	5,5	114.755	7,8	158.184	6,2	215.299	6,0
Amazonas	438.008	30,0	514.099	35,2	708.459	27,7	955.203	26,5
Amapá	-	-	37.477	2,6	67.750	2,6	114.230	3,2
Pará	944.644	64,6	1.123.273	76,8	1.529.293	59,7	2.166.998	60,1
Rondônia	-	-	36.935	2,5	69.792	2,7	111.064	3,1
Roraima	-	-	18.116	1,2	28.304	1,1	40.885	1,1
<b>Norte</b>	<b>1.462.420</b>	<b>100</b>	<b>1.844.655</b>	<b>100</b>	<b>2.561.782</b>	<b>100</b>	<b>3.603.679</b>	<b>100</b>
<b>Total Brasil; Norte/Brasil</b>	<b>41.236.315</b>	<b>3,5</b>	<b>51.944.397</b>	<b>3,6</b>	<b>70.070.457</b>	<b>3,7</b>	<b>93.134.846</b>	<b>3,9</b>

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Regional, População. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009.

Outro movimento na região foi o da urbanização, acompanhando a tendência nacional. No Norte, a população urbana que era de 28% em 1940, havia ampliado a participação para 45% em 1970. Em RO e AP, a parcela urbana já era superior à rural, e o AC, ao contrário, tinha 72% no campo. Devido à geografia da região e à natureza da atividade extrativa, a população rural era dispersa.

Ao contrário do que ocorreu durante o “ciclo” da borracha, a urbana seguiu um processo de concentração, com as capitais “inchando” entre 1940 e 1970, passando respectivamente de 22,5% para 34,4% sua participação no total do Norte<sup>179</sup>.

**Tabela – 2.3**  
**População Rural e Urbana da Região Norte (1940-1970)**

Unidades Federativas	1940				1970			
	Rural		Urbana		Rural		Urbana	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Acre	65.630	82,3	14.138	17,7	155.860	72,4	59.439	27,6
Amazonas	333.219	76,1	104.789	23,9	549.151	57,5	406.052	42,5
Amapá	-	-	-	-	51.830	45,4	62.400	54,6
Pará	657.779	69,6	286.865	30,4	1.145.803	52,9	1.021.195	47,1
Rondônia	-	-	-	-	51.457	46,3	59.607	53,7
Roraima	-	-	-	-	23.303	57	17.582	43
<b>NORTE</b>	<b>1.056.628</b>	<b>72,3</b>	<b>405.792</b>	<b>27,7</b>	<b>1.977.404</b>	<b>54,9</b>	<b>1.626.275</b>	<b>45,1</b>
<b>BRASIL</b>	<b>28.356.133</b>	<b>68,8</b>	<b>12.880.182</b>	<b>31,2</b>	<b>41.037.586</b>	<b>44,1</b>	<b>52.097.260</b>	<b>55,9</b>

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Regional, População. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009.

<sup>178</sup> IPEADATA. Base de Dados Regional, População. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009.

<sup>179</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1972).

Nas duas principais cidades, Belém passou de 318 mil habitantes em 1940 para 642 mil em 1970, e Manaus, de 93 mil para 314 mil no mesmo período. Em Belém, o crescimento entre 1960 e 1970 foi de 59%, e em Manaus, de 86%. Essas duas cidades representavam 21% do todo regional em 1940, e no geral, predominava no Norte os pequenos municípios, com 64% da população em unidades de até 25 mil habitantes. Em 1970, além das duas grandes cidades<sup>180</sup>, a única que passava de 100 mil habitantes era Santarém com 135 mil, e com mais de 50 mil habitantes havia Abaetetuba, Cametá e Bragança no PA, Rio Branco no AC e Porto Velho em RO.

**Tabela – 2.4**  
**Capitais da Região Norte (1940-1970)**

Cidades	1940		1950		1960		1970	
	População	% na UF	População	% na UF	População	% na UF	População	% na UF
Boa Vista (RR)	-	-	17 247	95,2	26 168	88,7	37 062	89,0
Belém (PA)	206 331	21,8	254 949	22,7	402 170	25,9	642 514	29,2
Macapá (AP)	-	-	20 594	55,0	46 905	68,1	87 755	75,3
Manaus (AM)	106 399	24,3	139 620	27,2	175 343	24,3	314 197	32,7
Porto Velho (RO)	-	-	27 244	73,8	51 049	72,1	88 856	76,2
Rio Branco (AC)	16 038	20,1	28 246	24,6	47 882	29,9	84 845	38,9
<b>NORTE</b>	<b>328 768</b>	<b>22,5</b>	<b>487 900</b>	<b>26,4</b>	<b>749 517</b>	<b>28,8</b>	<b>1 255 229</b>	<b>34,4</b>

FONTE: Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de Censos. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1972. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 1972.

Entre 1940 e 1970, o Brasil passou de 1.574 municípios para 3.952, e o Norte de 88 para 143. O PA, entre 1930 e 1970, ampliou de 32 para 83, o AM de 18 para 44, o AC de 5 para 7, o AP de 4 para 5, e RO e RR mantiveram 2 desde a fundação.

Em 1970, 18,7% da população havia nascido fora do município que habitava, com metade oriunda do próprio Estado, 17% de outros Estados do Norte e 30,5% de outras regiões. No fluxo de migração nacional acumulado até 1970, a região recebeu 226 mil imigrantes e perdeu 126 mil emigrantes, mantendo um saldo receptor de mais de cem mil. O Nordeste continuou o principal fornecedor de novos habitantes para a Amazônia, com quase 130 mil, e o Estado que mais recebeu imigrantes do Norte foi a

<sup>180</sup> Belém e Manaus, apesar de grandes em proporções regionais, ficavam muito atrás das maiores capitais brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo, que já passavam de um milhão. Em 1970, essas duas cidades eram habitadas por 5,9 e 4,3 milhões respectivamente, e Salvador, Recife, Belo Horizonte já superavam 1 milhão.

GB, cerca de 49 mil, seguida do conjunto nordestino com 18 mil. Vale destacar que a imigração também é um importante fator de integração nacional.

**Tabela 2.5**  
**Fluxo de Migração do Norte**

(Acumulado até 1970)

Movimentos	MA	NE	MG	ES	RJ	GB	SP	PR	SC	RS	MT+GO	(Brasília)	Total
Saídas	6.814	18.060	3.026	514	13.228	49.133	16.844	3.057	432	936	8.265	5.533	125.842
Entradas	49.993	129.922	7.045	2.305	2.116	3.009	3.881	2.422	440	1.402	23.299	200	226.033
Saldo	43.179	111.862	4.019	1.791	-11.112	-46.124	-12.963	-635	8	466	15.034	-5.333	100.191

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (vários anos) *Apud* CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. Campinas: ed. Unicamp, 1998B, p. 410.

A urbanização ainda recebia outro tipo de incremento populacional, oriundo do êxodo rural. Em 1970, 32,7% dos imigrantes haviam saído do campo rumo à cidade, 37,4% apenas mudou de cidade, 18,1% mudou de área rural, e apenas 11,8% saíram da cidade rumo ao campo. Por ter uma melhor infra-estrutura, as condições de vida em algumas cidades aparentavam ser melhores que as das áreas rurais, onde inexistia qualquer tipo de assistência médico e sanitária, além do restrito acesso à educação.

O poder de atração das cidades, aliada à falta de infra-estrutura e de planejamento para receber novos moradores resultou na formação de periferias, especialmente de palafitas em áreas ribeirinhas e das favelas nos maiores centros. Apesar de escassos os dados sociais sobre o período, pode-se constatar a situação de abandono que a população vivia. Apenas 1/4 dos domicílios em 1970 possuíam iluminação elétrica, 17% com água canalizada, e 1,4% com instalações sanitárias.

**Tabela 2.6**  
**Domicílios Equipados**  
**na Região Norte (1970)**

UF	Iluminação Elétrica	Instalações Sanitárias	Água Canalizada
AC	14,3%	-	3,0%
AM	27,6%	-	21,4%
AP	37,0%	4,6%	8,3%
PA	28,1%	2,4%	20,8%
RO	25,2%	-	16,7%
RR	28,8%	-	7,6%
<b>NORTE</b>	<b>24,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>16,8%</b>

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Sociais. Iluminação Elétrica, Instalações Sanitárias e Águas Canalizada. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

Entre 1940 e 1960, a população maior de 18 anos<sup>181</sup> empregada no Norte na agropecuária diminuiu de 29% para 19%, no extrativismo caiu de 14% para 13%, na indústria de 3,2% para 2,9% e nos serviços de 12% para 11%. Essas quedas foram resultantes do aumento do agregado *atividades domésticas* não remuneradas que abrangiam uma série de tarefas que iam desde serviços do lar, a estudantes em atividades escolares, e dos denominados inativos, que cresceram de 4,3% para 7,6%, o que demonstra também um maior desemprego.

**Tabela 2.7**  
**Empregos por Setores no Norte (1940-1960)**

UF	Agropecuária		Extrativismo		Indústria		Serviços*		Atividades domésticas**		Inativos	
	1940	1960	1940	1960	1940	1960	1940	1960	1940	1960	1940	1960
<b>Acre</b>	14,9%	10,8%	34,1%	30,3%	1,4%	2,1%	9,6%	7,3%	36,0%	43,3%	4,0%	6,1%
<b>Amazonas</b>	26,1%	16,7%	18,0%	16,4%	2,4%	2,6%	11,8%	8,8%	37,0%	45,9%	4,7%	9,6%
<b>Pará</b>	31,5%	21,2%	10,4%	9,1%	3,6%	3,0%	12,3%	11,6%	38,1%	48,0%	4,1%	7,0%
<b>Amapá</b>	-	15,1%	-	12,0%	-	5,3%	-	14,4%	-	47,7%	-	5,4%
<b>Rondônia</b>	-	9,8%	-	24,6%	-	2,5%	-	16,3%	-	39,0%	-	7,7%
<b>Roraima</b>	-	26,9%	-	8,2%	-	2,7%	-	10,6%	-	44,9%	-	6,7%
<b>NORTE</b>	29,0%	19,0%	13,9%	12,8%	3,2%	2,9%	12,0%	10,7%	37,7%	47,0%	4,3%	7,6%

Fonte: Dados processados a partir do Anuário Estatístico do Brasil (1941-1945), p. 30 e 32 para o ano de 1940, e do IBGE/CNE, Equipe Técnica do BASA, Apud BANCO DA AMAZÔNIA S/A (BASA). A Indústria Brasileira e a Amazônia. Rio de Janeiro: CNI, 1969 (A), para 1960. \* Atividades agrupadas de Comércio de mercadores, Transportes e comunicações, Serviço público, Defesa e segurança, Profissões liberais e Atividades sociais. \*\* Não remuneradas.

Entre 1960 e 1970 nota-se a queda proporcional do emprego nas atividades agropecuárias, que ocupavam 66% da força de trabalho remunerada, e passaram para 57%. A mão-de-obra da cresceu na indústria no período, passando de 6% para 11%, e os serviços subiram de 28% para 32%<sup>182</sup>.

A tendência de crescimento das atividades industriais podia ser verificada em todas as capitais amazônicas, especialmente em Manaus. O Norte nessa época teve um salto tecnológico, passando grande parte do seu emprego de atividades artesanais ou unidades familiares de produção, para imensas empresas capitalistas.

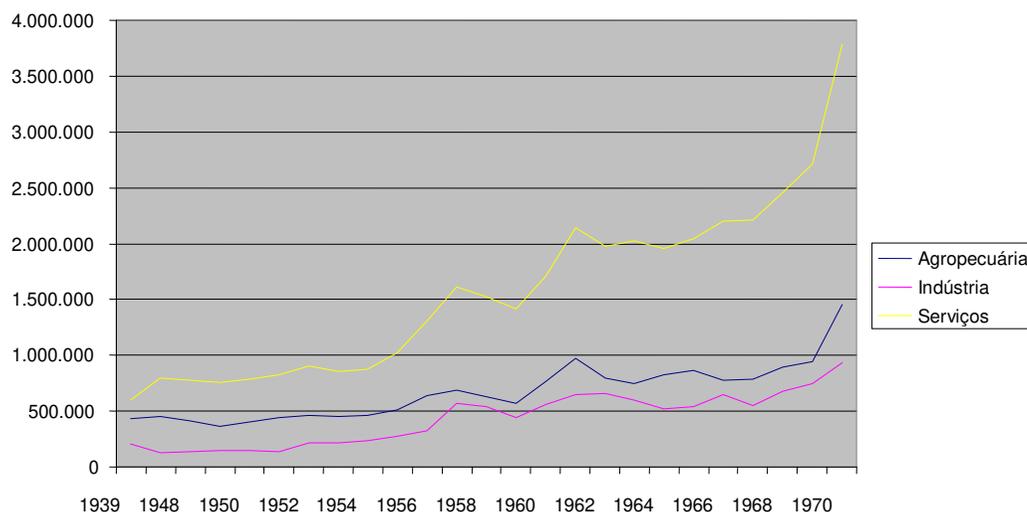
<sup>181</sup> Pela ausência de dados sobre o emprego infantil, não foi possível identificar a quantidade exata de trabalhadores por setores.

<sup>182</sup> Cardoso; Müller (1978, p. 61).

## 2.2.2) Mudanças na estrutura produtiva

O crescimento diferenciado da região foi um fator de atraso em relação ao país. De 1939 a 1969, o produto regional cresceu à média anual de 2,9% contra 4,9% do Brasil. Enquanto no país o setor industrial foi o que acumulou maior crescimento, na média de 6,1%, no Norte, os serviços foram os que mais cresceram, ascendendo 3,9%, mas mesmo assim abaixo da média do país que foi de 4,9%<sup>183</sup>. O baixo crescimento da agropecuária e da indústria da região no período, explica porque os planos de desenvolvimento regional davam preferência a esses setores, que não acompanhavam os números positivos da economia brasileira.

**Gráfico 2.8**  
Crescimento do Produto do Norte a Custo de Fatores (1939-1970)  
(R\$ 2.000,00 - deflacionado pelo deflator implícito)



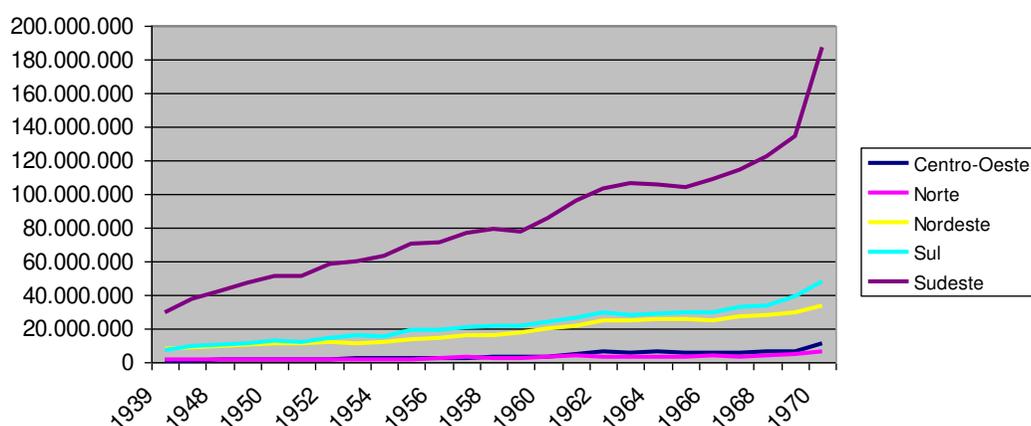
Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

A década de 1940 foi sofrível para a Amazônia. Os impactos negativos da “batalha da borracha” e os efeitos dos primeiros anos da integração renderam um crescimento médio insignificante ao produto. Na década de 1950, a região recuperou o

<sup>183</sup> IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 19/5/2009. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores pela FGV.

crescimento, na média anual de 4,8%, mesmo assim abaixo dos 5,9% do país. O setor que apresentou maior desempenho foi o industrial, que expandiu sua produção em 7,9%, acima do país, que cresceu 7,5%. Finalmente, entre 1959 e 1969, o crescimento médio anual foi de 3,9%, inferior aos 5,3% nacionais, puxado especialmente pela indústria que cresceu 7,1% no Brasil e apenas 1,9% no Norte.

**Gráfico 2.9**  
**Crescimento do Produto das Regiões a Custo de Fatores (1939-1970)**  
(R\$ 2.000,00 - deflacionado pelo deflator implícito)



Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Como consequência do pequeno crescimento em relação a outras regiões do Brasil, nota-se a queda da participação do Norte no produto nacional: em 1939 era de 2,7%, caiu para 1,8% em 1949, e recuperando-se fragilmente a partir de então, alcançou 2,1% em 1969. A região, que em 1939 era a quarta do país em produção, perdeu sua posição para o Centro-Oeste na década de 1950.

**Tabela 2.8**  
**Participação das Regiões no**  
**Produto Interno Líquido do Brasil (1939-1969)**

Região	1939	1949	1959	1969
Norte	2,7%	1,8%	2,0%	2,1%
Centro-Oeste	2,1%	1,8%	2,4%	3,1%
Nordeste	16,7%	14,4%	14,4%	13,8%
Sul	15,6%	16,2%	17,9%	18,2%
Sudeste	62,9%	65,9%	63,2%	62,8%

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV.

A participação do setor agropecuário na produção nacional diminuiu de 3,3% em 1939 para 1,7% em 1949, subindo em 1969 para 2,1%. Já a indústria, que respondia por 2,3% da produção nacional, perdeu quase metade da participação na década de 1940, recuperando um pouco em 1959, e caindo em 1969, para 1,4%. O setor de serviços também caiu de 1939 a 1949, mas em 1969 era o único que havia recuperado sua posição original, com 2,4%.

**Tabela 2.9**  
**Participação do Norte no**  
**Produto Nacional (1939-1969)**

Setor	1939	1949	1959	1969
<b>Agropecuária</b>	3,3%	1,7%	1,7%	2,1%
<b>Indústria</b>	2,3%	1,0%	1,7%	1,4%
<b>Serviços</b>	2,4%	2,1%	2,3%	2,4%
<b>Geral</b>	2,7%	1,8%	2,0%	2,1%

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV.

Como resultado da integração, pode-se observar as mudanças na estrutura produtiva e as diferenças nos Estados da Amazônia. O setor de serviços era o mais expressivo, compondo em média 61% do produto total da região em 1970. Em todas as unidades federativas do Norte era maior que a metade do PIB total, com exceção do AP, em que a produção extrativa mineral puxava o produto do secundário do Território Federal para 59%, ou o equivalente a 20% da produção industrial total da região.

**Tabela 2.10**  
**Composição do Produto Geral da Região Norte em 1970**

UF	Participação setorial no PIB por UF			Participação setorial no PIB da região			PIB Geral UF/Região
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	
<b>AC</b>	41%	3%	56%	10%	1%	5%	6%
<b>AM</b>	24%	15%	61%	32%	33%	31%	32%
<b>AP</b>	8%	59%	33%	2%	20%	3%	5%
<b>PA</b>	23%	12%	65%	49%	42%	54%	51%
<b>RO</b>	22%	13%	66%	4%	4%	5%	5%
<b>RR</b>	34%	4%	62%	2%	0%	2%	2%
<b>NORTE</b>	24%	15%	61%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV.

Historicamente a região da Amazônia Oriental (PA, AP) sempre foi mais desenvolvida que a Amazônia Ocidental (AM, AC, RO, RR), e isto se acentuou no

período. Em 1939, a porção oriental respondia por 59% do PIB, e passou para 66% em 1969. Desse modo, aumentaram as pressões para a instalação da Zona Franca em Manaus, e que seus incentivos se estendessem às cidades ao entorno.

### 2.2.3) Extrativismo vegetal, agricultura e pecuária

Conforme descrito no início do capítulo, na década de 1930, a região diminuiu sua dependência do comércio exterior e reorientou sua base primário-exportadora para o mercado nacional. Em 1939, o setor primário compreendia 35% do PIB, o secundário 17% e o terciário 48%. O primário condicionava praticamente toda a capacidade para importar produtos industrializados do mercado interno e externo.

**Tabela 2.11**  
**Produção Primária da Amazônia (1939)**

UF	Participação setorial no valor por UF				Participação setorial no valor na região		
	Extrativa	Agrícola	Animal	Total	Extrativa	Agrícola	Animal
Acre	65%	27%	9%	100%	29%	9%	12%
Amazonas	53%	37%	10%	100%	34%	19%	21%
Pará	26%	60%	14%	100%	38%	71%	66%
<b>NORTE</b>	39%	49%	12%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo de 1940. Anuário Estatístico do Brasil, 1949, p. 92.

De acordo com o Censo de 1940, a Amazônia respondia por 18% da produção extrativa do país, 2% da agricultura e 1,4% da pecuária. A produção primária de toda a região era formada por 39% de atividades extrativas, 49% de atividades agrícolas e 12% da pecuária. Nas unidades federativas, contudo, as características eram diversas. O AC e o AM eram predominantemente extrativos, enquanto o PA puxava os índices regionais na agricultura, pois respondia por 71% da produção de toda a região, em que a pecuária apresentava a média de 12%.

**Tabela 2.12**  
**Principais Produtos do Norte (1939)**  
 (por ordem de valor total)

	Acre		Amazonas		Pará	
	Produto	Tonelada	Produto	Tonelada	Produto	Tonelada
<b>1o</b>	Borracha	5.015	Castanha	28.915	Mandioca	529.814
<b>2o</b>	Castanha	7.275	Borracha	5.105	Arroz	34.780
<b>3o</b>	Mandioca	74.516	Mandioca	135.996	Borracha	4.825
<b>4o</b>	Arroz	1.647	Milho	8.212	Castanha	12.941
<b>5o</b>	Banana*	1.543.294	Cacau	1.589	Algodão	8.714

Fonte: Censo Agrícola de 1940. Anuário Estatístico do Brasil, 1949, p. 93. \* Em cachos.

Em 1955, as atividades extrativas vegetais ainda tinham forte peso na determinação da renda da economia amazônica. Entre os 6 principais produtos nacionais, além da tradicional castanha-do-pará e da borracha, já despontava a fibra da guaxima, presente nos Anuários Estatísticos desde 1943. Considerando a produção em toneladas, estes três eram os principais da região, que já abria outras frentes como a malva, a piaçava e as gomas vegetais não elásticas<sup>184</sup>. O guaraná foi introduzido na indústria de bebidas gaseificadas, ganhando presença no mercado brasileiro.

**Tabela 2.13**  
**Principais Produtos Extrativos da Amazônia (1955)**  
 (em toneladas)

Unidades	Borracha	Castanha	Gomas	Guaraná	Guaxima	Malva	Piaçava
<b>Amazonas</b>	6.613	12.520	1.819	283	-	-	2.004
<b>Pará</b>	5.689	15.933	1.126	-	13.123	4.402	-
<b>Acre</b>	10.302	4.742	-	-	-	-	-
<b>Amapá</b>	72	819	43	-	10	-	-
<b>Rio Branco</b>	21	177	157	-	-	-	-
<b>Rondônia</b>	4.807	1.370	-	-	-	-	-
<b>Região Amazônica</b>	27.504	35.561	3.145	283	13.133	4.402	2.004
<b>% produção nacional</b>	93,2	99,9	100,0	100,0	94,1	79,9	17,6
<b>Total do Brasil</b>	29.498	35.593	3.145	283	13.961	5.511	11.414

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1956, pp. 92-94.

<sup>184</sup> Balata, coquirama, maçaranduba e sôrva.

Em termos de valor, a borracha ainda era o produto mais importante em 1955, seguido da castanha e da guaxima. A região extraía 93% de toda a borracha no país, e pouco menos de 12% destinavam-se à exportação, com o mercado nacional consumindo outros 88%. No entanto, a borracha reduzia a importância na região, mantendo forte peso no AC e RO, e diminuindo nas outras UFs.

Entre 1930 e 1955, os preços médios da borracha caíam cerca de 30% ao produtor e 50% ao exportador, e as quantidades para o mercado externo reduziram-se à metade, mas o mercado interno compensou, proporcionando um aumento de 80% em sua produção física. A castanha-do-pará, segundo produto mais importante, apresentava crescimento físico nulo na produção e nas exportações, e uma redução de 20% do preço ao produtor. A borracha e a castanha perfaziam juntas 44% da produção agrícola/extrativa da região<sup>185</sup>.

O AC, entre 1949 e 1959, praticamente manteve a participação da borracha no produto, e RO, outro grande produtor, teve redução de sua importância no PIB e na geração da renda. O AP, com o início da exploração do manganês, também reduziu a extração da borracha, para a realocação da força de trabalho. No PA e AM, a importância da borracha na renda e no produto primário caiu em 1959 para aproximadamente metade do que eram em 1949.

**Tabela 2.14**  
**Participação da Borracha nas UFs do Norte**  
**(1949-1959)**

Estados e Territórios	% da Renda Interna		% do PIB Primário	
	1949	1959	1949	1959
<b>Acre</b>	37,1%	37,3%	59,4%	59,9%
<b>Amazonas</b>	11,9%	4,8%	39,4%	23,5%
<b>Pará</b>	3,0%	1,7%	14,6%	7,1%
<b>Amapá</b>	4,3%	0,4%	19,1%	3,0%
<b>Rondônia</b>	48,3%	42,7%	83,4%	77,5%
<b>Roraima</b>	4,3%	4,1%	12,0%	7,1%

Fonte: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Belém: Ed. UFPA, 1966.

<sup>185</sup> Cano (1998B, p. 206).

Entre 1930 e 1947, o Brasil exportou em média 13 mil t de borracha. De 1947 para 1948, as exportações despencaram de 14,5 mil t para 5 mil t, mantendo a queda nos anos subseqüentes em razão do fim da batalha da borracha e da ascensão do produto sintético. Entre 1948 e 1970, sua média exportada foi de 4 mil t. Das 52 mil t produzidas no país em 1970, das quais 47 mil t eram oriundas do Norte, apenas 5 mil t eram exportadas. Entre 1959 e 1969, a borracha, a castanha e as fibras duras passaram a representar 35% do valor da produção primária do Norte<sup>186</sup>.

A expansão da extração de lenha e carvão era um sinal do crescimento do desmatamento da região, e estava ligada à abertura de estradas, pastagens e terras agriculturáveis. Em 1970, foram extraídos 325 milhões de m<sup>3</sup> de lenha, resultado do abate de árvores, com o AM sendo o maior produtor, seguido do PA. A produção de carvão vegetal foi de 14 mil t, com PA, RO e AC sendo os maiores produtores.

A mandioca continuava o principal produto agrícola em quantidade em 1955, com 655 mil toneladas, cultivadas em 52 mil ha, cinco vezes mais que em 1937. Em seguida vinha a cana-de-açúcar, que comparado ao volume de 1937, as toneladas haviam passado da casa das dezenas de milhares para a das centenas, totalizando 209 mil t no agregado regional em 1955, numa área de 8 mil ha. O arroz possuía uma área plantada de 40 mil ha e dobrou em relação a 1937.

O milho triplicou, passando para 34 mil ha, e o feijão quadruplicou para 12 mil ha. O algodão era plantado exclusivamente no PA e havia caído para metade da área de 1937, ou 8 mil ha. A laranja chamou atenção por ter uma produção insignificante em 1937, mas em 1955 a região já produzia quase 69 milhões de unidades. O coco, também secundário na série anterior, em 1955 já produzia 3,5 milhões de unidades. A banana teve uma pequena alta nos dois períodos, passando para 2,7 milhões de unidades, o abacaxi caiu para 2 milhões sua quantidade total na Amazônia<sup>187</sup>.

---

<sup>186</sup> A produção da castanha em 1970 era de 104 mil t, das gomas não elásticas 5 mil t e da guaxima e a malva juntas, 15 mil t. (Anuário Estatístico do Brasil, 1971).

<sup>187</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1956, pp. 96-116).

**Tabela 2.15**  
**Principais Produtos Agrícolas do Norte (1955)**  
(em Toneladas)

Unidades	Algodão (Pluma)	Algodão (Caroço)	Arroz	Cana	Feijão	Juta	Mandioca	Milho
<b>Amazonas</b>	-		700	15.960	579	14.484	72.886	899
<b>Pará</b>	667	1.313	30.441	153.870	5.562	9.930	473.510	21.860
<b>Acre</b>	-		2.880	39.005	1.763	-	58.454	5.727
<b>Amapá</b>	-		3.015	-	421	22	46.117	1.312
<b>Rio Branco</b>	-		900	60	22	-	2.673	63
<b>Rondônia</b>	-		76	-	30	-	1.770	120
<b>Região Amazônica</b>	667	1.313	38.012	208.895	8.377	24.436	655.410	29.981
<b>% produção regional</b>	0,1	0,1	3,9	21,6	0,9	2,5	67,8	3,1
<b>% produção nacional</b>	0,2	0,2	1,0	0,5	0,6	99,9	4,4	0,4
<b>Total do Brasil</b>	428.474	812.827	3.737.471	40.946.305	1.474.985	24.466	14.863.193	6.689.930

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1956, pp. 105-116.

O arroz, o milho e o feijão mantiveram-se entre os sete principais produtos, mas a maior novidade foi a rápida ascensão da juta, que passou de uma produção de 1,1 mil t em 1941, 6,4 mil t em 1944, subindo em 1955 para 10 mil t em uma área cultivada de 21 mil ha. A variação na produção por hectare da juta aumentou 7,6%, passando de 28 mil ha cultivados e 39 mil t produzidas em 1960, para 42 mil ha e 51 mil t em 1964. Nessa época, o plantio e o beneficiamento representavam quase 1/3 do PIB do Amazonas<sup>188</sup>. Em 1969, a área colhida era de 45 mil ha, e a produção da região, de 48 mil t. Segundo documentos oficiais da SUDAM, havia um equilíbrio entre a oferta nortista e a demanda paulista. Devido à sua importância, a juta passou a receber um tratamento especial de uma comissão nacional que acompanharia sua cadeia.

Outro produto que emergiu foi a pimenta-do-reino, introduzida também pelos japoneses em Tomé Açu a partir de 1946. Enquanto a comercialização da juta integrava-se na economia do avião, a da pimenta-do-reino possuía um sistema de cooperativa. As propriedades dos seringais, castanhais e do rebanho bovino encontravam-se concentradas, e no cultivo da juta e da pimenta-do-reino predominava a pequena propriedade. Na década de 1950, a variação percentual na produção por hectare da juta aumentou 7,6%, da pimenta-do-reino 107%, da mandioca 6,8% e do feijão 3,4%; outros produtos tiveram queda como o arroz, de 19,4%, o milho 12,2%, a

<sup>188</sup> Ferreira Filho (1961, p. 198).

cana-de-açúcar 10,8% e o fumo 25,8%<sup>189</sup>. Com exceção do algodão, todos os produtos agropecuários tiveram crescimento entre 1959 e 1969.

**Tabela 2.16**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento da Produção Física**  
**dos Principais Produtos Extrativos e Agropecuários**  
**da Amazônia (1919-1969)**

Produtos	1919 a 1928/32	1928/32 a 1941/45	1941/45 a 1959/63	1959/63 a 1965/69	1928/32 a 1965/69
Borracha	-2,4%	3,1%	1,4%	0,1%	1,8%
Castanha	-	-6,7%	7,0%	1,8%	1,1%
Juta, Guaxima e Malva	-	-	-	2,3%	-
Algodão em caroço	4,7%	-8,9%	-5,0%	-8,8%	-8,1%
Arroz em casca	-7,2%	7,4%	1,1%	8,7%	4,5%
Banana	-	2,7%	4,5%	4,0%	3,7%
Café	-9,5%	5,5%	-1,6%	4,9%	1,9%
Cana-de-açúcar	-17,9%	14,5%	1,8%	3,1%	6,2%
Feijão	-11,3%	-7,7%	6,5%	3,6%	0,8%
Laranja	-	-4,8%	8,0%	4,0%	2,7%
Mandioca	-3,8%	2,8%	5,8%	6,1%	4,8%
Milho	-10,6%	0,5%	4,2%	5,1%	3,1%
Abate bovino	-	0,8%	1,7%	9,8%	3,2%
Leite	14,7%	-	0,3%	13,2%	2,9%
Ovos de galinha	-	-	5,3%	5,1%	5,3%

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas e Anuários Estatísticos. Apud CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas: ed. Unicamp, 1998A., p. 415 e 419.

Entre 1950 e 1960, o crescimento do emprego agrícola foi da ordem de 67%, e na década seguinte, de 81%. Em 1920, AM e PA juntos respondiam por 91% do emprego, e mesmo com o desmembramento dos territórios nas décadas seguintes, em 1970, os dois Estados ainda participavam com 89% na região.

**Tabela 2.17**  
**Pessoal Empregado na Agricultura (1920-1970)**

UF	1.920	1.940	1.950	1.960	1.970
RO	-	-	1,4%	0,8%	2,2%
AC	8,9%	6,3%	4,8%	5,5%	6,5%
AM	25,9%	25,4%	24,7%	30,7%	29,2%
RR	-	-	0,7%	0,6%	0,9%
PA	65,2%	68,3%	67,4%	61,5%	60,2%
AP	-	-	0,9%	0,9%	1,1%
NORTE	100%	100%	100%	100%	100%
TOTAL	350.520	380.188	326.340	544.028	982.225

Fonte: Dados preliminares gerais do censo agropecuário de 1970.

<sup>189</sup> BASA (1966, p. 106)

A agricultura amazônica permaneceu bastante atrasada quanto à mecanização em relação ao restante do país. Em 1950, o Norte possuía apenas 61 tratores enquanto no Brasil havia mais de 8 mil, e 381 arados num universo de 714 mil de todo o país. Apesar de em 1970, já haverem 1.035 tratores na região, isso representava 0,6% do total nacional, e os 794 arados equivaliam a insignificantes 0,04% do todo brasileiro.

**Tabela 2.18**  
**Dados Gerais da Agricultura do Norte (1920-1970)**

UF	Área Plantada (1 milhão de Ha)					Estabelecimentos (1 mil)					Tratores (unidades)				
	1920	1940	1950	1960	1970	1920	1940	1950	1960	1970	1920	1940	1950	1960	1970
RO	0	0	0,7	0,3	1,6	0	0	0,5	1,0	7,1	-	-	5	10	40
AC	4,1	6,9	8,9	9,4	4,1	1,2	1,0	1,7	3,7	23,1	-	-	5	20	11
AM	7,5	8,5	5,6	6,4	4,5	4,9	21,9	15,2	48,5	85,3	5	5	10	27	57
RR	0,6	0,9	1,6	1,8	2,5	0,0	0,0	0,4	0,9	2,0	-	-	2	1	4
PA	9,8	10,1	6,6	5,3	10,8	26,9	58,1	59,9	83,2	141,4	2	21	33	347	866
AP	0	0	0,7	1,2	0,6	0,0	0,0	0,5	1,0	2,3	-	-	6	25	35
<b>Norte</b>	<b>22,1</b>	<b>26,4</b>	<b>24,1</b>	<b>24,4</b>	<b>24,1</b>	<b>33,0</b>	<b>81,1</b>	<b>78,2</b>	<b>138,2</b>	<b>261,1</b>	<b>7</b>	<b>26</b>	<b>61</b>	<b>430</b>	<b>1.013</b>

Fonte: Censo de 1970 e Dados preliminares do Censo de 1970.

Apesar de a produção agrícola haver se distribuído entre suas unidades federativas ao longo do período 1920-1970, o Norte passou de 22 milhões de ha de área cultivada, para apenas 24 milhões de ha. Entre as décadas de 1940 e 1950, a área diminuiu significativamente. Na década de 1960, o PA teve forte incremento agrícola, recuperando o que teve no seu auge em 1940.

Em geral, o crescimento agrícola médio do Norte entre 1939 e 1969, foi na ordem de 2,3%, enquanto no país foi de 3,7%. A produção agrícola cresceu satisfatoriamente em todas as regiões do país, acima do ritmo do crescimento demográfico. No setor, entre 1950 e 1960, a área cultivada no Norte aumentou 96% e as taxas médias anuais de crescimento real da renda da agricultura tiveram declínio entre 1939 e 1955, de -0,1%, recuperando-se em seguida com um crescimento médio de 6% entre 1955 e 1969.

**Tabela 2.19**  
**Participação das UFs na Pecuária do Norte (1920-1970)**  
 (quantidade de cabeças)

UF	Bovinos					Suínos					Galinhas				
	1920	1940	1950	1960	1970	1920	1940	1950	1960	1970	1920	1940	1950	1960	1970
RO			0,2%	0,3%	1,4%			0,8%	0,9%	1,5%	0,0%	0,0%	1,7%	2,0%	4,2%
AC	1,7%	2,3%	2,5%	2,6%	4,3%	8,2%	8,0%	13,4%	6,2%	11,3%	8,7%	8,9%	15,1%	6,3%	12,0%
AM	27,4%	27,0%	8,6%	11,5%	15,4%	13,3%	18,6%	16,4%	17,8%	15,3%	12,1%	27,0%	15,2%	24,4%	26,7%
RR			13,6%	13,5%	13,9%			1,9%	1,8%	2,3%	0,0%	0,0%	0,8%	0,7%	2,2%
PA	70,8%	70,6%	72,1%	68,4%	61,1%	78,5%	73,4%	66,6%	71,7%	66,1%	79,2%	64,1%	66,9%	65,7%	53,6%
AP			3,0%	3,7%	4,0%			0,9%	1,7%	3,6%	0,0%	0,0%	0,4%	0,9%	1,3%
<b>Norte</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo de 1970 e Dados preliminares do Censo de 1970.

De 1940 a 1950, a produção de leite cresceu 4,8% ao ano e a de ovos 32%. A pecuária, que antes se preservava concentrada em maior parte na ilha de Marajó e atendia ao mercado de Manaus e Belém, passou a ocupar também as áreas da jiticultura. Juntos, AM e RR correspondiam a 29% dos animais e o PA 61% em 1970. Na pecuária suína, o PA tinha maior rebanho com 66% em 1970, seguidos do AM e AC que juntos respondiam por 27% do total regional. Quanto às galinhas, o PA também possuía maior população, 54%, seguidos do AM com 27% e o AC com 12%.

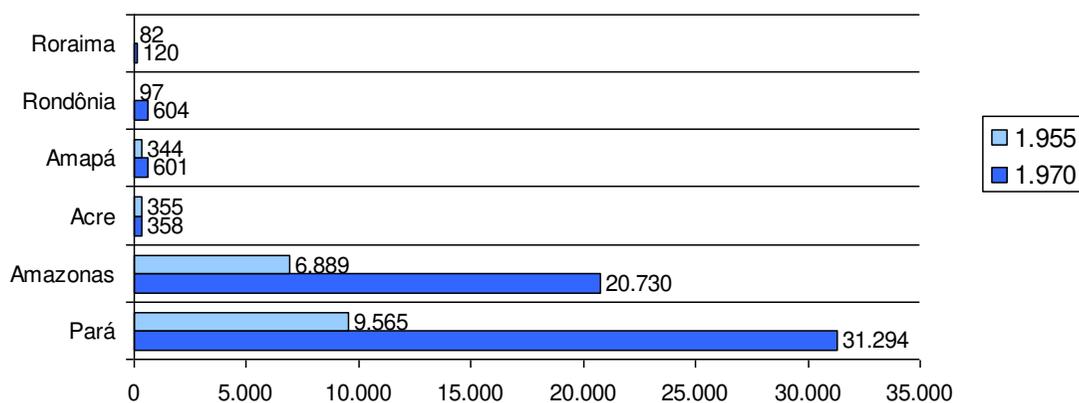
**Tabela 2.20**  
**Crescimento da Pecuária do Norte (1920-1970)**  
 (quantidade de cabeças)

Animais	Números absolutos					Crescimento relativo			
	1920	1940	1950	1960	1970	1920-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970
<b>Bovinos</b>	869.109	999.041	1.020.305	1.234.882	1.695.873	15%	2%	21%	37%
<b>Suínos</b>	265.599	372.265	377.534	537.347	912.834	40%	1%	42%	70%
<b>Galinhas</b>	2.426.819	2.918.832	2.240.191	4.037.476	7.367.001	20%	-23%	80%	82%

Fonte: Censo de 1970 e Dados preliminares do Censo de 1970.

De 1955 a 1970, a produção de pescados do Norte acompanhou o crescimento nacional. Em 1955 o Norte participava com 10,8% da produção nacional, que totalizava 161 mil t do país e 17 mil t da região. No ano de 1970, a Amazônia participava com 10%, ou 161 mil t da região em 526 mil t do total do país. A maior parte dessa pesca era de peixes em todas as unidades. Em 1970, no PA havia uma produção de crustáceos, e o AM liderava a pesca de mamíferos aquáticos, como botos, golfinhos e baleias. Em RO, AM, PA e AP havia também a pesca de quelônios.

**Gráfico 2.10**  
**Produção de Pescado na Amazônia (1955-1970)**  
 (em toneladas)



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1956, p. 95, e 1971, p. 140.

O resultado do crescimento agropecuário nas últimas décadas foi em parte devido à introdução das políticas de valorização econômica a partir de 1953, e dos incentivos fiscais entre 1963 e 1970. O que marcou a transição no setor nesses últimos anos foi a progressiva introdução de uma agricultura mais moderna, conforme cresceram as pressões dos grupos capitalistas do Centro-Sul e estrangeiros pelas terras agriculturáveis da região. Este moderno, no entanto, era pouco se comparado com o pólo nacional e as potências estrangeiras.

#### 2.2.4) Indústria extrativa mineral e de transformação

A extração mineral ainda tinha pouca importância na região até meados da década de 1950<sup>190</sup>. Os únicos minérios que apareceram esporadicamente nos Anuários Estatísticos foram a cassiterita e o manganês no AP, e o sal no PA, todos em minúsculas quantidades. O garimpo clandestino existia, mas seu volume era reduzido e

<sup>190</sup> Apesar de pesquisas do INPA na época já revelarem uma imensa riqueza no subsolo amazônico, constatando a presença dos minerais metálicos: ferro (hematita, limonita, magnetita e siderita), manganês (psilomelana, pirolusita, com traços de cobalto), alumínio (bauxita), estanho (cassiterita), tungstênio (schelita), titânio (ilmenita e rutilo), ouro, cobre (nativo, calcopirita, bornita), chumbo (galena), zinco (blenda), mercúrio (cinábrio), cromo (cromita), níquel (nicolita), berilo (berilo); e não metálicos: linhito, caulim, calcário, bário (baritina), gipsita, pirita, grafita, mica (mucosovita e biotita). Ferreira Filho (1961, p. 174).

sua medição impossível. A Petrobrás perfurava poços em busca de petróleo na região, com poucos resultados apesar do alto investimento. Em Nova Olinda no AM foram abertos 7 poços até 1957, com 2 desses sendo produtores<sup>191</sup>.

O manganês da Serra do Navio no AP em 1947 foi considerado de importância nacional por sua escassez no mundo e sua importância na siderurgia<sup>192</sup>. Até então, o Território Federal era caracterizado pelo pequeno extrativismo mineral e vegetal, a pecuária e a atuação do exército por ser região de fronteira. O governo procedeu com o estudo para implantar a infra-estrutura, e no mesmo ano foi contratada a Sociedade Indústria e Comércio de Minérios LTDA (ICOMI). Alegando ausência de conhecimento técnico, a ICOMI associou-se à norte-americana *Bethlehem Steel Company*, driblando as limitações ao capital estrangeiro. As obras foram realizadas rapidamente, e a Estrada de Ferro do AP construída com 193 km de extensão. A empresa entrou em atividade em 1957, com a inauguração do complexo mina-ferrovia-porto, e a exportação da primeira carga de minério<sup>193</sup>.

A indústria extrativa mineral só começou a ter maior importância a partir de 1957, quando a produção de manganês começou a ser extraída em grande volume. O Brasil passou a ser o quarto maior produtor mundial, superado apenas pela União Soviética, África do Sul e Índia<sup>194</sup>. Em 1969, foram exportados 1,4 milhões de toneladas do minério, quase que integralmente aos EUA.

O segundo mineral mais importante da região tornou-se a cassiterita. Em 1969, RO produzia 2,9 mil t do minério, atraindo garimpeiros de vários pontos do país. As áreas de concentração eram a margem esquerda do rio Madeira e as bacias dos rios Jamari e Candeiras. Em menor escala, apareciam também a extração do estanho, bauxita e columbita. A mineração ilegal também crescia, especialmente de ouro aluvional através do garimpo e faiscação, com destaque para as bacias do Oiapoque, Amapari, Vila Nova e Jarí no AP, médio Tapajós no PA, e no Rio Madeira em RO<sup>195</sup>.

Como a produção mineral do país apresentou pouco desenvolvimento entre a década de 1950 e a primeira metade da década de 1960 (salvo a do ferro e do

---

<sup>191</sup> Capes (1959, p. 61).

<sup>192</sup> Decreto-Lei nº 9.858, de 13/9/1946.

<sup>193</sup> Ver CVRD (1992).

<sup>194</sup> Ferreira Filho (1961, p. 174).

<sup>195</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1971) e CVRD (1992).

petróleo), as metas do governo priorizavam a redução das importações de combustíveis, fertilizantes e metais não-ferrosos, e a diversificação das exportações dos bens minerais, pois o ferro e o manganês representavam cerca de 80% das exportações nacionais. Assim, o governo Castello Branco autorizou a participação de capitais privados na exploração do subsolo e estendeu ao capital estrangeiro o direito de participar de sociedades<sup>196</sup>. Esse decreto foi fortemente criticado devido às denúncias de que empresas estadunidenses planejavam controlar o setor no Brasil<sup>197</sup>.

Na Constituição de 1967, mantiveram-se as diretrizes de que a exploração das jazidas, minas e demais recursos seria dada só a brasileiros ou sociedades organizadas no Brasil. Essa foi a brecha à abertura que pretendia o capital estrangeiro<sup>198</sup>. Em de 1967, a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da *U. S. Steel Corporation* descobriu uma grande reserva de minério de ferro no Pará, na Serra dos Carajás, que começaria a ser explorado na década seguinte em parceria com a Cia Vale do Rio Doce, a qual, a partir de 1970 passava a ter participação majoritária nesse projeto.

Segundo Cano (1998B), a integração do mercado nacional impôs à indústria periférica dois movimentos: um anterior, decorrente da manutenção das antigas atividades primário-exportadoras que continuavam a imprimir efeitos dinâmicos sobre o compartimento industrial periférico, a produção terciária e a construção civil via urbanização; e um novo, determinado pela acumulação do centro dominante nacional, atuantes no compartimento periférico urbano e rural. De ambos os movimentos se expandiu a urbanização que reforçou a própria expansão agrícola e industrial periférica.

---

<sup>196</sup> Decreto 55.282, de 22/12/1964.

<sup>197</sup> Nessa época, um escândalo envolvendo a norte-americana Hanna Mining Company culminou em uma CPI com graves denúncias envolvendo o alto escalão do governo militar. Ver Oliveira (1988).

<sup>198</sup> Com o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 foi criado o novo Código de Mineração, rapidamente modificado pelo Decreto-Lei nº 318 de 14 de março de 1967, que garantiu à grande empresa, ao capital estrangeiro e estatal, a preferência no setor.

**Tabela 2.21**  
**Crescimento da Indústria de Transformação do Norte (1919-1970)**  
(médias anuais)

Ramo industrial	1919/39	1939/49	1949/59	1959/70	1919/70
Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável	3,4%	5,4%	12,0%	4,5%	5,8%
Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	4,9%	1,2%	12,5%	6,7%	6,0%
Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo durável e capital	11,1%	2,8%	2,6%	24,6%	10,4%
Região Norte (todos os setores)	4,2%	3,4%	12,0%	6,0%	6,0%
Brasil (todos os setores)	5,7%	7,8%	9,3%	7,3%	7,2%

Fonte: IBGE, Censos Industriais (vários anos). Apud CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. Campinas: ed. Unicamp, 1998B, p. 82-83.

Quanto à indústria de transformação da Região Norte, houve um crescimento médio de 6% entre 1919 e 1970. Entre 1919 e 1949, a indústria da região cresceu abaixo da média nacional, com os piores resultados na década de 1940. Na década de 1950, a região retomou os níveis de crescimento industrial numa média decenal de 12%, acima até mesmo do país, que manteve 9,3%.

**Tabela 2.22**  
**Indústria da Amazônia (1920-1940-1950)**

	Estabelecimentos			Operários			Força Motriz		
	1920	1940	1950	1920	1940	1950	1920	1940	1950
<b>Roraima</b>	-	-	27	-	-	196	-	-	373
<b>Acre</b>	10	34	52	22	175	200	18	169	108
<b>Amazonas</b>	69	212	268	636	3.413	3.661	1.528	4.169	6.924
<b>Rio Branco</b>	-	-	8	-	-	223	-	-	120
<b>Pará</b>	168	666	938	3.033	10.595	10.143	2.929	12.593	23.042
<b>Amapá</b>	-	-	32	-	-	296	-	-	251
<b>Amazônia</b>	247	912	1.325	3.691	14.183	14.719	4.475	16.931	30.818
<b>Brasil</b>	13.569	49.418	89.086	293.673	781.185	1.256.807	363.296	1.186.358	2.667.017

Fonte: Censos Industriais de 1920, 1940 e 1950. Anuário Estatístico do Brasil, 1956, p. 507.

O compartimento de bens de consumo predominantemente não duráveis e os predominantemente intermediários puxaram o crescimento no período, mas entre 1959/1970, o setor predominantemente de bens de consumo duráveis e de capital cresceu à média de 24,6%.

**Tabela 2.23**  
**Estrutura Industrial do Norte (1919-1970)**  
(em %)

Ramo industrial	Valor de Transformação Industrial					Percentual de Operários Empregados				
	1919	1939	1949	1959	1970	1919	1939	1949	1959	1970
Indústrias predominantemente produtoras de Bens de consumo não durável	55,94	47,92	57,56	57,54	49,38	57,13	58,21	48,65	54,50	53,42
Indústrias predominantemente produtoras de Bens intermediários	43,31	49,43	39,76	41,43	44,50	41,50	38,19	47,31	43,16	41,27
Indústrias predominantemente produtoras de Bens de consumo durável e capital	0,75	2,65	2,48	1,03	6,12	1,37	3,60	4,04	2,35	6,31
<b>Produção industrial total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censos Industriais vários anos. Apud CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. Campinas: ed. Unicamp, 1998B, p. 95.

Em 1939, o PA possuía uma fábrica de vulcanização, que contribuía com 4% da produção do país. A indústria química regional representava 3,3% do nacional<sup>199</sup>, e a de couros e peles 3,2%. Desde 1936, o Serviço de Caça e Pesca proibiu as exportações do couro silvestre. Apesar disso, ainda haviam empresas especializadas, pois existia grande procura no mercado de luxo europeu, norte-americano, e até no Brasil.

**Tabela 2.24**  
**Participação do Norte em número de Operários e no VTI nacional (1919-1970)**  
(em %)

Ramo industrial	VTI					Operários				
	1919	1939	1949	1959	1970	1919	1939	1949	1959	1970
Indústrias predominantemente produtoras de Bens de consumo não durável	1,06	0,79	0,70	1,19	1,00	0,94	0,98	0,97	1,12	1,69
Indústrias predominantemente produtoras de Bens intermediários	3,16	2,12	0,93	1,03	0,98	2,36	2,57	1,90	1,35	1,73
Indústrias predominantemente produtoras de Bens de consumo durável e capital	0,58	0,45	0,24	0,06	0,22	1,07	1,20	0,77	0,19	0,38
<b>Todos os Ramos Norte</b>	1,47	1,11	0,74	0,94	0,82	1,26	1,56	1,24	1,07	1,44
<b>Todos os Ramos Brasil</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Industriais vários anos. Apud CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. Campinas: ed. Unicamp, 1998B, p. 98.

Em termos de valor da produção no censo industrial, o PA respondia em 1949 por 69% na região, o AM por 27%, e nos Territórios Federais, a minúscula produção conjunta era de 4%, e se resumia à geração de energia, beneficiamento de madeiras, vasilhames de barro e panificação. No AM, as principais indústrias eram dos mesmos ramos, porém com maior volume de produção. O PA, além de possuir esses segmentos, tinha indústrias têxteis, de aguardente, bebidas não alcoólicas, moagem,

<sup>199</sup> O segmento se subdividia nos ramos: químicos e farmacêuticos, em que 6 estabelecimentos no PA produziam 3,8% do todo nacional; de velas, com 4 fábricas no PA produzindo 3,3% do total do país; e a de perfumaria e sabão, com 5 fábricas no AM e 8 no PA, compondo 2,7% do que o Brasil produziu no ano.

gelo, couros e peles. A produção industrial do AM concentrava-se 84% em Manaus, e, no PA, 75% na capital Belém.

Entre 1949 e 1959, o crescimento médio anual do Brasil no setor industrial foi de 9,3%, e, regionalmente, o Norte teve a maior taxa do país, 12%. Nesse período, aumentou na produção regional a participação das indústrias têxteis, de fumo, de bebidas e metalúrgica, e das que diminuíram, destaca-se a de borracha, vestuário e de madeira. Neste último ano, o valor da produção e o valor de transformação industrial do PA e AM se equivaliam, e a indústria do PA empregava 12 mil, quase o triplo do AM que tinha 4,7 mil trabalhadores no setor.

**Tabela 2.25**  
**Estrutura da Indústria de Transformação do Norte**  
**(1949-1959)**

<b>Setor</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>
Transformação de minerais não metálicos	4,7%	4,3%
Metalúrgica	2,5%	2,9%
Mecânica	-	0,0%
Material de transporte	1,9%	0,3%
Madeira	12,9%	6,4%
Mobiliário	1,3%	1,4%
Papel e papelão	0,1%	0,3%
Borracha	10,3%	5,5%
Couro, peles e produtos similares	5,8%	2,2%
Química e farmacêutica	13,5%	24,8
Têxtil	4,6%	16,4%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	3,4%	1,5%
Produtos alimentares	24,2%	20,7%
Bebidas	5,6%	6,1%
Fumo	2,1%	4,4%
Editorial e gráfica	4,8%	2,6%
Diversas	2,3%	0,2%
<b>Total:</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censos de 1950 e 1960 *Apud* BANCO DA AMAZÔNIA S/A (BASA). A Indústria Brasileira e a Amazônia. Rio de Janeiro: CNI, 1969 (A), p. 127.

Em 1970, o emprego industrial dobrou, saltando para 25 mil no PA e para 11 mil no AM. A indústria da ZFM ainda não havia entrado em plena atividade, e a que se instalou inicialmente era de montagem de produtos com peças importadas, voltada ao mercado nacional. Nesses primeiros anos, o comércio de importados predominou, pois

no restante do país havia restrições a produtos estrangeiros. Assim, o censo industrial de 1970<sup>200</sup> pouco revela sobre a indústria da ZFM, que será detalhada no capítulo 3.

### 2.2.5) Comércio, transportes e infra-estrutura

Desde os tempos coloniais, o comércio sempre foi determinante para renda da região amazônica. Em 1939, a região aparecia como compradora de produtos industrializados como cervejas, químicos e farmacêuticos; São Paulo era o principal fornecedor e comprador extra-regional, e o Norte contribuía com o mercado interno brasileiro fornecendo borracha, castanha e produtos alimentícios.

Na década de 1950 ainda faltavam ligações terrestres com o restante do território nacional, mas apesar disto, a integração com o mercado interno nacional manteve-se crescendo, com 84% das vendas amazônicas em 1953 direcionando-se ao comércio de cabotagem, contra 16% ao comércio exterior. A pauta encontrava-se mais diversificada com destaque para as fibras duras (guaxima, malva e juta).

**Tabela 2.26**  
**Estrutura do Comércio Inter-Regional da Região Norte (1969)**  
(Valores FOB a preços de 1975)

Categorias	Vendas (Exportação)		Compras (Importação)	
	Cr\$ Milhões	%	Cr\$ Milhões	%
<b>Animais vivos</b>	-	-	16,0	0,0
<b>Matérias-primas</b>	414,3	48,6	169,5	7,4
<b>Alimentos e bebidas</b>	70,8	8,3	483,3	21,1
<b>Produtos químicos e farmacêuticos</b>	71,6	8,4	247,5	10,8
<b>Maquinaria e Veículos</b>	80,1	9,4	561,1	24,5
<b>Manufaturas "tradicionalis"<sup>**</sup></b>	142,4	16,7	487,8	21,3
<b>Manufaturas "modernas"<sup>***</sup></b>	57,1	6,7	306,9	13,4
<b>Transações especiais</b>	16,2	1,9	16,9	0,0
<b>Total</b>	<b>852,5</b>	<b>100,0</b>	<b>2.290,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Tabulações especiais do IPEA/INPES; *Apud* MAHAR, Denis. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Rio de Janeiro: IPEA/IPES, 1978, p. 236. \* Corresponde à "antiga" categoria 7 da NBM; "Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria-prima". \*\* Corresponde à "antiga" categoria 8 da NBM: "Artigos manufaturados diversos".

<sup>200</sup> No censo de 1960, nota-se que no AM a indústria química respondia por 40,8% no VTI, seguido da têxtil com 28,6% e de produtos alimentares com 12%. Esta indústria era a que mais empregava no setor, 18% da força de trabalho, seguida da têxtil com 17% e a de madeira com 17%. Contudo no Censo de 1970, esses segmentos apareceram sigilados, de forma que ficou impossível medir as mudanças de seu peso.

No final da década de 1960, o comércio da região Norte com o mercado nacional continuava prevalecendo sobre o externo para todas as unidades federativas, com a exceção do AP, que possuía uma economia especializada na extração do manganês, quase todo voltado ao exterior. O comércio por vias internas havia crescido com a construção das grandes rodovias, e com a aviação tornou-se possível alcançar os núcleos mais distantes. A integração com a economia nacional permanecia maior pelas compras do que pelas vendas, gerando déficit crônico na balança comercial.

**Tabela 2.27**  
**Comércio Exterior e Interestadual da Região Norte (1969)**

UF	Exportação			Importação		
	Exterior	Inter-estadual		Exterior	Inter-estadual	
		Cabotagem	Vias Internas**		Cabotagem	Vias Internas**
RO	1,2%	22,2%	76,6%	-	21,6%	78,4%
AC	-	95,0%	5,0%	-	52,9%	47,1%
AM*	29,6%	67,4%	3,0%	39,9%	48,2%	11,9%
RR	-	-	100,0%	-	51,0%	49,0%
PA	38,3%	33,7%	28,0%	12,3%	33,2%	54,5%
AP	96,1%	3,9%	0,0%	24,3%	58,7%	17,0%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1971, pp. 344-361. Dados de 1968 e 1969.

\*\*Para a região Norte era apenas por rodovias e aeroportos.

Os dados do comércio da região em 1969 passam a impressão de que o comércio intra-regional era predominante sobre o inter-regional, com PA e AM abastecendo AC, RO, RR e AP. No entanto, como já descrito, PA e AM não possuíam uma estrutura produtiva tão diversificada a ponto de conseguirem suprir exclusivamente a demanda da região. Por isso, suas posições eram de entreposto comercial para grande parte dos produtos industrializado do Centro-Sul, e de importados via ZFM. Já os produtos agropecuários alimentícios tendiam a circular na própria região, que complementava a demanda com importações de outros Estados:

**Tabela 2.28**  
**Exportações da Região Norte por Cabotagem (1969)**  
 (% dos valores)

Procedência	Destino									
	RO	AC	AM	RR	PA	AP	NE	SE	S	Total
RO	-	0,2	85,3	0,3	14,3	-	-	-	-	100,0
AC	-	-	18,4	-	81,6	-	-	-	-	100,0
AM	5,9	9,6	-	3,6	29,7	4,3	7,1	34,9	5,1	100,0
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	3,3	6,0	33,9	0,5	-	15,0	23,7	16,8	0,8	100,0
AP	-	-	0,7	-	46,9	-	3,9	48,5	-	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1971, p. 344.

Devido à proximidade geográfica, o Nordeste era um importante parceiro comercial, especialmente do PA no comércio de cabotagem. O Sudeste, devido ao seu peso econômico, era o principal parceiro extra-regional do AM, e destino de parte do manganês do AP. Devido às grandes distâncias e altos fretes de cabotagem, as conexões com o extremo Sul eram reduzidas, mas existentes. A região Centro-Oeste, por se localizarem no interior do país, não participavam do comércio por cabotagem, e só teve uma maior articulação com o Norte pelo crescimento das rodovias.

**Tabela 2.29**  
**Importações da Região Norte por Cabotagem (1969)**  
 (% dos valores)

Destino	Procedência									
	RO	AC	AM	RR	PA	AP	NE	SE	S	Total
RO	-	-	42,0	-	53,8	-	2,1	2,2	-	100,0
AC	0,1	-	36,4	-	53,2	-	4,8	5,1	0,4	100,0
AM	4,2	2,3	-	-	21,5	0,0	17,9	51,5	2,7	100,0
RR	0,8	-	54,9	-	18,7	-	10,3	14,6	0,6	100,0
PA	0,9	13,1	10,6	-	-	1,7	47,6	19,5	6,6	100,0
AP	-	-	7,6	-	62,5	-	5,0	24,7	0,2	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1971, p. 344.

Na década de 1960, apesar da predominância do comércio interior, o AM exportava para outros países 30% do volume total de seu comércio, e o PA cerca de 38%, já superando isoladamente o comércio por cabotagem. Quanto às importações, enquanto para o PA em 1969 apenas 12% tinha origem externa, e para o AP cerca de 25%, ao AM, em 1968, elas respondiam por 40%. Na região, o PA respondia por 41% das exportações para o exterior em 1970, o AM por 20% e o AP por 39%,

exclusivamente com o manganês. As importações estrangeiras do AM entre 1968 e 1969 tiveram uma pequena queda, mas em 1970, já como consequência da ZFM, praticamente triplicou e passou a representar 65% do total da região, seguido do PA com 33% e o do AP com apenas 2%.

**Tabela 2.30**  
**Participação do Comércio Externo e Inter-Regional na Renda regional\* do Norte em anos selecionados (1960-1970)**

Anos	Exportações (FOB)			Importações (CIF)**		
	Externo	Inter-regional	Total	Externo	Inter-regional	Total
1960	16,0	17,8	33,8	4,5	27,2	31,7
1961	16,8	16,3	33,2	4,3	22,9	27,2
1969	11,0	11,0	22,0	7,3	29,6	36,9
1970	11,1	8,7	19,8	14,6	26,8	41,4

Fonte: FGV/IBRE/SUDAM; *Apud* MAHAR, Denis. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Rio de Janeiro: IPEA/IPES, 1978, p. 92. \*Renda líquida a custo de fatores; \*\*Inter-regional em valores FOB.

Entre 1930 e 1970, o crescimento do sistema de transportes foi fundamental para o processo de integração nacional. Em geral, todos os meios expandiram e houve também melhora na qualidade. Contudo, as rodovias passavam a ocupar o lugar das ferrovias, que foram relegadas a um papel secundário. Na Amazônia, o transporte marítimo e fluvial eram os mais importantes para a integração, e as inexpressivas ferrovias foram substituídas por rodovias.

Com o decréscimo das ferrovias na década de 1960, a malha do país caiu para a mesma quilometragem que possuía em 1929, ou seja, 32 mil. Na década de 1930, havia duas estradas-de-ferro no PA: a Bragança (293 km), na mais importante região agrícola do Estado, e a Tocantins (82 km)<sup>201</sup>. A Madeira-Mamoré (366 km) no AM e em RO foi parcialmente desativada na década de 1930, registrou um crescimento do tráfego na década de 1950, e, devido aos sucessivos prejuízos, foi desativada em 1966. A ferrovia do AP, de 194 km, servia unicamente à extração do manganês. Os registros relatam que as estradas-de-ferro da região operavam em péssimo estado.

Seguindo o modelo nacional, o transporte rodoviário foi o que mais cresceu na região, e foi determinante para a integração. Os dados entre 1937 e 1955 demonstram que os Estados e Territórios Federais seguiram ampliando sua malha viária,

<sup>201</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1938, p. 239).

especialmente nas proximidades das capitais. De 1955 a 1970, praticamente dobrou sua participação em quilometragem no todo nacional, com a quantidade de rodovias federais representando cerca de 25% do total.

**Tabela 2.31**  
**Evolução da Malha Rodoviária no Norte (1937-1970)**

UF	1937 (em Km)	1955 (em Km)	1970 (em Km)
AM	401	900	1.862
PA	1.011	3.249	14.830
AC	*	220	1.120
RO	-	492	1.634
RR	-	220	720
AP	-	229	1.094
<b>NORTE</b>	1.412	5.310	21.260
<b>BRASIL</b>	200.336	459.714	1.039.779
<b>NO/BR</b>	0,7%	1,1%	2%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1938, p. 249), (1956, p. 171) e (1971, p. 398). Os 40km do AC citados no Anuário Estatístico de 1936 já não constavam em 1938, pois segundo nota do próprio Anuário, foram "invadidos pela mata", p. 249.

Com a construção das grandes rodovias federais, formou-se um arco em torno da *hiléia*. A Amazônia passava a se articular fisicamente com o centro dinâmico. Os impactos causados pela abertura das estradas foram focos de ocupação desordenada, grilagem, desmatamento e atividades predatórias como a extração ilegal de madeira, minérios e outros produtos florestais. A valorização da terra levou a uma corrida por suas posses por grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Da ocupação caótica surgiram conflitos sociais, que distante dos centros de informações jamais foram noticiados. A Amazônia tornava-se uma terra "sem lei", onde imperava o mais forte, a pistolagem, e os conflitos agrários (Ver Capítulo 3).

Depois de aberta a Belém-Brasília, cerca de 1/4 do comércio interestadual do PA em 1969 já era realizado pela estrada. Em menos de uma década já havia cerca de 500 mil pessoas habitando o seu entorno. A estrada era a espinha dorsal do sistema rodoviário nacional, e já possuía intenso tráfego de pessoas e mercadorias<sup>202</sup>.

A rodovia Brasília-Porto Velho também teve bastante importância para RO, e em 1969, aproximadamente 69% do seu comércio transitou por ela. A BR-319 (Manaus-Guajará Mirim), com extensão de 1.115 km, encontrava-se em fase de implantação, e a BR-316 (Belém-Peritoró) visava garantir o fluxo de imigração nordestina para a

<sup>202</sup> Ver Cardoso; Müller (1978).

Amazônia. A SUDAM também formulou um plano para conectar as principais cidades próximas de fronteiras, mas nesse contexto tais projetos não se viabilizaram.

Dada a vastidão territorial e as variações do regime fluvial de chuvas sazonais, que em determinadas épocas do ano isolavam algumas cidades, o transporte aéreo passou a desempenhar um papel fundamental, tanto para cargas como para passageiros. A SUDAM estabeleceu um convênio com a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) para reconstruir e reaparelhar os aeroportos das capitais, ampliar e melhorar a qualidade das pistas de pouso e decolagem, e adquirir equipamentos de controle e apoio do tráfego aéreo<sup>203</sup>.

O transporte aéreo para cargas e passageiros existia na região desde 1933<sup>204</sup>, interligando núcleos populacionais quase estanques pela distância aos principais aeroportos do Brasil. O Correio Aéreo Nacional cobria o sistema postal, e em 1937 ainda era pequeno o transporte de carga, com o PA movimentando 33t e o AM 6t. Em 1970, os aeroportos de Manaus e Belém carregaram 3,2 mil t e descarregavam 4,3 mil t de cargas, além das 276 t de desembarque e 205 t de embarques do Correio. Pode-se notar como impacto da ZFM no AM, que de 1967 para 1968, dobrou em valores as exportações por via aérea ao mercado nacional, e deste ano para 1969, elas quintuplicaram. RR era um caso excepcional em que todo o seu comércio até então era realizado exclusivamente pela via aérea.

A maior parte das mercadorias e da população ainda circulava na região pelo transporte fluvial e marítimo. No apogeu das exportações da borracha em 1912, os portos do PA recebiam mais navios estrangeiros do que nacionais, e no AM praticamente se equilibravam com pequena vantagem para os brasileiros. Em 1937, o quadro já havia mudado, com o fluxo de embarcações nacionais superando as estrangeiras em 91% do total da região, e os barcos brasileiros transportando em toneladas 53% do total no PA, 78% no AM, e 100% no AC.

---

<sup>203</sup> Os aeroportos prioritários elencadas pelo Ministério da Aeronáutica foram: Moura, Boa Vista, Manicoré, Uaupés, Pari-Cachoeira, Lauretê, Tabatinga, Tefé, Rio Branco, Porto Velho, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Vilhena, Manaus e Guajará Mirim. Estes deveriam ser ligados aos sistemas nacionais de Telecomunicação, Meteorologia (do Ministério da Agricultura) e Segurança.

<sup>204</sup> A PanAmerican foi a pioneira seguida da PanAir, a Navegação Aérea Brasileira (NAB), o Cruzeiro do Sul e a Aerovias Brasil, que atravessavam o hinterland brasileiro, ligando as principais capitais do país à região.

Em 1954, o porto de Manaus movimentava 277 mil t de mercadorias, e o de Belém 856 mil t. A extensão total navegável dos rios da bacia amazônica era de 25,4 mil km, ou 55% da rede fluvial do Brasil. Havia linhas de navegação iniciadas em Belém abrangendo uma área com 2,6 milhões habitantes, com Manaus atendendo 417 mil pessoas, e em Boca do Acre, para 90 mil residentes em 1961<sup>205</sup>. A SUDAM voltou-se para a construção dos novos portos de Belém, Manaus e Santarém. A dragagem foi aumentada em Belém para receber modernos navios de grande calado. Em 1970, o AM movimentava 530 mil t para longo curso estrangeira e 447 mil t para cabotagem nacional, e o PA embarcava 220 mil t de longo curso e 988 mil t de cabotagem.

Praticamente toda a geração de energia na Amazônia ainda era feita por usinas térmicas em 1970. Em 1939, a potencialidade do AC era de 0,3 mw, do AM 3 mw e do PA 14 mw<sup>206</sup>. A geração concentrava-se nas maiores cidades, enquanto nos poucos vilarejos que havia energia, era produzida por motores com capacidade apenas para iluminação e usos domésticos. Sua expansão era necessária para a implantação de novas indústrias e atividades. A SUDAM atribuiu prioridade máxima ao setor, e regulamentou a concessão de recursos do Imposto de Renda para projetos de energia de sociedades de economia mista<sup>207</sup>.

A usina termelétrica Força e Luz do Pará S/A, teve sua capacidade aumentada para 80 mw<sup>208</sup>. As redes de transmissão foram ampliadas em Porto Velho (RO), e construídas para os municípios paraenses de Souré, Santa Isabel e Benevides, e dos amazonenses de Coari, Mauaés, Tefé, Benjamin Constant, Eurinepê e Humaitá<sup>209</sup>. Em 1970 já se nota o crescimento da oferta de energia, com o PA passando à capacidade de 99 mw, o AM para 37 mw e o AC para 4 mw; os Territórios Federais para 9 mw no AP, 3 mw em RO e apenas 1 mw em RR.

---

<sup>205</sup> O SNAPP possuía em 1964 cinco navios de cabotagem e 25 para navegação interior, com tonelagem e carga respectivamente de 17.930t. e 6.187t.

<sup>206</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1939/1940, pp. 188-224).

<sup>207</sup> Por sugestão da SUDAM, o Governo Federal decidiu destinar 10% do empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás para a criação de um Fundo de Eletrificação da Amazônia.

<sup>208</sup> O objetivo era ampliar o parque industrial de Belém e estender as linhas para a região bragantina. No mesmo programa também encontrava-se em fase de execução a hidrelétrica de Paredão no AP, do Curuá-Una no PA, Rio da Casca em MT e as termelétricas Eurinepê, Manicoré e Vizeu.

<sup>209</sup> A CELPA (Centrais Elétricas do Pará S/A) teve aprovação do financiamento para a implantação da hidrelétrica Curuá-Una, e também recebeu um financiamento para estudos de viabilidade técnico-econômica do potencial hidráulico do rio Gurupi.

Das regiões brasileiras, a que maior deficiência possuía no setor de telecomunicações era a Amazônia. Para isto foi constituído pela SUDAM um Grupo de Trabalho com o Ministério das Comunicações, que concluiu um projeto de interligar a região com o restante do país por dois troncos principais: do Oeste através de Manaus e Porto Velho e do Leste através de Manaus e Belém. O sistema foi progressivamente implantado ao longo da década seguinte.

### 2.3) Conclusões sobre o período

Entre 1930 e 1970, o Brasil passou pela sua industrialização “restringida” e “pesada”, e apresentou uma das maiores taxas de crescimento do mundo capitalista. O mercado interno se integrou, e a Amazônia passou a articular-se comercialmente com a economia nacional. Embora a dinâmica de acumulação fosse concentradora, ela articulava também o crescimento das periferias, porém com desequilíbrios.

A concentração produtiva reforçou antigas reivindicações por equidade regional e federativa, resultando na institucionalização do planejamento regional no Norte. Os incentivos fiscais, a “Operação Amazônia” e a nova institucionalização do planejamento e financiamento refletiram os interesses do capital brasileiro e internacional na região, já mais integrada por grandes rodovias, aeroportos e cabotagem, e melhor infra-estrutura. Os efeitos macroeconômicos do “milagre” e a voracidade com que o capital começou a se expandir na Amazônia, abriram o caminho para as profundas transformações estruturais que a economia da região vivenciou na década de 1970.

Ao final da fase da **integração comercial**, 1930-1970, a Amazônia encontrava-se plenamente conectada ao mercado interno nacional como vendedora de produtos primários e compradora de produtos industrializados, e as exportações voltando crescer. Apesar dos estímulos gerados pela integração, que diversificaram a pauta de comércio da região, a Amazônia continuava primário-exportadora. Porém, com as transformações ocorridas, foi aberto o caminho para que com a ZFM e os grandes projetos agropecuários e mineradores da década seguinte, a região passasse a intensificar a integração na economia nacional.

### **Capítulo III**

#### **Intensificação da integração (1970-1980)**

Neste novo período, a Amazônia intensificou sua integração na economia brasileira, condicionada por fatores macroeconômicos e pela decisão do governo de explorar e ocupar a assim chamada “fronteira de recursos” nacional.

A política de desenvolvimento dos novos governos militares manteve-se voltada para a expansão dos investimentos em infra-estrutura para que se viabilizasse a extensão da fronteira agro-mineral, compatibilizando tanto o crescimento das exportações agroindustriais, quanto o da almejada política de completar a matriz industrial e energética do país. A produção ascendeu de forma acelerada praticamente em todas as regiões, nos diversos setores, alterando a estrutura da produção, do perfil do emprego, e ampliando a urbanização.

Apesar da permanência dos desequilíbrios regionais, a economia brasileira iniciou uma desconcentração produtiva “virtuosa” do centro para as periferias, reforçando a integração do país, que se tornou internamente mais coeso<sup>210</sup>. A Amazônia esteve inserida nesse processo, e, em especial, graças à implantação da anômala Zona Franca de Manaus e dos grandes projetos que renderam frutos.

A palavra de ordem dos militares para a região era “integrar para não entregar”, e a intervenção federal foi marcada por diversos planos, programas e ações. O Norte ampliou sua importância estratégica na economia brasileira, e o capitalismo chegava à Amazônia, trazendo profundas transformações estruturais. Como resultado, a região cresceu acima da média nacional, e sua participação no PIB do país ampliou de 2,2% em 1970 para 3,2% em 1980, e com a sua população avançando de 3,9% para 4,9%.

A década também concluiu uma fase da história econômica do país, marcada por cinquenta anos de crescimento, industrialização, modernização do Estado e integração comercial, produtiva e física, sucedido por uma fase crise e estagnação.

---

<sup>210</sup> De acordo com Cano (2008), essa desconcentração foi “virtuosa” na década de 1970 por ter garantido uma maior expansão e diversificação na periferia, com o “centro” também crescendo a altas taxas.

### 3.1) O avanço da fronteira agro-pecuária e mineral

Entre 1970 e 1980, o capitalismo brasileiro avançou para sua última fronteira: a região amazônica, continuando o processo iniciado nas décadas anteriores. As políticas de planejamento regional e de incentivos fiscais entraram em plena atividade.

Subordinadas às decisões do governo central, a SUDAM, o BASA e a SUFRAMA passaram a articular com outros órgãos tais ações, através de planos federais e estaduais, que aumentaram a infra-estrutura e diversificaram a produção, intensificando a integração. Era um contexto em que, de acordo com Carvalho (2005A, p. 53), para reduzir os conflitos entre a União e os Estados federados, substituiu-se a “*política de desenvolvimento regional*” pela “*política nacional de desenvolvimento regional*”. Por esse motivo, o foco da pesquisa foi nos documentos dos planos federais<sup>211</sup>.

A primeira onda de forte intervenção na região na década ocorreu durante o período do governo Médici (1969-1974), nos anos do “milagre”. Essa fase foi marcada pela expansão da infra-estrutura, especialmente das grandes rodovias com programas de colonização, através de planos como o PIN (Plano de Integração Nacional), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terra) e o I PDAm (Plano de Desenvolvimento da Amazônia), além do projeto RADAM (Radar da Amazônia) e do PVN (Plano de Viação Nacional).

A segunda fase aconteceu durante a vigência do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo Geisel (1974-1979), em que se consolidaram novas atividades planejadas, com destaque para a criação do POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), do Complexo Minero-Metalúrgico, da política de Recursos Florestais e Uso Racional do Solo, e dos Distritos Industrial e Agropecuário da Zona Franca de Manaus.

Esses investimentos resultaram no avanço capitalista da agropecuária, mineração e industrialização na Amazônia, que na década anterior já havia passado pela integração comercial e física, e agora entrava na fase da integração produtiva.

---

<sup>211</sup> Dada as limitações, foi impossível fazer uma análise dos planos estaduais e municipais, especialmente porque a delimitação do trabalho pressupõe uma abordagem mais macro do que micro da integração.

### 3.1.1) O “milagre” e o IPDAm

A década de 1970 se iniciou sob o signo do “milagre”, com os maiores índices de crescimento de nossa história, na média de 11% do PIB ao ano entre 1968 e 1973<sup>212</sup>. Sua arquitetura era apoiada no crédito subsidiado e na correção monetária dos ativos financeiros, num contexto em que os juros internacionais eram muito baixos<sup>213</sup>.

Diversos fatores desencadearam o “milagre” após as reformas econômicas na década de 1960. A política fiscal acentuou o sistema tributário regressivo, que facilitava a acumulação. A indústria, que guardava capacidade ociosa, reagiu positivamente à maior disponibilidade de financiamento e de crescimento da demanda interna, apesar do arrocho salarial. O câmbio manteve-se atraente a empréstimos e as exportações receberam estímulos. O excesso de liquidez traduziu-se expansão de reservas, resultando num fator expansionista dos meios de pagamento<sup>214</sup>.

Nesse clima de euforia, a **integração econômica da Amazônia** tornou-se uma das metas prioritárias do governo Médici (1969-1974), e objetivava a complementaridade com as demais regiões.

Além das pressões nacionais, havia interesses do capital externo na Amazônia. Um exemplo foi o projeto do estrategista Hermann Khan do Instituto Hudson, financiado pelo Pentágono, que propunha represar os rios da região para criar “Grandes Lagos” e melhor explorar as riquezas amazônicas. Por considerar que as ambições estadunidenses feriam a soberania<sup>215</sup>, o governo preferiu uma estratégia nacional através do **PIN** (Plano de Integração Nacional)<sup>216</sup> em 1970, que se propôs a construir novas estradas para a Amazônia. O Ministério dos Transportes teria responsabilidade pelas rodovias e portos fluviais; o Ministério da Agricultura pela colonização e reforma

---

<sup>212</sup> No período, o crescimento médio manteve-se em dois dígitos, com a maior taxa em 1973, de 14%, desacelerando no ano seguinte para 8%.

<sup>213</sup> O circuito financeiro conhecido como “euromercado” havia alcançado relativa magnitude e movimentava capital-dinheiro sem controle de qualquer instituição. Seus baixos juros tornaram-se atraentes para os países subdesenvolvidos. Ver Belluzzo; Coutinho (1984A, 1984B).

<sup>214</sup> Ver Tavares; Assis (1986).

<sup>215</sup> Diferente da política externa do governo Castello Branco, que teve um alinhamento automático com os Estados Unidos, os governos Costa e Silva, Médici e Geisel seguiram afastando-se da influência norte-americana, buscando uma maior aproximação com o “terceiro mundo” e uma relação pragmática com os países capitalistas e socialistas. Essa diplomacia era mais condizente com o projeto “Brasil Potência”.

<sup>216</sup> Criado pelo Decreto-Lei nº 1.106 de 16 de Junho de 1970, e complementado com Decreto nº 67.113 de 2/8/1970.

agrária; o Ministério do Interior pelo plano de irrigação (do Nordeste); e o Ministério das Minas e Energia do levantamento topográfico da Amazônia.

A estratégia de integração física através do sistema rodoviário, delineada no I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM (1967-1971), finalmente começaria a ser colocada em prática com algumas obras-chave. A rodovia **Cuiabá-Santarém** (BR-163), tinha por objetivo aprofundar a conexão com o centro dinâmico, e possuir 1.780 km, no sentido norte-sul. A **Transamazônica** (BR-230) teria um traçado transversal leste-oeste, para ligar o Norte ao Nordeste, que deveria “canalizar” seu “excedente” de população flagelada pela seca para a nova fronteira. Isso aliviaria as tensões sociais da “região problema” (o Nordeste) e ao mesmo tempo ocuparia o que os governos da ditadura chamavam de “deserto” (o Norte).

O projeto da Transamazônica surgiu quando o presidente Médici visitou o Nordeste em 1970 para observar os efeitos da seca. Preocupado em resolver de forma imediata o problema, elaborou um plano de articulação entre as duas regiões pela rodovia sem uma avaliação prévia da geografia local e dos impactos que ela causaria. Sua construção previa inicialmente um traçado de 4 mil km, estendendo-se até a fronteira com o Peru, e a propaganda da obra vinha carregada de tom ufanista, que impulsionavam o regime com frases como: “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país”, na época tri-campeão mundial de futebol na famosa Copa de 1970.

Os militares pretendiam “conquistar os vazios”, e por isso o PIN recebeu uma dotação inicial de Cr\$ 2 bilhões (grandes cifras para a época), com a principal fonte de receita vinda dos fundos de incentivos fiscais. Em 1972, seu orçamento foi ampliado em 40% para construir a rodovia **Perimetral Norte** (BR-210)<sup>217</sup>. No trajeto, ela conectaria o Amapá à fronteira noroeste da Amazônia, cruzando diversas terras indígenas que sequer haviam sido contatadas pela FUNAI. A partir de 1973, com base na estratégia do PIN, foi criado o **PNV** (Plano Nacional de Viação)<sup>218</sup>, que seguiu com a construção de inúmeras estradas transversais e vicinais menores articulando a Amazônia.

Como complemento ao PIN, ficou estabelecido um programa de colonização agrícola e de irrigação, denominado **PROTERRA** (Programa de Redistribuição de

---

<sup>217</sup> O Decreto-Lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972.

<sup>218</sup> Lei nº 5.917, de 10 de Setembro de 1973.

Terras)<sup>219</sup>, que visava “facilitar a aquisição de terras, melhorar as condições do trabalho rural e promover a agroindústria na Amazônia e no Nordeste”.

Para o período de 1972/1974 foram concedidos Cr\$ 4 bilhões para a compra e desapropriação de propriedades rurais, linhas de crédito, financiamento da agroindústria e infra-estrutura, subsídios ao uso de insumos, estabelecimento de preços mínimos de exportações e supervisão do uso de terras públicas. Apesar de o programa ter sido tratado como uma reforma agrária, teve o efeito de postergar essa demanda e ocultar os problemas da estrutura fundiária do país. O governo optou pela colonização de terras públicas a elevados custos socioeconômicos e ambientais, mesmo pressionado por movimentos sociais<sup>220</sup>, que reivindicavam uma redistribuição. Para centralizar essa política foi criado o **INCRA** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)<sup>221</sup>, assumindo as funções dos extintos IBRA, INDA e GERA.

Os objetivos do PIN e do PROTERRA passaram a fazer parte do **PMB** (Plano de Metas e Bases para Ação do Governo), que cobriria o período 1971 a 1973, e dentre outras metas nacionais, propunha para a Amazônia deslocar a fronteira econômica, notadamente a agrícola, para as margens do Rio Amazonas, ocupando áreas férteis em grande escala. Esse plano transformou-se no **I PND** (Plano Nacional de Desenvolvimento), de 1972 a 1974, enfatizando para a região a proposta de integração física, econômica e cultural com o país. Para o período, a SUDAM apresentou o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (**I PDAm**), que se articulava no binômio **valorização e desenvolvimento**, insistindo no velho modelo que vinha se repetindo desde 1953. A maior diferença residia no fato de que o I PDAm subordinava o planejamento regional de forma mais articulada com o I PND nacional.

O I PDAm reiterava o objetivo de vincular o desenvolvimento do Nordeste à ocupação da Amazônia, diagnosticava a permanência da estrutura arcaica no extrativismo e a diminuição de sua importância, com o crescimento da agropecuária. Também enfatizava a necessidade de integrar a política industrial da região no contexto brasileiro. As áreas prioritárias do plano englobavam 27% da Amazônia Legal, onde se

---

<sup>219</sup> Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de Junho de 1971.

<sup>220</sup> Destacavam-se nessa luta organizações como ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e as Ligas Camponesas.

<sup>221</sup> Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de Julho de 1970.

localizavam 80% da população, 88% do gado bovino, 86% do milho, 80% da mandioca, 100% das produções de juta, malva, pimenta-do-reino, e da indústria, além da maior parte da infra-estrutura<sup>222</sup>.

As mais altas prioridades do I PDAm eram a agricultura e a pecuária. Chamava a atenção para os obstáculos à industrialização como a escassez da capacidade de investimento empresarial e os limitados mercados locais. Dentre suas metas estava a de assentar 100 mil famílias, 64% entre 1972 e 1974, a maior parte às margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. Assim como os anteriores, o novo plano destacava a necessidade de levantamento dos recursos naturais, porém de forma mais sofisticada e com novas tecnologias. Esse empreendimento, vinculado ao Ministério das Minas e Energia, ficou conhecido como **Projeto RADAM** (Radar da Amazônia), e incumbiu-se de elaborar um inventário sistemático de minerais, solos e vegetação.

Considerado como um programa especial no I PDAm, a Zona Franca de Manaus preocupava por não haver ainda alcançado os resultados previstos pelos projetos de iniciativa privada. Em 1968, o AM contou com apenas 14% dos projetos industriais aprovados pela SUDAM, representando 16% dos recursos liberados; em 1971, subiu para 22% dos projetos e 32% dos investimentos provenientes dos incentivos fiscais<sup>223</sup>. Para mudar esse quadro, o Distrito Industrial deveria prosseguir de forma gradativa em função da demanda, com sua implantação definitiva em 1975.

As obras de infra-estrutura listadas para a ZFM eram a retificação de igarapés, drenagem e dragagem, criação do sistema de esgotos e de despejos industriais, melhora do sistema viário e aumento da oferta de energia elétrica para 1,1 mil kw. Quanto ao Distrito Agropecuário, desde 1969, já havia começado sua implantação, em uma área de 33 mil ha, com um projeto piloto em uma fazenda<sup>224</sup>.

Ainda no governo Médici, já se podiam notar alguns resultados preliminares. No final de 1972, havia sido concluído o primeiro trecho da Transamazônica (Estreito-Itaituba), que cortava as rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém; em 1974, o segundo trecho (Itaituba-Humaitá) estava pronto, totalizando 2.290 km, ou pouco mais da metade do trajeto total previsto. Em quatro anos, o presidente visitou-a cinco vezes,

---

<sup>222</sup> PDAm IN SUDAM (1971, pp. 16-18).

<sup>223</sup> PDAm IN SUDAM, (1971, p 105).

<sup>224</sup> PDAm IN SUDAM (1971, p. 107).

quando jornalistas percorreram-na, qualificando-a como “triste malogro” pelas dificuldades de trânsito, abandono e baixa qualidade<sup>225</sup>. Como sua obra foi traçada sem um estudo preliminar, o resultado foi que nas épocas de chuva o trânsito ficava impraticável. Em poucos anos, a mata já havia coberto vários trechos, inviabilizando a conclusão do projeto inicial, com a rodovia tornando-se descontinua e perigosa.

Quando encerrou esse governo, a região amazônica já possuía maior infraestrutura. No entanto, em razão do cenário econômico mundial e nacional, além dos equívocos presentes no I PDAm, a expansão da “fronteira de recursos” exigiu correções limitadoras para o novo governo.

### **3.1.2) O II PND e o II PDAm**

A partir de 1974 teve início uma nova onda de planos para a Amazônia. A crise internacional após o choque do petróleo de 1973 afetou o crescimento da economia brasileira<sup>226</sup>. A mudança conjuntural determinou a nova política, conhecida como “estratégia de 74”, que objetivava manter a economia aquecida, pois o projeto “Brasil Potência” do desgastado regime só se sustentaria com alto crescimento.

Iludidos pelos números do “milagre”, a megalomania da ditadura exacerbou quando o governo Geisel (1974-1979) apresentou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Pretendiam concluir no quinquênio a instalação da indústria pesada, de insumos (ex. Pólos Petroquímicos de Paulínia/SP e Camaçari/BA), de bens intermediários e de bens de capital, expandindo a infra-estrutura de energia (ex. Itapu e Angra I e II), transportes (ex. Ponte Rio-Niterói) e telecomunicações.

De acordo com o II PND, o governo militar anterior havia realizado grandes investimentos na região amazônica, com a implantação de eixos rodoviários, revitalização da navegação fluvial, aumento da oferta de energia e do sistema de comunicação, prospecção de recursos naturais e o início da execução do Programa de

---

<sup>225</sup> Cardoso; Müller (1978, pp. 168-169).

<sup>226</sup> Desde 1968, o sistema monetário internacional encontrava-se em crise pelo déficit do balanço de pagamentos dos EUA, que dissolveu em 1971 as paridades do padrão-ouro, estabelecido na Conferência de Bretton-Woods (1945). A incerteza acendeu um clima de especulação, enquanto se acelerava o “ciclo” expansivo. Em 1973, a taxa de inversão nos países que lideravam o crescimento sofreu queda, e a quadruplicação dos preços do petróleo serviu como detonador de uma crise e não como sua causa. Ver Belluzzo; Coutinho (1984A, 1984B).

Trópico Úmido. Essa infra-estrutura deveria, portanto, ser aproveitada para a ocupação produtiva por programas setoriais como a pecuária de corte, extração vegetal e de madeira, mineração e indústrias eletrolíticas, além da implantação de lavouras selecionadas, pesca empresarial e turismo. Pretendia-se com isso, crescer a exportação de carne, minérios, madeiras e celulose a 25% ao ano<sup>227</sup>.

No II PND, havia quatro campos de atuação para a região:

a) **POLAMAZÔNIA** (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), visando aproveitar as potencialidades agropecuárias, agroindustriais e florestais em quinze pólos distantes das áreas urbanas, para reforçar e consolidar atividades já iniciadas (Mapa 3.1);

b) **Complexo Minero-Metalúrgico**, que compreendia Carajás-Itaqui (minério de ferro e siderurgia), Trombetas-Belém (bauxita, alumina e alumínio), e o aproveitamento hidroelétrico dos Rios Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí);

c) Política de **Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos** para planejar, institucionalizar e perenizar a atividade madeireira e de celulose, e definir áreas aos Parques e Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Parques de Caça;

d) Concluir a implantação do **Distrito Industrial e Agropecuário** da ZFM<sup>228</sup>.

Esses projetos foram detalhados no **II PDAm**, cobrindo o mesmo período do II PND. Nas suas 335 páginas, foi o plano mais abrangente que a região amazônica havia recebido até então. Possuía melhor fundamentação geográfica pelos dados do RADAM, e preservava a filosofia da “integração nacional”. Sua base teórica remetia às idéias de François Perroux sobre os pólos de desenvolvimento<sup>229</sup>, e, por isso passou a priorizar grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e a colonização privada, enquanto o governo investiria na infra-estrutura necessária.

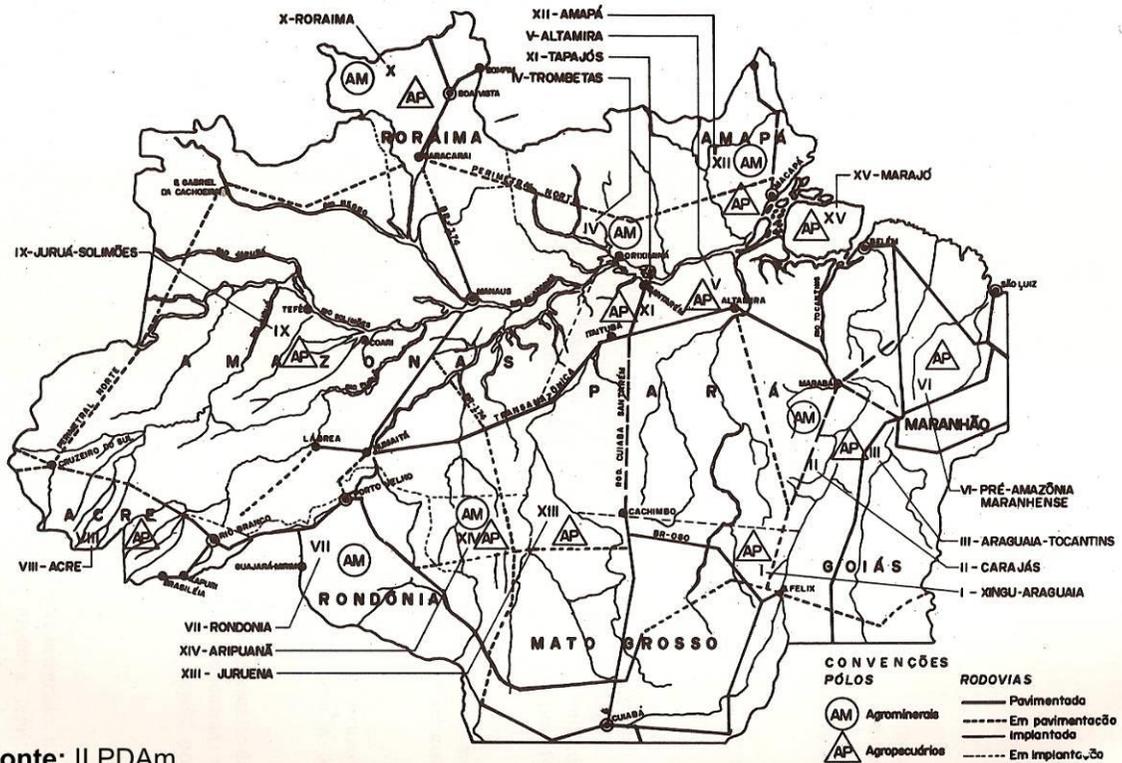
---

<sup>227</sup> BRASIL, II PND (1974, pp. 65-66).

<sup>228</sup> BRASIL, II PND (1974, pp. 67-68).

<sup>229</sup> Para Perroux, o desenvolvimento é provocado pela ação de pólos de crescimento, com três elementos essenciais: a indústria-chave, a organização imperfeita de mercados (regime não concorrencial do mercado) e as economias externas espaciais (o fato da aglomeração territorial).

**Mapa 3.1**  
**POLAMAZÔNIA**  
 PROGRAMA DE PÓLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA



Fonte: II PDAm.

O POLAMAZÔNIA procurava criar um ambiente mais favorável ao investimento privado, e sua maior expressão estava na enorme reserva da Serra de Carajás. A sub-região, considerada uma das mais ricas em minérios do planeta, passaria a ser explorada em sua plenitude, numa área de mais de 900 mil km<sup>2</sup>. Os principais minerais eram o ferro, ouro, estanho, bauxita, manganês, níquel e cobre, além de outros mais raros. Derivado dos resultados alcançados no governo Geisel, foi criado no governo Figueiredo ainda em 1979, o Projeto Grande Carajás (PGC)<sup>230</sup>, que a então estatal Cia Vale do Rio Doce assumiu sozinha, indenizando a antiga parceira *U.S. Steel*<sup>231</sup>.

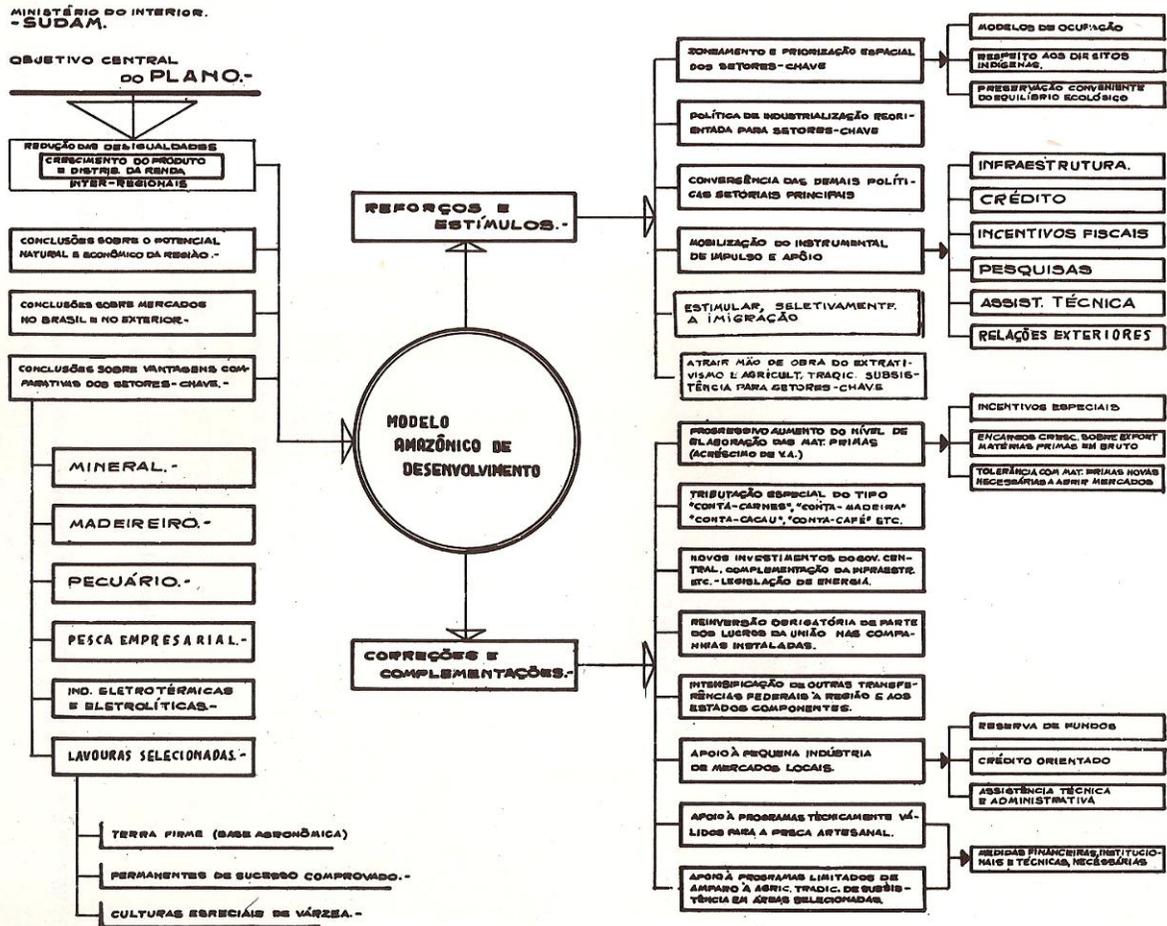
<sup>230</sup> Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Como suas obras só foram concluídas em meados da década de 1980, serão analisados nesta pesquisa apenas os resultados parciais.

<sup>231</sup> Em 1970 havia sido criada a Amazônia Mineração S/A (AMSA), na qual o capital da CVRD representava 51% e os outros 49% à *U.S. Steel*.

Diagrama 3.1

- ESQUEMA DA ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA -

(1975 — 79)



Fonte: II PDAm.

A construção das grandes hidrelétricas na região obedecia à meta de maior eletrificação do país. A crise do petróleo de 1973 estimulou o governo a criar o Proálcool<sup>232</sup> e a priorizar o imenso potencial hidráulico brasileiro, de cerca de 150 mil mw, 40% dos quais localizados na Amazônia.

A ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte S/A) foi criada em 1974, como subsidiária da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas do Brasil S/A), e foram ampliadas as

<sup>232</sup> O programa, lançado em 1975, pretendia substituir em larga escala a gasolina pelo álcool como o principal combustível dos automóveis do país. Com a queda dos preços do petróleo na década seguinte, o programa se inviabilizou, também pelo abandono dos investimentos públicos e privados.

usinas Curuá-Una (PA), Coaracy Nunes (AP), e outras menores. Contudo, o maior projeto foi a hidrelétrica de Tucuruí (PA), para o desenvolvimento de grandes centros consumidores, além do uso industrial para explorar e beneficiar o alumínio e a bauxita. Em Belém e Manaus ainda foram ampliadas as capacidades termoelétricas.

No setor de transportes terrestres, o II PDAm visava consolidar o sistema rodoviário com a conclusão das estradas principais<sup>233</sup>, a construção de vicinais, e a substituição das balsas por pontes. O transporte hidroviário também recebeu atenção para tornar navegáveis áreas antes inacessíveis. O aeroviário seria aperfeiçoado, com destaque para a inauguração do setor de cargas do aeroporto de Manaus em 1976, para viabilizar a ZFM. Todo o sistema deveria ser integrado através do **PITA** (Plano Integrado de Transportes da Amazônia).

Outro aspecto importante da integração, abordado no II PDAm, foi o desenvolvimento das comunicações. A EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A) já havia conectado as principais cidades ao sistema nacional, cabendo à TELEBRÁS (Telecomunicações Brasileiras S/A) melhorar consideravelmente a oferta do serviço no interior e a formação de mão-de-obra qualificada. O plano destacava a importância da ação estatal para que se superasse o atraso que o país acumulava desde a II Guerra Mundial, especialmente na distante região amazônica.

Havia o objetivo explícito de que a Amazônia deveria contribuir com o balanço de pagamentos do país, exportando além dos novos recursos como a mineração e a indústria, os tradicionais produtos do extrativismo vegetal. Para melhorar a produtividade, as políticas de sustentação do preço e da compra da borracha, deveriam vincular-se à substituição do sistema de aviamento pelo assalariamento e pela produção racional<sup>234</sup>. Desse modo, o crescimento da demanda por borracha não

---

<sup>233</sup> As principais eram a BR-174 ligando Manaus (AM) a Boa Vista (RR), a BR-319 de Manaus (AM) a Porto Velho (RO), a BR-316, essas conectando Belém (PA) a Maceió (AL), a BR-401 saindo de Boa Vista (RR) até a fronteira com a Guiana, e a BR-156 de Laranjal do Jari (AP) ao ponto extremo do país no Oiapoque. Também foram listadas a BR-307 e a BR-317. SUDAM (1975, p. 71).

<sup>234</sup> Diagnósticos governamentais anteriores já atentavam ao problema: “[...] enquanto persistir a relação ‘aviador-aviado’ não haverá qualquer possibilidade de transformação das técnicas de produção no setor primário, nem de melhoria das condições de vida do produtor rural”. (BASA, 1966, p. 188).

deveria servir como pretexto para prorrogar a extinção do método arcaico, visto como o principal obstáculo para se estabelecer relações capitalistas de produção<sup>235</sup>.

Quanto aos programas de colonização, havia uma avaliação crítica das falhas dos planos anteriores com a população imigrante nordestina. O II PDAm identificava a falta de capital próprio dos imigrantes, o baixo nível de conhecimento e a ausência de solos férteis como ocasionadores da destruição da mata, do esgotamento do solo pela lavoura itinerante e da proliferação de doenças.

Esse diagnóstico representou, na prática, o abandono do malogrado PROTERRA, que, segundo Mahar (1978, p. 38), a meta ficou muito aquém do programado, assentando 6 mil famílias, ou 10% dos objetivos estabelecidos, representando apenas 2% do “excesso” da população rural do Nordeste em 1970.

Em síntese, o II PDAm apresentava como objetivo central o crescimento do produto e a distribuição da renda regional, com a meta de reduzir as desigualdades inter-regionais. Seus cinco pontos prioritários eram:

- a) integração nacional;
- b) contribuição ao balanço de pagamentos;
- c) uso das vantagens comparativas de setores ou produtos selecionados;
- d) elevação do nível de renda dos residentes;
- e) ocupação territorial.

Para essas metas, empregava o conceito de um modelo “desequilibrado e corrigido”, que visava criar para garantir a retenção da renda na própria região.

Essa estratégia de desenvolvimento fundamentava-se, portanto, na teoria das vantagens comparativas, objetivando aproveitar as potencialidades econômicas da região e multiplicar a renda e o emprego. De acordo com Carvalho (2005B, p. 62), nesse ponto convergiam os interesses econômicos nacionais e regionais, na medida em que se acreditava que a intensificação dos fluxos do comércio intra e inter-regional, além do internacional, assegurariam um desenvolvimento auto-sustentável na região.

---

<sup>235</sup> É importante ressaltar que o aviamento da década de 1970 difere-se muito daquele do século XIX, início do XX. Primeiramente pelo decrescente peso na economia e na importância da determinação da renda, segundo pela modernização dos meios de transporte, e em terceiro pelas mudanças vindas com a implantação da rede rodoviária.

Durante a vigência do II PDAm e do II PND, houve uma contradição entre a política de gasto e investimento público expansionista, e a política de crédito e financiamento mais contida.

Como resultado, na segunda metade da década de 1970, o PIB total do país ainda manteve um alto crescimento de 6,4%, porém desacelerando, quando comparado com o “milagre”. Os investimentos privados diminuíram enquanto manteve-se o público através do orçamento e do endividamento das estatais. A situação externa agravou-se pela elevação das importações de bens de produção, aumentando a dívida externa líquida. O recrudescimento da inflação mundial se transmitiu à economia doméstica. O ano de 1980 ainda sustentou crescimento, mas o endividamento externo havia se tornado um problema estrutural em razão da vulnerabilidade, ampliada pela elevação brutal das taxas de juros internacionais. Com isso, o país mergulhou numa profunda recessão na nova década, chamada de “perdida”.

Imaginando que a crise fosse passageira, o governo Figueiredo (1979-1985) apresentou novos planos para a Amazônia, integrados ao III PND, como o POLONOROESTE, o Grande Carajás, o Calha Norte e o Calha Sul. Apesar de seus resultados ultrapassarem o recorte temporal desta pesquisa, vale ressaltar que eles foram os últimos grandes projetos para a região, e que muitos dos começados na década de 1970 fecharam ou foram abandonados, sem estender seus efeitos multiplicadores para a localidade, como previam os militares.

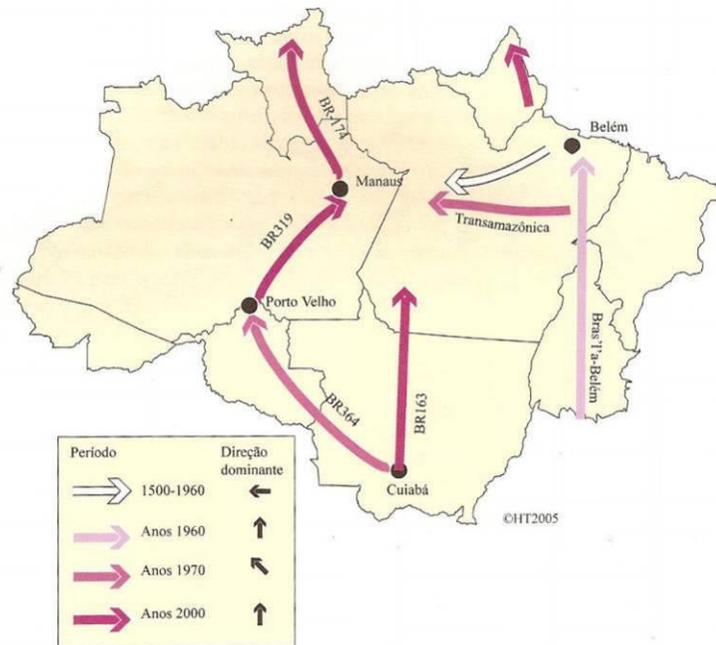
O modelo de forte intervenção estatal foi sendo abandonado com a estagnação dos anos 1980, e com a implantação do neoliberalismo na década de 1990. Mesmo com a retração da economia brasileira a partir de 1980, a maturação dos investimentos do II PND na região amazônica manteve o crescimento até meados dessa década.

### **3.2) Impactos dos eixos de penetração**

As novas zonas de ocupação, formadas ao redor dos eixos de penetração das rodovias, hidroelétricas e dos pólos agropecuários e minerais, tiveram uma ocupação acelerada e desordenada. Isto gerou desequilíbrios intra-regionais, com novas áreas se dinamizando e algumas das antigas se estagnando. A visão oficial dos governos

militares, de que a Amazônia era um grande “deserto” e que seus “vazios” deveriam ser preenchidos, ao mesmo tempo em que reconfigurou a geopolítica da região, resultou em graves conflitos sociais e problemas ambientais.

Mapa 3.2  
Eixos de Penetração na Amazônia



Fonte: THIERY, Hervé. "Situações da Amazônia no Brasil e no continente" IN *Revista Estudos Avançados*. IEA/USP. Vol. 19, Nº 53, Janeiro/Abril de 2005.

Na primeira metade da década de 1970, o Estado assumiu uma ação mais direta na região, organizando populações e espaços, subsidiando a transferência de capital das empresas e mobilizando da força de trabalho através da colonização. Segundo Becker (1982, p. 219), depois de 1974, os investimentos tornaram-se mais seletivos, assegurando o predomínio da empresa, e modificando a legislação fundiária para legalizar grandes apropriações. Em fins da década, intensificou-se a exploração de recursos agrícolas e minerais variados, orientando-se para grandes projetos integrados. O Estado foi deixando o ônus da ocupação para a própria população e a iniciativa privada, esvaziando órgãos como a SUDAM e o INCRA.

A aposta do governo de que as atividades exploradoras de recursos naturais para o mercado extra-regional baseada em grandes empreendimentos pudessem

conduzir o desenvolvimento regional, demonstrou-se equivocada. Os “enclaves” em nada compartilharam com a área; o modelo foi concentrador de renda por sua própria natureza, e toda a infra-estrutura voltou-se exclusivamente para fora, de onde alias provinham as decisões de investimentos e intervenções.

Quanto às rodovias, do mesmo modo que elas facilitavam o escoamento dos produtos amazônicos, também abriam o mercado do Norte para os bens agrícolas e industriais das regiões mais dinâmicas do país, inibindo assim as iniciativas locais. Esse fluxo de mercadorias oriundas de outras partes do país abalou o comércio local atacadista, e antigas cidades fluviais como Guajará-Mirim, começavam a estagnar, e a contrastar com as mais dinâmicas, especialmente as capitais estaduais e territoriais, e os povoamentos que se instalavam nos eixos rodoviários. O primitivo capital mercantil, estabelecido desde os tempos coloniais, se via obrigado a adequar-se, mesmo que precariamente, às transformações desiguais que o capitalismo trazia.

A introdução dos padrões da sociedade moderna transformava as aspirações de consumo, que se desenvolviam ao lado de áreas tradicionais dos caboclos e índios. Novos municípios e distritos surgiram, a população se adensava e a falta de infra-estrutura urbana, de moradia adequada e de saneamento básico marcavam essa ocupação. As prefeituras não tinham condições nem recursos para enfrentar adequadamente tais problemas, pois grande parte de seu orçamento comprometia-se com o funcionalismo, e nas condições que se desenvolveram, tinham dificuldade em arrecadar. Também formavam-se nos centros urbanos, pelo pessoal empregado pelo Estado e nos grandes projetos, uma nova classe média<sup>236</sup>.

A integração rodoviária relegou a um segundo plano os transportes aéreos, fluviais e marítimos, até então hegemônicos na região. Essas ações, além de revolucionarem a conexão com o restante do Brasil, trouxeram profundas mudanças, dentre as quais um ataque frontal ao sistema de aviação. De acordo com Becker (1982, p. 67), o impacto na região foi violento, não apenas por ter trazido novas idéias, pessoas, mercadorias e informações, mas, principalmente por que as relações com o tempo modificaram-se. O ritmo lento das articulações, que com o predomínio dos

---

<sup>236</sup> Esse é um contexto em que o padrão de consumo da classe média brasileira se diversificou com a possibilidade de comprar eletrodomésticos e até mesmo automóveis. A Rede Globo vinha como rede nacional de televisão para transmitir esses valores através de novelas brasileiras e filmes norte-americanos.

transportes fluviais era percebido em termos de meses, com as rodovias passava a ser notado em horas. Isso levava a outra dimensão da integração, a *psicossocial*, reforçada pelas telecomunicações e pela precária educação<sup>237</sup>.

A dimensão contraditória dessa expansão da fronteira era de que mesmo com toda a forte intervenção estatal, foi exatamente a plena ausência do poder público que tornou a região uma terra sem leis, onde proliferaram conflitos.

### **3.2.1) Conflitos sociais e a Guerrilha do Araguaia**

A dinâmica dos conflitos sociais que ocorreram na Amazônia durante a década, está ligada a dois fatores: a ocupação desordenada nos eixos de penetração e a permanência de relações pré-capitalistas de produção nas antigas e nas novas áreas, onde o Estado inexistia. As lutas sociais se intensificaram especialmente no campo.

A abertura dispersa dos pólos, ligados pelos novos eixos rodoviários de integração, estimulou a valorização especulativa da terra e atraiu imigrantes. Como não houve controle para aquisição de terras, grandes grupos nacionais e estrangeiros compraram enormes áreas, formando latifúndios maiores até mesmo que alguns países europeus, principalmente nas poucas zonas férteis. Muitas dessas compras não desenvolveram atividades produtivas, o que bloqueou o acesso dos imigrantes à terra. A saída encontrada por alguns foi a grilagem, e por outros a posse ilegal, resultando numa ocupação caótica, irregular e geradora dos atritos.

Na ausência de fiscalização, antigos moradores tiveram suas terras tomadas, inclusive em áreas indígenas. Mas apesar dessa constatação, mesmo no final da década de 1970, o aviamento ainda persistia em diversos bolsões da região. De acordo com Miranda Neto (1979, p. 118), a permanência dessa estrutura era atribuível ao isolamento e aos baixos níveis educacionais, sendo o *aviamento* o único elo de comunicação entre os interesses da produção rural e os urbano-comerciais. Seu

---

<sup>237</sup> A geógrafa acrescenta a importância das emissoras nacionais como a rádio Tupi, que alcançava a região durante o dia, mas concorria com as estrangeiras durante a noite. O plano de alfabetização do Mobral, além de ensinar a educação básica, transmitia os valores do centro. O Projeto Rondon aproximava a Amazônia da mente do restante do país, sem maiores efeitos no aspecto assistencial, dado seu caráter esporádico. Ver Becker (1982, p. 70).

“sucesso” devia-se à perfeita integração com o modo de vida regional e à sua adaptação às peculiaridades do meio físico, econômico e político<sup>238</sup>.

Quanto aos programas de colonização dirigida, os solos pobres, a falta de assistência técnica, a dificuldades de armazenamento e distribuição, fizeram com que muitos abandonassem seus lotes para regressar às origens ou procurassem emprego em outras atividades<sup>239</sup>. Entregues à própria sorte, os novos e velhos amazoníadas que escapavam dos conflitos, eram compelidos a buscar empregos nos projetos do governo e nos empreendimentos que se instalavam, regulares ou não.

Como a oferta de vagas era incapaz de absorver a demanda, desenvolveram-se precárias condições de trabalho. Devido à inexistência de contratos, proliferavam regimes de trabalho compulsório, até mesmo utilizando mão-de-obra indígena. O capitalismo chegava à Amazônia em sua forma mais selvagem, que na visão de Cardoso & Müller (1978, p. 9), o Estado tornava-se raquítico para a defesa do cidadão, delegando à violência privada o arbítrio das relações entre os homens<sup>240</sup>. A ausência do poder público, de assistência social, médica e educacional, de um judiciário independente, tornava a Amazônia um “faroeste caboclo”, onde imperava a pistolagem e a imposição do mais forte pelas armas.

Da nova elite regional que surgiu para ocupar cargos públicos ou receber concessões, parte dela era formada por políticos envolvidos em esquemas de corrupção, e ajudavam a sustentar a ditadura<sup>241</sup>. Nesse cenário, projetos de transformação social encontraram um campo de florescimento e aceitação entre a população excluída, especialmente porque pela repressão do regime autoritário, as grandes cidades haviam ficado perigosas para os movimentos revolucionários.

---

<sup>238</sup> Para superá-lo, o pesquisador propôs a transição através de um sistema misto, aproveitando os modernos processos de comercialização e de serviços, com a criação de Cooperativas Agroindustriais voltadas à produção de gêneros alimentícios. Miranda Neto (1979, p. 119).

<sup>239</sup> De acordo com Mahar (1978, p. 39), especialistas em agricultura tropical concordavam que o cultivo de mandioca, arroz, milho e feijão no ambiente amazônico eram ecologicamente prejudiciais e improdutivos. O PROTERRA acabou, portanto, repetindo erros de antigos planos de colonização dirigida, como o da Zona Bragantina no PA, resultando em outro desastre financeiro e ambiental.

<sup>240</sup> Parece ironia imaginar que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que em plena ditadura criticava o Estado raquítico e as condições dos trabalhadores, quando se tornou presidente, entre 1994 e 2002, foi um patrocinador do desmonte do Estado, da desregulamentação do trabalho e de projetos de corredores de exportação na Amazônia, com danosos impactos sociais e ambientais, até maiores dos quais denunciava.

<sup>241</sup> Em função da limitação, faltou nessa pesquisa uma breve análise do perfil desses novos capitalistas na Amazônia. Isso teria permitido entender qual a participação da elite tradicional e da nova elite no produto regional.

A **Guerrilha do Araguaia**, que vinha sendo preparada pelo PCdoB nas imediações da rodovia Belém-Brasília, entre os rios Tocantins e Araguaia, especialmente em Marabá (PA) e Xambioá (hoje no atual TO), tiveram os combates iniciados pelo Exército em 1972, próximo à região do Bico do Papagaio. O movimento havia conquistado o apoio dos setores da igreja católica que se opunham à ditadura, e da população que sofria pressões de grileiros e das grandes empresas capitalistas.

O braço político da guerrilha na região foi a ULDP (União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo), que em seu programa de 1972 reivindicava distribuição de terra, combate à grilagem, preços mínimos aos produtos da região, assistência social, médica e educacional, urbanização planejada e reflorestamento. Enquanto os insurgentes contavam com apenas 79 militantes e a simpatia popular, a resposta do governo foi desproporcional, com a mobilização de mais de 15 mil soldados em três mega-operações. Para destruir as FORGAS (Forças Guerrilheiras do Araguaia) foram abertas estradas vicinais e devastadas grandes áreas florestais.

A população foi aterrorizada com torturas, destruição de casas e de plantações. Quando o líder comunista Osvaldo Orlando da Costa foi morto, teve a cabeça cortada e exposta nas cidades e vilarejos, assim como Dona Maria, a Louca fez com Tiradentes. Em 1974, foram assassinados alguns dos últimos guerrilheiros, e seus familiares até hoje brigam na justiça pela abertura dos arquivos e pelo direito de sepultar os corpos, que foram enterrados em valas comuns. Como o país vivia a censura do AI-5, eram inúteis quaisquer apelos humanitários aos excessos da ditadura.

O Araguaia deixou um legado que permaneceu por muito tempo. Com a descoberta do ouro em Serra Pelada, um dos comandantes das operações repressivas, o Major Curió estabeleceu-se na região e fundou uma cidade com o seu nome, Curionópolis. Duas décadas depois, os mesmos problemas que os guerrilheiros denunciavam ainda persistiam e a violência perpetuava-se, como no massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, em que 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados pela polícia e as cenas filmadas percorreram o mundo causando indignação.

Além da guerrilha, conflitos menores e menos organizados de camponeses se espalharam pela região. As vítimas eram as populações tradicionais, os colonos que foram legados à própria sorte com o abandono dos programas, os imigrantes espontâneos

que sem oferta de emprego ocupavam terras ilegalmente, e as populações indígenas que tiveram suas antigas aldeias cortadas pelas rodovias, ou tomadas pelas barragens das hidrelétricas. Os seguintes dados são pouco precisos em razão das informações sigilosas do Exército, especialmente sobre a guerrilha, mas ilustram a dimensão que ganharam os conflitos agrários da Amazônia:

**Tabela 3.1**  
**Trabalhadores Assassinados em**  
**Conflitos Agrários (1970-1980)**

Ano	Norte	Brasil	Norte/Brasil
1970	1	11	9%
1971	1	22	5%
1972	11	19	58%
1973	17	29	59%
1974	16	22	73%
1975	35	39	90%
1976	11	44	25%
1977	17	51	33%
1978	21	37	57%
1979	41	66	62%
1980	55	91	60%
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>431</b>	<b>52%</b>

Fonte: OLIVEIRA, Ariovaldo. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1990.p. 87.

Se nas décadas de 1950 e 1960, o Nordeste era a região onde predominavam os conflitos do país, na década de 1970, a Amazônia a superou largamente. Em 1975, por exemplo, representou 90% das mortes em lutas agrárias do país, e possivelmente entre 1972-1974, período da Guerrilha do Araguaia, esses números sejam ainda maiores. No entanto, em razão de os arquivos das forças armadas permanecerem fechados, é impossível se obter um panorama mais completo. Cerca de 52% dos trabalhadores rurais assassinados no país entre 1970 e 1980 foram na Amazônia Legal, tendência que continuou aumentando na década seguinte<sup>242</sup>.

### **3.2.2) Os “povos da floresta” e a emergência da “questão ambiental”**

<sup>242</sup> Os dados são da CPT, Contag e MST, publicados em Oliveira (1990, p. 87).

Apesar de “questão ambiental” só ganhar destaque internacional a partir das décadas de 1980 e 1990, especialmente após a Rio-92, foi nos anos 1970 que ela surgiu e os “povos da floresta” a ganharam espaço para suas reivindicações.

Conforme se pode notar, no I e no II PDAm, inexistia qualquer referência às demandas das populações indígenas, muitas delas obrigadas a se render à lógica selvagem do capitalismo. No entanto, em 1973, foi aprovado o **Estatuto do Índio**, “com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional”<sup>243</sup>. Isso, no entanto, preservava a visão tutelar do “selvagem”.

O Estatuto definia três categorias de índios: a) isolados; b) em vias de integração; c) integrados. Quanto às terras indígenas, eram divididas em três tipos: a) ocupadas tradicionalmente; b) reservadas; e c) de domínio dos índios. As delimitações, demarcações, homologações e registro das reservas, inspiraram-se na criação do Parque Indígena do Xingu de 1961, conquistado pelos irmãos Villas Boas e pelas 14 etnias de índios que lá habitam. Apesar da tutela branca representada pela concepção da FUNAI, do Estatuto do Índio e da política indigenista, os povos nativos começaram a se organizar na sociedade civil para reivindicar seus direitos.

De acordo com o antropólogo Darcy Ribeiro, as formas de contato e de coexistência sofreram importantes alterações. A evangelização cruamente cristianizadora e imperialmente europeizadora havia perdido o furor etnocida, assim como o paternalismo da proteção oficial do Estado, bruta e assimilacionista, deu lugar a uma atitude mais respeitosa diante dos índios, que mudaram sua atitude para uma postura mais orgulhosa e afirmativa<sup>244</sup>.

Merece também uma menção especial, a liderança de **Chico Mendes**, destacado sindicalista acreano, militante da causa ambiental, da defesa da terra e da *união dos povos da floresta* (índios, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, camponeses, quilombolas, etc). Apesar da justeza de suas idéias, foi diversas vezes submetido a interrogatórios, chegando a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Mesmo depois de seu assassinato em 1988, seu legado permaneceu, e o

---

<sup>243</sup> Lei Nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973.

<sup>244</sup> Ribeiro (2006, pp. 332-333).

reconhecimento de sua luta ganhou notoriedade internacional, tornando-se uma referência na “questão ecológica” que começava a emergir.

No Brasil, já haviam leis voltadas à preservação ambiental. A primeira delas foi o Código Florestal de 1934, que foi sucedido pela criação dos primeiros Parques Nacionais<sup>245</sup>. Em 1965 foi criado o Novo Código Florestal<sup>246</sup>, reconhecendo as florestas e vegetações como de interesse comum. No ano seguinte foi criada uma lei de incentivos fiscais aos empreendimentos florestais<sup>247</sup>, e em 1967, a Lei de Proteção à Fauna estendeu a vigilância aos animais silvestres<sup>248</sup>. Com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>249</sup>, o país passou a ter um órgão destinado a formular a política florestal, e executar medidas para a “utilização racional, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis”.

Para a Amazônia, sempre foi necessária uma atenção diferenciada, pois em seu conjunto, a floresta é um ecossistema bastante frágil, formado por diferentes biomas. Dado o grande volume de seus rios, nas épocas de cheias as áreas de várzea são tomadas pelas águas, o que dificulta a ocupação humana e inviabiliza a agropecuária. Na terra firme, há o problema da fertilidade do solo, que, coberto por poucos centímetros de camadas de sedimentos, é o suficiente apenas para manter o equilíbrio vital das plantas. Com o solo predominantemente arenoso, a destruição das árvores e rios quebra o ciclo pluviométrico, com as áreas devastadas seguindo uma tendência de desertificação. Por não existir uniformidade ecológica na Amazônia, com a criação dos eixos de penetração, os “corredores” naturais são destruídos, formando-se “ilhas” de florestas, muitas vezes insuficientes para a reprodução animal. Por isso, qualquer ação antrópica na região deve ser bem planejada, com minuciosos estudos de impactos.

Antes das grandes obras para a Amazônia da década de 1970, os projetos governamentais pouco haviam afetado o meio-ambiente. Porém, com a abertura das novas estradas, hidrelétricas, atividades mineradoras e ocupação humana desordenada, a natureza sofreu fortes abalos. As rodovias, além de precisarem destruir grandes áreas de floresta nativa, traziam um povoamento caótico de habitantes que

---

<sup>245</sup> Decreto Nº 23.793, de 23 de Janeiro de 1934.

<sup>246</sup> Lei Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965.

<sup>247</sup> Lei Nº 5.106, de 05 de setembro de 1966.

<sup>248</sup> Lei Nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967.

<sup>249</sup> Decreto-Lei Nº 289, de 28 de fevereiro de 1967.

vinham de regiões ecologicamente diferentes. Assim, praticavam a caça e o extrativismo vegetal e mineral predatórios.

Mas o que mais chamava a atenção de pesquisadores foi a violência com que se construíram as hidrelétricas. Para as obras de Tucuruí e Balbina foram utilizadas armas bioquímicas desfolhantes como *napalm* e *agente laranja*, as mesmas usadas pelos EUA na Guerra do Vietnã (1965-1975). Com isso, abriam-se clarões na mata, a partir do qual os helicópteros deslocavam trabalhadores para cortar as árvores, utilizando-se da mais nova invenção: a motosserra.

Os números do desmatamento, em poucos anos, já eram chocantes. Segundo relatório do IBDF, em 1974 a região havia perdido 24% de suas florestas pela ação humana<sup>250</sup>. As árvores, que seqüestram carbono para transformá-lo em oxigênio, com as queimadas passam a ter o efeito inverso, de liberar ainda mais fumaça tóxica na atmosfera, contribuindo para o efeito estufa e o aquecimento global. A maior contribuição brasileira para a emissão global de poluentes a partir de então, passou a ser a queimada de florestas, maior até mesmo que a dos automóveis e indústrias.

Além do custo ambiental, havia o custo social, de milhares de trabalhadores serem mortos na execução dessas obras por doenças tropicais como malária e febre amarela, além de ataques de animais selvagens e de índios locais. Para completar, quando as barragens ficaram prontas, novos desastres surgiram com o alagamento de áreas gigantescas, muitas delas ocupadas por populações nativas, e formada por biomas que simplesmente desapareceram. Segundo estimativas, apenas para a construção da hidrelétrica de Balbina, 40 milhões de árvores foram mortas<sup>251</sup>. Mesmo com o reconhecimento dos erros, eles ainda persistiram, ou eram reproduzidos no bioma do cerrado com projetos agropecuários<sup>252</sup>.

Por esses fatos, com a emergência da “questão ambiental”, o Brasil passou a ser visto internacionalmente como um grande destruidor da natureza.

---

<sup>250</sup> Martins (1981, p. 129).

<sup>251</sup> Martins (1981, p. 169).

<sup>252</sup> No II PDAm, havia a sugestão de que os novos projetos agropecuários se concentrassem em áreas de cerrado e mata fina em vez das florestas densas. Nessa época, surgiu um programa correlato à região centro-oeste chamado POLOCENTRO, que deslocou o objetivo de criar grandes projetos agropecuários para a região do cerrado, abrindo o caminho para a expansão do agronegócio nas décadas seguintes.

### 3.2.3) A nova geopolítica da Amazônia Continental

Na década de 1970, a humanidade começou a se atentar ao problema ambiental, com pesquisas demonstrando os limites do crescimento econômico<sup>253</sup>. A publicação em 1972 de um estudo conhecido como *The Limits of Growth*, encomendado pelo Clube de Roma ao *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, marcou o início do debate ambiental internacionalmente. O trabalho demonstrava as preocupações com as pressões que o crescimento econômico e populacional traria aos limitados recursos naturais do planeta, e demonstrando que os padrões de consumo europeus e estadunidense não poderiam ser universalizados a todos os países, dada a pressão sobre as escassas matérias-primas.

Em 1972, ocorreu em Estocolmo na Suécia, a I Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, na qual o Brasil e os países do *terceiro mundo*<sup>254</sup> foram fortemente criticados por seus planos de crescimento em razão dos danos ambientais. No entanto, essa posição escondia o fato de que os países ricos já haviam devastado grande parte de seus recursos naturais para se industrializarem, e a proposta de “desenvolvimento zero” para os países subdesenvolvidos procurava apenas manter o *status quo* das potências dominantes.

De um lado os “ambientalistas” eram considerados elitistas por não se preocuparem com a superação da pobreza, e de outro os desenvolvimentistas eram criticados por pensarem apenas no crescimento sem atentar-se aos danos ao planeta. Ao longo dos anos 1970 esse debate estendeu-se, até que em 1987 foi publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o *Relatório Brundtland*, no qual emergiu o conceito de **desenvolvimento sustentável**. Ou seja, o desenvolvimento deve ser ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável<sup>255</sup>.

---

<sup>253</sup> A publicação em 1972 de um estudo conhecido como *The Limits of Growth*, encomendado pelo Clube de Roma ao *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, marcou o início do debate ambiental internacionalmente. O trabalho demonstrava as preocupações com as pressões que o crescimento econômico e populacional trariam aos limitados recursos naturais do planeta, e demonstrando que os padrões de consumo europeus e estadunidense não poderiam ser universalizados a todos os países, dada a pressão sobre os limitados recursos do planeta.

<sup>254</sup> Na terminologia dos países capitalistas na Guerra Fria, o primeiro mundo eram os países capitalistas desenvolvidos, o segundo mundo os socialistas desenvolvidos, e o terceiro mundo os subdesenvolvidos.

<sup>255</sup> Apesar de exceder ao recorte dessa pesquisa, vale mencionar que em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento, quando ficou marcada a

Apesar das controvérsias sobre o “desenvolvimento a qualquer custo” que o Brasil assumia, o país criou em 1973 a primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente, gênese do atual Ministério. Também teve início a criação das unidades de conservação no Norte em grandes áreas pelo Comitê Intergovernamental Técnico para a Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônicas (CIT), através das indicações do IBDF, dos quais se destaca o Parque Nacional da Amazônia. Finalmente em 1981, foi aprovada a Política Nacional do Meio-Ambiente<sup>256</sup>. No entanto, a crítica internacional, carregada de oportunismo, ganhava dimensões geopolíticas, e membros do governo norte-americano propunham a troca de parte da região amazônica pela dívida externa do país<sup>257</sup>.

A resposta brasileira deu-se com a articulação do **Tratado de Cooperação Amazônia**<sup>258</sup> em 1978, firmado entre os países da **Amazônia Continental**: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela<sup>259</sup>. A liderança brasileira devia-se principalmente por que cerca de 60% da Amazônia Continental está em território nacional. O tratado se ocupava da preservação dos recursos naturais e da proteção das fronteiras, e versava sobre a importância de uma integração conjunta para o desenvolvimento econômico da região, do comércio e da navegação fluvial.

Assim como o Brasil realizava sua colonização, os outros países da bacia, em menor intensidade, também deslocavam seus excedentes demográficos para suas regiões amazônicas em movimentos espontâneos ou dirigidos. Isso se tornou uma preocupação dos militares quanto às influências sobre a população brasileira nas áreas de fronteiras<sup>260</sup>, e do Brasil esmaecer sua liderança natural na região amazônica<sup>261</sup>. Segundo Becker (1982, p. 64), o vazio demográfico e a posição setentrional, extrínseca ao sistema espacial nacional, tornaram a região extremamente vulnerável a interesses

universalização do conceito de desenvolvimento sustentável, e o surgimento da Agenda 21 que levou países de todo o mundo a reverem sua política ambiental.

<sup>256</sup> A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

<sup>257</sup> Nesse contexto, praticamente toda a América Latina estava tomada por ditaduras militares, que inicialmente apoiadas pelos EUA, começaram a se desiludir com as críticas que o presidente Jimmy Carter vinha tecendo ao desrespeito aos direitos humanos na região.

<sup>258</sup> Posteriormente foi fundada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

<sup>259</sup> Como a Guiana Francesa era um departamento ultramarino da República Francesa, foi propositadamente deixada de fora do tratado.

<sup>260</sup> “Por sua menor dimensão, esses países têm uma vantagem em relação ao Brasil, pois seus “centros” vitais estão mais próximos das respectivas fronteiras. [...] Surge daí a necessidade de assegurar a vivificação e a integração das regiões fronteiriças”. (Becker, 1982, pp. 63-64).

<sup>261</sup> Essa preocupação se tornou mais evidente na década de 1980, com o Projeto Calha Norte e Calha Sul, e na década de 1990 com o projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia)/SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia).

estranhos, com as fronteiras das faixas de transição e o contato com países vizinhos, tornando-se forças centrífugas dentro de um Estado com preocupação de integrá-los.

O conjunto desses fatores demonstrava que a Amazônia já havia conquistado as maiores dimensões nacionais e geopolíticas. A região iniciou a década 1980 muito mais integrada ao país, porém repetindo as velhas marcas do subdesenvolvimento.

### **3.3) Dimensões da integração intensificada**

A intensificação da integração da Amazônia na economia brasileira entre 1970 e 1980 foi resultante da nova fase do desenvolvimento capitalista do Brasil, e da forte intervenção do poder público federal, estaduais e territoriais na região, em parceria com o capital privado nacional e estrangeiro. As transformações econômicas mudaram o perfil da estrutura produtiva, que ampliou sua participação em diversos setores da economia brasileira. No período já existe uma melhor disponibilidade de dados estatísticos que permitem traçar de forma mais precisa as mudanças do capitalismo nacional na sua nova fronteira: a Amazônia.

#### **3.3.1) A “urbanização” da floresta;**

À medida que avançava o processo de integração, o crescimento demográfico foi a consequência mais visível, seguida da urbanização. Esse processo, que teve início no período pesquisado, ainda se mantém na região.

A população da região saltou de 3,6 milhões em 1970 para 5,9 milhões em 1980, crescendo 63% na década, enquanto a média nacional foi de 27%. Desse modo, a participação da região no total da população brasileira passou de 3,9% para 4,9% no mesmo período, a mesma porcentagem que teve no apogeu da borracha em 1910. Esse crescimento foi na ordem de 44% nas áreas rurais, e de 87% nas urbanas.

**Tabela – 3.2**  
**População da Região Norte (1970-1980)**

Unidades Federativas	Total			
	1970		1980	
	População	% Região	População	% Região
<b>Acre</b>	215.299	6,0	301.276	5,1
<b>Amazonas</b>	955.203	26,5	1.430.528	24,3
<b>Amapá</b>	114.230	3,2	175.258	3,0
<b>Pará</b>	2.166.998	60,1	3.403.498	57,9
<b>Rondônia</b>	111.064	3,1	491.025	8,3
<b>Roraima</b>	40.885	1,1	79.121	1,3
<b>NORTE</b>	3.603.679	100,0	5.880.706	100,0
<b>BRASIL</b>	93.134.846	3,9	119.011.052	4,9

Fonte: IBGE/IPEADATA. Base de Dados Regional, População. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

Das UF's que tiveram maior incremento populacional destacam-se RO, que mais que quadruplicou sua população, passando de 111 mil para 491 mil, e RR que praticamente dobrou, de 40 mil para 79 mil habitantes. Em termos absolutos, o PA ganhou mais 1,2 milhões de novos habitantes e o AM 475 mil na década.

**Tabela – 3.3**  
**População Rural e Urbana da Região Norte (1970-1980)**

Unidades Federativas	Rural				Urbana			
	1970		1980		1970		1980	
	População	%	População	%	População	%	População	%
<b>Acre</b>	155.860	72,4	169.346	56,2	59.439	27,6	131.930	43,8
<b>Amazonas</b>	549.151	57,5	573.812	40,1	406.052	42,5	856.716	59,9
<b>Amapá</b>	51.830	45,4	71.539	40,8	62.400	54,6	103.719	59,2
<b>Pará</b>	1.145.803	52,9	1.736.505	51,0	1.021.195	47,1	1.666.993	49,0
<b>Rondônia</b>	51.457	46,3	262.857	53,5	59.607	53,7	228.168	46,5
<b>Roraima</b>	23.303	57,0	30.383	38,4	17.582	43,0	48.738	61,6
<b>NORTE</b>	1.977.404	54,9	2.844.442	48,4	1.626.275	45,1	3.036.264	51,6
<b>BRASIL</b>	41.037.586	44,1	38.573.725	32,4	52.097.260	55,9	80.437.327	67,6

Fonte: IBGE/IPEADATA. Base de Dados Regional, População. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

A urbanização, já observada nas décadas anteriores, acentuou-se no período. Em 1970, 55% da população nortista era rural e 45% urbana; cifras que em 1980 passam respectivamente a 48% e 52%, com a população da cidade superando a do campo. Nas décadas que se seguiram, a região amazônica tornou-se, de acordo com Becker (2004, p. 31), uma **floresta urbanizada**, pois a população urbana continuou

aumentando sua porcentagem, assim como vinha ocorrendo no restante do país. Em 1980, apenas no AC, PA e RO as populações urbanas ainda não haviam superado as rurais. RR era a UF do Norte mais urbanizada, seguida do AM e AP.

Em razão das condições geográficas, o Norte ainda possuía a menor densidade demográfica do país, de 1,66 h/km<sup>2</sup> em 1980, contrastando com os 56,32 h/km<sup>2</sup> de São Paulo, e até mesmo da média nacional de 14,8 h/km<sup>2</sup>.

**Tabela 3.4**  
**Densidade Demográfica do Norte**  
(habitante/km<sup>2</sup>)

UF	Área (Km <sup>2</sup> )	1940	1970	1980
RO	243.044	—	0,46	2,02
AC	152.589	0,52	1,41	1,98
AM	1.558.987	0,28	0,61	0,92
RR	230.104	—	0,18	0,35
PA	1.227.530	0,77	1,77	2,78
AP	139.068	—	0,82	1,26
<b>NORTE</b>	<b>3.551.322</b>	<b>0,41</b>	<b>1,01</b>	<b>1,66</b>
<b>Amazônia Legal</b>	<b>5.217.423</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>BRASIL</b>	<b>8.456.508</b>	<b>4,88</b>	<b>11,01</b>	<b>14,08</b>

Fonte: IBGE/IPEADATA. Base de Dados Regional, População. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009.

Na década de 1970, a Amazônia foi a segunda principal região do país a receber mais imigrantes, ou 12% de todo o fluxo nacional. O principal fornecedor continuou sendo o Nordeste (especialmente do MA), seguido de MG e PR, do qual a absorção da região Norte compensou dois terços da enorme expulsão que houve naquele Estado. Entre 1960 e 1970, a média anual de imigração para o Norte foi de 5,4 mil, e a emigração de 3,7 mil; na década seguinte, 1970-1980, a expansão foi notável: entraram em média 64,7 mil imigrantes por ano e saíram 6 mil<sup>262</sup>.

Mais importante do que o simples incremento demográfico, a imigração possui uma importante dimensão antropológica no processo de integração, pois reúne brasileiros de outras regiões que fundem valores, crenças e costumes, especialmente quando ocorre uma miscigenação entre o nativo e o imigrante<sup>263</sup>.

<sup>262</sup> Cano (2008, p. 215).

<sup>263</sup> A integração do imigrante na cultura local contribui para afirmar sua identidade nacional. Manifestações de brasilidade com tons regionais estão presentes nas festas do Boi em Parintins e do Círio de Nazaré em Belém, por exemplo. Outros exemplos são a religião do Santo Daime, fundada no Acre pelo imigrante maranhense Raimundo

**Tabela 3.5**  
**Fluxo de Migração do Norte**

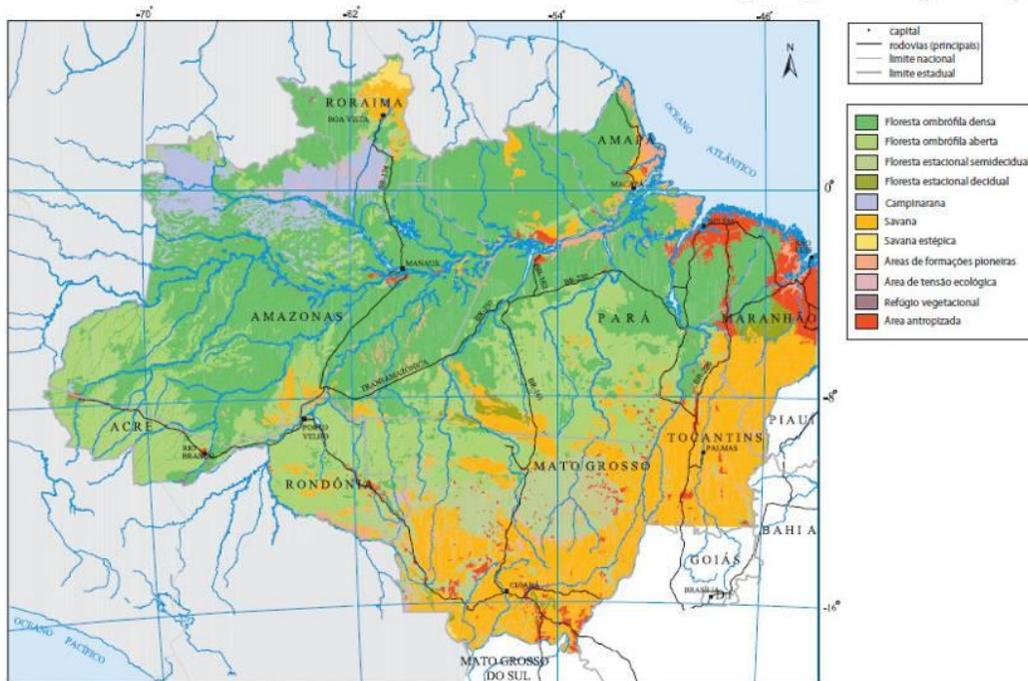
(Acumulado até 1980)

Movimentos	MA	NE*	MG	ES	RJ**	SP	PR	SC	RS	CO-DF	DF	Total
Saídas	12.354	28.751	5.051	1.539	72.457	30.730	2.818	1.193	2.092	15.669	12.844	185.498
Entradas	168.976	273.387	95.980	45.634	13.117	41.554	92.507	8.648	14.278	117.102	1.971	873.154
Saldo	156.622	244.636	90.929	44.095	-59.340	10.824	89.689	7.455	12.186	101.433	-10.873	687.656

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (vários anos) *Apud* CANO, Wilson. Desconcentração Produtiva Regional no Brasil: 1970-2005. São Paulo: Editora UNESP, 2008.. \* Exclui o MA; \*\* Novo Estado do Rio de Janeiro, incorporando a GB.

Conforme se pode observar (Mapa 3.3), a área antropizada de ocupação aos redores de Belém, Manaus e Santarém se adensaram. Nas rodovias Belém-Brasília, Brasília-Porto Velho e Cuiabá-Santarém, formaram faixas de ocupação humana em pontos do entorno. Pode-se entender que a ocupação da Amazônia começou a ganhar um sentido de arco ao redor da grande *hiléia*, que posteriormente ficou conhecido como *arco do fogo* em razão do desmatamento, ou *arco de povoamento adensado*<sup>264</sup>.

**Mapa 3.3**  
**Antropismo na Amazônia e Cobertura Fitogeográfica (1976)**



Irineu Serra. O mesmo fez o baiano José Gabriel da Costa em Rondônia, ao fundar a União do Vegetal, e o também maranhense Daniel Pereira de Mattos em Rio Branco, com a Barquinha.

<sup>264</sup> Ver Becker (2005, p. 82).

Entre 1970 e 1980, as capitais mantiveram a participação de 34% do total da população da região Norte. Apesar do forte crescimento dessas cidades, cresceram também municípios de médio porte (acima de 50 mil habitantes), em sua maior parte localizado às margens das rodovias. O PA era o Estado que possuía maior quantidade de municípios maior que 50 mil habitantes na região, que totalizavam 56% da população do Estado; em seguida, RR possuía cinco, ou 87% da população do Território Federal. No total, a quantidade de municípios do Norte cresceu de 143 para 153 na década. Dos dez novos municípios, cinco foram no AC e o restante em RO.

**Tabela – 3.6**  
**Capitais da Região Norte (1970-1980)**

Cidades	1970		1980		Variação 1970-1980	
	População	% na UF	População	% na UF	Absoluta	Relativa %
<b>Porto Velho (RO)</b>	84 048	76	133 898	27	49 834	59,29
<b>Rio Branco (AC)</b>	83 977	39	117 103	39	33 124	39,44
<b>Manaus (AM)</b>	311 622	33	633 392	44	321 761	103,25
<b>Boa Vista (RR)</b>	36 464	89	67 047	85	30 553	83,79
<b>Belém (PA)</b>	633 374	29	933 287	27	299 906	47,35
<b>Macapá (AP)</b>	86 097	75	137 451	78	51 355	59,65

Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de Censos. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1972. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 1972. Anuário estatístico do Brasil 1983. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, 1984.

No período, era pequena a diferença entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a de Pessoal Ocupado, nos critérios da sistematização do IPEA, baseado no Censo Demográfico. O crescimento, portanto, representou uma fase de pouco desemprego, na média de 1,9% da PEA rural no Norte, e 2,8% na PEA urbana.

**Tabela 3.7**  
**PEA e Pessoal Ocupado na Região Norte (1970-1980)**

UF	1970				1980			
	Rural		Urbana		Rural		Urbana	
	PEA	Pessoal Ocupado						
AC	46.683	46.551	17.857	17.199	49.745	49.207	43.320	42.381
AM	160.047	159.648	109.286	107.914	170.147	166.984	275.027	268.084
AP	13.775	13.654	15.329	15.131	19.282	18.545	29.845	28.491
PA	359.131	356.644	261.183	252.873	528.664	519.160	498.199	484.969
RO	17.776	17.455	16.127	15.776	91.815	90.910	79.633	78.021
RR	6.373	6.363	5.093	5.044	9.857	9.668	16.870	16.414

FONTE: IPEADATA. Base de Dados Social; Tema Mercado de Trabalho; PEA e Pessoal Ocupado. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Compõem a POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA as pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias. Elaboração IPEA, baseado no Censo Demográfico.

Com relação à distribuição do emprego por setores na região Norte, nota-se a queda da participação do setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo vegetal, caça e pesca) de 57% para 44%, a ascensão do emprego industrial de 11% para 18%, e a prestação de serviços de 7% para 12%. Os outros ramos mantiveram seu percentual ou tiveram pequena elevação. Quanto à renda média por habitante, considerando a do Brasil = 100, em 1939 a do Norte correspondia a 79, mas em 1970 havia caído para 58, subindo para 65 em 1980<sup>265</sup>.

**Tabela 3.8**  
**Emprego por Setores no Norte (1970-1980)**

	AC		PA		AM		RO		RR		AP	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Agricultura, pecuária, silvicultura e extrativismo vegetal*	68,7	52,6	56,0	43,9	60,0	40,6	46,9	52,8	48,3	36,8	38,8	23,1
Indústria**	6,2	8,8	11,7	18,2	11,0	21,4	12,4	13,6	9,9	13,9	19,4	22,3
Comércio	5,4	7,0	8,5	10,0	8,1	9,4	7,1	7,8	4,5	7,1	7,2	10,3
Prestação de serviços	4,6	10,1	8,3	12,0	6,1	11,5	6,7	9,1	5,3	11,1	9,9	17,7
Transportes, comunicação e armazenagem	2,7	2,5	4,0	4,0	3,7	3,9	6,0	4,0	2,9	3,3	3,2	4,4
Atividades sociais	5,1	8,1	4,6	6,0	4,7	5,8	4,1	4,8	8,6	10,1	6,3	10,5
Administração pública	5,2	7,4	3,6	4,1	3,8	5,3	9,0	5,3	17,3	15,0	13,1	8,5
Outras atividades	2,0	3,5	3,4	1,9	2,5	2,0	7,7	2,7	3,2	2,7	2,0	3,1
<b>Total</b>	<b>100</b>											

Fonte: Censo Demográfico de 1970 e 1980. \* Incluído caça e pesca. \*\* Para o ano de 1980 estão agrupados em Indústria a de transformação, de construção e outras atividades industriais.

<sup>265</sup> Cano (2009, p. 50).

Os índices sociais atestaram que as condições de vida continuaram precárias. Na renda, no percentual de pobreza e no IDH, os Estados do Norte estava entre os piores do país, muito abaixo da média, porém um pouco acima do Nordeste que ostentava os piores índices. Quanto à mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer, a região estava abaixo da média nacional, que era puxada pra baixo especialmente pelos trágicos números nordestinos.

**Tabela 3.9**  
**Índices Sociais do Brasil por Regiões (1970-1980)**

	Renda		Pobreza (%)		IDH		Mortalidade Infantil		Esperança de vida ao nascer	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>N</b>	0,41	0,92	80,1	51,29	0,391	0,572	113,33	71,11	51,15	56,88
<b>NE</b>	0,31	0,69	87,85	66,53	0,306	0,46	179,21	131,31	48,09	53,95
<b>S</b>	0,58	1,47	69,89	31,92	0,488	0,726	83,98	54,08	54,71	60,01
<b>SE</b>	0,93	1,98	50,6	22,65	0,57	0,718	93,96	63,42	52,43	57,62
<b>CO</b>	0,54	1,45	73,71	37,48	0,438	0,692	94,94	59,3	51,67	57,25
<b>BR</b>	0,63	1,43	67,9	39,47	0,462	0,685	123,19	85,2	51,43	56,87

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Sociais. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Informações metodológicas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do IBGE - 1998.

Enquanto a propaganda oficial do regime militar afirmava que na Amazônia a “meta é o homem”, assistia-se a repetição de antigos problemas sociais como a persistência do analfabetismo, a falta de acesso à saúde e à infra-estrutura mínimia como saneamento, esgoto e eletricidade.

### 3.3.2) Investimento e produto

Depois de instituídos pelos dispositivos legais de 1963 e 1966 (ver cap. 2), os incentivos fiscais entraram em plena atividade na década de 1970, apesar de, por fatores macroeconômicos, progressivamente diminuírem sua importância. Pelo mecanismo, pessoas jurídicas brasileiras poderiam descontar até 50% do imposto de renda, desde que as poupanças fossem aplicadas em projetos aprovados pela SUDAM,

com a tramitação financeira coordenada pelo BASA. Havia também o FIDAM, que a partir de 1974 tornou-se Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM)<sup>266</sup>.

Pela crise financeira do Estado, a SUDAM e todo o sistema passaram a dar sinais de fracasso, grande parte pelo excesso de burocracia. Atraso em cronogramas, metas pouco sucedidas começaram a desgastar o modelo, e o lado autoritário do regime ajudava a encobrir situações de corrupção, que nos anos do neoliberalismo do governo FHC serviram de pretexto para sua extinção.

Entre 1970 e 1980, a quantidade de projetos aprovados implantados ou reformulados diminuiu, apesar do crescimento em valores. Em ambos os períodos, os projetos agropecuários eram a maioria, seguido dos industriais, perfazendo juntos mais de 80% do total. Quanto aos Estados da Amazônia Legal, os maiores receptores de investimentos eram o PA, seguido do MT e AM.

**Tabela 3.10**  
**Projetos aprovados pela SUDAM (1970-1980)**  
(Por setores)

Setor	1970		1980	
	Projetos	Investimento	Projetos*	Investimentos
<b>Agropecuária</b>	228	43,0	52	38,9
<b>Ind. extrativa mineral</b>	-	-	1	0,5
<b>Indústria</b>	148	42,4	38	42,6
<b>Serviços básicos</b>	10	14,7	1	0,4
<b>Agroindustrial</b>	-	-	2	13,5
<b>Pesca</b>	-	-	2	4,1
<b>Total</b>	<b>386</b>	<b>100,0</b>	<b>96</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1971, p. 146 e 1981, p. 716. \*Implantados e reformulados.

De acordo com Mahar (1978, p. 112), a oferta de fundos de crédito fiscal é função dos lucros das pessoas jurídicas, os quais, por sua vez constituem essencialmente função das condições econômicas nacionais. O grau de rentabilidade é, portanto, determinado por diversos fatores, entre os quais a infra-estrutura, a existência de mercado, força de trabalho local, carga tributária, disponibilidade de insumos, etc. Os fatores que determinam a demanda de fundos de crédito fiscal estão associados aos que influenciam a sua oferta.

<sup>266</sup> Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974.

Segundo Lira (2005, p. 182), o *funding* administrado pela SUDAM em torno dos incentivos fiscais vinha diminuindo em decorrência do surgimento de outros programas governamentais que utilizavam os incentivos fiscais como fonte de recursos. Isso passou a correr a partir de 1971, quando foram implantados o PIN e o PROTERRA. A participação da SUDAM no total de incentivos no país caiu, e passou a representar apenas 1/3 do que alcançava no período de sua criação.

**Tabela 3.11**  
**Projetos Aprovados pela SUDAM (1970-1980)**  
 (por unidades federativas)

Unidade Federativa	1970		1980	
	Projetos	Investimento	Projetos*	Investimentos
<b>PA</b>	148	33,1	39	42,6
<b>MT</b>	137	31,1	25	23,0
<b>AM</b>	40	17,9	19	21,8
<b>AP</b>	5	8,8	5	2,7
<b>MA</b>	25	4,1	13	9,9
<b>GO</b>	24	3,5	-	-
<b>AC</b>	2	0,7	-	-
<b>RO</b>	5	0,7	-	-
<b>Total</b>	<b>386</b>	<b>100,0</b>	<b>96</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1971, p. 146 e 1981, p. 716. \*Implantados e reformulados.

Com o Decreto-Lei 1.375, de 12 de dezembro de 1974, ficou estabelecido um novo sistema de incentivos fiscais, que passaram a ser reunidos em outros fundos como os Fundos de Investimentos do Norte (FINOR), os Fundos de Investimento da Amazônia (FINAM) e os Fundos de Investimentos Setoriais (FISSET), este último ligado à pesca, ao turismo e reflorestamento.

**Tabela 3.12**  
**Opções pelos Fundos de Investimento e/ou Programas Brasil (1962-1980)**

Anos	FINOR	FINAM	FISET	Sub-Total	PIN	PROTERRA	FUNRES EMBRAER MOBRAL	Sub-Total	Total
1962	100	-	-	100	-	-	-	-	100
1963	87,5	12,5	-	100	-	-	-	-	100
1964	92,3	7,7	-	100	-	-	-	-	100
1965	93	7	-	100	-	-	-	-	100
1966	84,3	15,7	-	100	-	-	-	-	100
1967	76	22	2	100	-	-	-	-	100
1968	64,5	22,8	12,7	100	-	-	-	-	100
1969	56,4	23,4	20,2	100	-	-	-	-	100
1970	55	20,4	24,6	100	-	-	-	-	100
1971	33	14,6	22,2	69,8	30,2	-	-	30,2	100
1972	24,5	9	16,5	50	30	20	-	50	100
1973	23,1	7,6	16,2	46,9	28,1	25	-	53,1	100
1974	23,9	9,3	16,2	49,4	30,4	20,2	-	50,6	100
1975	25,6	8,1	15,4	49,1	28,7	19,1	3,1	50,9	100
1976	19,7	6,6	22,7	49	28,5	19	3,5	51	100
1977	20,1	7	17,2	44,3	30,4	20,3	5	55,7	100
1978	18,5	7,4	20,4	46,3	29,2	19,4	5,1	53,7	100
1979	18,5	7,9	20,4	46,8	28,7	19,2	5,3	53,2	100
1980	19,1	8,3	19,8	47,2	28,6	19	5,2	52,8	100

Fonte: SUDAM, Apud Lira (2006, p. 184).

Apesar dos incentivos ao setor agropecuário, pode-se observar que o setor secundário, que abarca a indústria extrativa mineral e a indústria de transformação, foi o que mais se desenvolveu na década. Sua participação no total da região, que era de 15% em 1970, passou para 37% em 1980. Nota-se também a diminuição do setor agropecuário de 24% para 16%, e os serviços caíram de 61% para 47%.

Quanto ao produto, o crescimento médio anual do PIB do Brasil entre 1970 a 1980 foi na ordem de 8,7%, e a participação da região no do país passou de 2,2% para 3,1%, mantendo, portanto, índices maiores que a média nacional em todos os setores. No primário, em que o Brasil cresceu em média 3,8% ao ano, a participação do Norte subiu de 4,1% para 5%. No secundário, com o forte crescimento nacional de 9,3% anual, a participação do Norte subiu de 1,1% para 3%. Finalmente, nos serviços, com a ascensão média de 8% ao ano no país, o Norte aumentou de 2,3% para 2,8%<sup>267</sup>.

Entre 1970 e 1980, apesar de AM e PA representarem juntos mais de 80% do PIB geral da região, pode-se notar um crescimento da participação de RO e uma

<sup>267</sup> Cano (2008, p. 24).

pequena diminuição do AC. O AM também ampliou sua participação para 35% em 1980, enquanto o PA representava metade do produto da região.

**Tabela 3.13**  
**Produto Interno Bruto dos Estados do Norte (1970-1980)**

	1970				1975				1980			
Estrutura Produtiva												
	Agro pecuária	Indústria	Serviços	Geral	Agro pecuária	Indústria	Serviços	Geral	Agro pecuária	Indústria	Serviços	Geral
<b>RO</b>	21,6	12,7	65,7	100,0	27,1	13,4	59,5	100,0	20,8	26,6	52,7	100,0
<b>AC</b>	41,0	2,9	56,1	100,0	36,6	5,5	57,8	100,0	24,8	22,5	52,7	100,0
<b>AM</b>	23,8	15,5	60,7	100,0	16,8	28,4	54,8	100,0	8,6	50,6	40,8	100,0
<b>RR</b>	34,6	3,9	61,5	100,0	32,9	5,5	61,7	100,0	18,2	16,3	65,6	100,0
<b>PA</b>	22,8	12,4	64,8	100,0	23,5	16,3	60,1	100,0	20,1	31,3	48,6	100,0
<b>AP</b>	8,2	58,9	33,0	100,0	15,5	21,7	62,7	100,0	15,3	30,9	53,8	100,0
<b>N</b>	23,6	15,1	61,3	100,0	21,8	20,0	58,2	100,0	16,1	37,2	46,7	100,0
<b>BR</b>	12,5	30,6	56,8	100,0	12,4	31,6	56,0	100,0	10,0	38,3	51,7	100,0
Produção Regional												
<b>RO</b>	4,4	4,0	5,1	4,8	7,2	3,8	3,8	5,7	9,9	5,5	8,7	7,7
<b>AC</b>	10,3	1,1	5,4	5,9	6,4	1,0	1,0	3,8	5,8	2,3	4,3	3,8
<b>AM</b>	32,2	32,6	31,5	31,8	27,6	50,7	50,7	35,8	18,9	48,0	30,9	35,3
<b>RR</b>	2,2	0,4	1,5	1,5	2,5	0,4	0,4	1,6	1,5	0,6	1,9	1,4
<b>PA</b>	49,1	41,7	53,7	50,8	54,3	40,9	40,9	50,2	61,7	41,7	51,6	49,5
<b>AP</b>	1,8	20,2	2,8	5,2	2,1	3,1	3,1	2,9	2,2	1,9	2,6	2,3
<b>N</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>N/BR</b>	4,1	1,1	2,3	2,2	3,7	1,3	2,2	2,1	5,0	3,0	2,8	3,1

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Contas Nacionais, Centro de Estudos Fiscais – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, vol. 6 nº7, julho de 1987, pp. 87-88).

Na década, o peso do setor agropecuário diminuiu de 24% para 16% na região, caindo em todas as UFs do Norte, com exceção do AP que teve uma pequena alta. Verifica-se o crescimento do setor secundário em todos os Estados do Norte, que passou na região de 15% para 37%, com maior destaque para o AM, em razão da implantação da ZFM, que aumentou de 33% para 48%. No PA, os empreendimentos minerais e de geração de energia, fizeram com que o Estado mantivesse os 42% sua participação no PIB industrial da região, acompanhando o crescimento do AM. O setor dos serviços foi o que perdeu mais participação, de 61% para 47% no Norte.

Finalmente a participação da região na economia nacional voltava a crescer.

### 3.3.3) Mudanças do setor primário

A produção agropecuária e extrativista da região aumentou sua participação de 4% para 5% no total do país, entre 1970 e 1980. O PA ainda possuía a principal produção do setor no Norte, que passou de 49% para 62% no total da região no período, como resultado da expansão da fronteira agropecuária. Dado o maior crescimento da atividade industrial no AM, esta absorveu a grande parte da mão-de-obra e a maior parte dos investimentos, diminuindo, com isso, a participação deste Estado na produção primária da região, que caiu de 32% para 19%.

**Tabela 3.14**  
**Área de Estabelecimentos Recenseados no Norte (1980)**  
 Percentual por Hectare

	Agricultura	Pecuária	Extrativismo	Outros*	Total (%)	Total (Ha)
<b>RO</b>	65,0	26,2	3,9	4,9	100	48.371
<b>AC</b>	67,3	7,6	22,7	2,3	100	27.371
<b>AM</b>	70,9	13,5	11,1	4,5	100	100.623
<b>RR</b>	38,5	9,7	48,8	3,0	100	3.742
<b>PA</b>	63,3	3,5	31,6	1,5	100	223.762
<b>AP</b>	69,1	24,3	2,3	4,3	100	4.304
<b>Norte</b>	71,9	7,6	18,4	2,1	100	408.173
<b>Brasil</b>	61,0	15,1	22,4	1,5	100	5.159.851

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1984, p. 404. \* Agropecuária, Horticultura, Floricultura, Silvicultura, Avicultura, Cunicultura, Apicultura e Sericultura.

Uma das atividades que mais se desenvolveu como resultado do desmatamento foi a produção de madeira em tora, que em 1980 no Norte foi na ordem de 11 milhões de m<sup>3</sup>, representando 32% do total nacional. A produção de lenha, de 8 milhões de m<sup>3</sup> correspondia a 6,5% do total nacional, e os 31 mil m<sup>3</sup> de carvão vegetal, apenas 1,2% do total nacional. Além desses números, havia a produção clandestina, especialmente na área de fronteira, onde se desenvolvem até hoje relações de trabalho similares à escravização pelas dívidas.

**Tabela 3.15**  
**Produção de Madeira do Norte (1980)**

	Madeira em tora (m <sup>3</sup> )	Lenha (m <sup>3</sup> )	Carvão vegetal (m <sup>3</sup> )
<b>RO</b>	307.001	37.194	2.839
<b>AC</b>	94.274	1.350.777	2.347
<b>AM</b>	325.013	3.342.147	4.174
<b>RO</b>	72.857	63.091	28
<b>PA</b>	10.283.944	3.321.618	20.360
<b>AP</b>	400.400	193.000	1.080
<b>Norte</b>	11.483.489	8.307.827	30.828
<b>Brasil</b>	36.211.589	128.115.884	2.519.731
<b>NO/BR</b>	31,7%	6,5%	1,2%

Anuário Estatístico do Brasil, 1982, p. 374.

Dos empreendimentos na área florestal, o Projeto Jarí, do milionário estadunidense Daniel Ludwig no AP chamava atenção por seu tamanho. Em 1967 foi criada a Jarí Indústria e Comércio numa área de 3,4 milhões de ha (equivalente aos Estados do AL e SE juntos), onde foi criado um gigantesco projeto de produção de celulose, agropecuário e mineral. O empresário esteve envolvido nos “escândalos” da venda de terras a estrangeiros, e era bastante ligado aos governos militares.

O Jari recebeu investimentos, como um conjunto industrial flutuante com uma fábrica de celulose e uma usina termogeradora, importado do Japão. Em maio de 1979, a fábrica de celulose iniciou as operações com 120 mil toneladas, chegando à produção de 220 mil toneladas/ano no ano seguinte<sup>268</sup>. O projeto recebeu muitas críticas na imprensa nacional, e no começo da década de 1980, o empresário Daniel Ludwig cessou seus investimentos, e por decisão do governo o empreendimento foi reestruturado e assumido por empresas nacionais<sup>269</sup>.

Na produção extrativa vegetal, em 1980, podem-se agrupar os principais produtos em dois tipos: a) alimentícios, como a tradicional castanha e os novos como o açaí e o palmito; b) matérias-primas, como as borrachas, gomas não elásticas e as fibras de origem extrativa (também cultivadas na agricultura), das quais se pode notar o buriti, a guaxima, a malva, a piaçaba e o tucum. Outros grupos menores como as

<sup>268</sup> JARI CELULOSE S/A. Disponível em: <<http://www.jari.com.br/web/pt/perfil/historia.htm>>. Acesso em 11/5/2009.

<sup>269</sup> Ver Porto (2000).

amêndoas e as sementes oleaginosas representavam 0,1% do total nacional, dos quais vale destacar, a produção de andiroba, babaçu, copaíba, cumaru e licuri<sup>270</sup>.

**Tabela 3.16**  
**Produção Extrativa Vegetal (1980)**  
Em Toneledas

UF	Açaí	Castanha	Palmito	Hévea Coagulada	Hévea Leite	Gomas*
RO	26	1.201	-	2.016	-	-
AC	236	6.624	-	11.367	-	-
AM	-	8.811	-	5.854	696	2.916
RR	-	244	-	-	-	315
PA	54.445	22.611	108.759	1.702	1.668	678
AP	304	965	1.366	42	207	-
<b>Norte</b>	<b>55.011</b>	<b>40.456</b>	<b>110.125</b>	<b>20.981</b>	<b>2.571</b>	<b>3.909</b>
<b>Brasil</b>	<b>59.591</b>	<b>40.456</b>	<b>114.408</b>	<b>21.250</b>	<b>2.571</b>	<b>3.909</b>
<b>NO/BR</b>	<b>92%</b>	<b>100%</b>	<b>96%</b>	<b>99%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

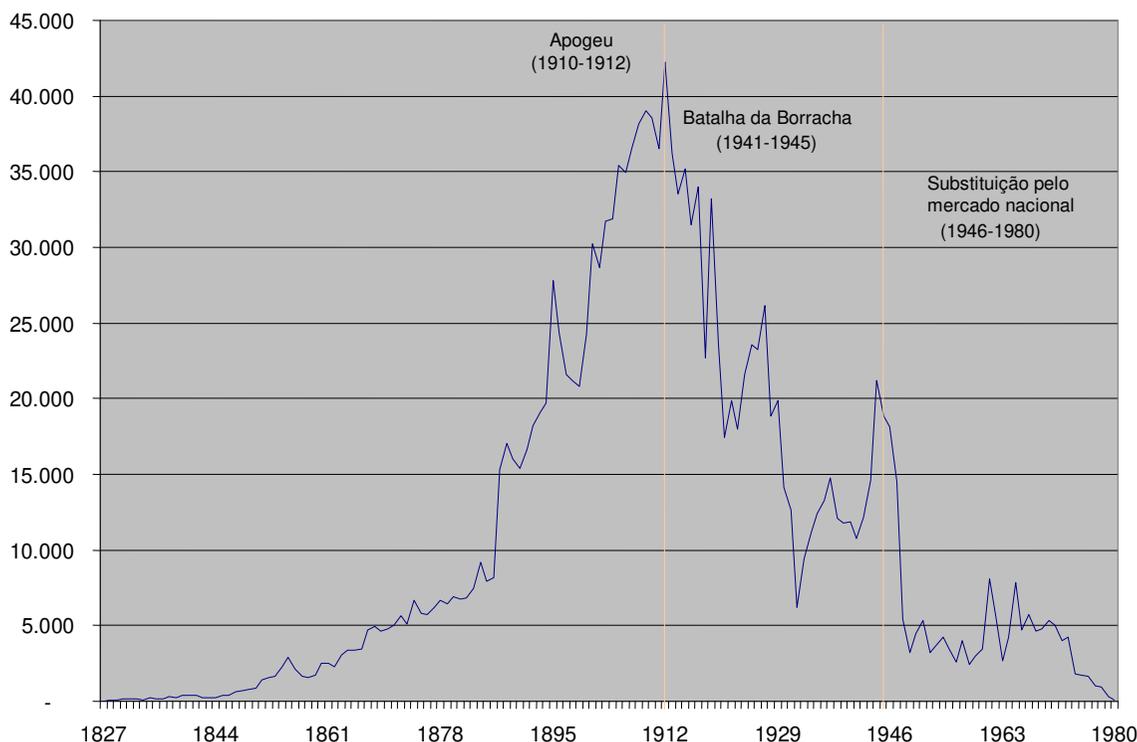
Anuário Estatístico do Brasil, 1982, pp. 369-373. \* Agrupadas as gomas vegetais não elásticas: balata, coquirana, chicle, sorva e maçaranduba.

Dos produtos extrativos, o maior e que gerava mais renda na região ainda era a borracha, hévea e caucho, este em pequena quantidade de apenas 833 toneladas. As gomas não elásticas também possuíam certa importância. A borracha seguiu diminuindo sua quantidade produzida para cerca de 22 mil toneladas, das quais foram exportadas apenas 67 toneladas em 1980 (Gráfico 3.1). Sua produção continuava a abastecer o mercado interno, e desde 1967, havia sido introduzida uma política nacional para o produto, com a criação do Conselho Nacional da Borracha e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), com a estrutura definida em 1976<sup>271</sup>. A queda nas exportações seguiu na década de 1980, até que em 1987 chegou a zero.

<sup>270</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1982, pp. 369-373).

<sup>271</sup> Decreto Nº 77.386, de 5 de abril de 1976.

**Gráfico 3.1**  
**Exportações da Borracha da Amazônia (1827-1980)**  
 Em toneladas



Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada e Libra esterlina. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Estatísticas Históricas do Brasil IN IBGE. "O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (1909)" IN Estatísticas históricas do Brasil. 2ª Edição do 3º volume da Série de Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990, p. 347. Os dados correspondem ao total nacional exportado sem o recorte regional.

Na década de 1970, a fronteira agrícola e pecuária do Norte expandiu-se de forma intensificada, praticamente dobrando em dez anos a área de estabelecimentos recenseados, que passaram de 23 milhões de ha para 42 milhões de ha. Dentre as UFs que mais tiveram expansão, destaca-se RO, que passou de 1,6 milhões de ha para 5,2 milhões de ha, o AM que expandiu de 4,5 milhões de ha para 7 milhões de ha, e o PA que avançou de 10,8 milhões de ha para 20,4 milhões de ha (Tabela 3.17)<sup>272</sup>. No total da região Norte em 1980, 37% da área destinava-se à pecuária, 32% à agricultura, 23% à extração vegetal, 5% à silvicultura, e o restante a atividades menores como a silvicultura, avicultura, dentre outras.

<sup>272</sup> Esses dados oficiais excluem, obviamente, as terras griladas e ocupadas ilegalmente, seja por posseiros, sem-terra, ou mesmo fazendeiros.

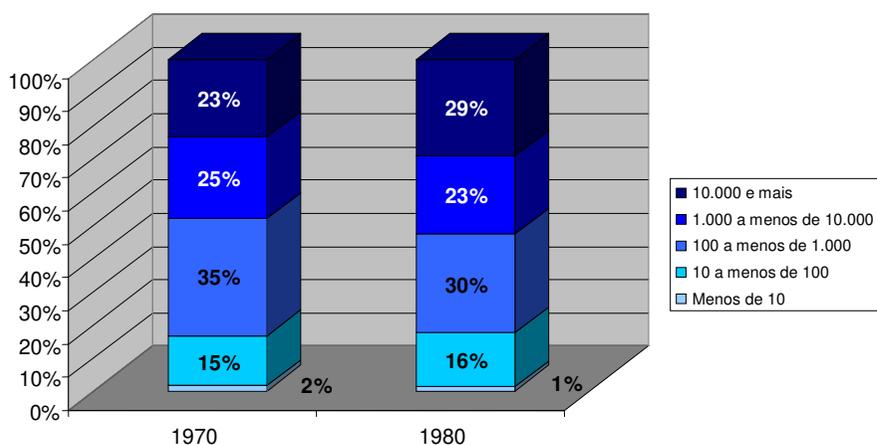
**Tabela 3.17**  
**Área dos Estabelecimentos**  
**Recenseados (1970-1980)**  
 Em Hectare

	1970	1975	1980
RO	1.631.640	3.082.052	5.223.631
AC	4.122.085	4.291.777	5.679.533
AM	4.475.940	6.497.199	7.009.595
RR	1.594.397	1.836.201	2.463.107
PA	10.754.828	16.166.733	20.448.422
AP	603.254	742.001	735.129
Norte	23.182.144	32.615.963	41.559.417
Brasil	294.145.466	323.896.082	364.854.421
NO/BR	7,9%	10,1%	11,4%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1984, p. 382.

A propriedade da terra seguiu concentrando-se na Amazônia. Em 1970, predominavam, com 52%, as propriedades médias e pequenas (até 1.000 hectares); no censo de 1980, dada a forte expansão da fronteira agropecuária de grande extensão, passaram a prevalecer as grandes (de mil a dez mil hectares) e as enormes (maiores de dez mil hectares), juntas com 52%. Grupos nacionais e estrangeiros formavam esses novos latifúndios com dimensões jamais vistas. Foi um contexto de grande especulação pela terra e denúncias de aquisições ilegais.

**Gráfico 3.2**  
**Evolução da Concentração Fundiária do Norte (1970-1980)**  
 Em Hectares

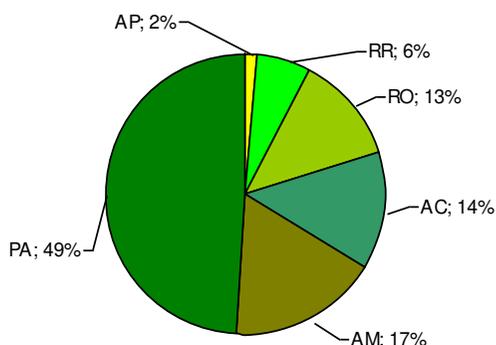


Fonte: Censo Agropecuário de 1980.

Nas áreas registradas em propriedades, o PA representava metade do todo regional, pois foi a que mais expandiu em termos absolutos a área da fronteira. Quanto às outras UFs, destaca-se o AM, AC e RO.

**Gráfico 3.3**  
**Área das Terra Registradas**  
**por Estados do Norte (1980)**

% do total de hectares



Fonte: Censo Agropecuário de 1980.

Os principais produtos agrícolas da região também podiam ser divididos nas duas categorias, dos alimentícios e das matérias-primas. Os maiores produtores de arroz, feijão, milho, banana e café eram RO e PA; o AM e o PA mantinham-se como os principais produtores de mandioca; a pimenta-do-reino se concentrava praticamente toda no PA. Das matérias-primas, a Juta e a Malva concentradas no PA e AM mantinham-se destinadas ao mercado nacional.

**Tabela 3.18**  
**Área Plantada dos Principais Produtos Agrícolas do Norte (1980)**  
Em Hectares

	Arroz	Banana	Café	Cana-de-açúcar	Feijão	Juta	Malva	Mandioca	Milho	Pimenta-do-reino
RO	108.512	21.889	24.768	783	28.681	-	-	17.886	62.706	24
AC	14.474	3.226	578	832	8.123	-	-	14.548	16.484	4
AM	7.353	2.559	-	690	3.000	18.874	13.533	68.950	7.849	49
RR	17.314	227	34	3	180	-	-	1.224	6.024	-
PA	122.112	10.980	1.273	7.473	10.215	7.300	26.259	101.929	81.221	19.072
AP	657	152	8	47	37	-	-	3.405	683	47
Norte	270.422	39.033	26.661	9.828	50.236	26.174	39.792	207.942	174.967	19.196
BR	6.243.138	371.274	2.433.604	2.607.628	4.643.409	26.174	45.702	2.015.857	11.451.297	23.039
NO/BR	4,3	10,5	1,1	0,4	1,1	100,0	87,1	10,3	1,5	83,3

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1981, pp. 320-332.

Com exceção da mandioca e da cana-de-açúcar, dentre os principais produtos agrícolas alimentícios, RO já havia ultrapassado o AM nas proporções regionais. Dessa

categoria, somente a banana e a mandioca tinham proporções nacionais consideráveis; quanto a juta e a malva, a região atendia praticamente toda a demanda nacional, o mesmo ocorrendo com a pimenta-do-reino.

**Tabela 3.19**  
**Quantidade dos Principais Produtos Agrícolas do Norte (1980)**  
Em Toneladas

	Arroz	Banana	Café	Cana-de-açúcar	Feijão	Juta	Malva	Mandioca	Milho	Pimenta-do-reino
RO	178.394	17.577	33.577	24.340	13.337	-	-	279.361	106.976	60
AC	21.711	3.871	547	22.314	4.573	-	-	211.964	21.726	1
AM	7.706	2.321	-	32.842	3.000	18.874	20.621	827.403	10.203	62
RR	25.718	153	32	73	168	-	-	17.508	5.762	-
PA	154.663	17.339	1.151	378.155	15.456	8.806	26.076	1.239.329	76.742	58.264
AP	597	182	3	678	64	-	-	34.050	522	150
<b>Norte</b>	<b>388.789</b>	<b>41.443</b>	<b>35.310</b>	<b>458.402</b>	<b>36.598</b>	<b>27.680</b>	<b>46.697</b>	<b>2.609.615</b>	<b>221.931</b>	<b>58.537</b>
<b>BR</b>	<b>9.775.720</b>	<b>448.046</b>	<b>2.122.391</b>	<b>148.650.563</b>	<b>1.968.165</b>	<b>27.680</b>	<b>50.053</b>	<b>23.465.649</b>	<b>20.372.072</b>	<b>62.563</b>
<b>NO/BR</b>	<b>4,0</b>	<b>9,2</b>	<b>1,7</b>	<b>0,3</b>	<b>1,9</b>	<b>100,0</b>	<b>93,3</b>	<b>11,1</b>	<b>1,1</b>	<b>93,6</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1981, pp. 320-332.

Comparados com os números irrisórios das décadas anteriores, pode-se considerar um avanço na mecanização da região, no entanto, muito inferior ao que outras regiões do país como o Sul e o Sudeste passaram. Em 1980, apenas 1,2% dos tratores do Brasil estavam no Norte, e os arados e máquinas eram insignificantes. O PA era a unidade mais mecanizada no Norte, e que possuía a maior quantidade de tratores, arados e máquinas de plantio e colheita.

**Tabela 3.20**  
**Mecanização da Agricultura do Norte (1980)**

	Tratores	Arado Animal	Arado Mecânico	Máquina de Plantio	Máquina de Colheita
RO	570	972	367	540	292
AC	248	75	134	135	19
AM	488	23	166	183	185
RR	127	13	73	50	23
PA	4.784	439	2.225	397	209
AP	78	1	51	18	-
<b>Norte</b>	<b>6.295</b>	<b>1.523</b>	<b>3.016</b>	<b>1.323</b>	<b>728</b>
<b>Brasil</b>	<b>545.205</b>	<b>1.677.408</b>	<b>559.169</b>	<b>286.616</b>	<b>119.076</b>
<b>NO/BR</b>	<b>1,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,6%</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1984, p. 411.

Na produção de pescados, a região tinha uma relativa importância no país, contribuindo com cerca de 11% do total em toneladas. A maior parte era de peixes e

crustáceos, começando-se a destacar a pesca de moluscos e cetáceos, além dos quelônios. Também nessa atividade destacava-se o PA.

**Tabela 3.21**  
**Produção de Pescados (1979)\***

	Peixes	Crustáceos	Moluscos	Cetáceos	Quelônios	Não especificado	Total
RO	2.297	-	-	-	-	8	2.305
AC	787	-	-	-	-	-	787
AM	14.451	-	-	-	-	1.715	16.166
RR	164	-	-	-	-	4	168
PA	58.131	10.120	768	-	35	449	69.503
AP	1.905	22	-	-	-	13	1.940
Norte	77.735	10.142	768	0	35	2.189	90.869
Brasil	660.207	104.509	2.873	3.064	40	87.490	858.183
NO/BR	11,8	9,7	26,7	0,0	87,5	2,5	10,6

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1981, p. 355. \* Em toneladas.

Quanto à avicultura, o Norte já possuía 15 milhões de cabeças de galinhas, galos, frangos e pintos, que representavam 3,3% do total nacional, além de 900 mil patos, ou 18,3% do país<sup>273</sup>. O gado bovino cresceu na região de 1,7 milhões para 4 milhões entre 1970 e 1980, e a participação da região no todo brasileiro passou de 2,1% para 3,4%, com destaque para RO que aumentou seu rebanho em dez vezes, o AC que o quadruplicou e o PA que mais que o dobrou, considerando que este possuía a maior quantidade absoluta. A quantidade de cabeças de suíno era de 1,9 milhões em 1980, ou 5,6% do país, com mais da metade no PA, que também concentrava a maior parte dos 247 mil bufalinos da região, que correspondiam à metade do total nacional<sup>274</sup>, a maior parte na ilha do Marajó no PA.

Segundo Mahar (1978, p. 144), as fazendas de gado haviam sido o investimento preferido da maior parte dos depositantes de crédito fiscal. O setor pecuário da Amazônia era o mais rudimentar do Brasil, e o rebanho de qualidade inferior, que deveriam ser transformados pelos projetos da SUDAM. Tradicionalmente se desenvolveu na região os modelos “super-extensivo tradicional” (áreas ecologicamente desfavoráveis) nas UFs do AP, RR, AM e PA e “extensivo tradicional” (pastagens parcialmente fechadas e gado pouco melhor) no AC, RO, PA, MT e GO (atualmente TO). Os projetos da SUDAM entravam numa categoria “extensivo-modernizador”.

<sup>273</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1982, p. 378).

<sup>274</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1982, p. 375).

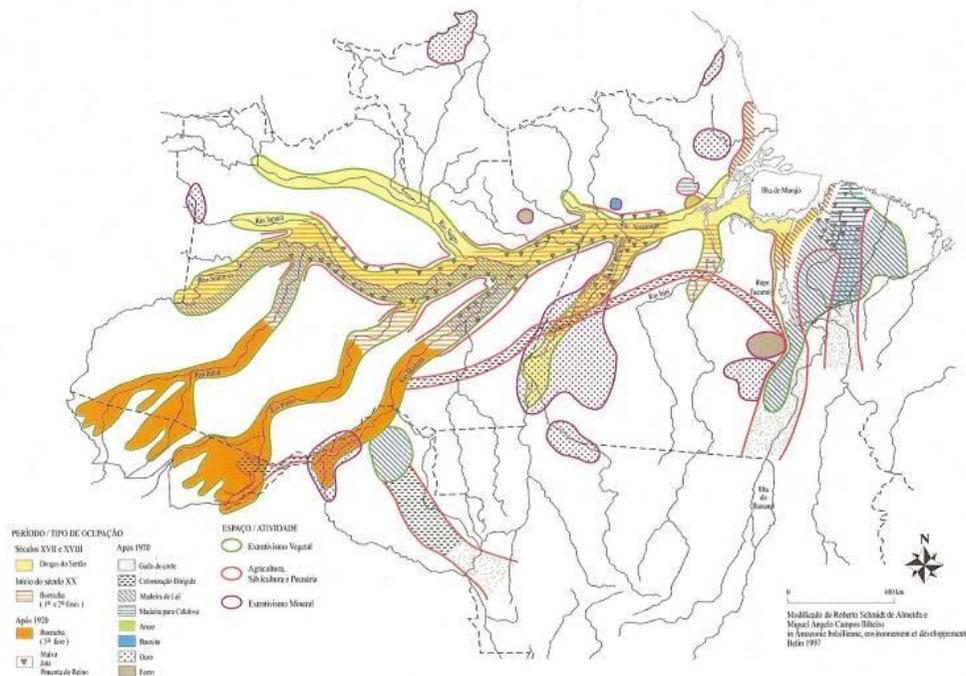
**Tabela 3.22**  
**Gado Bovino do Norte (1970-1980)\***

	1970	1975	1980
<b>AC</b>	72.166	120.143	292.190
<b>AM</b>	263.487	203.437	355.748
<b>AP</b>	64.990	62.660	46.079
<b>PA</b>	1.043.648	1.441.851	2.729.796
<b>RO</b>	23.125	55.392	251.419
<b>RR</b>	238.761	246.126	313.881
<b>Norte</b>	1.706.177	2.129.609	3.989.113

Fonte: IPEADATA.Série Regional, Agropecuária, Pecuária-Bovinos. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. \* Total de cabeças.

Conforme observado no item 3.2.2, a fronteira agropecuária do Norte, portanto, se expandiu para a região de mata. O desmatamento e as queimadas passaram cada vez mais a ganhar preocupação pelos números alarmantes. Diversos ecossistemas simplesmente desapareceram, especialmente no PA e RO nesse período. As atividades econômicas no setor primário, contudo, tornaram-se uma mais duradouras e consolidadas como se pode observar no Mapa 3.4:

**Mapa 3.4**  
**Atividades Econômicas no Espaço-Tempo da Amazônia**



### 3.3.4) Indústria extrativa mineral

O setor de mineração no Brasil teve grande expansão, especialmente pela exportação de minérios metálicos e pelo aprofundamento da industrialização. Conforme observado, no II PND (ver cap. 3.1.2) haviam diversos projetos voltados à região Norte, com destaque para o POLAMAZÔNIA. A participação do Norte no VTI da Indústria Extrativa mineral do país passou de 7% em 1970 para 10,6% em 1980. Neste ano, a atividade empregava 4.590 na região, e o PA já representava 44% do VTI na região, RO 37%, AP 13% e o AM 6%<sup>275</sup>.

A CVRD tornou-se subsidiária de vários projetos na Amazônia como no complexo bauxita/alumina/alumínio do PA, através da Mineração Rio do Norte, Albrás (Alumínio Brasileiro S/A) e Alunorte (Alumínio do Norte do Brasil S/A), dentre outras empresas de capital estatal, privado nacional e estrangeiro<sup>276</sup>.

**Tabela 3.23**  
**Principais Produtos da Mineração no Norte (1980)**  
(em Toneladas)

	Alumínio (Bauxita)	Calcário	Caulim	Estanho (Cassiterita)	Ferro	Manganês	Nióbio*	Ouro* **
<b>PA</b>	4.826.909	602.938	4.559	1.565	23.924	-	-	9.083
<b>AM</b>	-	-	-	1.057	-	-	-	-
<b>AC</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RO</b>	-	-	-	8.152	-	-	-	203
<b>RR</b>	-	-	-	-	-	-	-	8
<b>AP</b>	-	-	301.217	12	-	1.888.104	70	81
<b>Norte</b>	4.826.909	602.938	305.776	10.786	23.924	1.888.104	70	9.375
<b>Brasil</b>	6.688.015	50.170.037	1.156.447	13.119	139.696.561	3.044.320	538	13.752
<b>NO/BR</b>	72,2	1,2	26,4	82,2	0,0	62,0	13,0	68,2

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1982, pp. 402-406. \* Produção beneficiada. \*\* Em Kg

Alguns projetos no PA voltados à exploração de grandes reservas de bauxita já apresentou em 1980 os primeiros resultados, com a produção de quase 5 milhões de toneladas, ou 72% do total nacional. O mais importante foi o de Trombetas, e, em Paragominas, a CVRD participava de uma *joint venture* com o capital inglês. Havia outros projetos médios e menores que completavam o quadro. O AP continuou o principal produtor nacional de manganês, com cerca de 70% destinando-se ao mercado

<sup>275</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1984, p. 45).

<sup>276</sup> Para um maior detalhamento das empresas de mineração que atuavam na região, ver CVRD (1990), Oliveira (1990) e Porto (2003).

externo (EUA, Canadá, Europa Ocidental e Japão principalmente). O ferro ainda tinha uma exploração pequena no PA, Estado que na década seguinte sua produção assistiu a um enorme crescimento com a criação do Projeto Grande Carajás.

A exploração do ouro manteve-se através da garimpagem, adquirindo maior importância, com cerca de 9 toneladas no PA em 1980, além da produção dos três Territórios Federais do Norte, que somados quase chegavam a 300 kg. A região respondia por quase 70% da produção nacional. Nesse contexto, a notícia da descoberta da reserva de Serra Pelada espalhou-se e em 1980 já haviam 30 mil garimpeiros na área. O número de aventureiros que sonhavam enriquecer rapidamente crescia, e o governo federal interveio na região. Na década de 1980, o garimpo cresceu e alcançou o seu auge, com as marcantes imagens de “formigueiros” humanos que se formavam na febre do ouro, sob o sol da região<sup>277</sup>.

A produção nacional de cassiterita mantinha-se principalmente em RO, onde empregava cerca de 6 mil garimpeiros no final da década de 1960, fazendo com que em 1970 o Brasil tornasse auto-suficiente e suspendesse suas importações. Várias empresas estrangeiras instalaram-se, e utilizaram a força de trabalho dos próprios garimpeiros, submetidos a um regime quase escravo. Para evitar o esgotamento pelas técnicas predatórias, em 1971 o garimpo foi proibido no Território Federal, beneficiando as empresas estrangeiras<sup>278</sup>. Em 1980, já havia, em menor quantidade, produções no PA e AM, que junto com RO perfaziam os 82% da região no total do Brasil.

Uma das áreas mais problemáticas do POLAMAZÔNIA para implantação de qualquer programa mineral era RR, devido a presença das áreas indígenas, apesar da ocorrência de minérios estratégicos como urânio, tório, cobalto, molibdênio, titânio, tantalita, columbita, diamante e ouro<sup>279</sup>.

No período, apesar de a indústria extrativa mineral ter peso inferior a 1% do PIB nacional, ela foi um importante vetor no processo de desconcentração produtiva<sup>280</sup>. A atividade visava principalmente abastecer outros setores industriais em expansão e gerar superávits comerciais com a exportação.

---

<sup>277</sup> Parte da serra desapareceu e tornou-se um lago; ao redor formaram-se cidades como Curionópolis e Parauapebas.

<sup>278</sup> CVRD (1990, p. 370).

<sup>279</sup> Oliveira (1990, p. 40).

<sup>280</sup> Cano (2008, p. 55).

### 3.3.5) Indústria Regional e a Zona Franca de Manaus

O setor industrial no Brasil foi o que mais cresceu no período, à média de 9% ao ano<sup>281</sup>. O Norte seguiu um ritmo maior, e sua participação no PIB do secundário do país passou de 1% para 3%. A maior responsável por esse fenômeno foi a ZFM. Com as mudanças institucionais em 1967, ela passou a atrair atividades fabris, especialmente depois da inauguração do Distrito Industrial em 1972.

A Zona Franca teve enormes impactos sobre a cidade de Manaus. De 1970 a 1980, a população mais que dobrou de 312 mil habitantes para 633 mil habitantes, e seu peso no AM passou de 33% para 44%. A cidade tornou-se uma força centrípeta de atração de imigrantes sem possuir a infra-estrutura urbana necessária.

As áreas rurais mais próximas passaram por esvaziamento, o que explica as preocupações com a implantação do Distrito Agropecuário, que visava ao menos corrigir alguns desequilíbrios que a rápida industrialização trazia ao setor primário, como a diminuição da oferta local de alimentos.

A cidade tornou-se um enclave importador de mercadorias estrangeiras, que podiam ser bens de consumo para turistas de outras regiões, para consumo local ou ainda componentes para as indústrias de montagem. Além de produzir para o mercado interno, a ZFM tinha por objetivo exportar e tornar-se uma espécie de “tigre asiático”<sup>282</sup> da Amazônia. No entanto, o que ocorreu foi o aprofundamento da integração com o mercado interno nacional, apesar de a maior parte das empresas instaladas serem multinacionais, beneficiadas pelas isenções e mão-de-obra barata.

A euforia trazida pela ZFM lembrou os bons momentos áureos da borracha, trazendo um clima de prosperidade. Porém, novamente os benefícios concentravam-se em Manaus e nas proximidades, e os setores industriais desenvolvidos direcionavam-se muito mais ao consumo de outras regiões do país do que propriamente às necessidades imediatas da região. Também não haviam indústrias que se beneficiassem das vantagens naturais da Amazônia em áreas sensíveis que começavam a emergir como a biotecnologia.

---

<sup>281</sup> De acordo com Cano (2008, pp. 62-63), enquanto o centro dinâmico, São Paulo, cresceu à média de 8,1%, mostrando a acentuada desconcentração produtiva regional.

<sup>282</sup> Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coréia do Sul.

As isenções fiscais previstas aplicaram-se a gêneros de primeira necessidade, bens de consumo e de produção como: a) motores marítimos de centro e de popa, seus acessórios, pertences e peças; b) máquinas e implementos agrícolas, rodoviárias, industriais e pesqueiros, suas peças sobressalentes, inclusive os anzóis e outros utensílios para pesca, exclusive os explosivos e produtos utilizáveis em sua fabricação; c) materiais básicos de construção inclusive os de cobertura; d) gêneros alimentícios e medicamentos de primeira necessidade.

Além dos incentivos federais, o Estado do Amazonas e o município de Manaus também concediam auxílios, como a restituição de até 95% do ICM de empresas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA), e do Imposto Sobre Serviços municipais.

Na fase que se desenrolou entre 1967 e 1976, houve plena liberdade de importação, com destaque para a atividade comercial e o turismo que visava compra de bens de importados, que estavam proibidos ou tinham preços proibitivos em outras regiões. O Setor Comercial, portanto, foi o primeiro a estabelecer-se, e na prática a ZFM era uma alternativa para a aquisição de bens de consumo que não eram produzidos no país, e encontravam restrição legal ou fiscal<sup>283</sup>. O crescimento do comércio levou a uma ampliação dos setores de turismo como hotelaria e alimentação.

Quanto ao Distrito Industrial, o primeiro projeto aprovado foi a Beta S/A, do ramo de jóias e relojoaria ainda em 1968. Em 1969 tiveram início as obras de infra-estrutura que incluía rede elétrica, água e esgoto, telecomunicações, sistema viário, hospital, creche, escolas como SENAI e outros centros de pesquisa, além de áreas de lazer e turismo. A primeira indústria que se instalou no Distrito em 1972 foi a Companhia Industrial Amazonense para a produção de estanho, e em seguida a Springer de aparelhos de ar condicionado.

Em 1972, as obras de infra-estrutura mais importantes para as indústrias já haviam sido concluídas e a ZFM começou a recebê-las. O AM passou de 145 empresas registradas em 1967 para 800 empresas em 10 anos, 85% localizadas em Manaus. A SUFRAMA já havia aprovado 164 projetos industriais, absorvendo um total de 26 mil

---

<sup>283</sup> Desde o Decreto-Lei 288 de 1967, preservando as exceções. Ver nota 165.

trabalhadores<sup>284</sup>. A maior parte dos projetos eram os industriais de material elétrico e comunicação, joalheria e ourivesaria, têxtil, brinquedo e madeireira.

Apesar de inicialmente não fazer distinção a nenhum setor em particular, as dificuldades logísticas de produção tornaram-se mais atrativas para montagem de produtos a partir de componentes, partes e peças adquiridas no Sudeste ou importadas. As primeiras plantas resumiam-se à montagem com peças importadas, mas que foram sendo substituídas pelos similares nacionais de outras unidades da Federação.

O Estado do AM, que em 1970 representava 33% do PIB do secundário da região, em 1980 já havia passado para 48%. O PA perdeu a liderança, apesar de crescer bastante e manter 42%, especialmente pelos projetos minerais. A produção do setor secundário cresceu na estrutura produtiva de todos Estados do Norte no período, com exceção do AP. No AM passou de 16% para 51% a participação do PIB do secundário no PIB geral; no PA cresceu de 12% para 31%, e na região como um todo, de 15% para 37%. Somadas as indústrias extrativas minerais e de transformação, o setor empregava cerca de 130 mil trabalhadores em 1980, quase o dobro de 1975.

**Tabela 3.24**  
**Produção Industrial do Norte (1975-1980)**

	Pessoal Ocupado (até 31/12)		Valor da Produção (%)		Valor da Transformação Industrial (%)	
	1.975	1.980	1.975	1.980	1.975	1.980
<b>RO</b>	3.678	8.026	3,2	4,1	5,3	3,8
<b>AC</b>	1.124	2.185	0,9	1,2	1,0	1,0
<b>AM</b>	23.429	51.536	49,9	60,0	59,1	50,0
<b>RR</b>	639	825	0,3	0,2	0,3	0,3
<b>PA</b>	37.370	64.623	41,9	32,4	32,0	41,2
<b>AP</b>	2.542	3.009	3,9	2,1	2,3	3,8
<b>Norte</b>	68.782	130.204	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Brasil; NO/BR</b>	3.881.061	5.004.522	1,07	2,03	2,6	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de economia, Departamento de Censos da Indústria, do Comércio e dos Serviços. Tabela extraída de: Anuário Estatístico do Brasil 1984. Rio de Janeiro: IBGE, v. 45, 1985.

A forte queda da participação do grupo de Bens de Consumo Não Duráveis (BCND) na estrutura industrial da região não é explicada pelo baixo crescimento do setor, mas pelo forte aumento dos Bens de Consumo Duráveis (BCD) e de alguns

<sup>284</sup> Oliveira (1990, p. 111-113).

poucos Bens de Capital (BK), especialmente na ZFM. No país, o crescimento do setor de BCND foi de 6,3% e os BCD+BK de 11% anuais, estes que ampliaram a participação da região Norte no país de 0,1% para 4,4%<sup>285</sup>. No grupo dos Bens de Insumos (BI), o NO não teve aumento da participação na estrutura regional.

**Tabela 3.25**  
**Indústria de Transformação do Norte (1970-1980)**  
Estrutura Regional (VTI)

	Indústria predominantemente de bens de consumo não duráveis		Indústria predominantemente de bens intermediários		Indústria predominantemente de bens de capital e de consumo durável	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>Norte</b>	52,7%	24,6%	43,9%	29,8%	3,4%	45,6%
<b>Brasil</b>	43,7%	33,9%	35,4%	41,0%	20,9%	25,1%
<b>NO/BR</b>	1,0%	1,8%	1,0%	1,8%	0,1%	4,4%

Fonte: Censos Industriais, IBGE. Apud CANO, Wilson. Desconcentração Produtiva Regional no Brasil: 1970-2005. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 163 e p. 176.

Os ramos do Norte que mais cresceram a participação no VTI nacional foram os de Materiais Elétricos em 13% e de Madeira em 6%. Os outros foram de bebidas, papel e diversas em 3%; de material elétrico 2%; têxtil, mobiliário, editorial, perfumaria (inclui sabão e velas), metalúrgica, borracha e mecânica que cresceram em 1%<sup>286</sup>.

O ramo de Materiais Elétricos teve certo peso na desconcentração nacional, com o segmento de Aparelhos Receptores de Som e Imagem desconcentrando na ordem de 91% para 35% e o de Equipamentos de Comunicação de 71% para 66%. O de “duas rodas” desconcentrou de 94% para 61% graças à instalação da maior planta do setor na ZFM<sup>287</sup>. Houve grande transferência física da produção desses setores, causando perdas efetivas à indústria da capital e do interior paulista<sup>288</sup>.

Assim como o AM, MG também teve uma política de atração de indústrias, o que começou a configurar o surgimento nesse contexto da “guerra fiscal”, em que incentivos estaduais passaram a concorrer entre si para receber indústrias. A eficiência dessas políticas foi muitas vezes duvidosa e de efeitos limitadores, pois além de reduzirem a

<sup>285</sup> Cano (2008, p. 65).

<sup>286</sup> Cano (2008, p. 72).

<sup>287</sup> Cano (2008, p. 73).

<sup>288</sup> Um exemplo foi a Philips que sua planta localizava-se em Piracicaba e dirigiu-se à Manaus.

arrecadação do Estado pela renúncia fiscal, muitas vezes custavam caro aos cofres públicos para os quais recaíam os custos de doação de terreno e de preparo da infraestrutura. Além desses fatores, muitas plantas que se modernizaram passaram a gerar menos empregos no novo destino.

**Tabela 3.26**  
**Estrutura Industrial do Amazonas e Pará (1980)**

	Amazonas			Pará		
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (1.000 Cr\$)	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (1.000 Cr\$)
<b>Números absolutos</b>						
<b>Indústria Extrativa</b>	10	156	555.519	22	1.877	4.076.714
<b>Indústria de Transformação</b>	988	51.380	60.471.807	4.838	62.746	28.980.899
<b>Totais</b>	998	51.536	61.027.326	4.860	64.623	33.057.613
<b>Participação Relativa na Estrutura Industrial</b>						
<b>Extração de Minerais</b>	1,0	0,3	0,9	0,5	2,9	12,3
<b>Transformação de minerais não metálicos</b>	10,4	3,9	1,2	20,1	13,1	10,0
<b>Metalúrgica</b>	8,5	4,8	3,8	2,4	2,9	2,1
<b>Mecânica</b>	2,8	4,0	3,8	0,6	2,4	1,2
<b>Material elétrico e de comunicações</b>	4,3	35,4	52,7	0,3	(x)	(x)
<b>Material de transportes</b>	5,3	9,0	8,9	3,0	2,9	2,4
<b>Madeira</b>	14,0	10,8	3,8	38,3	33,4	19,3
<b>Mobiliário</b>	9,8	3,2	1,1	4,4	2,3	1,0
<b>Papel e papelão</b>	0,4	0,3	0,1	0,1	1,9	9,6
<b>Borracha</b>	0,9	0,8	0,6	0,3	0,9	2,7
<b>Couros e peles e produtos similares</b>	0,3	0,3	0,1	0,3	0,7	0,7
<b>Química</b>	1,7	1,0	4,0	0,5	1,0	3,7
<b>Produtos farmacêuticos e veterinários</b>	0,1	(x)	(x)	0,0	(x)	(x)
<b>Perfumaria, sabores e velas</b>	0,2	(x)	(x)	0,4	1,0	2,0
<b>Produtos de materiais plásticos</b>	1,3	2,4	1,2	0,1	0,5	0,4
<b>Têxtil</b>	3,0	7,2	6,6	0,6	4,4	5,4
<b>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</b>	2,0	1,0	0,4	0,8	3,1	2,4
<b>Produtos alimentares</b>	24,5	5,6	2,8	23,4	19,6	15,5
<b>Bebidas</b>	1,0	2,6	1,5	1,2	2,1	4,8
<b>Fumo</b>	0,1	(x)	(x)	0,1	0,6	1,6
<b>Editorial e gráfica</b>	3,8	1,7	0,4	82	2,3	1,5
<b>Diversas</b>	3,6	4,9	5,8	33	0,3	0,2
<b>Unidades de apoio e serviço industrial</b>	0,8	0,5	0,2	10	1,1	0,4
<b>Unidades de apoio administrativa</b>	4,7	1,3	-	13,6	2,5	-
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Industrial de 1980. Os dados com (x) estão sigilados afim de evitar a individualização de informações.

Ao comparar a estrutura industrial dos dois principais Estado do Norte em 1980, é importante destacar que neste ano o VTI do AM era quase o dobro do PA, enquanto a quantidade de estabelecimentos deste era quase cinco vezes maior que a do primeiro. No AM, mais da metade do VTI e mais de 1/3 do emprego era no setor de material elétrico e de comunicações, e no PA, o de madeira empregava cerca de 1/3 e correspondia a 19% do VTI estadual. A extrativa mineral era inexpressiva no AM, enquanto no PA, somada com a transformação de minerais não metálicos chegava 22%

do VTI. No AC, as principais indústrias eram de madeira, alimentícia e de borracha; no AP, RO e RR, eram as de madeira e extrativa mineral.

A partir de 1975, as regras da ZFM começaram a ser alteradas, iniciando uma nova fase. As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem importados passaram a ser taxados ao saírem da ZFM<sup>289</sup>. Em 1976, o regime aduaneiro foi disciplinado e as alíquotas do Imposto de Importação foram alteradas, garantindo ao Ministro da Fazenda o direito de alterar os termos, limites globais de importações e condições para a ZFM. O teto global de importação ficou restrito a US\$ 100,00 por pessoa<sup>290</sup>.

De acordo com Mahar (1978, pp. 176-179), com o advento da ZFM, as importações do exterior cresceram e diversificaram-se rapidamente, e, em 1975, quase 75% dessas importações foram de equipamentos elétricos, mecânicos e insumos para as atividades comerciais e industriais. Se comparado o comércio exterior da ZFM com o do país, entre 1967 e 1975, suas importações foram em média inferiores a 2% do total brasileiro e as exportações inferiores a 1%. Porém, seu impacto global no balanço de pagamentos do país foi significativo.

Entre 1968 e 1973, o déficit da ZFM variou de 6,6% a 13,2% do déficit comercial do país. Excetuando o petróleo e o trigo, as importações do país declinaram a nível nacional entre 1974 e 1975, enquanto na ZFM subiram mais de 30%. O resultado final foi que o déficit comercial da Zona Franca subiu a mais de 45% do déficit comercial total do Brasil (exclusive petróleo e trigo).

Nessa década, portanto, a Zona Franca de Manaus alterou profundamente a estrutura econômica do AM. Sua produção industrial foi significativa, a ponto de contrabalançar o tradicional setor primário. A ZFM foi um dos maiores instrumentos da intensificação da integração da Amazônia na economia nacional no âmbito comercial.

---

<sup>289</sup> Através do Decreto-Lei n 1.435, de 16/12/1975 que modificou o Artigo 7º do antigo Decreto-Lei 288 de 28/12/1967.

<sup>290</sup> Decreto-Lei 1.455, de 7/4/1976.

### 3.3.6) Serviços, infra-estrutura e comércio

Conforme observado, o setor de serviços perdeu participação no produto da região, especialmente em razão do alto crescimento da indústria. Em 1980, apenas o AC, AP e RO ainda tinham mais da metade do produto no setor, mas até para estes, a tendência era de queda. Em 1980, no setor de serviços, o comércio representava 24,8% do emprego, os serviços médicos e de ensino 13,9%, a administração pública 13%, os transportes 9,1% e os domésticos remunerados 9%<sup>291</sup>.

Para o crescimento industrial da região foi necessário a ampliação da oferta do serviço de energia nos centros urbanos. Na década de 1970, o investimento em energia rendeu uma grande ampliação da capacidade instalada, e conseqüentemente da produção bruta. A matriz principal ainda era termoelétrica, mas já se havia consolidado a produção hidrelétrica no PA e AP. As hidrelétricas maiores ainda estavam em construção, e seus resultados só poderiam ser medidos no começo da década seguinte. Em 1980, o setor industrial consumia 41% da energia elétrica do Norte, o residencial 27% e o comercial 18%<sup>292</sup>.

**Tabela 3.27**  
**Capacidade Instalada e**  
**Produção Bruta de Energia no Norte (1980)**  
(Em MW e GWh)

	Capacidade instalada (MW)			Produção Bruta (GWh)		
	Total	Hidráulica	Térmica	Total	Hidráulica	Térmica
<b>RO</b>	64	-	64	179	-	179
<b>AC</b>	39	-	39	73	-	73
<b>AM</b>	362	-	362	850	-	850
<b>RR</b>	26	-	26	44	-	44
<b>PA</b>	541	20	494	585	60	525
<b>AP</b>	61	39	22	1.052	107	945
<b>Norte</b>	1.066	59	1.007	2.783	167	2.616
<b>Brasil</b>	33.154	27.417	5.737	139.307	128.903	10.404
<b>NO/BR</b>	3,2%	0,2%	17,6%	2,0%	0,1%	25,1%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1982, pp. 497-498.

<sup>291</sup> Cano (2008, p. 98).

<sup>292</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1982, p. 498).

As estradas-de-ferro que funcionavam nas décadas anteriores haviam sido desativadas, e no Norte em 1980 havia apenas 194 km de extensão no AP<sup>293</sup>. O movimento aéreo comercial da região teve um forte incremento em Manaus, motivado pela Zona Franca, carregando 13 mil toneladas e descarregando 18 mil toneladas em 1980. No PA, foi carregada 7 mil toneladas e descarregadas 6 mil<sup>294</sup>. Conforme já analisado, a expansão da rede rodoviária do norte mudou o perfil da integração. A região passou de 21 mil km de estradas em 1970 para 39 mil km em 1980, dos quais 89% não eram pavimentadas.

**Tabela 3.28**  
**Extensão da Rede Rodoviária do Norte (1980)**  
Em Tráfego (Km)

	<b>Pavimentada</b>	<b>Não pavimentada</b>
<b>RO</b>	149	7.478
<b>AC</b>	205	1.634
<b>AM</b>	1.959	3.174
<b>RR</b>	26	2.460
<b>PA</b>	2.118	18.189
<b>AP</b>	43	1.852
<b>Norte</b>	4.500	34.787
<b>Brasil</b>	89.449	1.293.441
<b>Norte/Brasil</b>	5,0%	2,7%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1982, p. 592.

Com os eixos rodoviários da Belém-Brasília, Brasília-Rio Branco e Cuiabá-Santarém, o comércio interno da região com o restante do país passou a ser predominantemente através de caminhões. O comércio por cabotagem perdia importância. O problema para se medir as estatísticas dessa nova etapa da integração é que o transporte rodoviário predominante não possui a mesma disponibilidade de registros e informações que existe no de cabotagem.

<sup>293</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1982, p. 586).

<sup>294</sup> Anuário Estatístico do Brasil (1982, p. 610).

**Tabela 3.29**  
**Carga Movimentada por Tipo de Navegação do Norte (1980)**  
 (Em 1.000 toneladas)

	Total	Longo Curso	Cabotagem	Outros
AM	2.356	700	888	768
PA	6.820	3.005	1.342	2.473
AP	1.422	1.060	212	150
Norte	10.598	4.765	2.442	3.391
Brasil	251.631	178.791	60.769	12.120
Norte/Brasil	4,2%	2,7%	4,0%	28,0%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1982, p. 608.

A diminuição relativa da importância do comércio de cabotagem veio junto com o aumento das exportações, que fez com que a carga movimentada por cabotagem se tornasse inferior às toneladas de navegação de longo curso. Esse transporte, devido aos caros fretes, ficava em segundo plano.

**Tabela 3.30**  
**Exportações e Importações do Norte (1980)**

	Exportação Exterior		Exportação Cabotagem	
	Toneladas	Cr\$ em %	Toneladas	Cr\$ em %
RO	4.341	0,9		-
AC	607	0,2		-
AM	38.784	10,6	149.840	52,6
RR	28.995	0,8		-
PA	3.444.800	75,0	80.042	21,4
AP	1.026.261	12,5	212.603	6,0
Norte	4.543.788	100,0	442.485	100,0
Brasil; NO/BR	109.100.450	4,2	24.756.613	1,8
	Importação Exterior		Importação Cabotagem	
	Toneladas	Cr\$ em %	Toneladas	Cr\$ em %
RO	17.650	2,1	-	-
AC	1.517	0,0	-	-
AM	652.221	74,6	715.312	58,6
RR	-	0,0	-	-
PA	372.070	23,0	1.644.205	39,7
AP	1.477	0,3	9.208	1,7
Norte	1.044.935	100,0	2.368.725	100,0
Brasil; NO/BR	71.855.402	1	24.756.613	10

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1981, pp. 492, 529, 510 e 530.

Apesar de a participação da região nas exportações por cabotagem tornarem-se menores, a participação na importação ainda era grande, de cerca de 10%. No AM nota-se que as exportações eram pequenas, e as importações eram muito mais significativas, devidas à ZFM. Como esse comércio voltava-se ao mercado nacional, cerca de 56% do de cabotagem da região ainda era do Estado do Amazonas.

Em 1980 a participação da região no comércio exterior do Brasil era de 4,2%, bem menos que os 26% do auge da borracha em 1912.

### **3.4) Conclusões sobre o período**

Na década de 1970, o Brasil seguiu a trajetória de crescimento que manteve nas quatro décadas anteriores, porém, com índices ainda maiores. As necessidades de expandir a produção exigiram novas fontes de matérias-primas, e o processo de desconcentração produtiva marcou a nova fase de ocupação econômica da Amazônia, especialmente pelos grandes projetos agropecuários e minerais e a ZFM. A região recebeu planos e investimentos em infra-estrutura de transportes, energia e comunicação, contribuindo para a intensificação e integração na economia nacional.

A integração comercial e psicossocial foi reforçada pelos meios de comunicação e pela conexão com outras regiões do país. Os novos eixos de penetração rodoviários geraram uma ocupação desordenada, e forte especulação pelas poucas áreas férteis e de proximidades das estradas, onde ocorreram diversos conflitos sociais. Mesmo com o capitalismo chegando de forma voraz, ainda persistiam relações pré-capitalistas de produção, adequadas ao modelo concentrador e excludente da ditadura. Apesar desse processo custoso em termos sociais e ambientais, a Amazônia passou a ter nova importância no Brasil, com os países sul-americanos, e até em termos globais.

Se no período anterior a integração na economia brasileira foi marcada por um perfil comercial, nessa fase de intensificação, a região deu novos passos para somar-se à estrutura produtiva do país, e a auxiliar no esforço exportador para o equilíbrio do balanço de pagamentos do país. A Zona Franca de Manaus desvirtuou-se de seu projeto original e passou a especializar-se em montagem e comércio para o mercado nacional. A estratégia de ocupação da Amazônia pelos eixos e projetos condicionou o sentido da ocupação futura da região. Suas dimensões na economia nacional aumentaram em praticamente todos os setores.

## Conclusões Finais

A economia da Amazônia, em uma perspectiva de longo prazo, foi em sua maior parte primário-exportadora. Com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro entre 1930 e 1980, sua produção integrou-se na do país, estabelecendo-se novas conexões comerciais, físicas e produtivas com as outras regiões.

As primeiras experiências primário-exportadoras remetem-se à colonização, que teve início em 1616 com a fundação de Belém. A penetração interior pelo Rio Amazonas para a coleta de *drogas do sertão*, marcou essa primeira etapa que se estendeu até 1750. No período *pombalino* (1750-1777) foi implantada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e projetos agrícolas que consolidaram a integração mercantil com a metrópole. Essa intervenção estatal na colônia amazônica pode ser considerada como um primitivo “plano de valorização econômica” para a região, porém num contexto mercantilista.

Com a abertura dos portos luso-brasileiros em 1808, a Amazônia passou a integrar-se no mercado internacional. Até meados do século XIX, o modelo primário-exportador sofreu uma grande crise por perda de mercados externos, desvalorização dos produtos e guerras civis. Já como Província do Grão-Pará do Império do Brasil, o impulso da demanda externa pela borracha gerada pela segunda Revolução Industrial, e as condições internas para a oferta, fizeram com que o produto trouxesse dinamismo à região. Os barcos a vapor e o incremento de força de trabalho foram os fatores para que essa economia se desenvolvesse nas capitais, mesmo com as relações pré-capitalistas de produção baseadas no aviamento. A exportação da borracha se expandiu a partir de meados do século XIX e encontrou o apogeu em 1912, seguido da decadência pela concorrência com o Oriente.

Assim como havia acontecido no começo do século XIX com o cacau, com a crise de borracha, o modelo primário-exportador demonstrou novamente as contradições resultantes da dependência de um único produto voltado ao mercado externo, e sensível à sua volatilidade. Quando a borracha perdeu a concorrência para outras fontes, a região foi incapaz de enfrentar a produção racional, pois preservava métodos caros e arcaicos. Os excedentes gerados pela borracha não foram invertidos

no setor produtivo, mas ao contrário, gastos com luxo e obras suntuosas que ao menos deixaram um legado cultural e uma infra-estrutura em Belém e Manaus.

Como consequência da crise mundial do capitalismo depois de 1929, uma nova etapa da economia amazônica teve início a partir de 1930, quando o país começou a se industrializar, a economia a se integrar e o Estado a se modernizar. Entre 1930 e 1980, a economia nacional seguiu um caminho de forte crescimento, e a Amazônia começou a integrar-se comercial, produtiva e fisicamente ao país, rompendo o histórico isolamento com as outras regiões.

A integração na economia nacional teve início com a reorientação de sua base primário-exportadora para o mercado interno nacional na década de 1930. Inicialmente foram os produtos tradicionais como a borracha, a castanha-do-pará e os gêneros alimentícios que passaram a ter como destino o mercado de outras regiões. Em seguida, a integração gerou fatores de estímulo como a produção das fibras duras guaxima, malva e juta para a indústria de sacarias em São Paulo.

A presença estatal ampliou-se com a estratégia de Valorização Econômica que nacionalizou alguns serviços e a criou a SPVEA em 1953. Diferente do empreendimento criado no *período colonial*, os objetivos eram dar os primeiros passos no sentido de implantar um capitalismo na região, especialmente depois de 1966 com a transformação da SPVEA em SUDAM, o início da “Operação Amazônia” e a criação da Zona Franca de Manaus em 1967. Nessa década, o Norte já possuía duas grandes rodovias que romperam o isolamento da Amazônia Oriental e Ocidental, ligando-o ao dinâmico Centro-Sul. Com o avanço da industrialização, a região tornou-se fronteira econômica em expansão para o capital nacional e estrangeiro.

Na década de 1970, a integração da Amazônia intensificou-se como resultado de investimentos em obras de infra-estrutura como hidrelétricas e estradas. Apesar do fracasso dos planos de colonização, a população expandiu aceleradamente e de forma desordenada. Em 1980, a região já estava muito mais integrada à economia brasileira, e os novos eixos de penetração consolidaram as conexões com o Centro-Sul e o Nordeste, que forneceram os novos imigrantes.

Os grandes projetos minerais implantados já mostraram os primeiros resultados, abrindo o caminho para a exportação em larga escala, e a fronteira agropecuária

expandiu-se de forma concentrada. Essa ocupação resultou em grandes desastres ambientais e conflitos sociais como a Guerrilha do Araguaia.

A Zona Franca trouxe prosperidade à Manaus, mas também gerou desequilíbrios macroeconômicos pela importação de componentes industriais e bens de consumo. No entanto, esse instrumento econômico ampliou a integração produtiva com as regiões mais dinâmicas do país, diminuindo a importância do tradicional setor primário.

O caboclo da Amazônia também se transformou, e tornou-se uma síntese de todo o Brasil, pois para a região, além dos índios e nativos, migraram estrangeiros, nordestinos, paulistas, mineiros, gaúchos, etc. No entanto, as condições sociais que as populações brasileiras do Norte viveram no período, demonstram que o tão sonhado desenvolvimento ficou em grande parte apenas na esperança. As relações de produção tradicionais como o aviamento passaram a conviver com o trabalho compulsório e assalariado, e perderam importância com as rodovias.

Os acontecimentos nesse período demonstram os erros e acertos de diversos paradigmas de ocupação da região. Ficou claro que para a Amazônia e para todo o planeta, o caminho correto de se relacionar com os recursos naturais deve ser o do **desenvolvimento sustentável**. Os esforços para integrá-la no país tiveram o positivo resultado de cumprir uma etapa da construção da **civilização brasileira**, em todas as esferas possíveis, na racial com a miscigenação dos imigrantes, na cultural pela educação e meios de comunicação, de circulação de pessoas através de estradas, e finalmente no comércio e na produção do país.

Entre 1930 e 1980, portanto, a integração da Amazônia na economia brasileira transformou a estrutura produtiva da região com a predominância dos efeitos de estímulo, implantando um capitalismo exageradamente selvagem pelo modo predatório ao meio-ambiente e alto custo social. Com a industrialização, a integração, e a modernização do Estado, o Norte inseriu-se no processo com suas peculiaridades. O impulso que levou à integração se mantém, e o que se pode concluir é que mais do que a Amazônia ser do Brasil, é que a **Amazônia é Brasil**.

## Anexos

**Tabela A1**  
**Exportações Brasileiras de Borracha em Quantidade (1827-1987)**  
 Em toneladas

Ano	Tonelada	Ano	Tonelada	Ano	Tonelada	Ano	Tonelada
1827	31	1868	4.956	1909	39.027	1950	4.494
1828	51	1869	4.661	1910	38.547	1951	5.373
1829	91	1870	4.780	1911	36.547	1952	3.241
1830	156	1871	5.044	1912	42.286	1953	3.683
1831	145	1872	5.693	1913	36.232	1954	4.262
1832	151	1873	5.068	1914	33.531	1955	3.430
1833	101	1874	6.696	1915	35.165	1956	2.563
1834	215	1875	5.835	1916	31.495	1957	3.970
1835	175	1876	5.735	1917	33.998	1958	2.412
1836	189	1877	6.176	1918	22.662	1959	3.006
1837	284	1878	6.642	1919	33.252	1960	3.488
1838	244	1879	6.456	1920	23.586	1961	8.121
1839	392	1880	6.880	1921	17.439	1962	5.756
1840	418	1881	6.723	1922	19.855	1963	2.685
1841	372	1882	6.840	1923	17.995	1964	4.224
1842	212	1883	7.500	1924	21.568	1965	7.854
1843	204	1884	9.152	1925	23.537	1966	4.692
1844	210	1885	7.904	1926	23.263	1967	5.704
1845	367	1886	8.185	1927	26.162	1968	4.640
1846	386	1887	15.337	1928	18.826	1969	4.762
1847	590	1888	17.062	1929	19.861	1970	5.305
1848	716	1889	15.990	1930	14.138	1971	5.009
1849	757	1890	15.355	1931	12.623	1972	3.972
1850	879	1891	16.650	1932	6.224	1973	4.213
1851	1.395	1892	18.250	1933	9.453	1974	1.768
1852	1.572	1893	19.050	1934	11.150	1975	1.708
1853	1.610	1894	19.710	1935	12.370	1976	1.661
1854	2.312	1895	27.794	1936	13.247	1977	998
1855	2.868	1896	24.370	1937	14.792	1978	941
1856	2.125	1897	21.621	1938	12.064	1979	310
1857	1.644	1898	21.218	1939	11.805	1980	67
1858	1.606	1899	20.790	1940	11.835	1981	43
1859	1.720	1900	24.302	1941	10.734	1982	39
1860	2.531	1901	30.241	1942	12.204	1983	8
1861	2.480	1902	28.632	1943	14.575	1984	95
1862	2.278	1903	31.717	1944	21.193	1985	11
1863	3.063	1904	31.866	1945	18.887	1986	8
1864	3.412	1905	35.393	1946	18.159	1987	0
1865	3.343	1906	34.960	1947	14.510		
1866	3.472	1907	36.490	1948	5.446		
1867	4.721	1908	38.206	1949	3.241		

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada. Disponível em <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009. Para 1827-1987: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Apud: Estatísticas do século XX, Centro de documentação e disseminação de informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Obs.: Os dados referem-se, de 1827 a 1900, à borracha não especificada. De 1901 a 1987, inclusive gomas naturais, látex líquido e quaisquer outras gomas e borrachas de mangabeira, maniçoba, seringueira, guta-percha, balata, caucho e outros vegetais. No período de 1833 a 1887: os dados referem-se ao ano fiscal (de julho do ano anterior a junho do ano de referência).

**Tabela A2**  
**Exportações Brasileiras de Borracha em Mil £ (1827-1939)**

Ano	1.000 £	Ano	1.000 £	Ano	1.000 £	Ano	1.000 £
1827	1,00	1856	262,00	1885	916,00	1914	7.063,00
1828	3,00	1857	183,00	1886	886,00	1915	7.040,00
1829	6,00	1858	138,00	1887	2.160,00	1916	7.496,00
1830	7,00	1859	201,00	1888	4.024,00	1917	7.484,00
1831	6,00	1860	357,00	1889	2.788,00	1918	3.998,00
1832	10,00	1861	313,00	1890	2.550,00	1919	5.686,00
1833	8,00	1862	260,00	1891	2.686,00	1920	2.742,00
1834	15,00	1863	359,00	1892	3.012,00	1921	954,00
1835	15,00	1864	419,00	1893	3.403,00	1922	1.282,00
1836	17,00	1865	404,00	1894	3.554,00	1923	1.688,00
1837	18,00	1866	482,00	1895	5.055,00	1924	1.778,00
1838	15,00	1867	590,00	1896	3.774,00	1925	5.058,00
1839	30,00	1868	711,00	1897	4.232,00	1926	5.359,00
1840	34,00	1869	555,00	1898	5.325,00	1927	2.799,00
1841	26,00	1870	556,00	1899	6.126,00	1928	1.448,00
1842	11,00	1871	926,00	1900	6.499,00	1929	1.501,00
1843	9,00	1872	1.050,00	1901	8.627,00	1930	764,00
1844	8,00	1873	1.049,00	1902	7.294,00	1931	375,00
1845	16,00	1874	1.149,00	1903	9.734,00	1932	155,00
1846	22,00	1875	1.102,00	1904	11.220,00	1933	263,00
1847	29,00	1876	1.147,00	1905	14.416,00	1934	342,00
1848	26,00	1877	1.161,00	1906	14.056,00	1935	292,00
1849	27,00	1878	1.201,00	1907	13.690,00	1936	543,00
1850	40,00	1879	1.082,00	1908	11.785,00	1937	630,00
1851	125,00	1880	1.090,00	1909	18.926,00	1938	329,00
1852	105,00	1881	1.091,00	1910	24.646,00	1939	377,00
1853	161,00	1882	1.095,00	1911	15.057,00		
1854	424,00	1883	1.251,00	1912	16.095,00		
1855	326,00	1884	849,00	1913	10.375,00		

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Apud: Estatísticas do século XX, Centro de documentação e disseminação de informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Obs.: Os dados referem-se, de 1827 a 1900, à borracha não especificada. De 1901 a 1987, inclusive gomas naturais, látex líquido e quaisquer outras gomas e borrachas de mangabeira, maniçoba, seringueira, guta-percha, balata, caucho e outros vegetais. No período de 1833 a 1887: os dados referem-se ao ano fiscal (de julho do ano anterior a junho do ano de referência).

**Tabela A3**  
**Exportações Brasileiras de Borracha em Mil US\$ (1953-1987)**

Ano	1.000 £	Ano	1.000 £	Ano	1.000 £	Ano	1.000 £
1953	1.667,000	1962	5.208,000	1971	4.406,000	1980	91,000
1954	1.825,000	1963	1.500,000	1972	3.804,000	1981	107,000
1955	1.616,000	1964	2.632,000	1973	3.882,000	1982	76,000
1956	1.190,000	1965	5.007,000	1974	1.784,000	1983	13,000
1957	1.867,000	1966	3.797,000	1975	1.749,000	1984	140,000
1958	1.219,000	1967	3.888,000	1976	2.075,000	1985	19,000
1959	1.894,000	1968	3.036,000	1977	1.476,000	1986	15,000
1960	2.958,000	1969	3.706,000	1978	1.442,000	1987	7,000
1961	5.308,000	1970	4.421,000	1979	498,000		

Fonte: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico, Tema Comércio Exterior, Exportações de Borracha Tonelada. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 1953-1987: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Apud: Estatísticas do século XX, Centro de documentação e disseminação de informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Obs.: Os dados referem-se, de 1827 a 1900, à borracha não especificada. De 1901 a 1987, inclusive gomas naturais, látex líquido e quaisquer outras gomas e borrachas de mangabeira, maniçoba, seringueira, guta-percha, balata, caucho e outros vegetais. No período de 1833 a 1887: os dados referem-se ao ano fiscal (de julho do ano anterior a junho do ano de referência).

**Tabela A4**  
**População Segundo Ramo de Atividade na Amazônia (1960)**  
(Dados brutos)

SETORES		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Total
Total da população recenseada		70.783	160.208	721.215	29.489	1.550.935	68.889	2.601.519
Total da população potencial		51.105	107.109	493.311	19.994	1.077.900	47.671	1.797.650
Primário	Agricultura, pecuária e silvicultura	5.026	11.695	82.219	5.396	227.987	7.233	340.799
	Indústrias extrativas	12.599	32.682	80.776	1.651	97.709	5.718	228.934
Secundário	Indústrias de transformação	1.274	2.243	12.982	531	32.570	2.549	52.030
	Comércio de mercadorias	1.203	1.602	12.261	295	31.019	1.033	46.827
	Comércio de Imóveis e Valores Mobiliários, Crédito, Seguros e Capitalização	71	32	576	9	1.241	14	2.081
	Prestação de serviços	1.982	2.403	11.539	619	37.222	1.860	54.632
Terciário	Transportes, Comunicações e Armazenagem	2.973	961	8.655	265	24.815	1.171	39.023
	Profissões Liberais	50	48	505	12	1.241	69	1.821
	Atividades Sociais	637	1.121	5.049	324	13.958	1.309	20.812
	Administração Pública, Legislativo e Justiça	637	961	3.606	413	7.775	827	13.008
	Defesa Nacional e Segurança Pública	779	801	1.442	176	7.775	620	13.008
Atividades Domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes		19.961	46.781	226.462	8.994	516.461	22.802	842.892
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas		283	48	361	12	931	55	1.821
Condições Inativas		3.681	6.561	46.879	1.327	74.445	2.549	135.279

Fonte: IBGE/CNE, Equipe Técnica do BASA; *Apud* CNI (1969).

Tabela A5

Estados	Região Norte: PIB Estadual - Agropecuário - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional																								
	1.939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
AC-Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	149092,5
AM-Amazonas	208.391	245066,99	206784,3	210225,62	203979,19	233239	240330,72	231727,55	226538,37	230452,7	335102,3	354266	319945,2	298677,9	384774	546083	443916,1	365036,5	417626,6	400649,6	359414,6	347472,6	406621,3	433102,7	468576,4
AP-Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26623,66
PA-Pará	228.525	207859,38	209825,25	149713,75	197971,06	208280,05	216945,39	225035,78	239396,47	281173,74	306269,1	338094,7	311300,5	271642,1	376972	428280	351422	378404,4	411044,5	468826,5	420088,5	441767,3	489795,3	514417,5	713514,1
RO-Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63896,79
RR-Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31948,39
TO-Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Norte	436.917	452926,37	416609,55	359939,35	401950,25	441519,05	457276,11	456763,33	465934,84	511626,44	641371,5	692360,7	631245,7	570320	761746,1	974363	795338,1	743440,9	828671,1	869476,2	779503,2	789239,8	896416,6	947520,2	1453652

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos Territórios de Rondônia e Roraima e ao Estado do Acre estão incluídos no Estado do Amazonas e o Território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Tabela A6

Estados	Região Norte: PIB Estadual - Indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional																								
	1.939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
AC-Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10649,46
AM-Amazonas	85.199	47148,89	50799,39	52808,38	55063,49	50337,14	90353,54	87261,51	96286,28	120525,56	137625,8	195105	205118,8	194306,4	219503,3	239728,9	216841,1	212040,4	206111,3	210015,2	232388,1	188298,4	223797,2	276226,7	303509,7
AP-Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188140,5
PA-Pará	119.780	81964	89512,96	93089,62	96493,15	86084,62	128581,01	124659,31	138185,06	152510,1	186207,9	374961,8	334708,1	252754,4	336842,5	408444,1	438610,7	384465,4	311041,8	334181,9	418263,7	358207,4	455668,5	475496,4	388705,5
RO-Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37273,13
RR-Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3549,822
TO-Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Norte	204.979	129112,89	140312,35	145898	151556,64	136421,76	18934,55	211920,81	234471,34	273035,66	323833,7	570066,8	539827	447060,9	556345,9	648173	655451,7	596505,8	517153,1	544197,1	650651,8	546505,8	679465,6	751723,1	931828,2

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos territórios de Rondônia e Roraima e ao estado do Acre estão incluídos no Estado do Amazonas e o território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Tabela A7

Estados	Região Norte: PIB Estadual - Serviços - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional																								
	1939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
AC-Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205889,7
AM-Amazonas	217.833	305910,93	292827,47	305295,09	298821,75	318680,77	340604,52	311939,21	312974,39	352255,75	455587,5	522715,1	499241,5	476180,3	553874,2	739862,9	615870,3	609085	580989,4	623936,5	606859,6	587091,1	681357,9	806212,8	1190965
AP-Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104719,7
PA-Pará	382.999	488030,23	481677,99	450293,16	483654,16	509352,61	564843,49	544875,35	60778,76	6668867,99	846685,9	1086901	1023068	937924,1	1160605	1399816	1359435	1417143	1377032	1422748	1596771	1625974	1777732	1909600	2030498
RO-Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195240,2
RR-Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58572,06
TO-Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Norte	600.832	793941,16	774505,46	755588,25	782475,91	828033,38	905448,01	856814,51	873753,15	1012123,7	1302273	1609616	1522309	1414104	1714480	2139679	1975305	2026228	1958022	2046685	2203630	2213065	2459090	2715812	3785885

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos territórios de Rondônia e Roraima e ao estado do Acre estão incluídos no Estado do Amazonas e o território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Tabela A8

Região Norte: PIB Estadual - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional																										
	1939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	
Estados																										
AC-Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	365631,6
AM-Amazonas	511.424	598126,81	550411,16	568329,08	557864,42	602256,91	671288,77	630928,27	635799,04	703234,02	928315,7	1072086	1024306	969164,6	1158152	1525675	1276627	1186162	1204727	1234601	1198662	1122862	1311776	1515542	1963051	
AP-Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	319483,9
PA-Pará	731.304	777853,61	781016,2	693096,53	778118,36	803717,27	910369,89	894570,39	938360,3	1102551,8	1339163	1799958	1669076	1462321	1874420	2236540	2149468	2180013	2099119	2225757	2435123	2425948	2723196	2899514	3132718	
RO-Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296410,1
RR-Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94070,27
TO-Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Norte	1.242.727	1375980,4	1331427,4	1261425,6	1335982,8	1405974,2	1581658,7	1525498,7	1574159,3	1805785,9	2267479	2872044	2693382	2431485	3032571	3762215	3426095	3366174	3303846	3460358	3633785	3548810	4034973	4415056	6171365	

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos territórios de Rondônia e Roraima e ao estado do Acre estão incluídos no Estado do Amazonas e o território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Tabela A9

Brasil: PIB Regional - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional																									
	1939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Região Centro-oeste	598215,3948	516616,57	689319,99	718186,81	796142,74	922866,21	985651,75	1459364,3	1483519,4	1687547,2	1575893,2	1489328,2	1814960,7	1613310,1	1757849	2424295,2	3289683,1	2757429,3	3163914,6	3023105,7	2516630,5	2659075,6	2906636,6	2720885,3	2651716,7
Região Norte	436916,7772	452926,37	416609,55	359939,35	401950,24	441519,05	457276,11	456763,33	465934,84	511626,45	641371,46	692360,69	631245,69	570320	761746,07	974362,96	795338,09	743440,86	828671,11	869476,15	779503,19	789239,84	896416,63	947520,2	1453651,9
Região Nordeste	3066948,75	3704508,7	4069720,9	4055050,3	4859583,7	4425559,8	4549018,7	4659393,3	5050245,4	5283852,1	5556428,3	6034124	5702295,3	7061410,6	8323693,7	8503623,8	11232032	9835116,6	10650857	10797349	9463949,6	10920459	10633036	10609804	7467049,7
Região Sul	2953084,211	4304574,3	4524186,3	4817298,1	5348519,8	4922083,5	5959559,1	7179413,6	6378464,9	8809011,9	7874133,7	8295279,5	9022539,7	9692183,8	10594573	11012580	13288909	11228433	12139670	12779479	11097135	12558877	12403792	14428410	11957574
Região Sudeste	6260274,625	9594531,6	11144169	11789949	12584548	12565887	13709511	14117297	14683957	15624242	14547141	16129316	15280998	14818357	16152582	16792172	19068691	16647481	18508240	19077690	17131896	17135521	16407833	17409817	12246884
Total BR	13315439,76	18573158	20844006	21740423	23990745	23277615	25661016	27872231	28062121	31916280	30194968	32640408	32452039	33755582	37590443	39707034	47674654	41211901	45291353	46547100	40989115	44063172	43247713	46116236	35776877

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos territórios de Rondônia e Roraima e ao estado do Acre estão incluídos no estado do Amazonas e o território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Tabela A10

Brasil: PIB Regional - indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional																									
	1939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Região Centro-oeste	86336,84819	65711,449	78908,64	86898,049	88339,262	75268,139	90838,074	87171,991	91994,383	115273,67	122206,99	156551,26	169423,93	201558,28	217067,43	232067,02	222022,8	254951,1	252300,51	286925,13	278551,61	321367,59	310404,02	423897,96	773861,1
Região Norte	204978,9202	129112,89	140312,35	145898,01	151556,63	136421,76	218934,55	211920,82	234471,34	273035,67	323833,74	570066,77	539826,98	447060,86	556345,85	648173	655451,74	596505,81	517153,06	544197,12	650651,79	546505,8	679465,63	751723,09	931828,16
Região Nordeste	62432,361	967769,18	1174545,7	1347495,7	1415309,9	1248282,8	1506351,3	1445936	1572470,7	1778517	2019030,1	2159944,7	2110463,3	2183062,5	2357439,2	2480091,3	2376157,2	2734627,4	2766648,9	2696084,7	2675606,4	2632234	3023906,2	3402749,2	6126992
Região Sul	1129772,828	1306226,5	1636964,4	1930475,8	2187156	2075505,7	2523600	2651438,5	2790789,5	3001279	3075810,2	3110910,7	3281536	3238398	3483412,1	3775344,6	4082671,7	4378666,9	4025080,7	3889699,9	4409726,1	4424802,5	5115942,9	6176379,9	10447125
Região Sudeste	6304296,18	7255608,3	9110556,1	10754335	12141037	11473738	13943134	14620365	15994587	17952584	18295392	19191496	20457103	20176015	227446424	25964579	28187122	31148209	29452877	27564928	32119333	32925984	38486346	43788204	69122126
Total BR	8787817,137	9724428,2	12141287	14265103	15983398	15009216	18282858	19016833	20684313	23120689	23836273	25188969	26558353	26246095	29360689	33100255	35523425	39112961	37014060	34981835	40133869	40850893	47616065	54542954	87401932

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos territórios de Rondônia e Roraima e ao Estado do Acre estão incluídos no estado do Amazonas e o território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Tabela A11

Brasil: PIB Regional - serviços - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

	1939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Região Centro-oeste	366154,6926	400579,96	461794,88	479919,13	513430,7	558348,17	632525,76	754155,22	773491,59	899636,12	1003572,4	1051059,9	1211688,6	1176675,2	1373301,3	2142930,5	2847613	2482372,7	2715759,9	2580516,8	2575198	2911772,7	3134930,6	3475559,8	7623241,8
Região Norte	600831,6629	793941,16	774505,46	755588,25	782475,91	828033,38	905448,01	856814,51	873753,15	1021123,7	1302273,4	1609616,4	1522309,2	1414104,4	1714479,6	2139679,1	1975305,5	2026227,7	1958021,7	2046684,6	2203630,3	2213064,8	2459090,3	2715812,5	3785884,7
Região Nordeste	3686208,04	4430387,2	4674752,1	4864238,9	5146884,4	5163176,4	5638922,6	5460928	5642210,8	6456429,2	7164791	7994895,3	8174760,5	8363174,8	9450393,2	10465625	11467734	11924641	12053749	12300483	12551792	14027269	14457434	15624328	19811554
Região Sul	3185818,323	4179751,4	4373425,6	4777592,8	5170685,8	5267288,4	6021197,4	6332468,9	6248969,1	7465314,3	8038190	9016370,3	9485274,7	8954615,5	10128599	11377548	12272166	12620953	12648099	13076230	14295999	15442201	16195422	18315990	25283604
Região Sudeste	6824196,57	20528537	22450015	24407264	26390331	26834056	30518048	31080362	32132935	36712604	38469336	41481606	43815537	42272285	46585422	52962041	55550985	58521203	57770416	57461919	59244071	64041236	67366670	73423865	105688837
Total BR	24613509,29	30333197	32734493	35284604	38003808	38650902	43716142	44484729	45671359	52555108	55978163	61153547	64209570	62180855	69252194	79087824	84113804	87575398	87146046	87465834	90870690	98635543	103613547	113555556	162193122

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos territórios de Rondônia e Roraima e ao estado do Acre estão incluídos no estado do Amazonas e o território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

Tabela A12

Brasil: PIB Regional a preços constantes - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

	1939	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Região Centro-oeste	101,007	982907,98	1230023,5	1285004	1397912,7	1556482,5	1709015,6	2300691,5	2349005,3	2702456,9	2701672,6	2696939,4	3196073,2	2991543,7	3348217,7	4799292,8	6359318,9	5494753,1	6131975,1	5890547,6	5370380,1	5892215,9	6351971,2	6620141,8	11048820
Região Norte	1.242.727	1375980,4	1331427,4	1261425,6	1335982,8	1405974,2	1581658,7	1525498,7	1574159,3	1805785,9	2267478,6	2872043,8	2693381,9	2431485,3	3032571,5	3762215,1	3426095,3	3366174,4	3303845,8	3460357,9	3633785,3	3548810,4	4034972,6	4415055,8	6171364,8
Região Nordeste	7.815.589	9102665,1	9919018,8	10266785	11421778	10837103	11694293	11566257	12264927	13518798	14740249	16188975	15977373	17607648	20131526	21449340	25075923	24494385	25471256	25793916	24691348	27586240	28114376	29636882	33405596
Região Sul	7.268.675	9790552,2	10534576	11525367	12706362	12264989	14504356	16163276	15418223	19275605	18988134	20422561	21789350	21885197	24206583	26165472	29643747	28228053	28812850	29745410	29802860	32425880	33715157	38920779	47688303
Região Sudeste	29.388.767	37378677	42704740	46951548	51115916	50873380	58170693	59818025	62811478	70289430	71311869	76802417	79553638	77266657	85484427	95718792	102806798	106316894	105731532	104104539	108495335	114102740	122260848	134621886	187057847
Total BR	46.716.766	58630783	65719786	71290130	77977951	76937929	87660016	91373748	94417793	107592077	110009404	118982936	123209816	122182532	136203326	151895112	167311882	167900259	169451459	168994770	171993709	183555886	194477325	214214745	285371931

Fontes: IPEADATA. Base de Dados Macroeconômico. Produto Interno Bruto. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 11/5/2009. Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985 a preços básicos.

Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto a custo de fatores elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido a custo de fatores elaborado pela FGV, neste período os dados referentes aos territórios de Rondônia e Roraima e ao estado do Acre estão incluídos no estado do Amazonas e o território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB não são consistentes com o PIB por atividades. O problema se deve à utilização de conceitos distintos. O PIB refere-se a preços de mercado e as atividades a preços básicos.

**Tabela A13**  
**Exportações e Importações do Norte ao Exterior e ao Mercado Nacional (1938-1968)**  
**Em toneladas**

	Exterior		Vias Internas		Cabotagem		Nacional	
	X	M	X	M	X	M	X	M
<b>Norte</b>	107.599	66.633	5.327	6.472	114.671	127.129	119.998	133.601
<b>Brasil</b>	3.933.870	4.913.170	3.124.280	3.124.280	2.606.695	2.606.695	5.730.975	5.730.975
<b>NO/BR</b>	2,74	1,36	0,17	0,21	4,40	4,88	2,09	2,33
				<b>1943</b>				
<b>Norte</b>	33.303	79.406	24.142	23.287	114.011	189.681	1,44	2,22
<b>Brasil</b>	2.696.089	3.302.975	6.731.789	6.731.789	2.857.530	2.857.530		
<b>NO/BR</b>	1,24	2,40	0,36	0,35	3,99	6,64	9.589.319	9.589.319
				<b>1948</b>				
<b>Norte</b>	60.117	199.513	2.732	26.751	145.765	179.309	148.497	206.060
<b>Brasil</b>	4.658.408	6.803.616	6.721.257	6.721.257	3.948.895	3.948.895	10.670.152	10.670.152
<b>NO/BR</b>	1,29	2,93	0,04	0,40	3,69	4,54	1,39	1,93
				<b>1953</b>				
<b>Norte</b>	56.919	205.916	-	-	311.306	308.109	311.306	308.109
<b>Brasil</b>	4.377.808	11.792.027	-	-	4.817.933	4.817.933	4.817.933	4.817.933
<b>NO/BR</b>	1,30	1,75	-	-	6,46	6,40	6,46	6,40
				<b>1958</b>				
<b>Norte</b>	635.574	414.349	-	-	460.974	463.347	460.974	463.347
<b>Brasil</b>	8.297.439	14.202.592	-	-	6.582.577	6.582.577	6.582.577	6.582.577
<b>NO/BR</b>	7,66	2,92	-	-	7,00	7,04	7,00	7,04
				<b>1963</b>				
<b>Norte</b>	840.320	316.307	-	-	346.159	511.762	346.159	511.762
<b>Brasil</b>	14.139.433	17.666.190	-	-	8.873.251	8.873.251	8.873.251	8.873.251
<b>NO/BR</b>	5,94	1,79	-	-	3,90	5,77	3,90	5,77
				<b>1968</b>				
<b>Norte</b>	1.240.478	545.793	62.919	86.129	399.860	701.359	462779	787488
<b>Brasil</b>	23.478.217	23.647.771	14.223.668	14.233.668	12.562.923	12.562.923	26786591	26796591
<b>NO/BR</b>	5,28	2,31	0,44	0,61	3,18	5,58	1,73	2,94

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, todos os anos de 1938 a 1970.

**Tabela A14**  
**Exportações e Importações da Amazônia ao Exterior e ao Mercado Nacional (1938-1968)**  
 Em valores

Valores	1938									
	Contos de Réis			Vias Internas		Cabotagem		Nacional		
	X	M	X	M	X	M	X	M	M	
AC	-	-	-	12.000	616	22.210	9.647	34.210	10.263	
AM	80.038	14.817	-	4.314	3.301	34.116	98.161	38.430	101.462	
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PA	87.550	14.638	-	-	3.858	109.095	167.756	109.095	171.614	
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Norte	167.588	29.455	-	16.314	7.775	165.421	275.564	181.735	283.339	
NO/BR	3,29	0,57	-	0,41	0,20	4,03	6,72	2,25	3,51	
Brasil	5.096.890	5.195.570	-	3.970.080	3.970.080	4.100.427	4.100.427	8.070.507	8.070.507	
OBS: Dados do comércio por Vias Internas de 1939.										
Valores	1943									
	1000 Cruzeiro			Vias Internas		Cabotagem		Nacional		
	X	M	X	M	X	M	X	M	M	
AC	-	-	-	81.892	1.544	39.398	36.113	121.290	37.657	
AM	88.514	88.541	-	16.747	52.561	141.453	338.912	158.200	391.473	
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PA	181.368	135.835	-	34.810	92.299	306.587	524.747	341.397	617.046	
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Norte	269.882	224.376	-	133.449	146.404	487.438	899.772	620.887	1.046.176	
Brasil	8.728.569	6.161.741	-	17.783.879	17.783.879	7.340.303	7.340.303	25.124.182	25.124.182	
NO/BR	3,09	3,64	-	0,75	0,82	6,64	12,26	2,47	4,16	
OBS: Dados do AC incluem 1944. AM inclui o Rio Branco. PA inclui AP.										
Valores	1948									
	1000 Cruzeiro			Vias Internas		Cabotagem		Nacional		
	X	M	X	M	X	M	X	M	M	
AC	311	51	-	-	1.406	69.911	96.874	69.911	98.280	
AM	108.961	46.961	-	-	50.298	335.580	402.078	335.580	452.376	
AP	-	-	-	-	104	1.101	17.862	1.101	17.966	
PA	170.579	258.954	-	8.161	98.999	625.868	743.880	634.029	842.879	
RO	299	1.996	-	-	2.126	77.726	59.806	77.726	61.932	
RR	-	-	-	-	695	-	22.729	-	23.424	
Norte	280.150	307.962	-	8.161	153.628	1.110.186	1.343.229	1.118.347	1.496.857	
Brasil	21.696.874	20.984.880	-	26.878.919	26.878.919	17.985.441	17.985.441	44.864.360	44.864.360	
NO/BR	1,29	1,47	-	0,03	0,57	6,17	7,47	2,49	3,34	
OBS: Dados do comércio por Vias Internas de 1947.										
Valores	1953									
	1000 Cruzeiro			Vias Internas		Cabotagem		Nacional		
	X	M	X	M	X	M	X	M	M	
AC	-	-	-	-	-	227.546	152.229	227.546	152.229	
AM	184.597	37.097	-	-	-	609.205	1.036.787	609.205	1.036.787	
AP	2.931	-	-	-	-	35.920	57.029	35.920	57.029	
PA	307.760	209.122	-	-	-	1.584.927	2.052.034	1.584.927	2.052.034	
RO	-	3.404	-	-	-	152.238	116.928	152.238	116.928	
RR	-	-	-	-	-	1.184	41.325	1.184	41.325	
Norte	495.288	249.623	-	-	-	2.611.020	3.456.332	2.611.020	3.456.332	
Brasil	32.047.276	25.152.079	-	-	-	30.070.612	30.070.612	30.070.612	30.070.612	
NO/BR	1,55	0,99	-	-	-	8,68	11,49	8,68	11,49	
Valores	1958									
	1000 Cruzeiro			Vias Internas		Cabotagem		Nacional		
	X	M	X	M	X	M	X	M	M	
AC	-	-	-	-	-	635.448	352.573	635.448	352.573	
AM	511.641	441.706	-	-	-	2.694.487	2.669.295	2.694.487	2.669.295	
AP	1.685.990	40.358	-	-	-	76.654	518.608	76.654	518.608	
PA	873.498	827.413	-	-	-	4.112.840	6.594.963	4.112.840	6.594.963	
RO	-	-	-	-	-	280.259	411.246	280.259	411.246	
RR	-	-	-	-	-	53.735	72.649	53.735	72.649	
Norte	3.071.129	1.309.477	-	-	-	7.853.423	10.619.334	7.853.423	10.619.334	
Brasil	63.752.526	103.322.915	-	-	-	70.372.438	70.372.438	70.372.438	70.372.438	
NO/BR	4,82	1,27	-	-	-	11,16	15,09	11,16	15,09	
Valores	1963									
	1000 Cruzeiro			Vias Internas		Cabotagem		Nacional		
	X	M	X	M	X	M	X	M	M	
AC	-	-	-	333.000	-	5.036.557	1.850.037	5.369.557	1.850.037	
AM	3.189.871	3.401.951	-	112.000	-	16.782.642	19.610.864	16.894.642	19.610.864	
AP	12.731.280	4.492.295	-	24.000	-	980.011	2.138.289	1.004.011	2.138.289	
PA	5.783.567	-	-	6.819.000	-	18.831.670	29.880.051	25.650.670	29.880.051	
RO	-	-	-	569.000	-	1.493.106	2.273.301	2.062.106	2.273.301	
RR	-	-	-	29.000	-	199.919	390.212	228.919	390.212	
Norte	21.704.718	7.894.246	-	7.886.000	-	43.323.905	56.142.754	51.209.905	56.142.754	
Brasil	549.500.904	782.219.819	-	1.297.875.000	-	238.906.605	238.906.605	1.536.781.605	238.906.605	
NO/BR	3,95	1,01	-	0,61	-	18,13	23,50	3,33	23,50	
Valores	1968									
	1000 Cr\$			Vias Internas		Cabotagem		Nacional		
	X	M	X	M	X	M	X	M	M	
AC	-	-	-	341	14.622	21.419	17.799	21.760	32.421	
AM	48.195.858	138.771.902	-	4.885	38.841	109.775	167.295	114.660	206.136	
AP	80.274.096	8.171.573	-	179	7.851	2.418	26.845	2.597	34.696	
PA	99.487.715	85.359.267	-	81.971	233.424	103.815	151.070	185.786	384.494	
RO	29.658	-	-	23.601	23.220	16.857	16.738	40.458	39.958	
RR	-	-	-	71	1.769	106	4.231	177	6.000	
Norte	227.987.327	232.302.742	-	111.048	319.727	254.390	383.978	365.438	703.705	
Brasil	6.177.932.045	6.826.201.051	-	20.262.236	20.262.236	1.625.581	1.625.581	21.887.817	21.887.817	
NO/BR	3,69	3,40	-	0,55	1,58	15,65	23,62	1,67	3,22	

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, todos os anos de 1938 a 1970.

### Bibliografia

BARATA, Manuel. **A antiga produção e exportação do Pará.** Belém: Torres & Cia, 1915.

\_\_\_\_\_. **A jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco.** Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brazil, 1904.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica do Pará.** Belém: Ed. UFPA, 1973.

BANCO DA AMAZÔNIA S/A (BASA). **A Indústria Brasileira e a Amazônia.** Rio de Janeiro: CNI, 1969 (A).

\_\_\_\_\_. **Amazônia: Legislação Desenvolvimentista.** Belém: BASA, 1969 (B).

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia.** Belém: Ed. UFPA, 1966.

BECKER, Bertha k. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. "Geopolítica da Amazônia" IN **Revista Estudos Avançados.** IEA/USP. Vol. 19, Nº 53, Janeiro/Abril de 2005.

BELLUZZO, Luiz G.; COUTINHO, Luciano. Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise, 1929/1974. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil** (Volume 1). 3ª Edição. Campinas: editora Unicamp, 1984A.

\_\_\_\_\_. Política Econômica, inflexões e crise: 1974/1981. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil** (Volume 1). 3ª Edição. Campinas: editora Unicamp, 1984B.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 1972.

\_\_\_\_\_. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 1974.

\_\_\_\_\_. **Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo**. Brasília, 1971.

\_\_\_\_\_. **Relatório da comissão brasileira junto à missão norte-americana de estudos do Valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1924.

CABRAL, Francisco. **Plácido de Castro e o Acre Brasileiro**. Brasília: Thesaurus, 1986.

CANO, Wilson. A economia do ouro em Minas Gerais. In: **Revista Contexto**, nº 3. São Paulo: Julho de 1977.

\_\_\_\_\_. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: ed. Unicamp, 1998A.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. Campinas: ed. Unicamp, 1998B.

\_\_\_\_\_. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. In: MELO, Ricardo e HANSEN, Dean (Org.). **Desenvolvimento Regional e Local: novas e velhas questões**. Aracaju: Editora UFS, 2007. Páginas 33-54.

\_\_\_\_\_. Brasil: é possível uma reconstrução do Estado para o desenvolvimento?. In: **Revista do Serviço Público**: de 1937 a 2007. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, 2007. Páginas 59-69.

\_\_\_\_\_. **Desconcentração Produtiva Regional no Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: ed. Brasiliense, 1977.

CARVALHO, David Ferreira. **Ensaio selecionados sobre a economia da Amazônia nos anos 90**. Vol. I. Belém: UNAMA, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ensaio selecionados sobre a economia da Amazônia nos anos 90**. Vol. II. Belém: UNAMA, 2005B.

CARVALHO, João Renôr. **Momentos da História da Amazônia**. Imperatriz: Ed. Ética, 1998.

CAVALCANTI, gal. Mário de Barros, **Da SPVEA à SUDAM (1964-1967)**, Belém: SUDAM, 1967.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **A Indústria brasileira e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. CNI, 1969.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **O Estado do Amazonas**. Série levantamentos e análises, 11. CAPES: 1959.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. 2ª Ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.

COSTA, José Marcelino. “**Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento**” IN: COSTA, José Marcelino (ORG.). *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

CRUZ, Paulo. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil** (Volume 2). 3ª Edição. Campinas: editora Unicamp, 1984.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD). **A Mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce**, Rio de Janeiro: CVRD, 1992.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Anuario Estatístico do Brasil, 1908-1912**. Rio de Janeiro: Typographia Estatística, 1916.

ELEUTÉRIO, Paulo. **O Pará e o Planalto Central do Brasil**. Belém: Oficina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1947.

FARANGE, Nadia; AMOROSO, Malta. **Relatos da Fronteira Amazônica no século XVIII**. São Paulo: FAPESP, 1994.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Amazônia em novas dimensões**. Rio de Janeiro: Conquista Gráfica e Editora Livro S/A, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 15ª Edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**. Vários anos (1936-1984). Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário**. Vários anos (1920-1980). Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**. Vários anos (1920-1980). Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Censo Industrial**. Vários anos (1940-1980). Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Séries Estatísticas Retrospectivas**. Vol. 1. Separata do Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro, 1986A.

\_\_\_\_\_. **Séries Estatísticas Retrospectivas**. Vol. 2. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Censo Industrial de 1907. Rio de Janeiro, 1986B.

\_\_\_\_\_. “O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (1909)” IN **Estatísticas históricas do Brasil**. 2ª Edição do 3º volume da Série de Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.

ICOMI. **Relatório aos acionistas**. Amapá: 1959.

JOBIM, Anísio. **O Amazonas**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás na trilha do saque**. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1995.

LESSA, Carlos. **A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso**. 2ª edição, Campinas: ed. Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Editora Brasiliense: 1975.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury. **Morte e Ressurreição da SUDAM** (tese de doutorado). Belém: UFPA, 2005.

LOUREIRO, Antônio. **Tempo de Esperança - Amazonas (1917-1945).** Manaus: Ed. Sérgio Cardoso. 1994.

\_\_\_\_\_. **Síntese da História do Amazonas.** Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Amazonas na época imperial.** Manaus: Ed. Comércio T. Loureiro LTDA, 1985.

LUZ, Nicéa. **A Amazônia para os negros americanos.** Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.

MAHAR, Denis. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia.** Rio de Janeiro: IPEA/IPES, 1978.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha.** Cadernos UFAC nº1, Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1988.

MARTINS, Edilson. **Amazônia, a última fronteira.** Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1981.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo tardio.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MENDES, Armando. **Amazônia econômica.** São Paulo: Livraria Editora Record, 1939.

MENDONÇA, Marcos. **A Amazônia na Era Pombalina**. Em 3 tomos. São Paulo: IHGB, 1963.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão Pará**. Belém: IHGP, 1976.

MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. Belém: Fiepa, 1989.

MIRANDA NETO. **O Dilema da Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 8ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

NUNES, Osório. **Introdução ao estudo da Amazônia brasileira**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Gráfica Lemmert, 1951.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Integrar para não entregar**. Campinas, SP: ed. Papyrus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1990.

PINHO FILHO, Ernesto. **A Amazônia entre contrastes**. Belém: ed. Mitograph, 1979.

PORTO, Jadson. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá/AP: Gea/Setec, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, ed. Brasiliense, 46ª ed., 2004.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª Ed. 1985.

REIS, Artur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Instituto Histórico do Amazonas, 1937.

\_\_\_\_\_. **A política de Portugal no Valle Amazônico**. Belém, 1940.

\_\_\_\_\_. **Síntese da História do Pará**. Belém, 1942.

\_\_\_\_\_. **O processo histórico da economia amazonense**. Belém, 1943.

\_\_\_\_\_. **Estadistas Portugueses na Amazônia**. Belém: Ed. 2 mundos, 1948

\_\_\_\_\_. **Súmula histórica do Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.

\_\_\_\_\_. **Tempo e vida na Amazônia**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

\_\_\_\_\_. O Processo Histórico da Amazônia. In: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: MUDES, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1969.

\_\_\_\_\_. O Processo de Independência no Norte In: MOTTA, Carlos Guilherme (ORG.). **1822: Dimensões**. Ed. Perspectiva, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SANTOS, Eloína. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA, 1990.

SANTOS, Roberto. “**Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense**” IN: COSTA, José Marcelino (ORG.). **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

\_\_\_\_\_. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Ed. TAQ, 1980.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. In: **Revista Estudos Históricos** nº 40. Rio de Janeiro, julho-dezembro de 2007. Páginas 115-135.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. 4ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1962.

SOUZA, Marcio. **Breve história da Amazônia**. 2ª Ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SUDAM. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Belém: Min. do Interior, 1968.

\_\_\_\_\_. **Operação Amazônia (Discursos)**. Belém: SUDAM, 1968.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia**. Volume I e II. Belém: Ministério do Interior, 1969.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior, 1971.

\_\_\_\_\_. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)**. Belém: Ministério do Interior, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_; ASSIS, J. Carlos. **O Grande Salto para o Caos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984.

THIERY, Hervé. “Situações da Amazônia no Brasil e no continente” IN **Revista Estudos Avançados**. IEA/USP. Vol. 19, Nº 53, Janeiro/Abril de 2005.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Volumes 1 e 2, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO (ULDP), **Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo**. Araguaia, 1973. <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1972b.asp>>. Acesso em 11/5/2009.

VALVERDE, Orlando. **O problema florestal na Amazônia brasileira**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1980.

### Legislação Consultada

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil.** 1824.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: 1891.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: 1937.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1946.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. 1967.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 23.793, de 23/01/1934.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 47.757 de 3/2/1960.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 55.282, de 22/12/1964.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 67.113, de 2/8/1970.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 77.386, de 5/4/1976.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.451, de 9/7/1942.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.750, 28/9/1942.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.044, de 4/12/1942.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 6.550 de 31/5/1944.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.858, de 13/9/1946.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.191, de 2/7/1957.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 288 de 28/2/1967.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 227, de 28/2/1967.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 318 de 14/3/1967.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 289, de 28/2/1967.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 291 de 28/2/1967.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 356 de 15/8/1968.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.106 de 16/6/1970.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.110, de 09/7/1970.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.179, de 6/6/1971.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.243, de 30/10/1972.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.435, de 16/12/1975.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.813, de 24/11/1980.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.455, de 7/4/1976.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 288 de 28/2/1967.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.375, 12/12/1974.

\_\_\_\_\_. Lei nº 582 de 5/9/1850.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.917, de 10/9/1973.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.184, de 30/8/1950.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.806 de 06/01/1953.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.173 de 6/6/1957.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.995 de 14/12/1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.069-A de 12/6/1962.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.070 de 15/6/1962.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.216 de 6/5/1963.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.390, de 29/8/1964.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.504 de 30/11/1964.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.771, de 15/9/1965.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.106, de 05/9/1966.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.173, de 27/10/1966.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.122 de 28/9/1966.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.173 de 27/10/1966.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.197 de 03/01/1967.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.371, de 5/12/1967.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.374 de 07/12/1967.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.001, de 19/12/1973.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31/8/1981.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.468, de 20/6/2002.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977.

### Sítios Consultados

**BANCO DA AMAZÔNIA S/A.** Disponível em <[www.basa.com.br](http://www.basa.com.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS.** Disponível em <[www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ.** Disponível em: <[www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**GOVERNO FEDERAL DO BRASIL.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.** Disponível em: <[www.integração.gov.br](http://www.integração.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**MINISTÉRIO DO MEIO-AMBIENTE.** Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO DA AMAZÔNIA.** Disponível em: <[www.otca.org](http://www.otca.org)>. Acesso em 11/5/2009.

**PROJETO JARI.** Disponível em: <[www.jari.com.br](http://www.jari.com.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**SENADO FEDERAL.** Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS.** Disponível em: <[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA.** Disponível em: <[www.sudam.gov.br](http://www.sudam.gov.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE.** Disponível em: <[www.ufac.br](http://www.ufac.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.** Disponível em: <[www.ufam.edu.br](http://www.ufam.edu.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.** Disponível em: <[www.ufpa.br](http://www.ufpa.br)>. Acesso em 11/5/2009.

**WIKIPÉDIA.** Disponível em: <[www.pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org)>. Acesso em 11/5/2009.

Em, todo caso, lhe desejo boa sorte.